

ELIZABETH CHRISTINA DE ANDRADE LIMA
(ORGANIZADORA)

GÊNERO E

POLÍTICA

A DISPUTA DAS

MULHERES

POR ESPAÇOS

DE PODER



Elizabeth Christina de Andrade Lima (org.)

**GÊNERO E POLÍTICA:
A DISPUTA DAS MULHERES POR
ESPAÇOS DE PODER**



Campina Grande - PB
2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFG

L732g Lima, Elizabeth Cristina de Andrade.
Gênero e política : a disputa das mulheres por espaços de poder / Elizabeth Cristina de Andrade Lima. — Campina Grande: EDUFMG, 2016.
514 p. :il. Color.
Modo de acesso: <http://www.ufcg.edu.br/~edufcg/>
ISBN: 978-85-8001-170-8

1. Ciências Sociais - Mulheres. 2. Antropologia.
3. Política. I. Título.

CDU 3-055.2

EDITORA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - EDUFMG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE - UFG
editora@ufcg.edu.br

Prof. Dr José Edilson Amorim
Reitor

Prof. Vicemário Simões
Vice-Reitor

Prof. Dr. José Helder Pinheiro Alves
Diretor Administrativo da Editora da UFG

Yasmine Lima
Editoração Eletrônica

CONSELHO EDITORIAL

Antônia Arisdélia Fonseca Matias Aguiar Feitosa (CFP)
Benedito Antônio Luciano (CEEI)
Consuelo Padilha Vilar (CCBS)
Erivaldo Moreira Barbosa (CCJS)
Janiro da Costa Rego (CTRN)
Leonardo Cavalcanti de Araújo (CES)
Marcelo Bezerra Grilo (CCT)
Naelza de Araújo Wanderley (CSTR)
Railene Hérica Carlos Rocha (CCTA)
Rogério Humberto Zeferino (CH)
Valéria Andrade (CDSA)

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO.....09

PARTE I

INTERSEÇÕES ENTRE GÊNERO E POLÍTICA

1. JOAN SCOTT E PIERRE BOURDIEU:
CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DA
CATEGORIA GÊNERO31
Juliana Nunes Pereira
2. A DESCONSTRUÇÃO DE GÊNERO E OS ESTUDOS *QUEERS*
SOB O LÚDICO “AGRESTE”63
Sophia Padilha Menezes
3. GÊNERO E MOVIMENTO FEMINISTA:
BREVE DESCRIÇÃO DAS LUTAS DAS MULHERES BRASILEIRAS.....87
Magnólia Ramos de Oliveira
4. OS ESTUDOS DE GÊNERO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS
CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS113
Pollyanne Rachel Fernandes Maciel
5. MULHERES NA POLÍTICA:
PRESENÇA E AUSÊNCIA NOS ÂMBITOS DO PODER139
Cosma Ribeiro de Almeida
6. A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA:
UMA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA.....165
Leandra Bento da Silva

7. INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA:
CONQUISTAS OU DESAFIOS?185
Alessandra da Silva

8. PUTINHAS ABORTEIRAS TE REPRESENTA?
A TENSÃO ENTRE A IDENTIDADE DE GRUPO E O RECONHECIMENTO DA
IGUALDADE205
Tatiana Salles

9. SOBRE HOMENS:
UM CAMPO, UMA CRISE....“UM NOVO HOMEM”235
Milane Costa

PARTE II MULHER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

10. SINDICALISMO RURAL E A POLÍTICA DE COTAS:
PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE GÊNERO E
REPRESENTATIVIDADE NOS SINDICATOS DE TRABALHADORES
RURAIS DO PÓLO PETROLINA-PE259
Camilla de Almeida Silva

11. RAÇA, GÊNERO E ESPAÇO:
UMA REFLEXÃO SOBRE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS285
Melânia Nóbrega Pereira de Farias

12. A POLÍTICA COMO ESPAÇO DE ESTRUTURAÇÃO DE DIFE-
RENTES PERSPECTIVAS: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA LGBT NAS
ELEIÇÕES DE 2014 NA PARAÍBA313
Virginia Palmeira Moreira

13. MULHERES E ESPAÇOS DE PODER: ESTIGMAS, ESTEREÓTIPOS E
DESAFIOS. A CANDIDATURA DE TATIANA MEDEIROS NAS ELEIÇÕES MU-
NICIPAIS DE CAMPINA GRANDE – PB/2012339
Ana Paula Guedes do Nascimento Costa

14. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA CANDIDATA
TATIANA MEDEIROS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012:
DESCRIÇÕES ETNOGRÁFICAS.....369
Josileide Carvalho de Araújo

15. GÊNERO E REPRESENTAÇÃO:
OS DESAFIOS DAS MULHERES NA POLÍTICA ALAGOANA397
Crísthenes Fabiane de Araújo Silva

16. A PRESENÇA DA MULHER NA CÂMARA MUNICIPAL
DE VEREADORES DE PIANCÓ-PB:
INSERÇÃO E PERCEPÇÕES DE PODER439
Mariana Cavalcanti Pereira

17. PERCEPÇÕES DO ELEITORADO SOBRE A INSERÇÃO POLÍTI-
CA DAS MULHERES:
A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF439
Danielle Virgínia Silva Albuquerque

18. ESTIGMA, MISOGINIA E RESSENTIMENTO DIRIGIDOS A
PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF.....471
Elizabeth Christina de Andrade Lima

SOBRE OS AUTORES 509

APRESENTAÇÃO

A produção de ideias para compor uma obra acadêmica nunca vem isolada de contextos sociais e experiências vividas. Nesses termos, o livro que trazemos nesse momento a público, é resultado de alguns anos de tentativas de provocarmos à discussão acadêmica em torno da interseção de estudos de cultura, mídia e política, a partir do Grupo de Estudos: **Antropologia da Política: Cultura Midiática e Práticas Políticas**, junto ao CNPq-UFCG e do **Laboratório de Estudos de Cultura, Mídia e Política – LECMIPO**, da UFCG, por nós coordenados.

Tudo começou precisamente no início do ano de 2001, momento em que defendemos a nossa tese, junto ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia, da Universidade Federal do Ceará, sob a orientação da estimada e competente colega Irllys Alencar Firmo Barreira. O tema de nossa pesquisa foi analisar a invenção da Festa do Maior São João do Mundo, na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba. Na tese, além dos capítulos que tratam especificamente dos processos de invenção, apropriação e conservação da chamada “tradição junina”, chamou-nos atenção os fortes processos de apropriação da festa do Maior São João do Mundo por parte dos políticos locais, particularmente do Prefeito e seus prepostos, que se colocam como os grandes gestores e patrocinadores do referido evento junino.¹

Feito o registro da relação entre festa e política no nosso trabalho doutoral, essa idéia ficou presente em nossa mente nos anos

¹ LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. “A Fábrica dos Sonhos”: a invenção da festa junina no espaço urbano. João Pessoa, Idéia, 2002.

seguintes e fatos que até então nos pareciam distantes ou incongruentes, como a relação entre cultura e política, passou a ganhar força em nossa produção intelectual; assim, no segundo semestre de 2002, oferecemos, junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, da Universidade Federal de Campina Grande, a disciplina Cultura e Política. Deste tempo para cá temos regularmente oferecido esse curso no espaço da Pós-Graduação, mas também na Graduação em Ciências Sociais, em forma de Seminários Curriculares em Ciências Sociais. Ótimos resultados já podem ser observados em forma de monografias, dissertações e teses sobre o grande tema de estudos de Cultura e Política, e por que não dizer, na área de Antropologia da Política.

O termo Antropologia da Política, tal como conceitua Karina Kuschnir, “tem por objetivo entender como os atores sociais compreendem e experimentam a política, isto é, como interagem e atribuem significado aos objetos e às práticas relacionadas ao universo da política.” (KUSCHNIR, 2009, p.09) É, sobretudo, uma análise que toma a Política como objeto de estudo da Antropologia e “a abordagem antropológica da política privilegia a dimensão simbólica, ou seja, a interpretação que os atores sociais fazem das instituições, relações e objetos com os quais lidam no cotidiano”. (idem, p.9)²

Perseguindo esse entendimento, passamos a descobrir as variadas facetas do jeito de pensar, simbolizar e praticar a política. Temos cada vez mais certeza que é impossível analisar a política, particularmente a brasileira, sem levar em consideração a cultura e os seus processos simbólicos e representacionais. Os estudos de Cultura e Política, portanto, passam a se constituir numa grande e

² KUSCHNIR, Karina. Antropologia da Política. Coleção Ciências Sociais Passo a Passo 79. Rio de Janeiro, Zahar Editores, 2007.

importante área de investigação com vistas à necessária e urgente relativização de ideias tão caras a cultura nacional tais como a de que “o povo não sabe votar”; “que esse país não vai pra frente porque é atravessado pela corrupção”; “que homens governam a coisa pública melhor que as mulheres” etc. Como resultado dos anos de estudos sobre essas diferentes vertentes analíticas, e baseadas, principalmente em pesquisas realizadas, no espaço de cinco anos ininterruptos, com bolsistas de iniciação científica – PIBIC/CNPq/UFCG, do curso de Graduação em Ciências Sociais, publicamos, no ano de 2011, o livro “Ensaio de Antropologia da Política”.³

De 2001 pra cá muita coisa aconteceu e resolvemos, no ano de 2011, formar o grupo de pesquisa: **Antropologia da Política: Cultura Midiática e Práticas Políticas**, junto ao CNPq. Nesse ínterim, introduzimos a discussão da mídia nos processos de construção da política e dos personagens políticos. Por entendermos que, numa sociedade espetacularizada como a nossa, cada vez mais a mídia pauta a política e vice versa. Para nós, enfim, é mais do que necessário propor a interseção entre cultura, mídia e política. A partir dessa compreensão organizamos o nosso Grupo a partir de quatro linhas de pesquisa:

A linha **Cultura, Mídia e Práticas Políticas** centra-se no debate sobre a relação entre cultura, mídia e política no contexto de uma sociedade espetacularizada. Destaca-se a importância da mídia como ambiente propício à construção de personagens políticos, mediados pelo discurso mítico e ritual, com vistas a instituir o poder de grupos políticos em um ambiente de espetáculo e de teatralização. Objetiva ainda, destacar o papel dos meios de comu-

³ LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Ensaio de Antropologia da Política. Campina Grande, EDUEPB, 2011.

nicação de massa na redefinição dos modos de praticar a política formal e informal.

A linha **Novas Tecnologias, Sociabilidade e Política** objetiva desenvolver discussões sobre as relações existentes entre novas tecnologias, sociabilidades e novas esferas de participação política na sociedade. Compreender os processos de mediação a partir do uso de novas tecnologias de informação e comunicação e suas interfaces com a cultura e a política é uma das metas da linha. Visa também investigar o fenômeno das novas tecnologias sob o viés jurídico, sobretudo as mudanças nas relações de apropriação intelectual e outros direitos individuais, advindos da *cibercultura*.

A linha de Pesquisa **História e Culturas Políticas** busca articular pesquisas sobre temas da nova história política, passando a se interessar também pelo “poder” nas suas outras modalidades, apontando para uma retomada da História Política em termos de uma análise dos partidos políticos, das disputas eleitorais, das ideologias políticas e das culturas políticas. O estudo do político vai compreender a partir daí não mais apenas a política em seu sentido institucional, mas associado às relações de poder e cotidiano da cultura.

E, por último, a linha **Mulher e Política** objetiva problematizar a instituição do feminino na política, a participação e a disputa das mulheres por espaços de poder, a sub-representação das mulheres na política paraibana e brasileira, com ênfase na reconstrução das identidades de gênero e nas disputas entre homens e mulheres pela imposição da imagem pública. Como resultado dos estudos desenvolvidos pelo grupo, envolvendo alunos e professores da graduação e pós-graduação em Ciências Sociais, dentre outras

formações acadêmicas, organizamos, no ano de 2014, o livro “Interseções entre Cultura, Mídia e Tecnologias”⁴

Agora é com muito prazer que trazemos a público, o livro **Gênero e Política: a disputa das mulheres por espaços de poder**. Os artigos que compõem o livro são resultados de pesquisas desenvolvidas pelo grupo de pesquisa **Antropologia da Política: Cultura Midiática e Práticas Política**, especialmente da linha de pesquisa **Mulher e Política** e de nosso **Laboratório de Estudos de Cultura, Mídia e Política – LECMIPO**, criado no ano de 2015.

Foi extremamente positiva e rica para todas nós os encontros, as discussões e pesquisas realizadas, isso porque tais experiências acabaram sendo não só um ambiente de formação teórico-metodológica, mas um laboratório rico de discussão sobre a até então “naturalizada” disputa das mulheres por espaços de poder, particularmente, por espaços de atuação político partidária.

Certamente quando assistimos, por exemplo, ao horário eleitoral, não temos a dimensão do que significa ser mulher concorrendo a um cargo eletivo. A questão pode parecer simples, mas, ao contrário, é extremamente complexa e de difícil solução, já que nós mulheres, lidamos e lutamos em uma seara cultural marcada por relações patriarcais, classistas, raciais e de gênero que muitas vezes, tem bloqueado o acesso de mulheres aos espaços de poder.

Quantas vezes não ouvimos falar que “lugar de mulher não é na política?”, “Que as mulheres não tem a mesma ‘força’ que os homens para o enfrentamento político”, ou que ao chegar ao poder as mulheres viram “massa de manobra e são facilmente manipuláveis”? Esses e outros estereótipos de gênero tem infelizmente

4 LIMA, Elizabeth Christina de Andrade Lima (org). Interseções entre Política, Mídia e Tecnologia: novos dizeres, novos fazeres. Campina Grande, EDUFPG, 2014.

contribuído para a ainda pouca representação das mulheres nos espaços de poder.

Mesmo com a Lei de Cotas, que destina atualmente, pelo menos 30% das vagas no Legislativo, para cada um dos sexos; a resistência dos Partidos Políticos; das mulheres em se candidatarem e dos próprios eleitores em votar em candidaturas femininas tem sido elementos importantes para a situação de subrepresentação. Ainda é ínfima a participação das mulheres nos espaços de poder.

Ouvimos relatos das autoras do presente livro que, ao realizarem suas pesquisas, ouviram falas de algumas mulheres de que por serem filiadas e militantes políticas, afirmarem que mesmo sendo membros de um partido, denominado de esquerda, sentiram-se estigmatizadas ao se candidatarem a vereança; informarem que não tiveram, por parte de seu Partido e de seus pares, o mesmo tratamento, atenção, respeito e, principalmente, apoio logístico, financeiro e de *marketing* pessoal que obtiveram as candidaturas masculinas. Outras nos relataram sobre as dificuldades sofridas pelas mulheres para serem respeitadas no ambiente de trabalho, pelos constantes assédios moral e sexual; outras que ao se relacionarem com seus parceiros sentiam, por parte destes, uma tentativa constante de exercício de autoridade movida pelo ideário do patriarcado e uma última, informar, chocada, que certa feita, ao ouvir de uma casa vizinha a sua um culto religioso, escutou o pastor indagar as pessoas as seguintes questões: “Me respondam: quem manda no galinheiro, o galo ou a galinha?” e os presentes responderam: “o galo”; e quem “manda no chiqueiro, o porco ou a porca?”, “o porco” e “na casa? É o homem ou a mulher?”, “O homem”. Tais perguntas e respostas que chegam a possuir um sentido anedótico, escondem, na verdade, pelo viés religioso, uma naturalização da profunda subordinação e subsunção do feminino ao masculino.

Podemos afirmar, sem sombras de dúvidas, que os estudos de gênero, sexualidades e identidades culturais têm tido lugar cativo em vários ambientes acadêmicos, no entanto, quando pensamos em aliar os estudos de gênero à seara política e mais especificamente, os estudos sobre a mulher e a disputa por espaços de poder, particularmente o poder político, observamos que estão apenas iniciadas algumas reflexões.

Acreditamos que tais reflexões são mais do que necessárias, elas são urgentes ao ambiente acadêmico. Isto porque no Brasil observam-se várias mudanças no que diz respeito à ocupação dos espaços públicos pelas mulheres. No mundo do trabalho, nos cargos de chefia, de administração e de gestão antes exclusivos para os homens, e também, mais recentemente, no mundo da política, hoje são ocupados por mulheres e cada vez mais aumenta o campo de disputas por esses espaços e as mulheres precisam construir, sobretudo, processos de empoderamento e de embates para fazer valer os seus direitos e respeito aos lugares conquistados.

No campo da política o fato histórico mais recente é a reeleição da primeira mulher Presidenta do Brasil, Dilma Rousseff e a Lei de Política de Cotas, que mesmo ainda não logrando os resultados esperados que seria o de aumentar a representação feminina nos espaços de poder Legislativo e Executivo, pois ainda perdura uma situação de subrepresentação, não há como negar avanços e a visibilidades conquistadas para essa demanda.

Neste sentido, os artigos que compõem esta coletânea objetivam exatamente levantar a questão da problemática entre Gênero e Política e da necessidade de oferecer reflexões que contribuam com essa questão no âmbito das Ciências Sociais.

Para tanto, o livro é composto de dezoito artigos divididos em duas partes, com nove artigos cada. A primeira parte intitulada:

Interseções entre Gênero e Política reúne artigos que discutem teoricamente os campos de gênero, masculinidades, movimento feminista e sua interseção com a política, com os movimentos sociais e com a arte.

Cada um desses eixos de pensamento tenta oferecer diferentes “olhares” para a problemática que envolve os gêneros masculino e feminino em espaços de pertencimento, em ambientes de construção e desconstrução de identidades.

A segunda parte intitulada: **Mulher e Participação Política** é composta de artigos que estão baseados em situações concretas de disputas de mulheres por espaços de poder, de mulheres que ao levantarem diferentes “bandeiras”, tais como a de raça, de movimentos como o LGBT, Movimento Sindical, inserção na Administração Pública Executiva e Legislativa, travam verdadeiras batalhas pela construção e imposição de imagens públicas cingidas por práticas estigmatizantes, estereotipadas, homofóbicas e misóginas que não só devem ser denunciadas e problematizadas nos grupos de estudo mas pela academia representada pelas Ciências Sociais e Humanas, de maneira geral.

Os artigos que compõem a primeira parte do livro intitulada: **Interseções entre Gênero e Política** é composta dos seguintes temas:

O artigo **Joan Scott e Pierre Bourdieu: contribuições para a análise das relações sociais a partir da categoria gênero**, escrito por Juliana Nunes Pereira, analisa as possibilidades de diálogo entre as obras de Pierre Bourdieu e Joan Scott, no que diz respeito as relações de gênero, buscando apresentar aproximações entre concepções e conceitos a partir de suas obras. Vale destacar que embora a contribuição sociológica de Bourdieu não tenha efetivamente se centrado nas discussões de gênero, sua contribuição para a teoria das relações sociais, passando, as relações sociais entre os sexos,

contribuiu para alguns dos estudos feministas sobre a temática. De outro modo, Joan Scott debruçou-se sobre os estudos feministas, compreendendo o gênero enquanto categoria analítica, sendo este constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e, uma forma de dar significado às relações de poder. Estes autores apresentaram em suas teorias conceitos convergentes acerca da construção social do gênero e de seus elementos constitutivos, que devem ser analisados. O artigo tem por base a pesquisa bibliográfica e, por propósito sistematizar e analisar os pontos de convergência de obras de ambos os autores, no que concerne aos estudos das relações de gênero.

O artigo **A desconstrução de Gênero e os estudos Queers sob o lúdico “Agreste”**, de Sophia Padilha Menezes, tem por objetivo utilizar o texto de um espetáculo teatral cujos protagonistas formam um casal romântico num cenário da seca nordestina, do qual não se suspeita o teor dramático que envolve a trama, em que uma possível fuga pode levar a plateia a respirar aliviada na torcida e consumação do romance. No entanto, o alívio dura pouco. Logo uma surpresa reverte o jogo do amor para uma tensão em que o desfecho nos surpreende. Portanto é a partir de uma experiência como espectadora dessa lúdica estória chamada *Agreste* que a autora pretende, breve e heurísticamente, usar as surpresas da obra para discutir, compreender e analisar o que são e como emergem os estudos *queers* e alguns de seus propósitos, influências, desdobramentos e percursos. Além de reunir concepções e teóricos/as que abordam gênero, corpo, sexualidade e linguagem, também valoriza a arte como fonte de reflexão social e aparato pedagógico de aprendizagem.

O artigo **Gênero e Movimento Feminista: breve descrição das lutas das mulheres brasileiras**, de Magnólia Ramos de Olivei-

ra, apresenta uma discussão bibliográfica sobre as lutas do movimento feminista em seu percurso histórico desde a década de 1960 aos dias atuais. Busca, a autora, não desprezar os pontos de maior significação para o movimento, tais como as situações de crescimento e fortalecimento por meio do apoio de vários outros movimentos organizados da sociedade brasileira, como também, não se esquece de apontar para situações outras marcadas pela apatia em algumas atividades de suas militantes em determinado momento do percurso histórico. É de grande valia ainda o espaço de debate sobre o conceito de gênero, formado e utilizado com maior intensidade a partir do fortalecimento do movimento feminista, bem como a discussão sobre as resistências sentidas devido ao patriarcado como também a visão do movimento em relação à Psicanálise.

O artigo **Os estudos de Gênero e suas contribuições para as Ciências Sociais e Políticas**, escrito por Pollyanne Rachel Fernandes Maciel objetiva realizar, mesmo que brevemente, uma reflexão das implicações políticas e científicas, e contribuições dos estudos de gênero para as ciências sociais e políticas, pontuando as inovações conceituais proporcionadas. Busca investigar o lugar da categoria gênero na construção de uma ciência não androcêntrica recuperando o contexto de sua emergência e sua trajetória na produção científica. Focaliza essa categoria numa reflexão sobre suas contribuições para a ampliação das fronteiras epistemológicas, para a instauração de novas referências paradigmáticas, bem como apontando seus impasses, dificuldades e algumas de suas perspectivas.

O artigo **Mulheres na Política: presença e ausência nos âmbitos do poder**, escrito por Cosma Ribeiro de Almeida, apresenta uma reflexão teórica sobre a presença da mulher na política, busca a autora indagar se tal inserção é uma efetiva participação e reconhecimento social ou é uma mera figuração, cuja projeção

coloca as mulheres muitas vezes na ocupação de cargos públicos. Assim, para dar sustentação a esta ideia, a leitura de Nancy Fraser sobre reconhecimento e participação se faz presente por meio de uma discussão sobre a condição social dos indivíduos, neste caso a mulher, em espaços culturalmente masculinizados. Sobretudo, diante de tal reflexão, é necessário refletir sobre a presença das mulheres nos espaços de poder, pois tal presença possibilita a criação de novas formas de perceber a realidade e reescrever novos discursos sobre a presença ou ausência da mulher na política formal.

O artigo **A inserção da mulher na Política: uma luta contra-hegemônica**, de Leandra Bento da Silva atenta para o fato de que no Brasil há uma incipiente participação da mulher no espaço da política, não por uma escolha, mas por resultados dos processos de socialização instaurados em nossa sociedade. Socialização esta que toma como referência visões de mundo marcadas por fortes resquícios de uma sociedade patriarcal, que historicamente atribui às mulheres o espaço da casa, da vida doméstica, e, portanto, a não habilidade com a esfera política. Colocando, assim, a ainda incipiente inserção da mulher na política como sendo resultado de uma condição inata feminina, quando, na verdade, a sua não inserção, é resultado de interações histórico-sociais. Deste modo, uma vez estando ciente de que a disparidade de representação na esfera política entre homens e mulheres não é “natural” e que, por conseguinte, é resultado de um longo processo histórico, argumenta a autora que a luta para a igualdade de participação consiste numa luta contra-hegemônica, na qual se faz necessário o engajamento coletivo e a busca de instrumentos e espaços pertinentes. Destarte, a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas, a atuação dos movimentos feministas, a implementação de uma educação voltada para a participação cidadã, bem como a utilização das novas

tecnologias, se destacam como alguns dos instrumentos e espaços necessários para levar adiante esta luta em busca por dias de maior paridade na vida pública.

O artigo **Inserção da mulher na Política: conquistas ou desafios?**, escrito por Alessandra da Silva nos ensina que história das mulheres sempre foi marcada por lutas constantes em busca da efetivação por direitos de igualdade, e cada vez mais as mulheres têm lutado em busca de reconhecimento social dos seus direitos e cidadania. Neste contexto, a autora apresenta uma breve análise acerca da trajetória da mulher e os desafios enfrentados ao longo da história, objetivando compreender os processos enfrentados na busca incessante por uma participação efetiva e inserção no âmbito da política brasileira, abordando ainda, os importantes avanços e conquistas de espaços alcançados, sobretudo no cenário da política partidária

No artigo **Putinhas Aborteiras te representa? A tensão entre a identidade de grupo e o reconhecimento da igualdade**, Tatiana Salles elabora uma análise do quanto à identidade de grupo pode se mostrar incoerente e muitas vezes problemática. A autora discute o tema aborto no Brasil e sexualidade da mulher e mostra como esse debate tem encontrado opiniões contrárias dentro da representatividade de gênero ao qual se propõe, ou seja, dentre as próprias mulheres. A autora parte da apresentação da banda feminina *Putinhas Aborteiras*, que tem uma linguagem “anarcofeminista”, para discutir os limites da identidade de gênero e as tensões geradas a partir de uma não-identificação com a agenda de discussões de um determinado grupo político. No caso citado, mesmo a *Putinhas aborteiras* trazendo em suas canções reivindicações do Movimento Feminista, recebeu críticas de mulheres que não se identificaram com a forma com a qual esses temas foram expostos e em outros casos não houve identificação também com o conteúdo

das letras. Assim, a banda alega representar “o direito das mulheres”, mas recebeu fortes críticas de blogueiras e até mesmo feministas que assistiram à apresentação musical pela *internet*.

Assim, a autora traz para o cerne da discussão a ideia de paradoxo da igualdade, elaborada por Joan Scott (2005), em que a luta por direitos iguais acaba por unir indivíduos que passam pelas mesmas dificuldades, no entanto, dentre outras implicações, uma vez reunidos em grupo acabam por afirmar o rótulo social que pretendiam combater. O esforço crítico termina por trazer para o debate a análise de Nancy Fraser (2007) e as abordagens de redistribuição e reconhecimento, nas quais o modelo de status sugere que o reconhecimento venha através da paridade de participação e não da identidade. Com isso, apresenta a problemática de se buscar a legitimação de direitos através das identidades, que por sua vez são concebidas em contextos sociais cada vez mais difusos e heterogêneos, sugerindo que a busca deve ser pela igualdade de participação, reconhecendo que os indivíduos são diferentes entre si, porém são iguais perante a lei.

Já no artigo **Sobre Homens: um campo, uma crise.... “um novo homem”**, Milane Costa problematiza como os estudos sobre homens e masculinidades surgem e se instituem ao longo do tempo, bem como discorre sobre os estudos feministas, gay e lésbico e sua contribuição para a instituição do campo de estudos sobre o masculino, sem esquecer a parcela de contribuição dada pelas teorias *queer*, no sentido de traçar um panorama explicativo sobre a contribuição teórica desses movimentos, com vistas a fundamentar a importância destes na construção dos estudos sobre o masculino.

A segunda, e última parte do livro intitulada: **Mulher e Participação Política** é composta pelos seguintes temas abaixo descritos:

O artigo **Sindicalismo Rural e a Política de Cotas: primeiras impressões sobre reconhecimento de gênero e representatividade nos Sindicatos de Trabalhadores Rurais do Pólo Petrolina-PE**, escrito por Camilla de Almeida Silva é o resultado de reflexões acerca das relações entre gênero e poder, questões motivadoras das discussões iniciais sobre a política de cotas e representatividade de gênero nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais na região do Submédio São Francisco, mais especificamente, no Polo Petrolina/PE. Assim, a partir desta discussão, busca-se pensar sobre os desdobramentos da política de cotas nas instâncias do movimento sindical rural nas últimas décadas, destacando os paradoxos que envolvem a representatividade e a paridade de participação de gênero nesses espaços de poder. Para esse estudo foi utilizada uma metodologia de análise qualitativa, privilegiando o uso da pesquisa documental, que considerou material produzido no âmbito do movimento sindical rural do polo Petrolina/PE, e de entrevistas semiestruturadas com mulheres, lideranças do movimento de mulheres desde a década de 1980, e integrantes da diretoria sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina/PE.

O artigo **Raça, gênero e espaço: uma reflexão sobre lideranças negras femininas**, escrito por Melânia Nóbrega Pereira de Farias propõe um estudo sobre as mulheres negras que romperam com o papel social submisso imposto pela sociedade machista e racista e que conseguiram ocupar um lugar social distinto em relação à maioria delas. Mulheres negras que se organizaram e tornaram-se intelectuais/ativistas e porta-vozes de seus discursos e de suas ações na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil.

Dentre os pressupostos do trabalho está aquele que considera que as relações raciais têm uma nítida dimensão espacial,

assim como as relações de gênero são construídas em âmbitos espaciais sobremaneira definidos. Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Em decorrência, é possível indagar: Como se configura para a mulher negra a relação com o espaço? Onde ela é vista habitualmente? Onde ela não é vista?

Sendo assim, para além de um texto acadêmico, este artigo pode e deve ser considerado como um ato político de afirmação de uma subjetividade negra no contexto da sociedade brasileira. As informantes que aqui são encontradas não são meros objetos de estudo, mas são sujeitos de suas próprias narrativas.

No mesmo caminho de descrição de experiências vividas por meio de narrativas experienciadas por mulheres, o artigo: **A Política como espaço de estruturação de diferentes perspectivas: representatividade política LGBT nas Eleições de 2014 na Paraíba**, escrito por Virginia Palmeira Moreira, busca abordar, de forma breve, a representatividade política de candidaturas que, nas eleições do ano de 2014, mobilizaram demandas peculiares ao ativismo LGBT. De modo que se propõe a autora, a partir da análise dos projetos de campanha de atores políticos que se definiam pela singularidade de suas reivindicações, refletir sobre a política como um espaço legítimo para a discussão de gênero e sexualidade. Para tanto, busca-se através da análise da fala dos candidatos aqui apresentados refletir sobre a política enquanto um espaço propício para o enfrentamento de processos de heterossexualização compulsória, colocando a representatividade, na política institucional, como um processo de experimentação de novos padrões que implicam no reconhecimento da pluralidade dos corpos e da diversidade das identidades de gênero.

O artigo **Mulheres e espaços de poder: estigmas, estereótipos e desafios. A candidatura de Tatiana Medeiros nas Eleições Municipais de Campina Grande – PB/2012**, escrito por Ana Paula Guedes do Nascimento Costa, problematiza sobre a crescente candidatura e conquista do poder público por parte das mulheres; e tal fato cultural se consubstancia num processo histórico de extrema relevância. No entanto, as mulheres ao adentrarem no cenário político, necessitam mais que os homens, já que estes desfrutam naturalmente de um “direito político” pelo fato de serem homens, (re) afirmar valores morais, sociais e éticos. Sob esse ponto de vista as mulheres ao disputarem um cargo público acabam sendo conduzidas à manutenção e preservação de certos valores. A candidata deve apresentar-se enquanto uma boa esposa, dona de casa e mãe de família. Fugir a essas regras e valores parece ter peso fundamental no que se refere a sua escolha como candidata. Diante disso, as eleições para a prefeitura de Campina Grande (PB), no ano de 2012, incorreu sobre um fato que despertou a necessidade de investigação antropológica: o envolvimento de uma das candidatas, Tatiana Oliveira em um marcante “circuito de boatos”, que questionavam um possível envolvimento amoroso com o seu “padrinho político” e então prefeito, Veneziano Vital. Nesses termos, o artigo busca problematizar sobre a inserção das mulheres na esfera política, dos estigmas e estereótipos por elas sofridos em período eleitoral e também, durante suas trajetórias enquanto agentes políticas.

O artigo **A construção da imagem pública da candidata Tatiana Medeiros nas Eleições Municipais de 2012: descrições etnográficas**, escrito por Josileide Carvalho de Araújo é resultado da pesquisa realizada durante a campanha para prefeitura da cidade de Campina Grande, no ano de 2012. O objetivo da pesquisa é detectar o que a candidata Tatiana Medeiros (PMDB) usou como

estratégia para atrair a adesão dos eleitores, e, conseqüentemente, seus votos. Ao mesmo tempo, o intento é entender quais foram as situações ocorridas durante a campanha eleitoral que podem ter prejudicado a imagem da citada candidata a ponto dela ser recusada nas urnas pelos eleitores. A autora observa, entre outras coisas, que a vida pública e privada se confunde durante a sua campanha eleitoral, e como consequência dessa relação sutil, sua imagem é desconstruída com as informações passadas ao público eleitor.

O artigo **Gênero e representação: os desafios das mulheres na Política alagoana** de Crístenes Fabiane de Araújo Silva, trata de uma breve reflexão acerca da inserção das mulheres nos espaços de poder, em especial do campo político, trazendo um resgate das conquistas e desafios do movimento feminista no Brasil e em especial no Estado de Alagoas. Apresenta por objetivo contribuir para uma análise das conquistas feministas e os entraves ainda existentes para que mulheres tenham maior representação e participação no espaço de decisões políticas e busca contribuir para que os paradigmas sociais e culturais sejam não somente algo a ser superado, mas repensado com vistas a equidade entre os gêneros.

O artigo **A presença da mulher na Câmara Municipal de Vereadores de Piancó-PB: inserção e percepções de poder**, escrito por Mariana Cavalcanti Pereira analisa como se deu a inserção da mulher na Câmara Municipal da cidade de Piancó, no Estado da Paraíba. Por meio de uma breve discussão sobre as relações de gênero e a política de cotas, a autora tenta demonstrar como as atuais Vereadoras do município de Piancó, identificam suas trajetórias, percepções de poder e do ser mulher no âmbito político. Problematiza ainda, sobre a luta por reconhecimento e respeito por parte de seus colegas na Câmara e de como ainda é uma verdadeira luta demonstrar para a família, para a sociedade em geral e para

os membros no espaço da política, que a mulher tem os mesmos direitos e condições de adentrar no campo da política.

O artigo **Percepções do eleitorado sobre a inserção política das mulheres: a construção da imagem pública de Dilma Rousseff**, escrito por Danielle Virgínia Silva Albuquerque, tem como base a realização de um estudo antropológico sobre as percepções do eleitorado da cidade de Campina Grande, no Estado da Paraíba, no período de junho a outubro de 2014 (período anterior ao primeiro turno e entre o primeiro e segundo turnos – época de acirramento eleitoral). Diante desta problemática, a autora teve o intuito de investigar e analisar questões relacionadas a valores tradicionais da formação política brasileira, a partir do processo de construção da imagem pública da atual Presidenta da República, Dilma Rousseff, nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014; bem como a influência e o papel da mídia e das redes sociais, no processo de construção de uma singularidade do ser feminino nas disputas eleitorais; e por fim, analisa e problematiza os discursos que formam o universo cultural desses eleitores, a fim de perceber como estes apreendem a inserção feminina nos espaços de poder.

E, por último, o artigo por nós escrito, **Estigma, misoginia e ressentimento dirigidos a Presidenta Dilma Rousseff**, objetiva apresentar algumas reflexões sobre os variados discursos de ódio e misoginia construídos nas redes sociais, nos *blogs*, revistas semanais, jornais e textos diversos sobre a Presidenta Dilma Rousseff tentando entender como o discurso do ódio, aliado ao de ressentimento, tem promovido uma leva de expressões e práticas altamente violentas a figura da mulher e da estadista. O intento é construir a idéia de que Dilma tem sido sucessivas vezes exposta a toda sorte de práticas de ódio, de misoginia e de expressões de desrespeito pelo fato de ser mulher; o que se questiona nas frases de efeito pro-

paladas por vozes ou escritas por mentes e mãos raivosas não é absolutamente o seu governo e as ações de seu governo, mas ela enquanto *persona* feminina, enquanto mulher que “ousa” ocupar um espaço que não é “legitimamente seu” é um espaço que ela usurpou, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular. Para tanto, propomos uma análise que busca a confluência entre três temas: gênero, política e mídia.

Esperamos que esses artigos ajudem a disseminar o tema da disputa das mulheres por espaços de poder e que sirvam de incentivo à curiosidade acadêmica, promovendo a multiplicação de novos estudos e novas visões por tema tão empolgante.

Boa leitura!

Elizabeth Christina de Andrade Lima
Organizadora

PARTE I

INTERSEÇÕES ENTRE GÊNERO E POLÍTICA

JOAN SCOTT E PIERRE BOURDIEU: CONTRIBUIÇÕES PARA A ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS A PARTIR DA CATEGORIA GÊNERO

Juliana Nunes Pereira

1. INTRODUÇÃO

Este artigo tem por finalidade traçar, de forma sucinta, os pontos de contato entre Pierre Bourdieu e Joan Scott, no concernente as relações de gênero, buscando apresentar aproximações entre concepções e conceitos a partir de suas obras.

Cumprido destacar que o propósito deste é desenvolver uma análise entre a teoria de Bourdieu e sua efetiva aproximação com a teoria e a literatura feminista, mais precisamente o gênero enquanto categoria de análise, como sugere Joan Scott.

Destacamos que, apesar do referencial teórico de Bourdieu nas ciências sociais não se debruçarem especificamente sobre as temáticas relacionadas ao gênero enquanto categoria analítica, este autor sistematizou uma vasta contribuição acerca das relações sociais, partindo de conceitos como espaço social, campo, *habitus*, capital, entre outros, que se relacionaram diretamente com as relações sociais entre os sexos, fortemente balizadas pela lógica pautada na “dominação masculina”, o que contribuiu com as compreensões da necessidade de superação do caráter biológico das diferenciações entre homens e mulheres.

O gênero enquanto conceito, foi desenvolvido pela teoria feminista nas décadas de 1970 e 1980, sendo rediscutido por Joan Scott. Este conceito aponta para um sistema de relações de poder determi-

dados por contextos sociais, culturais, políticos e econômicos, sendo assim construído historicamente e, portanto, variável e mutável.

Neste sentido, o artigo busca analisar e relacionar elementos teóricos das obras de Pierre Bourdieu e Joan Scott, com o intuito de buscar apresentar aspectos que possam contribuir com os estudos da sociologia e das relações de gênero.

2. CONTRIBUIÇÕES DE PIERRE BOURDIEU PARA O PENSAMENTO SOCIOLOGICO

Nascido em 1930, Pierre Bourdieu é um dos grandes sociólogos do século XX. Elaborou uma vasta obra acerca das relações sociais, sendo este um dos maiores contribuidores da sociologia crítica, construindo um importante referencial epistemológico no campo das ciências humanas.

Para Bourdieu os condicionamentos materiais e simbólicos agem sobre a sociedade e sobre os indivíduos, através de uma relação de interdependência, sendo a posição social dos indivíduos hierarquizados a partir das relações materiais e simbólicas em um momento histórico específico.

O autor nos apresenta o conceito de *espaço social*⁵ que se configura como representação multidimensional do mundo social alicerçada a partir de princípios de diferenciação. Neste, os possuidores do poder e os não-possuidores tem posições distintas. Os agentes são distribuídos primeiro pelo volume global de capital⁶ e segundo, pela composição do seu capital. Assim, “os agentes e gru-

5 O espaço social funciona como um espaço simbólico, que traduz estilo de vida e de grupos de estatutos, caracterizados por estes estilos.

6 Na obra de Bourdieu o termo capital assume uma perspectiva que ultrapassa o âmbito econômico. Nesta os capitais são múltiplos, atuando em campos específicos e em sua totalidade.

pos de agentes são definidos pelas suas posições relativas neste espaço” (BOURDIEU, 2009, p.134). Logo, os indivíduos que ocupam posições próximas no espaço social detêm volumes similares de capital, existindo a probabilidade de adotarem práticas confluentes e efetivar encontros físicos e aproximações simbólicas. Assim, o espaço é construído de forma que quanto mais próximos estiverem os grupos ou instituições, mais em comum terão, e quanto mais afastados, menos em comum se tem.

A posição de um determinado agente no espaço social pode assim ser definida pela posição que ele ocupa nos diferentes campos, quer dizer, na distribuição dos poderes que ele ocupa em cada um deles, seja, o capital econômico – nas suas diferentes espécies-, capital cultural, capital social ou capital simbólico (BOURDIEU, op. cit. p. 135).

Dessa forma, o indivíduo ocupa um determinado local no espaço social global, primeiro de acordo com o volume global de capital que possuem, podendo ser este das mais diferentes espécies, e segundo de acordo com a estrutura deste capital, sendo analisado o peso relativo destas diferentes espécies de capital.

Os *capitais* se constituem como dimensões do espaço social, refletindo relações de poder, onde a posição do indivíduo no espaço social traduz aspectos de dominação ou subordinação.

Para Bourdieu a primeira dimensão é a mais importante, pois é onde:

Os detentores de um grande volume de capital global, como empresários, membros de profissões liberais e professores universitários, opõem-se globalmente àqueles menos providos de capital econômico e cultural no seu patrimônio, os professores (relativamente mais ricos em capital cultural do que em capital econômico) opõem-se de maneira nítida

aos empresários (relativamente mais ricos em capital econômico do que em capital cultural) (BOURDIEU, 1996, p. 19).

Em suma, Bourdieu refere-se a capital econômico como dimensão financeiras, patrimoniais e de renda dos indivíduos. Por sua vez, o capital cultural indica as formas como a cultura reflete na conformação dos indivíduos, sendo constituído por valores, costumes, crenças e ideologias.

O capital social constitui “um conjunto de recursos atuais ou potenciais que estão vinculados a um grupo, por sua vez constituído por um conjunto de agentes que não só são dotados de propriedades comuns, mas também são unidos por relações permanentes e úteis”, refletindo um conjunto de trocas simbólicas e relações sociais, que podem ser capitalizadas.

O Capital simbólico,

Não é outra coisa senão, o capital, qualquer que seja a sua espécie, quando percebido por um agente dotado de categorias de percepção resultantes da incorporação da estrutura da sua distribuição, quer dizer, quando conhecido e reconhecido como algo de óbvio (Idem, 2009, p. 89).

Deriva deste o poder simbólico que é invisível e só é exercido mediante cumplicidade daqueles que a ele estão subordinados. Assim, a posição de privilégio ou não-privilégio ocupada por um grupo ou indivíduo é definida de acordo com o volume e a composição de um ou mais capitais adquiridos e/ou incorporados ao longo de suas trajetórias sociais.

O mundo social é produto de uma dupla estruturação: a) **objetiva**, que se configura como socialmente estruturada porque as propriedades atribuídas aos agentes e instituições apresentam-

se em combinações com probabilidades desiguais; e b) **subjetiva**, que é estruturada porque os esquemas de percepções e apreciações exprimem o estado das relações de poder simbólico. A este último se refere o poder de fazer grupos estando alicerçado em duas condições: a) este deve estar baseado na posse de capital simbólico e b) a eficácia simbólica depende do grau em que a visão proposta está alicerçada na realidade.

Por sua vez, o conceito de *campo* se constitui como:

Um sistema de desvio de níveis diferentes e nada, nem nas instituições ou nos agentes, nem nos actos ou nos discursos que eles produzem, têm sentido senão relacionalmente, por meio do jogo das oposições e das distinções (BOURDIEU, 2009, p 173).

É no interior do campo que são travadas as lutas simbólicas pelo poder simbólico, isto é, pelo poder de fazer ver e fazer crer, de confirmar ou de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo, portanto, o mundo. Poder quase mágico que permite obter o equivalente daquilo que é obtido pela força, graças ao efeito específico de mobilização, só se exerce se for reconhecido, ou seja, ignorado como arbitrário (BOURDIEU, op. cit. p.14).

Para Bourdieu:

As diferentes classes e frações de classes estão envolvidas numa luta propriamente simbólica para imporem a definição do mundo social mais conforme os seus interesses, e imporem o campo das tomadas de posições ideológicas reproduzindo, em forma transfigurada, o campo das posições sociais.

Importante destacar que estas classes e frações de classes podem delegar seus poderes, ao que Bourdieu chamou de *especialistas da produção simbólica*, quando

Está em jogo o monopólio da força simbólica legítima, do poder de impor e mesmo de inculcar – instrumentos de conhecimento e de expressão (taxionomias) arbitrários – embora ignorados como tais – a da realidade social (BOURDIEU, op. cit. p.11).

As representações dos agentes devem variar mediante sua posição no espaço social e seu *habitus*, como sistema de esquemas de percepção e apresentação, como estruturas cognitivas e avaliatórias, adquiridas através da experiência durável de uma posição no mundo social” (BOURDIEU, op. cit. p. 158), sendo estes princípios geradores de práticas distintas e distintivas, se constituindo também enquanto esquemas classificatórios, princípio de visão e de divisão e gostos.

Neste sentido, o *habitus* age como o

Princípio gerador e unificador que retraduz as características intrínsecas e relacionadas de uma posição em um estilo de vida unívoco, isto é, em um conjunto unívoco de escolhas de pessoas, de bens e práticas (Idem, 1996, p. 22.).

Sendo princípios geradores de práticas distintas e também distintivas, é através do *habitus* que temos um mundo de senso comum, um mundo social que parece evidente.

O espaço funciona como espaço simbólico caracterizado, segundo Bourdieu, por diferentes estilos de vidas. Este espaço é “base para as lutas simbólicas pelo poder de produzir e impor a visão de mundo legítima” (BOURDIEU, 2009, p. 161).

As relações objetivas de poder tendem a se reproduzir nas relações de poder simbólico. Os agentes fazem uso do capital simbólico adquirido na busca da produção do senso comum. O capital simbólico confere poder ao agente possuidor, sendo aquele invisível e exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem. Assim, a posição ocupada no espaço social reflete nas representações deste mesmo espaço e o posicionamento dos agentes sociais na luta com vistas à conservação ou a transformação deste.

3. APROXIMAÇÕES COM AS DISCUSSÕES DE GÊNERO: A DOMINAÇÃO MASCULINA

Nos anos 1990 Pierre Bourdieu escreveu sobre as relações entre os sexos, produzindo alguns textos, que após término de pesquisa etnográfica entre os Cabilas, consolidariam o livro: *A dominação masculina*,.

Importante destacar que Bourdieu não desenvolveu um conceito de gênero. Porém sua abordagem sobre o masculino e o feminino merecem ser analisados do ponto de vista das desigualdades entre os sexos e pela abordagem não biológica, que o aproxima de feministas pós-estruturalistas, a exemplo de Joan Scott.

Na perspectiva de Bourdieu as relações sociais entre os sexos são exercidas a partir de uma lógica pautada na “dominação masculina”, que se insere no âmbito do poder simbólico, sendo está uma forma de violência simbólica, configurando-se como “uma violência que se exerce com a cumplicidade tácita dos que a sofrem e também, com frequência, dos que a exercem, na medida em que uns e outros são inconscientes de exercê-la ou de sofrê-la” (Idem, 1997, p. 22).

Assim o Gênero seria uma categoria relacional, onde o princípio masculino é tomando como medida de todas as coisas. Nesta perspectiva, as diferenças entre sexo o gênero integra um “conjunto de oposições”, sendo o corpo masculino e o feminino balizado especificamente pelas diferenças anatômicas entre os órgãos sexuais, sendo vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os gêneros (Idem, 2012, p. 20).

Dessa forma, esta divisão entre o masculino e o feminino apesar de ser abordada como algo natural, tem sua instituição nas relações sociais.

A divisão entre os sexos parece estar “na ordem das coisas”, como se diz por vezes para falar do que é normal, natural, a ponto de ser inevitável: ela está presente, ao mesmo tempo, em estado objetivado nas coisas (na casa, por exemplo, cujas partes são todas “sexuadas”), em todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como sistemas de esquemas e percepções, de pensamento e ação (BOURDIEU, 2012, p.17).

Dessa forma, a ordem social vem funciona no sentido de ratificar a dominação masculina. O corpo biológico é definido socialmente. Assim a força da ordem masculina dispensaria justificações, haja vista que a visão androcêntrica impõe-se como neutra não havendo a necessidade de discursos de legitimação. Isto implica, a naturalização de uma dominação do masculino. Desta forma,

Dado o fato de que é o princípio de visão social que constrói a diferença anatômica e que é esta diferença socialmente construída que se torna o fundamento e

a caução aparentemente natural da visão social que alicerça, caímos em uma relação circular que encerra o pensamento na evidência de relações de dominação inscritas ao mesmo tempo na objetividade sob a forma de divisões objetivas, e na subjetividade, sob forma de esquema cognitivos que, organizados segundo essas divisões, organizam a percepção das divisões objetivas (BOURDIEU, op. cit. p. 21).

Assim, se estrutura uma classificação entre homens e mulheres a partir de esquemas binários, tendo como princípio a construção social dos corpos baseado em pensamentos formulados pelos dominantes. Estes esquemas traduzem o masculino e o feminino hierarquicamente, sendo o masculino, o de características positivas e, o feminino, o negativo.

Estas divisões socialmente construídas entre os sexos são assimiladas como naturais e inerentes a diferenciações biológicas, adquirindo um reconhecimento de legitimação. As aparências biológicas são fruto de um trabalho coletivo, sendo as diferenças de sexo e gênero resultante do que Bourdieu chamou de socialização do biológico e de uma biologização do social, que resultou em produção de corpos e formas de pensar e agir, a partir de uma construção social naturalizada.

Desta forma, ele afirma o caráter de construção social do biológico, inscrito nas relações de poder. Esta diferenciação se estrutura de forma imperceptível através da inculcação, da construção do *habitus*, que transforma as relações sociais entre os sexos, em relações de poder conhecida e reconhecida entre os indivíduos, ou seja, legitimado socialmente. Assim, a ordem social funcionaria como uma “máquina simbólica” que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça.

As divisões constitutivas da ordem social e, mais precisamente, as relações sociais de dominação e exploração que estão instituídas entre os gêneros, se inscrevem, assim, progressivamente em duas classes de *habitus* diferentes, sob a forma de *hexis* corporais opostos e complementares e de princípio de visão e divisão, que levam a classificar todas as coisas do mundo e todas as práticas segundo distinções redutíveis à oposição entre o masculino e o feminino. (BOURDIEU, 2012, p. 41)

No processo de socialização é que se constroem as estruturas objetivas e subjetivas (divisão e visão, respectivamente), conformando os papéis do ser homem e do ser mulher, porém sendo estes percebidos como manifestações naturais na relação entre o indivíduo e a sociedade.

Os dominados aplicam categorias construídas do ponto de vista dos dominantes às relações de dominação, o que faz com estas sejam vistas como naturais. Bourdieu utiliza-se do conceito de violência simbólica para analisar a hierarquização entre os sexos, onde esta se instituiria por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante, o que resulta na incorporação de classificações naturalizadas (BOURDIEU, 2012).

Bourdieu critica a eternização da condição de submissão das mulheres, afirmando que esta é resultado de um trabalho incessante de reprodução, sendo assim histórico, existindo a contribuição de agentes específicos e instituições – igreja, escola, estado – através da violência física e simbólica, sendo assim ações de natureza individual e coletiva.

Para Bourdieu a família, a igreja e a escola de forma orquestrada tem papel fundamental no trabalho de reprodução das relações entre os “gêneros”. Cabe, segundo o autor, a família o papel

principal na reprodução da dominação e da visão masculinas. É na família que se tem as experiências iniciais de divisão sexual do trabalho, além de outras representações legítimas do que é ser homem e mulher em uma dada sociedade. A igreja, por sua vez, é marcada historicamente pelo anti-feminismo, reproduzindo uma visão pessimista das mulheres da feminilidade, pautando em uma lente patriarcal uma visão inferior das mulheres. E a escola, que transmite os pressupostos da representação patriarcal. Contudo, afirma Bourdieu, esta mesma escola é “um dos princípios decisivos da mudança nas relações entre os sexos, devido às contradições que nela ocorrem e às que ela própria introduz” (BOURDIEU, op. cit. p. 105).

Cumprir destacar o papel da escola frente as perspectivas de mudança. Segundo Bourdieu esta função decisiva se dá através do aumento do acesso das mulheres à instrução, e conseqüentemente a o seu acesso à independência econômica e à transformação das estruturas familiares⁷, apesar do *habitus* balizar um modelo dominante de famílias heterossexual e orientada para a reprodução, com divisões tradicionais claras, é notório o emergir de novos tipos de famílias, ampliando as possibilidades em matéria de sexualidade.

Contudo, o autor nos chama a atenção para o caráter de “permanência dentro da mudança e pela mudança”, onde ressalta que apesar deste viés de transformação, a escola desempenha o papel também inverso, quando observado que apesar do aumento de acesso das mulheres à educação, ainda persiste a divisão sexual entre os cursos e carreiras profissionais.

Dentro desta perspectiva de reprodução da divisão dos gêneros, que Bourdieu leva em conta o papel do Estado, que

⁷ “... em consequência, sobretudo, da elevação nos índices de divórcios” (BOURDIEU, 2012, p. 107).

ratifica e reforça as prescrições e as proscricções do patriarcado privado com as de um patriarcado público, inscrito em todas as instituições encarregadas de gerir e regulamentar a existência quotidiana da unidade doméstica (BOURDIEU, 2012, p.106).

Para o autor estas diferenciações/divisões refletem também nas tarefas desenvolvidas por homens ou mulheres. Ainda que as tarefas efetivadas sejam similares, são percebidas socialmente com uma valorização distinta, mediante inculcação de uma dissimetria radical na avaliação das atividades ditas masculinas e femininas. Sendo assim, a mesma tarefa pode ser “nobres e difíceis quando são realizadas por homens, ou insignificantes e imperceptíveis, fáceis e fúteis, quando são realizadas por mulheres” (BOURDIEU, op. cit. p.76).

A sociedade é fortemente marcada por um sistema simbólico, sendo esta organizada de forma hierárquica, mediante o princípio do primado da masculinidade, de uma visão androcêntrica de perceber o mundo social, havendo sido formulada a partir de um trabalho histórico de eternização.

A dominação simbólica se exerce através de esquemas de percepção, de avaliação e de ação que são constitutivos dos *habitus* e que se fundamentam, para além da consciência e da vontade. Assim,

a lógica paradoxal da dominação masculina e da submissão feminina, que se pode dizer ser, ao mesmo tempo e sem contradições, espontânea e extorquida, só pode ser compreendida se nos mantivermos atentos aos efeitos duradouros que a ordem social exerce sobre as mulheres (e os homens), ou seja, às disposições espontâneas harmonizadas com esta ordem que as impõe. (BOURDIEU, 2012, p. 50)

Bourdieu afirma que esta força simbólica é exercida sem coação física, como que por magia, atuando com apoio de predisposições colocadas, nas zonas mais profundas dos corpos, sendo estes indivíduos capturados por esta força, mediante o trabalho de inculcação e de incorporação, que se deu antes deste processo, um trabalho prévio de transformações dos corpos, com vistas a reproduzir disposições permanentes, exercendo-se de forma invisível e insidiosa.

Neste sentido, é preciso “reconstruir a história do trabalho histórico de des-historicização, ou, se assim preferirem, a história de (re)criação continuada das estruturas objetivas e subjetivas da dominação masculina”. (BOURDIEU, 2012, p.100) “A história das mulheres” requer uma análise sobre os agentes e as instituições, sendo estes legitimadores da garantia das permanências de distinções entre homens e mulheres:

A pesquisa histórica não pode se limitar a descrever as transformações da condição das mulheres no decorrer dos tempos, nem mesmo as relações entre os gêneros nas diferentes épocas; ela deve empenhar-se em estabelecer, para cada período, o estado do sistema de agentes e das instituições, família, igreja, estado, escola, etc., que com pesos e medidas diversas em diferentes momentos, contribuíram para arrancar da História, mais ou menos completamente, as relações de dominação masculina. (BOURDIEU, op. cit. p.101)

Segundo Bourdieu uma mudança importante é que a dominação masculina não é mais algo indiscutível, enfatizando a relevância dos trabalhos críticos realizados pelas feministas, e neste ínterim, as transformações ocorridas no que concerne ao aumento do acesso à educação (secundário e superior) e ao trabalho assalariado, com o acesso âmbito público, ao distanciamento das ativida-

des domésticas, às funções reprodutivas, e ao adiamento da idade do casamento e da procriação. Em suma, mudança que refletem o acesso das mulheres a escolarização, a independência econômica e as transformações das estruturas familiares.

Apesar das mudanças Bourdieu se refere ao fato de as mulheres continuarem separadas umas das outras por diferenças econômicas e culturais, o que afetam, entre outras coisas, sua maneira objetiva e subjetiva de sentir e vivenciar a dominação masculina e que “as próprias mudanças da condição feminina obedecem sempre à lógica do modelo tradicional entre o masculino e o feminino”: os homens continuam dominando o espaço público e a área de poder e as mulheres no espaço privado e os serviços sociais e educativos, ou então aos universos da produção simbólica (BOURDIEU, 2012, p. 112).

4. DESNATURALIZAR E HISTORICIZAR A OPRESSÃO DAS MULHERES: NOTAS INTRODUTÓRIAS ACERCA DA CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE GÊNERO

O sexo é uma condição biológica que diz respeito aos caracteres biofísicos e assinala uma diferença entre os seres humanos. Ao nascer⁸ o sexo é definido pela evidência dos caracteres sexuais primários. Contudo, ser homem ou ser mulher e agir de acordo com o que a sociedade acredita ser natural do homem e próprio da mulher, pouco ou nada tem a ver com essa natureza biológica e a fisiologia de cada corpo.

É sobre o corpo que são fixados alguns atributos do gênero. Atributos construídos socialmente, variando no tempo histórico e

⁸ Exceto em condições especiais.

nas culturas, mas de tal forma articulados que passam a ser percebidos como parte da natureza do homem e da mulher.

Mediante esses vínculos socialmente constituídos e tão fortemente arraigados ao longo da história⁹, esta construção de estereótipos do que é ser homem e ser mulher, faz com que as pessoas não se deem conta disso quando questionadas.

O conceito de gênero começou a ser usado pelas feministas na segunda metade do século passado, como uma maneira de referir-se à organização social das relações entre os sexos, fugindo do determinismo biológico, do sexo como destino e, para demonstrar o caráter social das distinções estabelecidas entre homens e mulheres.

O gênero foi um termo proposto também para reescrever a história, revisitando a posição da mulher na sociedade, inserindo novos temas nos estudos e pesquisas, modificando premissas e conceitos, atribuindo importância não só às atividades públicas, mas também a experiência pessoal e subjetiva.

Cumprir destacar que apesar das lutas femininas antecederem o século passado, as reivindicações passam a ganhar expressividade apenas a partir da década de 1970, tornaram-se visíveis na sociedade e na academia onde os estudos sobre a mulher se encontravam marginalizados da maior parte da produção e da documentação oficial.

Isso instigou os interessados na reconstrução das experiências, vida e expectativas das mulheres nas sociedades passadas, descobrindo-as como objeto de estudo (TELES, 1993, p. 46).

Joan Scott (1992) afirma que:

⁹ Comumente a sociedade vê os homens como os mais decididos, mais ousados, os que detêm coragem, liderança, agressividade e competitividade. E por sua vez, o feminino seria o emotivo, sensível, atencioso e dedicada ao âmbito doméstico.

A emergência da história das mulheres como um campo de estudo acompanhou as campanhas feministas para a melhoria das condições profissionais e envolveu a expansão dos limites da história. Mas esta não foi uma operação direta ou linear, não foi simplesmente uma questão de adicionar algo que estava anteriormente faltando. Em vez disso, há uma incomoda ambiguidade inerente ao projeto da história das mulheres, pois ela é ao mesmo tempo um suplemento inócuo à história estabelecida e um deslocamento radical dessa história (SCOTT, op. cit. p. 75).

Para Scott, a história das mulheres tem buscado de alguma forma incluir estas como objeto de estudo, enquanto sujeito da história. Havendo tomando como axiomática a ideia de que o ser humano universal pode incluir as mulheres, trazendo à tona experiências e ações destas mulheres no passado¹⁰ (SCOTT, op. cit. p. 76).

Destaca que ao longo da história moderna, o sujeito tem sido o homem branco. O universal, afirma Scott, implica uma comparação com o específico ou o particular, homens brancos com outros que não são brancos ou não são homens, homens com mulheres. Mas essas comparações são frequentemente estabelecidas e compreendidas como categorias naturais, entidades separadas, do que como termos relacionais.

Assim, afirma Scott (op. cit. p 78):

Reivindicar a importância das mulheres na história significa necessariamente ir contra as definições de

10 O papel da história no que se refere a relação de gênero é “historicizar o gênero, enfatizar os seus significados variáveis e contraditórios atribuídos à diferença sexual, os processos políticos através dos quais esses significados são construídos, a instabilidade e maleabilidade das categorias “mulheres” e “homens”, e os modos pelos quais essas categorias se articulam em termos das outras, embora de maneira não consistente ou da mesma maneira em cada momentos (SCOTT, 1994. P. 25)

história e seus agentes já estabelecidos como verdadeiros, ou pelo menos, como reflexões acuradas sobre o que aconteceu (ou teve importância) no passado. E isso é lutar contra padrões consolidados por comparações nunca estabelecidas, por pontos de vista jamais expressos como tais.

O gênero, enquanto conceito, emergiu nos anos 70 e disseminou-se nas ciências a partir dos anos 80. Tal reformulação surgiu com o intuito de distinguir e separar o sexo do gênero.

Nesta perspectiva o conceito de gênero se apresenta na qualidade de instrumento analítico para compreender as diferenciações entre homens e mulheres, destacando a sua construção social e histórica, sendo esta produzida a partir de diferenciações de cunho biológico. Assim, este conceito emerge quando o movimento feminista passa a debruçar-se para a perspectiva teórica, superando o determinismo biológico, sendo este inaugurado pelas feministas anglo-saxãs (LOURO, 1997)

Dessa forma, o conceito de gênero, que foi desenvolvido pela teoria feminista nas décadas de 1970 e 1980 e, mais tarde re-discutido por Scott (1990), refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. As relações de gênero são determinadas pelo contexto social, cultural, político e econômico. Enquanto sexo é determinado pela natureza, pela biologia, o gênero é construído historicamente sendo, portanto, variável e mutável¹¹.

Uma das principais especificidades dos estudos de gênero refere-se à proposta de modelos interpretativos que tragam à

11 Esta ordem social de gênero estrutura-se principalmente em torno de quatro eixos: a sexualidade, a reprodução humana, a divisão sexual do trabalho, o espaço público e o privado.

tona a condição diferenciada de homens e mulheres na sociedade, revelando-se assim a premissa de que os processos e as relações sociais são estruturados a partir das hierarquias entre os sexos masculino e feminino.

5. JOAN SCOTT: A CONSTRUÇÃO SOCIAL DO GÊNERO

Joan Scott¹² se consagra nos estudos de gênero quando apresenta novas concepções teóricas para a superação da dualidade entre sexo e gênero que perduraram até a década de 1980, sendo estes justificados pela natureza e pela cultura, respectivamente.

O artigo intitulado *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* foi publicado em 1986. Neste a historiadora propõe o Gênero como categoria de análise histórica. Ela conceitua o gênero como elemento constitutivo das relações sociais, baseado nas diferenças percebidas entre os sexos e como uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p. 56), ou seja, a ideia de gênero enquanto categoria de análise visa possibilitar compreender a construção social das diferenças sexuais.

O objetivo dos estudos de gênero advém da necessidade de desnaturalizar e historicizar as desigualdades entre homens e mulheres, analisando-as como construções sociais. Dessa forma,

As hipóteses explicativas sobre as origens da opressão feminina foram sendo gradualmente questionadas e abandonadas na busca de ferramentas conceituais mais apropriadas para desnaturalizar essa opressão (PISCITELLI, 2002, p.16).

¹² Historiadora, feminista norte-americana, professora no Instituto de Estudos Avançados em Princeton.

O conceito de gênero busca analisar de maneira relacional a subordinação vivida pelas mulheres, não limitando-se apenas a analisar à categoria mulher, mas também analisar sua relação com os homens, constituindo-se como uma categoria relacional.

Scott afirma existir uma relação intrínseca entre saber e poder. Assim o gênero estaria imbricado nas relações de poder, sendo esta uma primeira forma de dar sentido a estas relações. O gênero seria uma percepção sobre as diferenças sexuais, pensamentos estes construídos a partir de construções sociais, símbolos e significados elaborados a partir das relações sociais.

A autora sugere que a ideia do conhecimento histórico não concerne apenas ao registro das mudanças na sociedade ao longo do tempo, mas também se configura como um instrumento de produção do saber. Sendo assim, a

História é tanto objeto da atenção analítica quanto um método de análise. Vista em conjunto desses dois ângulos, ela oferece um modo de compreensão e uma contribuição ao processo através do qual gênero é produzido. (SCOTT, 1994, p. 14)

Joan Scott se coloca no campo pós-estruturalista¹³ por ser esta a teoria que segundo ela, melhor permitiria analisar a realidade e romper com esquemas conceituais das tradições filosóficas ocidentais, que construíram ao longo do tempo uma hierarquia entre o masculino e o feminino, sendo o pós-estruturalismo o indicado para a efetivação de análise das construções de significados

¹³ O uso da teoria pós-estruturalista é defendido por Scott como sendo a teoria que melhor permite ao feminismo superar conceitos tradicionais, que apontam para uma hierarquia do masculino sobre o feminino, por possuir condições de analisar as relações de poder, compreendendo conceitos como construídos historicamente, superando a naturalização destes (SCOTT, 2000).

e relações de poder, e para questionar as categorias unitárias e universais (Idem, 2000, p. 203).

Para Scott, a história deu prioridade a história do homem em oposição a história das mulheres, forjou o homem universal. Neste sentido Scott defende a busca pelo aprofundamento das discussões e analisando de modo rigoroso o processo de reprodução da invisibilidade da mulher no processo de produção do conhecimento histórico. Assim,

A história do pensamento feminista é uma história de recusa da construção hierárquica da relação entre masculino e feminino, em seus contextos específicos, e uma tentativa para reverter ou deslocar suas operações. Os/as historiadores/as feministas estão agora bem posicionados/as para teorizar suas práticas e para desenvolver o gênero como uma categoria analítica. (SCOTT, 2000, p.84)

Segundo Scott as feministas se posicionaram ao lado da crítica da ciência desenvolvida pelas humanidades e da crítica do empirismo e do humanismo desenvolvido pelos/as pós-estruturalistas. As feministas não somente começam a encontrar uma voz teórica próprias, ela também encontrara aliados/as acadêmicos e políticos/as é neste espaço que se busca a articulação do gênero como uma categoria analítica (SCOTT, op. cit. p. 85)

6. GÊNERO COMO CATEGORIA DE ANÁLISE:

Antes de 1980 o conceito de “gênero” era utilizado como sinônimo de “mulher”. Inúmeros artigos publicados neste período traziam em seus títulos o termo “mulher” por “gênero”, e da mesma forma o seu oposto. Assim, com a conceituação de Gênero pós

1980, este passa a ser utilizado para designar relações sociais entre os sexos, rejeitando explicitamente explicações biológicas, tratando-se de uma forma de se referir às origens exclusivamente social das identidades subjetivas de homens e mulheres (SCOTT, 1990, p. 73).

Assim sendo, gênero passou a se configurar como “uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado, oferecendo um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuído às mulheres e aos homens”. Neste contexto, nos anos 1970, o conceito já apontava para o fato de que as relações entre os sexos são sociais, porém Scott alertava para a necessidade de analisar as razões pelas quais estas relações são construídas como são, apresentando como elas funcionam ou como elas mudam, posto que inicialmente o conceito se apresentava como associado ao estudo de coisas relativas às mulheres, porém não existindo poder analítico suficiente para questionar e mudar paradigmas históricos existentes (SCOTT, op. cit. p. 75);

Estas questões seriam superadas posteriormente com uma discussão do gênero como categoria analítica. Assim, afirma Scott que havia a necessidade de

Rejeição do caráter fixo e permanente da oposição binárias, de uma hitorização e de uma desconstrução genuína dos termos da diferença sexual. [...] encontrar formas (mesmo que imperfeitas) de submeter sem cessar nossas categorias à crítica e nossas análises à auto-crítica (SCOTT, 1990, p.84)

Dessa forma, Scott recorre a Jacques Derrida, para reforçar que essa crítica significaria analisar, levando em conta o contexto ao qual estava inserido, verificando a construção hierárquica, ao invés de aceita-la com se fizesse parte da natureza das coisas. Assim,

estariam os historiadores feministas aptos a desenvolver o gênero como uma categoria analítica¹⁴.

Para Joan Scott, o Gênero tem duas partes e diversos subconjuntos, que estão interrelacionados, mas dever ser analiticamente diferenciados: 1) o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos e 2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. Assim, “as mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre as mudanças nas representações do poder, mas a mudança não é unidimensional” (SCOTT, op. cit. p.86)

O gênero é composto de quatro elementos que funcionam de maneira articulada, mas não obrigatoriamente ao mesmo tempo: I. Os símbolos: culturalmente disponíveis, de representações múltiplas; II. Os conceitos normativos: que se expressam nas doutrinas religiosas, educativas, científicas, políticas, jurídicas; III. As instituições e organizações sociais: família, mercado de trabalho, sistema político, sistema educacional, sistema de saúde, que divulgam, reafirmam os conceitos e organizam-se sobre esta base; IV. A identidade subjetiva: vinculada ao indivíduo, à construção do sujeito, que define sua forma de reagir ao que lhe é apresentado como “destino” e sobre essas possibilidades pouco se pode dizer (Scott, 1990).

A articulação de todos estes elementos vai compondo identidades, papéis, crenças, valores e relações de poder. Mas, a história descreve esses processos como se estas posições normativas fossem produtos de consensos e não de um conflito na sociedade.

Para Scott uma das principais especificidades dos estudos de gênero refere-se à proposta de modelos interpretativos que tra-

14 A preocupação teórica com o gênero como uma categoria analítica só emergiu no final do século XX. Ela está ausente das principais abordagens de teoria social formuladas desde o século XVIII até o começo do século XX (SCOTT, 1990, p. 85)

gam à tona a condição diferenciada de homens e mulheres na sociedade, revelando-se assim a premissa de que os processos e as relações sociais são estruturados a partir das hierarquias entre os sexos masculino e feminino (SCOTT, 2005).

Scott afirma que o gênero se encontra presente no que concerne ao parentesco¹⁵, mercado de trabalho, configurado como sexualmente segregado, na educação, na mediada em que as instituições são socialmente masculinas, e no sistema político. Ela rompe com a visão reducionista de análise de Rubin, ampliando o conceito de gênero para além do parentesco, inserindo neste os âmbitos políticos, econômicos, entre outros.

Scott formulou crítica aos pesquisadores que restringem ao uso do gênero ao sistema de parentesco, mediante necessidade de uma visão ampla, sendo o gênero constituído das relações de parentesco, mas não exclusivamente dela, sendo igualmente permeada pela economia e pela política, que seriam relativamente independentes das relações de parentesco.

Com o propósito de superar a análise simplória em que se baseia a construção social dos gêneros e buscar compreender como são construídos os privilégios do masculino sobre o feminino, ela articula a noção de construção social com a noção de poder, presente no processo dessa produção destes sujeitos.

Assim a teorização do gênero é desenvolvida em sua segunda proposição, onde seria “uma forma primária de dar significado às relações de poder. Seria melhor dizer: o gênero é um campo pri-

15 O conceito de parentesco tem fundamento no movimento feminista, mais precisamente na publicação de um ensaio de Gayle Rubin. Neste Rubin estabelece uma dicotomia entre sexo/gênero, o primeiro teria como base o biológico, o natural; e o segundo determinado pela construção social do sexo.

mário no interior do qual, ou por meio do qual, o poder é articulado” (Idem, 1990, p. 88).

Neste sentido, busca nas fontes de Michel de Foucault teorias que auxiliem na compreensão da constituição das hierarquias de gênero e como se legitimam ao longo da história, com vistas a desconstruir verdades universais presentes nas hierarquias e desigualdades de gênero.

Para ela este conceito articula as dimensões de que o gênero é relacional, as diferenciações são formuladas e reproduzidas mediante construção social e está inserida no campo do poder. Superar as dicotomias entre gênero/sexo, cultural/biológico, questionar a universalidade de categorias e busca dar visibilidades as mulheres ao longo da história enquanto possuidoras de poder, isso implica “não somente uma nova história de mulheres, mas também uma nova história (Scott, 1990, p. 73).

7. SCOTT E BOURDIEU: POSSIBILIDADES DE ANÁLISE

Bourdieu alicerça a tese da existência do poder simbólico sendo este exercido através do acúmulo de capital e disseminado através das relações sociais, sendo as instituições responsáveis pela ratificação desta dominação. Estes símbolos são responsáveis pelo “consenso” acerca do mundo social, pela integração social, o que lhe confere o caráter de naturalidade, assim como descrito por Scott ao afirmar que as diferenças percebidas entre os sexos buscam se afirmar enquanto produtos de consenso. O conceito de campo apresentado por Bourdieu reflete espaço de lutas simbólicas pela detenção do poder. Dessa forma, Scott e Bourdieu aproximam-se do entendimento da existência de conflitos pela busca de “consenso”, através do poder simbólico.

A luta simbólica reside na busca pela imposição de uma definição de mundo social. Em *A distinção*, Bourdieu destaca que os hábitos de vida legitimados são reflexos do capital herdado dos pais e da família unidos na relação estreita com o capital escolar, sendo este um dos modelos de distinção (BOURDIEU, 2007). Scott defende uma concepção de gênero que compreende a educação enquanto instituições socialmente masculinas, compreendendo as instituições, as organizações sociais, os símbolos e os conceitos normativos como instrumentos constitutivos das relações de poder.

Neste sentido, a cultura, a religião, a família, as instituições e as práticas sociais executam a coação, através do poder simbólico. A preservação da compreensão das desigualdades de gênero baseada nas diferenças dos corpos teriam a busca pela naturalização no *habitus* que conformam a dominação masculina (BOURDIEU, 2012). Para Scott as relações entre os sexos são construídas socialmente, ou seja, o gênero é constituído por relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, que por sua vez, se constituem no interior de relações de poder. Assim,

A diferença biológica entre os sexos, isto é, entre o corpo masculino e o corpo feminino, e, especificamente, a diferença *anatômica* entre os órgãos sexuais, podem assim ser vista como justificativa natural da diferença socialmente construída entre os *gêneros* e, principalmente, da divisão do trabalho (BOURDIEU, 2012, p. 20).

Segundo Bourdieu o *habitus* seria uma composição de relações históricas/sociais que age nos corpos sob esquemas mentais e corporais de percepção e modos de agir. A primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas, baseadas em uma divisão sexual do trabalho e de reprodução biológica e social, que

confere aos homens a melhor parte, bem como nos esquemas iminentes a todos os *habitus*: moldados por tais condições.

Na percepção de Bourdieu a diferenciações entre o masculino e o feminino tem sua naturalização no *habitus*. A visão androcêntrica é ensinada, reproduzida, transforma-se em normas aceitáveis socialmente e direcionam a formação dos agentes e instituições.

Em *A Dominação masculina* (2012), Bourdieu afirma que a divisão entre os sexos masculino e feminino parece estar “na ordem das coisas”, ou seja, algo normal, natural, inevitável. Essa divisão se apresenta em toda parte, em estado objetivado, como pertencentes a homem ou a mulher, bem como acontece com todo o mundo social e, em estado incorporado, nos corpos e nos *habitus* dos agentes, funcionando como esquemas de percepção, de pensamento e ação.

A força da ordem masculina se evidencia no fato de que ela dispensa justificção: a visão androcêntrica impõe-se como neutra e não tem necessidade de se enunciar em discursos que visem a legitimá-la. A ordem social funciona como uma imensa máquina simbólica que tende a ratificar a dominação masculina sobre a qual se alicerça: é a divisão social do trabalho, distribuição bastante estrita das atividades atribuídas a cada um dos dois sexos, de seu local, seu momento, seus instrumentos; é a estrutura do espaço, opondo o lugar de assembleia ou de mercado, reservados aos homens, e a casa, reservada às mulheres (BOURDIEU, 2012, p. 18).

É a partir da legitimação do natural, que constrói o corpo¹⁶ como realidade sexuada. Onde,

16 A relação com o próprio corpo não se reduz a uma “imagem do corpo”, isto é, à representação subjetiva (*self-imagem ou looking-glass self*), associada a um determinado grau de *self-esteem*, que um agente tem de seus efeitos sociais (de sua sedução, de seu charme etc.) e que se constitui essencialmente a partir de representações objetivas do corpo, feedback reenviado pelos outros (pais e pares etc.) (BOURDIEU, 2012, p.79)

O corpo e seus movimentos, matrizes de universais que estão submetidos a um trabalho de construção social, não são nem completamente determinados em sua significação, sobretudo sexual, nem totalmente indeterminados, de modo que o simbolismo que lhes é atribuído é, ao mesmo tempo, convencional e motivado, e assim percebido como quase natural (BOURDIEU, op. cit. p. 20).

Da mesma forma, Scott entende que é sobre o corpo¹⁷ que são fixados os atributos do gênero. Atributos estes construídos socialmente, percebidos ao longo da história como parte da natureza do homem e da mulher.

Assim, a dominação tem por alicerce a inculcação ao longo de um processo de construção de categorias de percepção do mundo social. Assim a visão androcêntrica dominante, fundamenta o *habitus*, sendo necessário para a efetivação da mudança, um longo processo de (re)construção destas categorias, sendo totalmente ilusório acreditar que a violência simbólica pode ser superada mediante uso da consciência e da vontade. Os efeitos e as condições de sua eficácia estão inscritas nos corpos sob a forma de predisposições”, sendo necessário fazer uso dos agentes e instituições (re) produtoras da dominação, como a família, escola, Estado e Igreja (BOURDIEU, 2009, p. 51)

17 Problematizar a noção de que a construção social se faz sobre um corpo significa colocar em questão a existência de um corpo a priori, quer dizer, um corpo que existiria antes ou fora da cultura. A identificação ou a nomeação de um corpo (feita no momento do nascimento, ou mesmo antes, através de técnicas prospectivas) dá-se, certamente, no contexto de uma cultura, por meio das linguagens que essa cultura dispõe e, deve-se supor, é atravessada pelos valores que tal cultura adota. Nesse sentido, seria possível entender, como fazem algumas vertentes feministas, que a nomeação do gênero não é, simplesmente, a descrição de um corpo, mas aquilo que efetivamente faz existir esse corpo – em outras palavras, o corpo só se tornaria inteligível no âmbito da cultura e da linguagem (LOURO, 1992, p. 58)

Bourdieu analisa a construção social dos sexos, buscando mostrar que é no processo de socialização/educação¹⁸ que se inculca o *hábitus* sexuado e sexuante, ou seja, constroem-se os sujeitos masculinos e femininos. Nesta perspectiva aproxima-se de Scott, destacando “um corpo politizado, ou se preferimos, uma política incorporada”. Neste, a visão androcêntrica são naturalizados sob a forma de posições e disposições elementares do corpo que são percebidas como expressões naturais de tendências naturais, sendo o corpo o espaço onde a dominação seria naturalizada (Idem, 2012, p.156).

A dominação masculina se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades (re)produtivas, tendo como base a divisão sexual do trabalho e a (re)produção biológica do social, sendo este poder concedido aos homens através das matrizes das percepções, dos pensamentos e das ações no interior da sociedade. Assim, sendo esquemas imanentes a todos os *habitus*,

as próprias mulheres aplicam a toda a realidade e, particularmente, às relações de poder em que se veem envolvidas esquemas de pensamento que são produto da incorporação dessas relações de poder e que se expressam nas oposições fundantes da ordem simbólica. Por conseguinte, seus atos de conhecimento são, exatamente por isso, atos de reconhecimento prático, de adesão dóxica, crença que não tem que se pensar e se afirmar como tal e que faz, de certo modo, a violência simbólica que ela sofre (BOURDIEU, 1999, p. 45).

Acerca da perspectiva analítica do conceito de gênero e da “história das mulheres”, Scott (1990) na mesma perspectiva de pensamento de Bourdieu, propõe que observemos a elaboração dos gê-

¹⁸ A educação cumpriria um papel de não neutralidade, estando está vinculada ao poder, se configurando como uma dimensão social que reforça as desigualdades entre homens e mulheres a partir da produção e reprodução destas diferenças.

neros em outros campos de conhecimento, já que se é verdade que o princípio de perpetuação dessa relação de dominação não reside verdadeiramente, ou pelo menos principalmente, em um dos lugares mais visíveis de seu exercício, isto é, dentro da unidade doméstica, sobre a qual um certo discurso feminista concentrou todos os olhares, mas em instâncias como a escola ou o estado, lugares próprios de elaboração e de imposição de princípios de dominação que se exercem dentro mesmo do universo mais privado, é um campo de ação imensa que se encontra aberto às lutas feministas (BOURDIEU, 2012, p. 10).

Cumprir destacar que diferentemente de Joan Scott, Bourdieu não se debruçou sobre as discussões de gênero, por não ser este o foco dos seus trabalhos. Contudo é pertinente analisar suas contribuições acerca destas discussões. Por outro lado, Scott inaugurou pós anos 1980, um novo paradigma para pensar as relações de gênero. Com a sistematização de críticas a concepção binária sexo/gênero. A historiadora reafirma a relevância da categoria gênero, enquanto categoria analítica e a superação do pensamento dual nas relações sociais, compreendendo-as como constitutivos das relações de poder.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O conceito de Gênero foi elaborado com o intuito de compreender as relações sociais estabelecidas entre os homens e as mulheres, os papéis assumidos por estes na sociedade e as relações de poder estabelecidas entre eles.

Assim, a diferenciação do conceito de ‘Gênero’, do conceito ‘mulheres’, tem como fundamento que a informação a respeito das mulheres é necessariamente informação sobre homens, que

implica no estudo do outro, ou seja, a ideia de que o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens. Esse uso rejeita a validade interpretativa das esferas separadas e defende que estudar as mulheres de forma separada consolida a ideia de que um sexo tem pouco/ nada a ver com o outro.

Destarte, gênero representa as relações sociais entre homens e mulheres e como os sexos se organizaram, dividem tarefas e funções através do tempo e, por sua vez, constituíram as relações de poder.

A concepção que Joan Scott faz do “Gênero”, implica na concepção e construção do próprio poder. Em seu livro, *Gênero: uma categoria útil de análise histórica* (1990), ela se refere à obra de Pierre Bourdieu, como relevante para os estudos de gênero, assim como para as discussões no âmbito das ciências sociais.

O sociólogo Pierre Bourdieu apesar de não ter se debruçado sobre as questões de gênero, compreende o gênero como categoria relacional, onde a divisão entre os sexos parece estar na ordem das coisas, sendo balizadas pela socialização do biológico (ou a biologização do social), ou seja, o corpo biológico definido socialmente, estando inserido nas relações de poder, de dominação, pautando a eternização da condição de submissão das mulheres, havendo a emergência de uma análise histórica de (re)criação continuada das estruturas da dominação masculina.

Para Scott, o gênero advém efetivamente da necessidade de desnaturalizar e da emergência da historicização das desigualdades, buscando analisar esta construção de maneira relacional. Aborda a relação entre saber e poder, e constitui o gênero como conceito com poder analítico para questionar e mudar paradigmas históricos existentes, articulando as noções de construção social e poder, na constituição dos privilégios masculinos.

Neste sentido, é fundamental compreender o gênero como categoria analítica importante, com o propósito de entender as várias formas de desigualdade e exclusão social, política e econômica. Isso porque a reprodução da dicotomia de gênero, – das relações de dominação e das rígidas identidades de gênero inscrita nos *habitus* masculinos e femininos, produzidas pelas estruturas sociais e reproduzidas de forma inconscientemente, refletem o desafio de analisar a construção histórica (e social) das hierarquias de gênero/ dominação, a fim de erradicar estes princípios diferenciadores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução Maria Helena Kuhner – 11ª ed - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. **Sobre a televisão**. Tradução Maria L. Machado. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

_____. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.

_____. **O poder simbólico**. Tradução Fernando Tomaz – 12ª - Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

_____. **A distinção: crítica social do julgamento**. Porto Alegre, Zouk, 2007.

PISCITELLI, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher? In: ALGRANTI (org). **A prática feminista e o conceito de gênero**. São Paulo. IFCH/ UNICAMP, 2002.

BURKE, Peter (org.). **A Escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. 16ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação**: uma perspectiva pós-estruturalista. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

_____. Uma leitura da História da Educação sob a perspectiva do gênero. In: **Teoria & Educação**. Porto Alegre: Pannonica, nº 6, 1992.

MATOS, Maria Izilda S. de. Na rama do cotidiano. **Cadernos Ceru**, 1994.

_____. Outras histórias: as mulheres e estudos dos gêneros – percursos e possibilidades. In: SAMARA, Eni de Mesquita. (org.). et alli. **Gênero em Debate**: trajetória e perspectiva da historiografia contemporânea. São Paulo: EDUC, 1997.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, v. 5, n.2, jul/dez, 1990.

_____. O enigma da igualdade. In: **Estudos feministas**. Florianópolis, 2005.

_____. **A cidadã paradoxal** - as feministas francesas e os direitos do homem. Florianópolis, Ed. Mulheres, 2002.

_____. Igualdade versus diferença: os usos da teoria pós-estruturalista. In: Debate Feminista - **Cidadania e Feminismo**, nº especial, 2000.

_____. História das mulheres. In: BURKE, Peter (org). **A escrita da História**. Novas perspectivas. São Paulo: Unesp, 1992.

_____. Preface a gender and politics of history. **Cadernos Pagu**, nº. 3, Campinas/SP 1994.

TELES, M. Amélia de Almeida. **Breve história do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1993.

A DESCONSTRUÇÃO DO GÊNERO E OS ESTUDOS QUEERS SOB O LÚDICO “AGRESTE”

Sophia Padilha Menezes

1. INTRODUÇÃO

Este *paper* tem como objeto o texto de uma peça chamada *Agreste*, escrita pelo autor pernambucano Newton Moreno, este se inspirou em relatos sobre o “desconhecimento” do corpo no agreste do estado que lhe é proveniente. O enredo do espetáculo envolve o drama de um casal apaixonado na seca nordestina, a estória foi produzida e encenada pela Companhia Razões Inversas, nascida em 1990, pelo diretor Marcio Aurélio e pela primeira turma de formandos do curso de Artes Cênicas da Universidade Estadual de Campinas – UNICAMP. Após meses de ensaio, em 2004, com os atores Paulo Marcello e Joca Andreazza, *Agreste* estreia em palcos paulistanos. Legitimado pelos críticos de arte e público, a peça é encenada até hoje em território nacional e internacional.

Analisar a categoria gênero a partir do texto do enredo deste espetáculo é o que se propõe este capítulo, pois o drama nos enseja como algumas noções - intolerância, preconceito, amor incondicional, sexualidade - são abordadas pela obra como elementos que consideramos questionadores sobre as noções vistas como naturais sobre corpo, gênero e sexualidade.

O tópico a seguir relata o momento da experiência como espectadora ao assistir a peça, na qual eu estava envolvida numa clássica

narrativa romântica, que descrevia dois seres descritos pelo pronome “ele” e “ela”, envolvidos por um sentimento: amor, e os obstáculos da vida. Quando parte desses pesares são superados, um deles falece e traz à tona a revelação de um corpo e de um órgão sexual, e diante deste fato, o teatro se emudece e o enredo romântico se transforma em uma tragédia, mudando definitivamente o rumo da estória.

Na ocasião, questionei-me se o que estava vendo nas artes cênicas não seria uma espécie de outra produção simbólica que valesse a pena pensar ser extremamente necessário para a produção de quebras de paradigmas diante à hegemônica encenação de histórias de amor entre sexos opostos.

Se há uma hegemonia heteronormativa¹ que usa massivamente uma produção cultural, da qual emergem discursos homofóbicos de repulsa às diferenças sexuais, tendo como um dos efeitos a produção de uma sociedade violenta e preconceituosa. Neste contexto, salientamos que a análise é urgente e terá um enfoque nos estudos *queers*², o que determina abordar brevemente seus desdobramentos, influências e percursos que podem ser acessados no tópico três. O caminhar deste capítulo conclui-se a pensar na importância da arte para a produção de reflexões de profunda relevância social.

2. AGRESTE E SEUS EFEITOS

Conforme for relatando a experiência³ irei transcrevendo trechos do texto de *Agreste*. Em outubro de 2010, na cidade de Na-

1 Termo melhor descrito no tópico três, mas se refere aos mecanismos que impõem a heterossexualidade como norma, como natural e sob a marca de um ideal/moral.

2 Possíveis traduções para o termo *queer*: anormal, esquisito, estranho, excêntrico etc.

3 Essa experiência e alguns temas aqui citados foram ensaiados no período da pesquisa (MENEZES & BATISTA, 2013, 2014), (MENEZES & SANTOS, 2012), (MENEZES, 2016, 2014, 2012).

tal, fui convidada para ver uma peça da qual não tinha nenhuma referência, a sinopse que se lia minutos antes da abertura das cortinas cumpriu minimamente essa função:

um casal de lavradores simples que no meio da seca descobre o amor e foge. Pressentem que ‘algo’ de perigoso paira sobre seu amor. *Agreste* é um expressivo manifesto poético, uma fábula sobre ignorância, preconceito e amor incondicional (CIA. RAZÕES INVERSAS, 2010, p. 29)

De certa forma foi bom não imaginar, não ter informações, nem antecipar qualquer análise sobre a peça. O enredo começava contanto a estória de duas pessoas que se conhecem muito vagarosamente num encontro diário e silencioso, cuja distância sempre era a exatamente cinco metros entre uma cerca que os separavam. Esses acontecimentos preenchiam o tempo do casal durante semanas, meses e anos.

Ele andava muito para encontrá-la. Mas quando se viam, ficavam, no mínimo, a cinco metros de distância. Nem um centímetro a mais ou a menos. Exatos cinco metros. Sempre. Uma cerca os separava.

(...) Precaviam-se. Se chegassem muito perto, Deus sabe o que aconteceria. Tinha alguma coisa no amor deles que não devia acontecer. Mas aconteceu. (MORENO, 2004).

Pairava no ar certa aflição, pois este “algo” os bloqueavam a tocarem-se, e mesmo a falarem/entenderem sobre seus sentimentos. A maneira como a peça era contada causava curiosidade, estranhamento e confusões, pois unicamente dois atores⁴ assumiram

4 Paulo Marcello e Joca Andreazza.

todo o enredo. Eles faziam a passagem: em determinado momento assumiam os personagens, em outros, os narradores. Havia ocasiões em que a fala de um sobrepunha a fala do outro, esses elementos me remetiam a forma de como lidamos com as transitoriedades, a dificuldade de lidar com questões instáveis. São características em que o suspense te envolve ao ponto de ficar ansiosa sem entender este “algo” que os separavam e na espera de alguma consumação.

O suspense e a técnica do “narrando e sendo o personagem”, são elementos que associei aos movimentos, flexibilidade e aflições, que parecem fazer mais sentido ao passo que a peça vai chegando ao fim. Também fiz conexões com aquilo que lia no momento: algumas obras sobre a teoria *queer*, fato que me fez refletir sobre como a sexualidade vai se construindo nos sujeitos e na sociedade.

Pode-se sugerir que a própria cerca simbolizada na trama era por si só uma metáfora da dificuldade desse amor para além do obstáculo físico, pois os apaixonados faziam um esforço de ignorarem para si mesmos o furo da cerca, que durante anos e meses fingiam não ver o buraco que só fazia crescer.

Tinha alguma coisa no amor deles que não devia acontecer. Mas aconteceu. Por meses, anos. Eles e a cerca.

(...) Descobriram um furo na cerca!!!

Incertos. Fingiram não vê-lo. Era um buraco enorme como o sertão. Fingiram por uma semana. Duas. Um mês. A dúvida.

Mas o buraco crescia, como querendo se exhibir.

(...) Se ele tocasse nela? Se ela aceitasse ele?

Às veis, é preciso muita coragem para dar um passo (MORENO, 2004).

O narrador nos contava que após semanas, meses e anos, o que não parecia acontecer, aos vinte minutos de espetáculo, acon-

teceu! Maria brinca de se encher de coragem: pensando estar só, ela resolve e atravessa a cerca que os separavam. Etevaldo que se escondia atrás de um arbusto vai ao seu encontro, e extasiados de medo e alegria, fogem para muito, mas muito longe.

Naquela manhã, ela foi sozinha. Firmou-se frente ao buraco. Tomou coragem e cruzou. Acalmou-se aos poucos. Respirou, deu um passo, dois (...). O que ela não sabia, era que ele estava lá. Olhando-a boquiaberto detrás do arbusto (...). Ele ultrapassou o limite dos cinco metros, aos poucos. Alcançou o hálito nervoso dela. Talvez quarenta e cinco centímetros. Atravessaram! (MORENO, 2004).

Na fuga, quando já não aguentavam o clima seco, sem comida e sem água, em meio a delírios, uma mulher aparece e os leva para um vilarejo. Lá eles constroem um casebre e fincam-se ali por vinte e dois anos, e como diz a peça “até hoje”. Os vizinhos os consideravam um casal discreto, honesto e trabalhador, os admiravam, mas se incomodavam com o fato de Maria ainda não ter “pego bucho”.

Um clima romântico e de alívio emerge na plateia. A cena era típica de um beijo. Percebi que eu procurei uma referência feminina, perguntava-me: os dois atores se beijariam? Logo reparei a minha referência heteronormativa vigente, porém ao mesmo tempo torcia para que os atores consumassem a cena do beijo. Algo que não ocorreu, mas me serviu para valorizar a importância da construção da *performance* e sinalizar a minha procura dicotômica pela fêmea.

Esperaram a plateia respirar aliviada e sonhar com um final feliz, porém logo outra tensão se instalava. Com tom áspero, o narrador prossegue o conto: certa manhã, Maria aos poucos se dá conta que Etevaldo está desacordado e descobre seu falecimento. As vestideiras aparecem para preparar o corpo do falecido, e

perguntam a Maria se ela preferia vesti-lo, atordoada pela perda e aparentando timidez, confessa que nunca viu seu marido nu.

Morto, ainda vestido para o trabalho, ele dormia sob a mesa da sala. Uns candeeiros velavam o corpo, resguardando sua imagem.

As vizinhas foram adentrando. Vinham fazer quarto pro morto (...).

A vestideira: quer vesti-lo, fia? Ou quer que nós ajude?

A viúva: não. Pode trocá.

Contador: um minuto depois, deixou escapar...

Viúva: nunca que vi Etevaldo nu.

Contador: revelou. Como se nem ela mesma quisesse ouvir aquela confissão.

À noite. No breu. Através do lençol. Desconhecia aquele corpo, mas amava-o. Confessou, roxa de vergonha. E era a primeira vez que ela falava com alguém mais que duas sentenças.

Viúva: se for pra eu trocá, vou ter que apagar o candeeiro. Aí vai dar uma trabalhadeira da gota serena (MORENO, 2004).

As vestideiras, com certo deboche, se incumbem pelo preparo e começam a desnudar o defunto, porém ao retirarem a peça íntima ficam perplexas. Ficam ali olhando e tentando encontrar o pênis daquele falecido marido. Uma delas exclama: “*Tabaco! O marido dela é fêmea!*” De imediato abandonam o corpo e espalham a notícia pelo vilarejo.

De súbito, uma multidão fez fila na porta do quarto. Uma mulher despida sob a cama e outra de costas olhando o retrato de Jesus.

A viúva não entendia nada. Não entendia a morte. Não entendia homem. Naquele momento, só entendia a perda (...).

Nisso, o padre chegou e foi direto cobrir o defunto, ou melhor, a defunta. Expulsou a todos. Trancou-se mais ela. Ressuscitou um candeeiro. Tomou coragem várias vezes para falar algo. Ponderado, começou: minha filha, você dormiu com uma mulher...

Eles sabem que eu sei que ele é mulé. Pelo menos se tivesse me chamado antes, nós teríamos feito de outro jeito. Ninguém tomaria conhecimento, minha filha. Já enterrei gente que nem você e ela... Etevaldo. Gente que morreu fazendo menos barulho. Você o ama?

Viúva: num sei o que é isso não. Eu queria ir mais ele.

Padre: que Deus lhe abençoe. Herege! Herege!! Herege!!

(MORENO, 2004).

A descoberta de um corpo e uma genitália que não cumpri com as expectativas das normas sociais produzem efeitos não só na trama da peça, suas rupturas alcançam também a plateia, que se emudece, me insiro nela, pois também fui surpreendida ao perceber minhas referências binárias. A partir daí o clima romântico deixa a cena para o fim trágico:

Cercaram a casa. Enterravam-nas vivas. Não se sabe quem foi, nem quantos eram, nem quem ascendeu o primeiro fósforo. Começaram a incendiar o casebre. Mal sabiam que dentro a viúva agradecia a bênção de morrer com Etevaldo. Temia muito mais viver sem ele, por certo. O fogo já ganhava as paredes, mesmo assim a viúva retirou o lençol que lhe cobria o corpo, viu ele por inteiro pela primeira vez. Descobriu então que era mulher. Pôs-se ao lado de Etevaldo. Beijou-o na boca. O que nunca tinha feito antes. Abriu-lhe os olhos no meio do beijo enquanto o fogo já ganhava a casa inteira. O dia amanhecia e as fagulhas resistiam queimando, por dias, cinzas, silêncio.

As fagulhas em suspenso como um eco pairavam sobre lavouras, varais e gerações. Cruel... a natureza é. Dá o sol na desmedida. Dá o corpo na desmedida. Dá o amor na desmedida (MORENO, 2004).

Apesar de *Agreste* ter evidenciado uma espectadora heteronormativa e binária, por outro lado, foi desta forma que esta obra desconstruiu um olhar hegemonicamente estruturado em dicotomias, desmembrando e desconstruindo as questões do corpo, gênero e sexualidade, e sob a qual, esta espectadora, ao tornar-se pesquisadora, se insere também como próprio objeto de análise, o que pode ser conferido na dissertação de mestrado: *Entre os frios da razão e o estremecer das doçuras* (MENEZES, 2014).

3. GÊNERO, **QUEER** E AGRESTE

O conceito de gênero, em meados dos anos 70 estava vinculado ao sexo biológico, logo, ele era tido como algo da natureza e fixo. Porém, no final da década de 1980 há uma imersão de pensadoras/es que começam a questionar essa ligação entre sexo e gênero, denunciando a universalidade da fixidez dessa base biológica que dividiria a humanidade em dois sexos, portanto, dois gêneros (PISCITELLI, 2008).

Uma das autoras de destaque que também iniciou a discussão foi Scott (1995), para ela a categoria gênero é uma categoria de análise histórica, criada para fazer oposição a um determinismo biológico que gesta diferenças nas relações homem/mulher. Ao criar gênero como categoria de análise, a autora propõe uma transformação e um olhar crítico às premissas e aos critérios cientificamente utilizados. O uso do termo recusa enfaticamente as explicações biologizantes, ele indica as construções culturais dos papéis

sociais atribuídos aos homens e às mulheres, explicitando que a origem dessas identidades subjetivas são exclusivamente sociais.

Portanto nesta concepção, gênero passa a ser a imposição social sobre um corpo sexuado, assim ele se tornou útil para os estudos *queers* por proporcionar uma distinção entre prática sexual e papéis sexuais distribuídas aos homens e às mulheres, em que o termo dá ênfase às relações que incluem o sexo, mas do qual ele não determina a sexualidade propriamente dita (SCOTT, 1995).

O termo *queer* surge pela primeira vez na esfera acadêmica, de acordo com Gamson (2006), por Teresa de Lauretis, em fevereiro de 1990, na Universidade da Califórnia. A palavra já era/é comumente usada no dia-a-dia para insultar pessoas, cujos comportamentos transgridem as normas consensuais sexuais e de gênero. Uma tradução possível do termo sugeriria que *queer* é “o esquisito sexualmente falando”, um comportamento avesso às assimilações e classificações.

A estratégia de utilizar o insulto como nome de uma teoria, que na verdade, são diversos estudos de variados autores, tem ligação com concepções emergentes do seu próprio nascimento, como compreender que gênero e sexualidade estão sempre por se fazer, que são concepções relacionais e processuais que consideram o discurso científico como uma construção de verdade que coloca em permanente tensão a relação saber e poder.

Inspirados em encontros teóricos que analisavam a categoria do sujeito como um processo, o insulto se torna arma política, sob influência de autores, como Foucault (2001), se questionam como os “anormais” foram construídos para serem anormais, deste modo, o *queer* aparece como uma denúncia das relações de poder que estão relacionadas sobre os discursos de saberes tido como verdades sobre o corpo, gênero, sexualidade, entre outras questões.

Embora existam muitos teóricos que simpatizam por essas correntes, os autores mais conhecidos apropriados pelos estudos *queers* são Jacques Derrida, Michel Foucault e Judith Butler, os dois últimos colocaram em evidência que o termo sujeito é um termo em processo, em constante devir, o primeiro também faz uma severa crítica à metafísica ocidental, que juntamente com os demais criticam as formas essencializadoras que a ciência opera, cristalizando identidades e estereótipos. De um modo geral, os autores evidenciam os efeitos dessa forma de produção de conhecimento que estão atrelados a interesses políticos. Esses estudos pretendem desvendar a centralidade da sexualidade na sociedade contemporânea, fazendo oposição às normas socialmente aceitas (MISKOLCI, 2009).

Nos anos 60, 70, 80 e 90 ocorreram várias produções, debates e controvérsias entre as teorias feministas, pós-estruturalistas, críticas psicanalíticas e marxistas que questionavam as premissas científicas, categorias e formas de análise que dimensionaram diversas questões muito além do gênero e da sexualidade, como por exemplo, a problematização da própria economia-política do conhecimento.

Apontar a ciência vinculada à administração das diferenças e com fins políticos, é um dos enfoques da obra *O anti-édipo, capitalismo e esquizofrenia*, de Deleuze e Guattari (1976). Coloca-se em evidência os problemas da psicanálise tradicional, os autores a veem como uma ciência que é influenciada pela ideologia/teologia, que com seu refinado discurso, impõe a tríade burguesa papae-mamãe-filho, no qual o paciente fica restrito a responder um único desejo (papai-mamãe), as demais produções desejantes são esmagadas pelo discurso desta especialidade que funciona como ferramenta de controle sociais, e se a função é esta, o tratamento que dificilmente tem fim, torna-se muito mais lucrativo.

Ainda na esfera da psicanálise, Foucault (2001), um dos pioneiros a colocá-la em dúvida, também nos fornece diversas críticas, como afirmar que existe uma relação proporcionalmente solidificada, enquanto o jurídico estaria para a resolução das questões provenientes das famílias populares, a psicanálise estaria para a família burguesa. Para ele, esta ciência promove um conjunto de discursos que não tem finalidade a clínica, mas para controle das condutas, comportamentos e desejos.

Muitas fendas ficaram (e ainda ficam) abertas nos encontros e debates desses autores de múltiplas correntes citadas anteriormente, enquanto uns procuravam ver o sujeito como uma página em construção, outros como, os estudos gays, lésbicos e de gênero de algumas vertentes feministas ainda insistiam em utilizar os pressupostos naturalizantes, binários e continuavam/am a essencializar o sujeito, é neste contexto que os estudos *queers* se unem para contrastar e romper com a concepção cartesiana do sujeito como portador de uma base ontológica e epistemológica (MISKOLCI, 2009).

Embora *queer* seja um termo oriundo dos Estados Unidos, e alguns autores tenham produzido nesta região e na Europa, a ideia central desses estudos foi/é contemplada em estudos de diversos países, mesmo que no passado, muitos não intitularam este termo, que por ser importado, na ocasião era possivelmente desconhecido, e talvez incoerente com o contexto cultural e idioma, mesmo assim, já havia registros de estudiosos que criticavam as categorias essencializadoras atribuídas aos sujeitos, quando estes passam por constantes processos de construção.

Para abordar a ideia central desses estudos aciono Salih (2012), esta afirma que a teórica feminista, Judith Butler, deve ser considerada uma teórica *queer*, pois ao elaborar sua genealogia das ontologias de gênero, esta coloca em evidência a concepção de su-

jeito como um processo a se construir constantemente, assim como Foucault, tem como desafio a característica fundamental de des-sencializar o sujeito.

Adicionar sinônimos possíveis para o termo *queer* pode nos ajudar a entender melhor o que está embasando esses estudos, cabe lembrar que a chamada teoria *queer* é aberta, e isto tem coerência ao que ela propõe, citando Sedgwick (1990) podemos visualizar mais apropriadamente que o termo *queer* pode ser entendido como algo indefinível, instável, atravessado, estando continuamente em processo. Desta forma, catalogar, “enumerar, classificar ou dissecar as sexualidades disparatadas” (MISKOLCI & SIMÕES, 2007:10) não é o propósito dos estudos *queers*.

A recusa em classificar dificulta a distribuição de políticas públicas, pois neste caso, concordando e utilizando Scott (2005), a identidade é vista de forma equivocada: como entidade eterna, porém deveria ser vista como processos políticos e sociais para melhor se compreender a discriminação social que lhe concerne.

No entanto, voltando às questões *queers*, compreende-se por disparatado aquilo que Foucault empregou como um contrasenso, ação ilógica ou estúpida, termos necessários ativados pelo dispositivo de sexualidade a instituir a construção social daquilo que entende-se por normalização, assim as associações aos disparatados estariam ligados à esfera da loucura e anormalidade reafirmando aquilo sob o qual se distingue a construção da normalidade (MISKOLCI, 2009).

É desta forma que a teoria *queer* busca analisar a categoria daquilo que se entende, e que foi naturalizado como normalização, questionando o que é esse normal e esse patológico? Como foram construídos? E como esses “desviantes” são construídos como desviantes? O exercício, portanto envolve uma série de análises que

possibilita trazer à luz as relações de poder imbuídas não só nas relações sociais, como também em seus discursos, que servem para construir saberes-poderes gestando diferenças, hierarquias e opressões sociais (MISKOLCI, 2009).

Muitas questões, por mais adversas que sejam, acabaram fortalecendo as correntes *queers*, uma delas é o fato de que entre 1980 e 1990 a epidemia do vírus HIV/Aids era vista de maneira enviesada, pois se associava a doença com as práticas gays, o que reforçou a divisão entre “cultura hétero” versus homossexuais. Termos expressavam a forma violenta que se processava na época, como “praga gay”, esses acontecimentos fortaleceram a relevância do que a teoria *queer* estava propondo: investigar e desconstruir categorias, “afirmando a indeterminação e a instabilidade de **todas** as identidades sexuadas e ‘generificadas’” [grifo meu]. Essa investigação de como a “normalidade” foi/é construída se fez importante, pois, a partir dessas e outras pesquisas se revelou que a hegemonia das identidades apresentadas como “héteros, legítimas, singulares, e estáveis, têm de *queer* por debaixo de sua aparente ‘normalidade’” (SALIH, 2012, p.20).

Um dos mais desafiantes propósitos dos teóricos Michel Foucault e Jacques Derrida é operar de tal forma que não se crie novos binarismos, se propõe desconstruir as bases da metafísica ocidental, não se fixar nas categorias heterossexual/homossexual, mas operar desconstruções que dissolvam dicotomias, ao fazer isso, abala-se o centro idealista de uma presença essencial. Este centro que tem como fundo uma influência ideológica/teológica articulam discursos saberes e poderes que gerenciam um princípio organizacional da vida social, administrando as diferenças, distribuindo lugares e *status* sociais.

De acordo com Foucault (2005), os discursos nos fazem, assim como nos interpelam no corpo, logo, para ele, o sexo é também efeito dos discursos, se estes são de proibição, é também de incitação, portanto o discurso que veta uma prática sexual, por certo também o produz. Compreender estratégias políticas que articulam, gestam e justificam o uso das diferenças na construção social de uma hierarquização de lugares em determinada cultura, de um modo geral, é o que os estudos *queers* também têm como tarefa.

Na necessidade de demarcação de lugares ocorreu que, no século XIX, de acordo com o autor, fez-se relevante a invenção da homossexualidade e do sujeito que a praticava, pois precisavam sanear, regular e normalizar as ações sociais tendo como referência as distinções para tal hierarquia. A relação de presença e ausência de Derrida pode ser lida como relacionada a essas demarcações de *status*, pois para haver algo, este deve se distinguir de outro, logo, para haver heterossexual com *status* de “normal”, “estável” e “aceito”, era preciso haver o homossexual, “anormal”, “instável”, “abjeto”, “obsce-no”. O suplemento é feito por meio das diferenças e o que aparenta estar fora já está dentro, e aquilo que se naturaliza é resultado de uma construção social histórica (MISKOLCI, 2009).

A linguagem para Derrida funciona como um *sistema de diferença*, em que “a significação é dependente do que está ausente” (SALIH, 2012:47). Desta forma, para se analisar os binarismos no âmbito de uma desconstrução crítica, não se deve fazê-la de modo separado, como diz o autor no *Phármakon* de Platão:

não se pode na farmácia distinguir o remédio do veneno, o bem do mal, o verdadeiro do falso, o dentro do fora, o vital do mortal, o primeiro do segundo etc. [...] o *phármakon* é o mesmo precisamente porque não tem identidade (DERRIDA, 2005, p.122).

As atribuições linguísticas de Derrida somam-se na teoria *queer* com as concepções foucaultianas, nas quais, a sexualidade é um dispositivo histórico de poder, em que os discursos que formam os saberes/poderes funcionam como enunciações de verdades. Foucault (2005) também aponta que não pode haver binarismo, ao analisar o que se diz e não se diz, não se pode fazer divisão, mas analisar as distribuições da fala, de quem tem a autoridade da fala e quem não tem, qual discurso é legitimado e permitido, ou como uns se dirigem aos outros no momento da pronúnciação, além disso, se deve observar suas formações, o silêncio como parte da fala e as estratégias que permeiam os discursos.

A heterossexualidade como ordem social hegemônica é solidificada por conjuntos de discursos de saberes e poderes que se tornaram regulares. Uma série de elementos assegurou durante muito tempo a heterossexualidade compulsória, um termo mais usual no fim do século XIX, em que se prendia, internava, medicalizava aqueles que eram considerados homossexuais. Na medida em que a homossexualidade deixa de ser uma conduta considerada patológica e criminosa, em meados da segunda metade do século XX, emerge outro termo mais apropriado ao contexto atual: a heteronormatividade, uma série de discursos e práticas disseminam o “tipo ideal” legitimado: os heterossexuais. A partir dessa referência, aparatos regulamentares normalizam as condutas e os corpos dos homossexuais, porém não com a finalidade de que esses abandonem suas práticas, mas que se comportem e se formem neste modelo ideal da heterossexualidade (MISKOLCI, 2009).

Outros autores nos auxiliam a entender como foram e são essas práticas normalizadoras, concomitantemente adicionarei o contexto do objeto proposto por este capítulo: a peça *Agreste*. Diante do que está exposto, penso que o espetáculo foi escrito, encena-

do, produzido, patrocinado e assistido numa sociedade cuja ordem hegemônica é a heteronormatividade, este termo conceitualmente cunhado por Lauren Berlant e Michael Warner (2002) expressa que estruturas de compreensão, orientações práticas e instituições operam para que a heterossexualidade se legitime como a forma coerente da sexualidade, mas mais que isso, para que ela seja privilegiada. Para ter eficácia, todo um aparato de signos se coaduna, como os aspectos linguísticos e pessoais, com a finalidade de que essa conduta sexual seja absorvida como se fosse natural, desta forma, se projetando como um ideal/moral.

Imposto o referente ideal heterossexual, opera-se sempre o pressuposto de que todos os seres humanos são “naturalmente” heterossexuais até que, como ocorreu com Etevaldo, se prove ao contrário. No enredo da peça, se o pressuposto heterossexual não fosse ameaçado, a trama não se transformaria em uma tragédia, nem acometeria uma perplexidade na plateia. Isso se evidencia, pois a revelação do corpo e de sua genitália marca um divisor de águas: antes da descoberta do órgão do defunto, quando pressupunham uma sexualidade “coerente” bajulavam o casal com elogios; após a consumação de que o marido, na verdade, tinha uma vagina, o tom elogioso e romântico saem de cena apontando a aflição de um final violento.

Esse enredo lúdico que empresto das artes cênicas nos facilita abordar Foucault (2001) quando este coloca muito claramente como as fábulas científicas construídas e transmitidas pelos discursos médicos sobre a patologização das práticas sexuais, como a masturbação, funcionam como dispositivos que colocam o corpo como o primeiro objeto a ser controlado: “o discurso da sexualidade não se aplicou inicialmente ao sexo, mas ao corpo, aos órgãos

sexuais, aos prazeres, às relações de aliança, às relações inter-individuais etc.” (FOUCAULT, 1979, p. 259).

Um controle em que as normas sociais atualizam cotidianamente, como a essencialização das categorias homem/mulher, opondo-os, criando diferenças sexuais, estas são chamadas de gênero, mas para diversos teóricos, como Butler (2003) este termo é produto de uma invenção social e histórica dos sexos que tem o corpo/genitália como objeto de materialização do discurso sobre gênero. É uma estratégia complexa de controle que cola o gênero no corpo, cujo sucesso absoluto se torna eficaz quando define a opção sexual nos termos da heterossexualidade.

Essa complexa engrenagem de dar corpo ao discurso, legitimá-lo, de colar e naturalizar o gênero no corpo é uma forma de controlar a sexualidade. O corpo é produzido por um conjunto ideal de normas, é o que a autora denomina de “ideal regulatório”, é um poder de produção de marcas e diferenças. Opera-se uma prática performática que funde o gênero no sexo, com a finalidade de implantar a diferença sexual e consolidar o imperativo heterossexual (BUTLER, 2002).

Butler (2003) refere-se aos gêneros inteligíveis como uma lógica imposta sobre sexo/gênero/desejo/práticas sexuais, de um modo geral, o comportamento social apreendido, feminino ou masculino, chamado gênero, tem por meio desta lógica essencializar tal comportamento como se fosse natural e biológico. Este enredo de *Agreste* pode nos ajudar a compreender a articulação desses elementos na medida em que, tanto Maria como Etevaldo, rompem a lógica dos gêneros inteligíveis.

Se a primeira tem a genitália vagina, de acordo com a heteronorma, o gênero apreendido socialmente deve impor a ela um

comportamento feminino, logo desejar seu oposto e ter práticas sexuais com genitália diferente, e que este oposto tenha comportamento masculino. A ruptura de Maria consolida-se na medida em que esta desejou o oposto enquanto comportamento masculino, mas este não possuía genitália diferente. Por sua vez, Etevaldo, rompe com os gêneros que são inteligíveis, pois seu gênero (comportamento masculino) não corresponde ao que é imposto para o órgão que carrega no corpo, uma vagina, acrescido da ruptura de que não deseja seu oposto enquanto órgão genital, assim como, as práticas sexuais impostas por essa lógica são deslocadas pelo casal.

Logo, a incompreensão naquele vilarejo explica o termo “inteligível” escolhido pela autora para elucidar o que é compreendido e apreendido socialmente e colado no corpo para naturalizar o comportamento e a sexualidade, e que o casal desta estória - baseada em fatos reais - denunciam ser uma falácia, uma vez que Maria e Etevaldo conseguem descolar o que seria tido como “natural”: sexo/gênero/desejo/práticas sexuais. O efeito ininteligível da imposição dessa lógica se pode ver tanto no desenrolar da trama que finda para uma tragédia, como na sua consequência espantosa na plateia.

Qual é o objetivo desta lógica para a autora citada acima? Compreende-se que tal articulação é uma estratégia de impor gênero como algo que vem da natureza e não da cultura, por último, tal engrenagem objetiva controlar os corpos para se fazerem sob uma única referência: a heterossexualidade. Antes mesmo do nascimento de um bebê todo aparato simbólico heteronormativo já está acionado, e permanece reinante, pois, “após o nascimento da criança, os investimentos discursivos dirigem-se para a preparação do corpo, a fim de que este desempenhe com êxito os papéis de gênero: bonecas, saias e vestidos para as meninas; bolas calças, revólveres para os meninos” (BENTO, 2006, p.89).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portanto as problematizações no espetáculo *Agreste* provocam rupturas que deslocam as imposições da cultura heteronormativa desconstruindo corpo, gênero e sexualidade, colocando em questão uma série de binarismo como homem/mulher, feminino/masculino, heterossexual/homossexual, natureza/cultura, conhecimento/desconhecimento. *Agreste* descentraliza o centro falocêntrico, seu manifesto poético é desconstrutor e “desconstruir a oposição é primeiro, num determinado momento, inverter a hierarquia” (DERRIDA, 2001, p.48).

Beauvoir com sua famosa frase: “ninguém nasce mulher: torna-se mulher” (1967, p.09), nos elucidada o quão gênero refere-se aquilo que fazemos, não ao que somos. Etevaldo torna-se homem, assim como alguns se tornam heterossexuais ou homossexuais, tornam-se femininos ou masculinos. A existência humana não está separada de ações sociais, logo, natureza não antecede cultura, o social é construído, e os corpos biológicos estão atrelados a atos culturais, que ao se repetir durante anos, naturalizamos.

Muito embora, como diz Derrida (1973), toda transgressão tem sua regressão, em *Agreste* não foi diferente. Possibilita-me aqui apontar para a relação em que Maria e Etevaldo reforçam a dicotomia macho/fêmea, pois as distribuições de papéis foram atribuídos segundo esta lógica binária, no entanto, num contexto regional do agreste pernambucano, isso poder ser encarado como diz Foucault (1988) como uma estética de existência, como uma prática de resistência para se viver de um modo que seja possível (Etevaldo performatizando homem). Naquele momento, considerando o poder heteronormativo ali inserido, fato que, ao Etevaldo sair do armário, colocaria sua vida em risco, é como diz Sedgwick, viver ou sair do

armário “nunca são questões puramente herméticas. As geografias pessoais e políticas são, antes, as mais imponderáveis e convulsivas do segredo aberto” (SEDGWICK, 2007, p.39).

A experiência como espectadora também me fez refletir sobre as reações sinestésicas⁵ desta obra de arte, que ao produzir diversas maneiras de sentir, questioneei a célebre frase de Descartes, quando este diz, “penso, logo existo”, pois a peça me sugestionava outra: “experimento e logo me construo ou me desconstruo”. Foi desta forma que os conceitos de corpo, gênero e sexualidade foram se reelaborando, ressignificando também a importância da aprendizagem através dessas sensações corporais, que me fez perceber que eu não só estava lendo sobre heteronormatividade, assim como vivia nessa cultura, e por isso mesmo também era veículo de transmissão dela.

Minimamente sugeriria que ocorreu uma etnografia performatizada, este termo foi denominado por Victor e Edith Turner e compreende um conjunto de exercício que fornecem um entendimento cinético do “outro”, uma espécie de “visão de dentro” (SCHECHNER, 2011). Esse conjunto de percepções evidenciou que o corpo não é só objeto de controle sexual, mas muito além disso, um objeto que não é relevante para a sensibilidade sensorial importante para cognição, logo é domesticado e não estimulado para as potências sensoriais de extrema absorção na processo de aprendizagem.

Estética cultural, teoria e drama social estão intimamente relacionados, pois de acordo com a experiência ao assistir uma ficção e a partir desta análise, concluí-se que a obra é fruto de um

⁵ São percepções relacionadas às sensações visuais, auditivas, táteis, olfativas, palatáveis, cinestésicas (percepções sensoriais relacionadas aos movimentos corpóreos), afetivas e imaginárias.

árduo trabalho na produção de uma *performance*, em que somos impelidos a suspender e deslocar nossas certezas. Logo, promoveu-se a oportunidade de refletir sobre os conceitos tratados neste capítulo e de fazer um exercício que ainda é tido como irrelevante (ver a arte como um importante produto de reflexão social), mas potencialmente rico para problematizar questões sociais, desta forma se analisou a partir de uma produção artística e de seu experimento a desconstrução do corpo, gênero e sexualidade, na tentativa de permear, de modo lúdico, os desdobramentos *queers*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGRESTE. MORENO, Newton; AURELIO, Marcio. **Texto e encenação de obra artística teatral**, 2004.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**. 2ª. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1967.

BENTO, Berenice. **A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual**. Rio de Janeiro: Garamond, 2006.

BERLANT, Laurent e WARNER, Michael. Sexo em Público. In: Jiménez, Rafael M. M. (editor) **Sexualidades Transgressoras**. Barcelona: Içaria, 2002.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

_____. **Cuerpos que importan: sobre los límites materiales y discursivos del “sexo”**. Buenos Aires: Paidós, 2002.

CIA. RAZÕES INVERSAS convidada para abertura do Festival Agosto de Teatro. **Ler ou não ler: Informativo do Festival Agosto de Teatro**, Natal, RN, p.2, 9 out. 2010.

DELEUZE, Gilles e GUATTARRI Félix. **O anti-édipo, capitalismo e esquizofrenia**. Rio de Janeiro: Ed. Imago, 1976.

DERRIDA, J. **Gramatologia**. Tradução: M. Schnaiderman e R. J. Ribeiro. São Paulo: Editora Perspectiva, 1973.

_____. **Posições**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

_____. **A farmácia de Platão**. São Paulo: Iluminuras, 2005.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I**. A Vontade de Saber. Rio de Janeiro: Graal, 2005.

_____. **Os anormais**. São Paulo: Martins Fontes, 2001.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1979

_____. **História da Sexualidade II**. O Uso dos Prazeres. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

_____. **História da Sexualidade III**. Rio de Janeiro: Graal, 1988.

GAMSON, Joshua. As Sexualidades, a Teoria *Queer* e a pesquisa qualitativa. In: DENZIN, N. **O planejamento da Pesquisa Qualitativa**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

MENEZES, S. P. **Rompendo Cercas: afetações etnográficas e a desconstrução do gênero a partir do espetáculo Agreste**. Campina Grande: ADUFCG, 2016.

_____. **Entre os frios da razão e o estremecer das doçuras: a desconstrução do gênero a partir de uma experiência etnográfica no espetáculo Agreste**, PPGCS/ UFCG, Mestrado, 2014. 113f.

_____. BATISTA, M. R. R. Afetações em campo: Agreste e o desafio da experiência etnográfica. In: **18º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. Recife. 2014.

_____. & BATISTA, M. R. R. Etnografar - uma etnografia das afetações no espetáculo teatral Agreste. In: **III Seminário Internacional Enlaçan-**

do Sexualidades. Salvador. III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades, Salvador, 2013.

_____. & SANTOS, M. C. B. Estudo comparativo sobre o controle dos corpos: 'A pele que habito' e Estado. In: **XV Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste e Pré- ALAS Brasil. Teresina**. Anais do 15º Encontro de Ciências Sociais do Norte e Nordeste, Teresina, 2012.

_____. Eu não "falo" no espetáculo teatral Agreste. In: **17º Encontro Nacional da Rede Feminista Norte e Nordeste de Estudos e Pesquisa sobre a Mulher e Relações de Gênero**. João Pessoa, 2012.

MORENO, Newton. Texto teatral: *Agreste*, 2004.

MISKOLCI, R. & SIMÕES, J. Dossiê Sexualidades Disparatadas In: **Cadernos Pagu**. Campinas, nº 28 p. 9-18, 2007.

_____. A Teoria *Queer* e a Sociologia: o desafio de uma analítica da normalização. In: **Sociologias**. Porto Alegre: PPGS-UFRGS, 2009.

PISCITELLI, A. Interseccionalidades, categorias de articulação e experiências de migrantes brasileiras. In: **Sociedade e Cultura**, 11, 263-274, 2008.

SALIH, S. **Judith Butler e a Teoria Queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.

SCOTT, Joan W. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, vol. 16, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1995.

_____. O enigma da igualdade. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, p.11 a 30, janeiro/abril de 2005.

SCHECHNER, Richard. Pontos de contato entre o pensamento antropológico e teatral (tradução de Ana Letícia de Fiori). In: **Cadernos do Campo**, nº 20, p. 213-236, 2011.

SEDGWICK, Eve. **Epistemology of the Closet**. Londres: Penguin, 1990.

_____. A Epistemologia do Armário In: **Cadernos Pagu**. Campinas: Núcleo de Estudos de Gênero Pagu-UNICAMP, 2007.

GÊNERO E MOVIMENTO FEMINISTA: BREVE DESCRIÇÃO DE LUTAS DAS MULHERES BRASILEIRAS

Magnólia Ramos de Oliveira

1. INTRODUÇÃO

Durante muito tempo o termo “sexo frágil” era tido como sinônimo de “ser mulher”. Atualmente, entretanto, esta expressão é completamente questionada, não apenas levando em consideração a força que possuem quando enfrentam as adversidades e desconfortos em relação aos aspectos biológicos, como as dores que acompanham as mulheres no parto, período de desconforto menstrual, variações hormonais e de humor das tensões pré-menstruais, mas a força que possuem também a nível de atitudes.

Neste artigo será destacada a força das mulheres nas lutas de resistência à ditadura militar, em que necessitavam usar arma, na qual provavam sua coragem e capacidade de combate, os espaços adquiridos na sua trajetória e a perseverança em mantê-los além de vislumbrar novos.

Esse *paper* tem como objetivo descrever a evolução histórica do movimento feminista, destacando o percurso e lutas das mulheres nos anos 1960, 1970, 1980 e alguns aspectos relativos aos anos posteriores. Retratar essa história é direcionar mérito a todos os ganhos que são vistos na atualidade e que povoaram ações de mulheres determinadas das décadas passadas.

Para tanto, abordaremos temas que retratam as lutas e discussões do feminismo que conseguiram modificar a realidade, como no caso da mobilização do Clube das Mães em São Paulo (1979). Para maior clareza e melhor apresentação do tema, esse artigo se divide em tópicos explicativos, que buscaram, de maneira resumida, apresentar os aspectos destacáveis nas diferentes décadas contadas a partir dos anos 60. Antes de sua efetiva explicação, buscou-se elucidar o conceito de gênero além da discussão atribuída ao patriarcado, dominação e psicanálise na visão do feminismo.

Sendo assim, esse *paper* encontra-se dividido em seis partes. A primeira parte, delinea o conceito de gênero, usando o referencial de autores como Pinheiro (2007), Rosaldo (1980), Butler (2008), Scott (1990), que descrevem como se deu a origem, além das críticas atribuídas ao conceito de gênero.

A segunda parte se detém à explicação dos aspectos que ainda se busca confrontar e superar, tais quais: a violência simbólica (BOURDIEU, 2014), a perspectiva da dominação e poder masculino, lógica do patriarcado. Para tanto utilizou-se autores como: Bourdieu (2014), Weber (2004), Costa (2012), Nye (1995) e Beauvoir (2009).

Já a terceira parte, se destina a descrever o período prévio da grande reverberação do movimento das mulheres, em suas primeiras lutas no final do século XVIII e início do século XIX, um discreto prenuncio o que viria a ocorrer depois.

Na quarta parte são apresentados os percursos históricos dos anos 1960 e 1970, início da ebulição feminista. O grito das mulheres saiu em prol de suas escolhas, prazeres e autonomia, os primeiros grandes resultados recebidos. Os autores que nortearam essa parte da discussão foram: Schmidt (2000) e Sarti (2004).

Na quinta parte enfatizamos os anos 80, mostrando os frutos surgidos depois das mobilizações das décadas anteriores. Os pensamentos de Costa (2012) e Sarti (2001) embasaram a construção das ideias desse tópico.

Por fim, a sexta parte se centra na descrição dos anos 90. Esse período foi marcado pelo declínio das mobilizações e as adesões surgidas ao movimento. Para descrever sobre esse novo formato do movimento e da nova mulher, foram utilizados os autores: Badinter (2005), Soares (2006), Silva (s.a) dentre outros.

2. CONCEITO DE GÊNERO

A compreensão do conceito de gênero é de grande importância para assim também compreender a sociedade, essa foi uma das conquistas atribuídas ao movimento feminista. Pinheiro (2007) apresenta o gênero como “desnaturalizador” do que é socialmente construído, ou seja, ele é o inconformador de posturas e padrões construídos socialmente. A discussão acerca do conceito de gênero foi elaborada na década de 1970, o termo foi difundido inicialmente pelas feministas americanas, na qual negavam-se o determinismo biológico, em que é atribuído como sexo é diferença sexual, para elas o conceito de gênero é “nascido para demonstrar à sociedade e à comunidade científica que as diferenças físicas entre as mulheres e os homens não geram desigualdade verificada, mas ao contrário são usadas para naturalizá-la” (p.35). Como também assevera Rosaldo (1980, s.p):

Gênero, em todos os grupos humanos, deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não as limitações biológicas, mas sim as formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social.

As correntes pós-modernistas, propõe a desconstrução de conceito de gênero, com o intuito de libertá-lo dos significados que possui. Este significado perpassa o tempo e sua utilização e as significações foram distorcidas e sedimentadas, na qual uma das críticas se dá relativa ao que quer representar o sujeito universal e o feminismo, outra crítica é de que não há uma categoria e experiência comum para todas as mulheres, que expõe as mesmas situações de gênero que sejam iguais na cultura e história, além do dualismo existente entre sexo *versus* gênero e natureza *versus* cultura. Para Butler (2008, p. 24), nesse conceito também existem determinismos:

Se o gênero são os significados culturais assumidos pelo corpo sexuado, não se pode dizer que ele decorra de um sexo desta ou daquela maneira. Levada a seu limite lógico, a distinção sexo/gênero sugere uma descontinuidade radical entre os corpos sexuados e gêneros culturalmente construídos. (BUTLER, 2008, p. 24).

Nesse aspecto o sexo deixa de ser considerado como somente natural e torna-se também cultural, no entanto, fica evidente é que a categoria do desejo não é levada em análise. O conceito de gênero é usado indiscriminadamente em algumas situações como significado de sexo, e em alguns outros casos como sinônimo de mulher, e esse aspecto é extremamente criticado, nesses termos, explica Pinheiro (2007):

Nesses casos o problema não é apenas terminológico, mas basicamente conceitual, pois há uma despolitização do conceito, que obscurece os conflitos e as relações que se estabelecem entre os homens e mulheres sob a lógica da construção social e do poder desigualmente distribuído. (PINHEIRO, 2007, p. 36).

Scott (1990) explica que o termo “gênero” como substituto de “mulheres” deveria ser igualmente usado para dar informação

sobre as mulheres, mas também similarmente aos homens, indicando que essa representação aponta um único objeto, ou seja, gênero indica as representações sociais entre homens e mulheres, a autora assim formula que:

O mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado dentro e por esse mundo. Esse uso rejeita a validade interpretativa da ideia das esferas separadas e defende estudar as mulheres de forma separada perpetua o mito de que uma esfera, a experiência de um sexo, tem pouco ou nada a ver com o outro. (SCOTT, 1990, p.7)

O conceito de gênero, logo do seu surgimento, enfatizava não apenas a ideia da ineficiência da biologia para explicar os comportamentos de homens e mulheres, mas também como resultados de um processo de aprendizagem social no qual eles visualizam e reproduzem. Outra ideia é de que o conceito de gênero coloca a mulher numa lógica igualitária aos homens, ou seja, até então a visão da relação entre os sexos se dá com uma visão desigual de poder distribuído, no qual o homem se sobrepõe a lógica do patriarcado.

Percebido que o conceito de gênero foi levantado inicialmente através do movimento feminista, se faz necessário conhecer sua trajetória e outras contribuições recebidas pelas mulheres motivadas pelas discussões do movimento.

O feminismo em seus processos de lutas e manifestações trouxe inúmeros ganhos para as mulheres, o direito de reclamar e buscar melhores condições de vida. O movimento modificou gerações e pensamentos, mudou toda uma forma de viver, impactou tanto as instituições sociais, quanto políticas, faz-se necessário conhecer seu histórico de lutas, e de que forma ocorreu o seu progresso no Brasil, além dos aspectos que ainda hoje se colocam como dificuldade nos projetos e reivindicações femininas, tais quais serão apresentados a seguir.

3. PATRIARCADO, DOMINAÇÃO E A PSICANÁLISE

Bourdieu (2014) escreveu sobre a violência simbólica a partir de estudos realizados com a sociedade Cabila, no livro *dominação masculina*. Para o autor, a violência simbólica se dá a partir da “representação androcêntrica da reprodução biológica e da reprodução social [que] se vê investida da objetividade do senso comum, visto como sendo prático, dóxico, sobre o sentido das práticas” (BOURDIEU, 2014, p. 45), ou seja o próprio grupo feminino introduz a lógica androcêntrica e a reproduz. Usam a visão do dominador sem se ater a lógica de que são o grupo dominado, o que é explicado como “uma autodepreciação ou até de autodesprezo sistemáticos” (*idem*, 2014, p. 46).

Partindo dessa reflexão, pode-se questionar sobre a lógica do poder que existe na própria relação de gênero, um como autoridade detentora do poder e o outro lado, como subserviente às ordens dadas. Segundo Weber (2004, p. 33), o poder “significa toda a probabilidade de impor a própria vontade numa relação social, mesmo contra a resistência, seja qual for o fundamento dessa probabilidade”. Junto a essa ideia de poder, Weber (2004) apresenta também o conceito da dominação, compreendendo-a como “a probabilidade de encontrar obediência a uma ordem de determinado conteúdo” (2004, p. 33). Mais adiante, o autor destaca que é necessário a existência da disciplina em que descreve como “o “treino” na obediência em massa, sem críticas, nem resistências” (2004, p. 33).

A partir de então, pode-se refletir a perspectiva de Bourdieu (2014) com a violência simbólica, em que as mulheres da sociedade Cabila não resistiam, ou seja, obedeciam aos comandos impostos pelos homens do grupo e acreditavam que essa seria a melhor e mais correta forma de agir, sem questionamentos (o princípio da violência simbólica).

Existem muitas barreiras que impedem a autonomia da mulher contemporânea, como julgamentos e preconceitos, com relação à liberdade feminina, atualmente, inclusive, as mulheres são apontadas por usufruírem de direito de igualdade entre os sexos que ao longo da história lutaram para conquistar, tais como: a liberdade do próprio corpo e prazer – sendo muitas vezes criticadas, malvistas e malquistas em determinados ambientes –, não casar, não ter filhos, dentre tantos outros. Atualmente as mulheres ganharam uma insubordinação ao sexo oposto, embora se reconheça o vestígio do tradicionalismo na educação das mulheres, na infância e a cobrança de determinadas posturas conservadoras em sua vida adulta. Importante salientar que ainda há incansáveis lutas das mulheres em prol de espaço social, político e independência, além de que há uma exaustiva investida na luta contra o patriarcado. Para Millet (1997, p.19 *apud* COSTA, 2012, p.26) o patriarcado é:

Uma instituição revertida de aspectos fundamentados na divisão sexual, nos mitos, na religião, na educação, isto é, na cultura. É uma política sexual exercida fundamentalmente de forma coletiva pelos homens sobre o coletivo das mulheres. O patriarcado se constitui na base da força e da violência sexual exercida contra as mulheres, na qual a violação é seu mecanismo principal de domínio.

Nye (1995, p.142) expõe as dificuldades que as mulheres encontravam em tomar suas decisões em relação às condutas das próprias vidas, pois não poderiam “tão simplesmente, querer-se sem filhos, não casadas, não-donas-de-casa, não ser femininas”, pois existia uma força social que impulsionava para agir de acordo com as solicitações aos interesses masculinos, nesse sentido “as mulheres não lutam contra o um anônimo outro masculino, mas contra pais, irmãos, mães, maridos”. Quer dizer que a origem da

opressão feminina se encontra em casa, na família, que moldam crenças e comportamentos, induzem mulheres e homens a reproduzirem esses ensinamentos familiares, dessa forma, favorecendo da manutenção do patriarcado.

Ao observar a origem da opressão feminina originada na família, verifica-se a vinculação desta com a ideia da Psicanálise, que dedicou estudo na formação da estrutura dos sujeitos a partir dos complexos e mitos familiares. Sucessivas críticas foram dirigidas a teoria freudiana pelas feministas, críticas como a que a psicanálise seria uma prescrição e estímulo a permanência do mundo patriarcal. De acordo com Nye (1995, p. 144):

Não surpreende, pois, ver-se Freud ardorosamente rejeitado pelas feministas radicais. Numa primeira leitura ninguém parece menos apto a ser um herói feminista. Uma mulher, afirma Freud, traz as marcas da sua educação. Seu narcisismo, sua passividade, sua falta de criatividade, sua sociabilidade inferior, sua vaidade, sua fraqueza moral, tudo são resultados, resultados necessários, de sua formação como mulher. Isso não é lisonjeiro. Freud havia mostrado, ao que parece, que as mulheres são inferiores e que essa inferioridade leva a uma obsessão com a aparência física, mesquinhez, revanchismo e uma incapacidade para julgamento moral.

Ideias desse tipo eram recebidas como ofensas direcionadas à mulher. Além dos aspectos citados, Nye (1995, p. 145) acrescenta que para Freud as mulheres “eram histéricas por causa das mudanças hormonais, deprimidas porque tinham um útero, sua docilidade e receptividade eram correlatas à sua genitália aberta”, além de que para a psicologia do ego, as mulheres eram estimuladas a superar a trama infantil da “inveja do pênis” para encontrar a normalidade e voltar

seus interesses para os filhos e a casa. A interpretação dada a esses conceitos era de que havia um interesse em controlar as mulheres.

Beauvoir (2009) lança sérias críticas à Psicanálise, justificando que esta se caracteriza de um preconceito masculino, além de questionar a pobreza da descrição em relação a libido feminina, para a autora o foco dado era tão somente a libido masculina. Ou seja, segundo o pensamento freudiano trazida por Beauvoir a libido era próprio da essência masculina, sendo secundarizado na mulher, de maneira tal que Freud admite a complexidade na análise da sexualidade feminina, desse ponto Beauvoir (2009, p. 72) comenta que:

Freud não se preocupou muito com o destino da mulher; é claro que calçou a descrição do destino feminino sobre o masculino, restringindo-se a modificar alguns traços. (...) Admite que a sexualidade da mulher é tão evoluída quanto a do homem, mas não a estuda, por assim dizer, em si mesma. Escreve: “A libido é de maneira constante e regular de essência masculina, surja ela no homem ou na mulher.”

Nye (1995), finalmente, apresenta a razão da rejeição feminina a teoria freudiana, afirmando que

os motivos por trás das rejeições feministas de Freud iam mais fundo que uma simples defesa da honra feminina contra o insulto freudiano. Se o patriarcado é um desempenho do poder, uma estratégia consciente e acessível dos homens, dois resultados continuam possível: em primeiro lugar, os homens podem ser persuadidos a parar, e, em segundo, as mulheres podem ser persuadidas a resistir. Porém, se Freud estava certo, os mecanismos do sexismo não são acessíveis à escolha masculina ou feminina de algum modo direto, e talvez de maneira nenhuma. Assim, o feminismo existencial, ao rejeitar Freud mantinha pelo menos a ilusão da

esperança, a esperança de que, com suficiente pressão, homens e mulheres poderiam ser persuadidos a mudar. (NYE, 1995, p. 149)

E por essa lógica ilusória de esperança de mudança a partir da coação que fez as feministas ignorarem as estruturas psíquicas que mantinham a ideia do patriarcado, para apenas “limitar-se a uma práxis sem eficácia real, um protesto meramente superficial que terminaria sempre por adaptar-se à perpetuação do privilégio masculino” (NYE, 1995, p.149).

4. AS LUTAS DAS MULHERES ANTES DOS ANOS 1970

A história do movimento feminista teve alguns momentos de ápice em seu percurso, o primeiro deles ocorreu quando nem se pensava em ser criado um movimento de mulheres em prol de melhores condições sociais e políticas, mesmo assim grupos femininos buscavam introduzir discussões e melhoria durante a história.

Três dessas lutas ganhou destaque: a primeira delas ocorreu no século XIX¹ com a reivindicação feminina pelo divórcio, voto e educação; a segunda ocorreu no final da década de 1960, marcada pela liberação sexual, influenciada pelo aumento dos métodos contraceptivos; e, por fim, no fim dos anos 1970, mulheres envolvidas em lutas sindicais, que será descrito mais adiante.

¹ No mundo: o século XIX é marcado com um evento emblemático que estimulou toda a reflexão da condição da mulher, criando o marco da data até os dias atuais. Em Nova Iorque mulheres funcionárias de uma fábrica reivindicaram por melhores salários e condições de trabalho, a manifestação foi violentamente combatida, onde essas mulheres reivindicadoras foram trancadas na fábrica e em seguida foram incendiadas. Posteriormente, esse evento mobilizou como dia marcado a ser celebrado dia da mulher. Além disso, o século XIX é compreendido como de grande avanço nos direitos das mulheres quando na Inglaterra as mulheres conseguem o direito ao voto.

No final no século XVIII e início do século XIX as mulheres brasileiras começaram a organizar mais espaço nas áreas de educação e trabalho. Nesse mesmo século XIX, as mulheres organizaram a greve das costureiras em São Paulo reivindicando jornada de trabalho de 8h diária. Esse movimento foi precursor nas reivindicações de melhorias de trabalho feminino.

Em 1917 é marcada admissão das mulheres no quadro de funcionários. Dois anos depois, mais uma vitória é conseguida pelas mulheres, com a aprovação da resolução de salário igual para homens e mulheres que exercerem a mesma função, ocorrido pelo Conselho Feminino da Organização Internacional de Trabalho.

No entanto, em 1937, com a ditadura do Estado Novo o movimento feminista acaba perdendo força. Uma década depois, se cria a Federação das Mulheres do Brasil, quando tem suas forças novamente revigoradas, porém é mais uma vez interrompido pelo período ditatorial em 1964.

5. ANOS 1960 E 1970 E O MOVIMENTO DAS MULHERES

A eclosão do feminismo brasileiro em 1970 se deve ao somatório de alguns fatores, dentre eles que em 1975 a ONU declarou o ano internacional da mulher, isso possibilitou a reflexão das condições da mulher no âmbito internacional.

Em 1970² os resultados de todos os manifestos ocorridos no período anterior eram satisfatórios, no jornal o “Folhetim” em 11 de outubro de 1979 dedicou um caderno inteiro sobre a “Mulher”,

² A década de 1960 havia sido de extremas lutas e conquistas para o movimento feminista, considerando a introdução da discussão e uso de métodos contraceptivos, além da maior inserção da mulher no mercado de trabalho, demonstrativos de maior empoderamento feminino.

esse era um período que as mulheres tinham voz e podiam reivindicar pelo que acreditavam. Schmidt (2000) destaca que os temas discutidos pelas mulheres eram: a dupla jornada de trabalho, a discriminação salarial, a pobreza dos grupos femininos, reivindicação por creches, críticas a violência contra a mulher, além de discutirem sobre o direito ao prazer, as mulheres denunciavam os padrões e estereótipos femininos apontados pela mídia. Uma das matérias dessa publicação foi intitulada como “A nova Amélia” e tinha como intuito buscar a conscientização e mobilização das donas de casa através do Clube das Mães de São Paulo por reivindicação de creches e melhorias de preços.

No Brasil as mulheres participaram da luta armada contra a ditadura militar. Esse foi um momento de gestação do feminismo e a demonstração da sua força. As atitudes das mulheres na luta eram vistas como transgressão aos comportamentos típicos femininos, já que não havia uma pauta feminista deliberada e as militantes negavam as condutas atribuídas às mulheres, levantando questionamentos sobre virgindade e a instituição do casamento. Nas lutas as mulheres tinham as condutas atribuídas ao masculino, manuseando armas e tendo êxito nisso.

Sarti (2004, p.39) lista os ganhos em relação aos discursos sobre o feminino e ao espaço concedido devido a participação delas na luta:

A expansão do mercado de trabalho e do sistema educacional que estava em curso num país que se modernizava gerou, ainda que de forma excludente, novas oportunidades para as mulheres. Esse processo de modernização, acompanhado pela efervescência cultural de 1968, com novos comportamentos afetivos e sexuais relacionados ao acesso a métodos anticoncepcionais e com o recurso às terapias psicológicas e à psicanálise, influenciou decisivamente o mundo privado.

Essas discussões entram na pauta do que era considerado valores tradicionais da família, pois ia de encontro ao pensamento patriarcal, no entanto com a declaração do ano internacional da mulher, em 1975, possibilitou a maior visibilidade do movimento feminista, assim como formula Sarti (2004, p.39) “favoreceu a criação de uma fachada para um movimento social (...) abrindo espaço para a formação de um grupo político de mulheres que passaram a existir abertamente”.

A partir de então o movimento ganhou impulso; chamava-se inicialmente “Movimento das Mulheres”, e a igreja católica apoiou o grupo devido ao foco contra o regime militar, as ideias feministas, mesmo sendo opostos ao da Igreja Católica, temas de discordância como a sexualidade, o aborto, dentre outros, não foram enfatizados nas discussões públicas.

Os grupos feministas em grande parte atuaram de acordo com as necessidades feministas em bairros, galgando espaços para se tornar um movimento brasileiro geral das mulheres. Precisa-se destacar que inicialmente, participar do movimento feminista era visto como algo pejorativo, pois para a direita este seria movimento perigoso, imoral; para a esquerda, o movimento tinha uma conotação anti-feminina.

As discussões feministas tiveram abertura quando ao final dos anos 1970, com um processo de abertura política, foi dessa maneira que houve a expansão de grupos declarando-se feministas. Foi então que os conflitos com a igreja e com o movimento da esquerda e alguns grupos conservadores se tornaram maiores e expressos abertamente.

6. 1980 E O MOVIMENTO FEMINISTA

Nos anos 1970 ainda na formulação do movimento havia duas correntes distintas dentro deste. Como destaca Sarti (2001), um grupo

com a preocupação voltados às mulheres e suas discussões eram centrais quanto ao trabalho e a distribuição do poder. Outro grupo dirigia suas preocupações para as questões subjetivas do feminino, nesse grupo, segundo a autora, ressoava a ideia de que “o pessoal é político”.

Com o final dos anos 1970 e a anistia, o retorno dos exilados permitiu que se fortalecesse a corrente feminista, alguns exilados trouxeram a experiência do exílio, enquanto outras traziam na bagagem as lutas desempenhadas no período da ditadura. O movimento, no entanto, ainda procurava respostas quanto a causa da opressão feminina:

Ainda dos anos 70 a início dos anos 80, as feministas divididas entre liberais, socialistas e radicais buscavam respostas para essa questão considerada central. As liberais colocavam sua ênfase na força dos preconceitos, na tradição cultural que persistiam em estabelecer diferentes funções para as mulheres e homens. As feministas socialistas apontavam o sistema que se beneficiavam dessa opressão, dando ênfase na exploração em detrimento dos preconceitos sexistas, mais na estrutura social do que nos indivíduos, mais nos benefícios materiais que capitalismo obteria com essa opressão. Já as feministas radicais, partindo da questão ligada à sexualidade e a violência masculina, à reprodução, direcionava seu foco para o homem e não para o capital. (COSTA, 2012, p. 28)

Nos anos 1980 o movimento feminista estava mais fortalecido e consolidado, a partir disso a discussão se expandiu pelo Brasil, concomitantemente se percebeu um maior desenvolvimento quanto a organização e número de seguidores indicados pelo movimento feminista.

O jornal “Folhetim”, também nos anos 1980, na sua capa traz um questionamento quanto às intenções femininas: “O que as

mulheres procuram?”, e os termos como: salário, trabalho, as profissões femininas consideradas desvalorizadas, o trabalho doméstico, Schmidt (2000) destaca que várias páginas foram concedidas para as temáticas da maternidade e casamento, destacando essas as preocupações para o público da época.

Neste ano alguns grupos se firmaram como organizações não governamentais (ONG's) e isso influenciou numa institucionalização do movimento feminista. Havendo, dessa forma, o direcionamento para agências financiadoras como aquelas que são relacionadas à saúde da mulher. A pesquisa sobre a mulher também se fortaleceu, sendo também um período da intensificação da preocupação com a mulher, com a criação da delegacia própria contra a violência feminina, houve a criação de conselho e da condição feminina a nível federal, estadual e municipal. Salienta-se que nessa mesma década, a constituição federal extingue a tutela masculina na sociedade conjugal, em 1988.

7. 1990 E UM NOVO MOVIMENTO

Com o passar do tempo foi-se percebendo que a dificuldade do feminismo, com a criação de um padrão subjetivo e comportamental masculino e feminino, não seria tão simples, pois se trata de uma construção emocional, e não apenas política. Também foi levantada a discussão acerca da violência sofrida pela mulher na qual havia uma ambiguidade em que a própria mulher se colocava como objeto da lógica perversa masculina, e então pensou-se em trabalhar não apenas com o agressor, mas também com a vítima.

Em 1990 ocorre a formulação do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a partir de então vislumbrou-se que a agressão das menores ocorre de maneira igual com homens e mulheres, des-

ta forma, viu-se a necessidade de trabalhar no sujeito os termos de identidade que o constituem. Nos anos 90 há uma consolidação na mudança feminina como enfatiza Badinter (2005, p.14):

A imagem da mulher tradicional ia-se apagando para dar lugar a uma outra, mais viril, mais forte, quase senhora de si, se não do universo. Finalmente, mudávamos de papel! Após milênios de uma tirania mais ou menos suave, que encerrava a mulher em papéis secundários, ela se tornava a heroína de um filme em que o homem desempenhava um papel coadjuvante. Essa inversão tão prazenteira era fonte, com certeza, de uma energia para as mulheres que estavam em busca de novas fronteiras. Aliás, já não se cogitava de fronteiras.

O movimento buscou a partir de sua consolidação resolver os problemas relativos as repartições que apareceram com seu surgimento, que foram duas: com a ênfase subjetivas e lutas políticas. Quanto que na vertente que visa a subjetividade “o pessoal é político”, então o movimento buscou a objetivação da nova experiência subjetiva de maneira coletiva, esse foi o sentido radical do movimento feminista, a partir da tentativa de politizar o privado. Como destaca Santi (2001, s.p.) nesse aspecto:

Reside a tensão estrutural de uma luta social e política que se articula no plano coletivo e objetivamente dado (com base em Marx), mas também no plano subjetivo e singular (com base em Freud) e se localizar entre a universalidade da condição feminina e a particularidade de suas manifestações.

O feminismo em sua trajetória tem sido alvo de críticas e de aplausos: críticas por algumas posturas tidas com radicais e pouco reflexivas dos seus militantes, no entanto o movimento recebe

aplausos devido ao ganho de espaço na sociedade dado a mulher a partir das discussões e colocações que essas mulheres desbravadoras lançaram no decorrer da história.

Sendo assim, vale salientar alguns aspectos analisados por Butler (2008). Para a autora existem “Problemas de Gênero” e explica que a identidade da mulher nos movimentos feministas é excludente e reducionista³, a autora convida o feminismo a abandonar a busca de uma dominação da mulher, pois considera que o que precisa ser questionado não é o referencial de dominação e sim a identidade do dominado.

Cyfer (s.a) destaca que segundo Benhabib e Fraser a crítica para as feministas necessita estar “comprometida com três tarefas: a análise da subordinação, a crítica da subordinação” e Benhabib adiciona mais uma questão, que é a maneira como o poder ordena o desejo de subordinação e da crítica. Butler se deterá na questão da subordinação; a autora procura desvincular as diferenças biológicas da masculinidade e feminilidade problematizando os comportamentos desses sujeitos, expondo que são formados por regras sociais que regem o homem e a mulher no agir.

A relação dicotômica entre sexo – gênero confere estabilidade e uma relação universal ao gênero, pois posiciona a anatomia do corpo como caráter absoluto a ser analisado. Para Butler (2008) o gênero é performativo, ou seja, é construído pela maneira de agir como feminino e o masculino.

³ Butler percebe que dentro do próprio movimento havia divergências, quando as mulheres negras norte-americanas acusam a ocorrência de elitismo dentro do movimento, sentindo-se excluídas, pois não enxergavam suas demandas atendidas. Neste momento a autora entende que o movimento é reducionista e excludente quando percebe que todas as demandas não podem ser suficientemente atendidas em sua abrangência. Indicando que a solução é de o movimento feminista trazer a desconstrução dos aspectos de dominação, pois é uma ilusão pensar na categoria de dominação sem refletir a identidade do dominado. Pois para ela a homogeneidade não pode ser demanda universal, pois oprime o grupo a uma cultura grupal.

Quanto que os conceitos e diferenças entre gênero e sexo se estabelecem e se esclarecem, o movimento feminista sofre alterações quanto à força e militância. A partir da análise feita em jornais ao percurso e repercussão do movimento feminista nos anos 1990, Schmidt (2000) aponta que no início dessa década foi percebido um “clima de guerra fria contra o feminismo”. Enquanto que nas décadas de 1970 e 1980 o caderno em evidência era o “Folhetim”, em 1990 foi reformulado e passou a se chamar o “Mais!”. Em 08 de março de 1992 a capa trouxe o título: “O feminismo abre as pernas” devido a diminuição do número de feministas no jornal. Schmidt (2000) descreve como uma grande ironia, pois esta é a fase de maior desenvolvimento e abertura do movimento no país e nesse mesmo momento o movimento perde força.

Quando em 1992 é publicado um artigo de Marilene Felinto da Folha de São Paulo com o título “mulher barra seu próprio avanço”, a jornalista afirma que:

O movimento feminista não viu que as mulheres não se interessam verdadeiramente por questões tão amplas quanto um movimento de emancipação. Impossível organizar mulheres em torno de qualquer outra causa que não seja relacionada aos filhos.

Essa jornalista cita como exemplo o ato das Mães da Praça de Maio⁴, ocorrido nos anos 1970, na Argentina ter sido tão populoso do público feminino, pois se tratava de um tema que interessava às mulheres, ou seja, a maternidade. Essa crítica entra

⁴ “Símbolo argentino na luta pelos direitos humanos, as Mães da Praça de Maio decidiram romper com movimentos sociais opositores e se transformaram em militantes do casal Kirchner. Elas agora são presença garantida em eventos na Casa Rosada e assumiram a linha de frente nas lutas do governo contra imprensa, setor agropecuário e Judiciário. Identificadas pelo lenço branco na cabeça, as Mães ficaram conhecidas mundialmente no final dos anos 70, quando começaram a viajar para denunciar o desaparecimento de seus filhos, vítimas do terrorismo da última ditadura argentina (1976-1983).” (HENNEMANN, 2010)

em contradição, pois o próprio “Folhetim” considerava esse tipo de mobilização como conscientizadora das mulheres, descrita em matéria de maneira positiva sobre o momento das donas de casa, ocorrido no Brasil nos anos 1970, sendo que esse ato muito se assemelhou ao criticado pela jornalista.

O que se percebe que em se tratando do aspecto midiático que esteve estimulando e apoiando o movimento das mulheres em 1970 e 1980, passou em 1990 a mudar a exposição de suas ideias, apontando o “novo feminismo” e os depoimentos de Camille Paglia⁵ apagando a memória do momento feminista com as seguintes ideias “o feminismo contemporâneo isolou-se da história e decretou sua própria falência quando teceu sua pueril e paranoica fantasia de homens opressores e mulheres vítimas” (Paglia 1992 *apud* Schmidt 2000). Essa mesma ideia é apresentada por Badinter (2005) quando a autora descreve o comodismo da vitimização como o lado que sempre estará correto, por isso é inquestionável.

Esse “vitimismo” não deixa de ter suas vantagens. Para começar, a pessoa sente-se imediatamente do lado certo da barricada (...). Ademais, a vitimização do gênero feminino permite unir a condição das mulheres e o discurso feminista sob uma bandeira comum. Assim, o quebra-cabeças das diferenças culturais, sociais ou econômicas desaparece como pelo toque de uma vara de condão. Pode-se até comparar a condição das “europeias”, sem enrubescer, com a das “orientais”, e afirmar que “em toda parte as mulheres, por serem mulheres, são vítimas do ódio e da violência”. (BADINTER, 2005, p. 18)

⁵ É uma escritora americana, professora de Artes na Filadélfia. Em 1990 publicou um livro *Personas Sexuais* o qual analisa a sociedade e cultura, ela se diz dissidente do feminismo e lançou severas críticas ao momento nesse período

Adiante, Badinter (2005, p. 19) descreve que ocorre uma inversão do que havia sido inicialmente estimulado pelo movimento feminista, pois com o perpassar dessa década percebe-se “a liberdade sexual vai dando lugar ao ideal de uma sexualidade domesticada, enquanto vemos ressurgir o mito do instinto maternal, sem que ninguém se interrogue a esse respeito”

Mas o que poderia ser considerado um movimento morto e inerte apresenta sua reviravolta, na perspectiva midiática, quando em outubro de 2000 o “Mais!” traz como matéria e capa “Nova onda do feminismo”. E em sua matéria aspectos como o amadurecimento, renovações das ideias feministas foram apresentadas, além do ressurgimento “do velho feminismo”, com o sentido do momento ter ganhado vida e força.

Em 1986 o movimento feminista já abria suas portas para a inserção de nova temáticas de discussão, e mobilizações. A discussão sobre o lesbianismo começou a integrar a pauta nesse período, por mais que já estivessem inseridos anteriormente, no entanto fortaleceu-se apenas nesse momento em diante. A integração ao movimento das mulheres negras também aproximou-se das discussões feministas a partir de então.

Assim, a partir de 1986, ele foi importante para a discussão sobre o lesbianismo, que embora estivesse sempre presente no movimento feminista nunca tinha sido discutido pelo conjunto das feministas e dos movimentos de mulheres. Os encontros nacionais feministas propiciaram também a articulação das mulheres negras. O feminismo branco, no seu início, não viu as mulheres negras, referenciado que esteve no feminismo europeu e no viés de classe. Foi a organização própria das mulheres negras no âmbito dos encontros feministas que propiciou a articulação das categorias classe, gênero e raça para

uma compreensão mais concreta da exclusão das mulheres. (SOARES, 2006, p. 45).

E como já estava ocorrendo anteriormente, nos anos 90 o movimento feminista já se expandia, como a união de outras temáticas o movimento ganha mais força e enriquece a pauta de discussões com novas questões e também agregações de militantes, como ambientais abordadas pelas “Ecofeministas”, o movimento prega que a mulher precisar cuidar e conhecer o corpo e senti-lo como prazeroso em sua dedicação e bem-estar;

O ecofeminismo não se preocupa apenas com questões de gênero, trabalho e meio-ambiente, mas se preocupa também com a questão do corpo da mulher. O corpo da mulher que durante muito tempo foi tratado de forma displicente e equivocado por parte dos médicos e higienistas, que procuraram restringir a elas o papel de reprodutora, criadora e educadora dos filhos. O ecofeminismo procura conscientizar a mulher de que seu corpo é prazeroso, não apenas um aparelho reprodutor e que ela precisa se conhecer e se cuidar. (SILVA, s.a, p. 02)

A preocupação desse novo modelo do movimento se estende para questões além dos espaços da mulher, mas também das melhorias sociais e ambientais dos espaços da mulher. É o que destaca Silva (s.a, p. 03):

No momento atual, não existe um combate específico de mulheres, mas uma articulação com outros movimentos para por em prática reivindicações políticas que consigam modificar e equilibrar a sociedade. O ecofeminismo seria então o atual estágio do feminismo. O feminismo que outrora avançou em suas conquistas, agora teria que repensar suas formas de atuação e participação em conjunto com

demais seguimentos dos movimentos sociais. Espera-se que as lutas políticas sejam realizadas em conjunto, não mais de forma singular, ao invés de cada movimento fazer reivindicações específicas, a aglutinação deles ampliaria o leque de garantias e reivindicações ao Estado.

Além destes, muitas junções e mobilizações foram e estão sendo realizadas pelo movimento feminista, o que se percebe, é que os ganhos das mulheres foram muitos, mas esse é um processo que não se finda. Que a prática de parcerias não cesse, desde que seja benéfico para o movimento. Para que sempre as mulheres possam expandir seus interesses e reivindiquem por melhorias, e o declínio percebido no início da década de 90, como descreveu Schmidt (2000), não volte a acontecer.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As lutas e dificuldades encontradas para a mulher se posicionar na sociedade e obter seus direitos foram intensas. Em cada período descrito nesse *paper*, percebeu-se que foi uma continua construção que não se encerra. É uma discussão que está em vigência e organização, ainda há muito para a mulher ser reconhecida, como também dela se posicionar, obtendo mais autonomia e espaço no cenário socioeconômico e político.

Com isso, se vê que em cada período, novas descobertas se colocavam para a discussão de gênero, que ainda hoje encontra divergências. O movimento feminista impulsionou as discussões que eram tidas como tabus: virgindade, a posição da mulher na política, condições de trabalho, aborto, dentre outras. Além disto, a crise percebida entre as feministas e a psicanálise denota que o movimento estava atento as teorias que surgiam e buscava se opor

a qualquer linha de discussão que viesse de encontro a bandeira levantada pelo grupo feminista.

Por fim, percebemos a grande importância do movimento feminista, desde quando este era conhecido como Movimento das Mulheres, bem como o movimento de resistência no período da ditadura militar. Sendo que logo após o término da ditadura, o movimento ganhou força e expansão. Os anos 80 foram marcados por inúmeras conquistas, uma delas foi o espaço na mídia para divulgação de ideias. Como descrito na pesquisa de Schmidt (2009), sobre os cadernos “Folhetim” e o “Mais!”, no qual a população acompanhava através das matérias os caminhos percorridos pelas feministas em sua fase de ápice de desenvolvimento, e também notou, através das matérias de jornal, inclusive, a sua fase de declínio nos anos 90, que posteriormente foi superada. Outras conquistas além das discussões dos temas feministas foram: o aumento das pesquisas voltadas ao público feminino, além da criação da delegacia contra a violência da mulher e a extinção da tutela masculina na sociedade conjugal na constituição federal em 1988.

Os anos posteriores são marcados pela permanência dessas discussões, como a violência sofrida pelas mulheres, por exemplo, além de que o movimento feminista se torna alvo de muitas críticas, quando em seu período de declínio, nos anos 90, ele perde a força e cessa as mobilizações.

Entre avanços e paralisações é inquestionável que atualmente o que se pode vislumbrar das mulheres são grandes conquistas, elas possuem espaço para questionar e colocar suas impressões no âmbito social e político. Nesse *paper* foi visto que esse caminho foi longo e percorrido com obstáculos, porém não é uma caminhada finalizada, ainda falta muito a ser conquistado pelo universo feminino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BADINTER, Elisabeth. **Rumo equivocado: O feminismo e alguns destinos**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

BEAUVOIR, Simone de. **O segundo sexo**: tradução Sérgio Milliet. – Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2009.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação Masculina**. 12ª ed. – Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2014.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiras, 2008.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Reflexões acerca do poder, do patriarcado, da cidadania das mulheres. *In: Gênero, Política e Poder: Participação das mulheres de poder no Norte e Nordeste brasileiro*. Maria Mary Ferreira (Organizadora).- São Luiz. EDUFMA, 2012.

CYFER, Suzan Moller. O multiculturalismo é ruim para as mulheres? *In: Revista Brasileira de Ciência Política*, n.4, Brasília, Julho-Dezembro de 2010.

HENNEMANN, Gustavo. **Mães da Praça de Maio viram militantes dos Kirchner na Argentina**. *In: Revista Folha de São Paulo*. Disponível em: <<http://m.folha.uol.com.br/mundo/2010/10/815801-maes-da-praca-de-maio-viram-militantes-dos-kirchner-na-argentina.shtml?mobile>>. Acesso em: 07 mar. 2016.

MILLET, Kate. **Política Sexual**. México: Aguilar, 1975.

NYE, Andrea. **Teoria feminista e as filosofias do homem**. Tradução de Nathanael C. Caixeiro.- Rio de Janeiro. Record: Rosa dos tempos, 1995.

ROSALDO, Michelle. O uso e abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Publicado em *Singns: Journal of Women in Culture and Society*. Spring, 1980. Vol.5, n.3:389-417. Tradução Claudia Fonseca.

SARTI, Cynthia A. Feminismo e contexto: lições do caso brasileiro. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332001000100003. Acesso em: 13/08/2014.

_____. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisando uma trajetória. *In: Estudos Feministas*. Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Realidade, vol. 15, no 2, Porto Alegre, jul./dez. 1990

SCHMIDT, Simone Pereira. O feminismo nas páginas dos jornais: revisitando o Brasil dos anos 70 aos 90. *Rev. Est. Fem.* (2000/2)

SILVA, Lucia Soares. **Ecofeminismo**. Disponível em: <<http://www.nu-sol.org/agora/pdf/luciasoares.pdf>>. Acesso em 10 nov. 2014.

SOARES, Veras. Muitas faces do feminismo no Brasil. São Paulo: Fundação **Perseu Abramo**, p. 33-54, 2006. Disponível em: <http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf>. Acesso em: 3 dez. 2014.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política. Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Brasileira, Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade: Fundamentos da Sociologia Compreensiva**. Vol. I, Editoria UNB. São Paulo, 2004.

OS ESTUDOS DE GÊNERO E SUAS CONTRIBUIÇÕES PARA AS CIÊNCIAS SOCIAIS E POLÍTICAS

*Pollyanne Rachel Fernandes Maciel**

1. INTRODUÇÃO

Durante milênios, podemos assim nos expressar, as sociedades mantiveram a ideia de que somente os homens, por natureza, estariam aptos a atuar nas esferas intelectuais, econômicas e políticas. E de que as mulheres seriam, por natureza, feitas para dar à luz aos filhos dos homens e se sacrificarem a serviço dos demais. O resultado de tais visões foi o silêncio e a invisibilidade das mulheres nas esferas públicas. Isto não significa que seu trabalho não foi importante: o ofício de nutrir e formar as crianças tinha um forte impacto na sociedade. Também não significa que ela não esteve no centro dos acontecimentos, ou que não agiu ou que não tinha influência na cultura e na sociedade. Porém, com algumas exceções, o seu trabalho e suas palavras não foram considerados importantes devido à sua posição subordinada.

Após milênios do monopólio masculino na esfera pública, as mulheres de nossos dias em todo o mundo estão emergindo em voz e em visibilidade tanto no domínio privado quanto no público, questionando, inclusive, essa divisão da realidade. Em graus variáveis elas estão atuando, promovendo a formação de sua maioria e a formação de uma sociedade centrada em novas relações.

No momento histórico de eclosão das reivindicações de direitos das mulheres, século XVIII, a identidade feminina (o que

hoje seria chamado mais de subjetivação) não era exatamente um problema – a não ser em termos de sua representação negativa, isto é, a mulher como criatura não apta a ocupar a esfera pública e a fazer política.

A fronteira do político se revela particularmente resistente. A política, por muito tempo, foi uma fortaleza proibida. Segundo Michele Perrot (2012, p.151),

De todas as fronteiras, a da política foi, em todos os Países, a mais difícil de transpor. Como a política é o centro de decisão e do poder, era considerada o apanágio e o negócio dos homens. Contemporaneamente, ao contrário, ela passou a ser seriamente questionada, mormente com a aparição dos ditos *Gender Studies*.

O presente artigo tem por objetivo discutir a relevância e as cognoscíveis contribuições dos estudos de gênero, bem como da crítica e da atuação do feminismo para as ciências sociais, destacando os reflexos delas na análise do cenário político contemporâneo.

2. A CONTRIBUIÇÃO DA CRÍTICA FEMINISTA E DOS ESTUDOS DE GÊNERO ÀS CIÊNCIAS SOCIAIS E AO CAMPO POLÍTICO

Quando Scott (1995, p.75) propôs que gênero seria uma categoria útil à análise histórica, sabia que o alcance de sua proposta seria mais abrangente e que a perspectiva de gênero teria reflexos em todos os campos de pensamento. Ela dizia que “as pesquisadoras feministas assinalaram muito cedo que o estudo das mulheres acrescentaria não só novos temas, como também iria impor uma reavaliação crítica das premissas e critérios do trabalho científico

existente”. Quando Schiebinger (2001) questiona se o feminismo mudou a ciência, o faz por perceber que a introdução da visão feminista, não em virtude das ‘sensibilidades inerentes ao feminino’, mas pela agenda política do feminismo¹, não só abriria novos campos de estudos partindo de premissas não androcêntricas, como colocaria sob suspeita a neutralidade axiológica atribuída à ciência. Matos afirma que a desestabilização mais importante provocada pela adoção do conceito de gênero foi a

desconstrução de binarismos estéreis que facultam lugares fixos e naturalizados para os gêneros. Através de significados e ressignificações produzidos e compartilhados na nova perspectiva analítica e que transversalizam dimensões de classe, etárias, raciais e sexuais, gênero tem tido o papel fundamental nas ciências humanas de denunciar e desmascarar ainda as estruturas modernas de muita opressão colonial, econômica, geracional, racista e sexista, que operam há séculos em espacialidades (espaço) e temporalidades (tempo) distintas de realidade e condição humanas. (MATOS, 2008, p.336)

Segundo Cecilia Sardenberg (2007, s/p),

produzir e disseminar saberes que não sejam apenas *sobre* ou *por* mulheres, mas também de relevância *para* as mulheres e suas (nossas) lutas – este o objetivo maior do projeto feminista nas ciências e na academia. Ele se formula a partir da constatação de que, historicamente, a Ciência Moderna objetificou a nós, mulheres, negou-nos a capacidade e au-

¹ Londa não cai na armadilha de atribuir às mulheres características essencialistas que seriam responsáveis por uma nova abordagem em vários campos da ciência, ela situa as contribuições tendo por base a sua definição de feminismo, ou seja, um posicionamento ou agenda política, e dentro de um contexto social de emergência da mulher...e consequentemente da fêmea. Ela ressalta que não é neutra a relação entre pesquisa e objeto nem tampouco de seus resultados.

toridade do saber, e vem produzindo conhecimentos que não atendem de todo aos nossos interesses emancipatórios.

Não por acaso, a crítica à ciência tem figurado, desde há muito, como um dos principais pontos nas agendas feministas. E vem se ampliando e aprofundando, dramaticamente, nos últimos quinze anos, de sorte a destacar-se hoje como uma das análises mais contundentes dos dogmas, práticas e instituições da ciência. De fato, instrumentada por um olhar desconstrucionista de gênero, a crítica feminista tem avançado da denúncia da exclusão e invisibilidade das mulheres no mundo da ciência para o questionamento dos próprios pressupostos básicos da Ciência Moderna, virando-a de cabeça para baixo ao revelar que ela não é nem nunca foi “neutra” (SARDENBERG, 2007). Como já observava Virginia Woolf em 1936, “a ciência, ao que parece, não é assexuada; ela é um homem, um pai e infectada, também” (*apud* ROSE, 1989, p.221).

Contudo, se há concordância entre pensadoras feministas nesse ponto, nem todas estão dispostas a se colocar contra a ciência ou descartar seus métodos e procedimentos tradicionais. Na verdade, muitos são os questionamentos e divergências – e calorosos os embates – no tocante aos níveis da crítica que se faz à ciência e, assim, também quanto às estratégias epistemológicas que melhor poderão fundamentar e instrumentar a produção de um saber feminista.

As práticas científicas feministas fundamentam-se, assumidamente, numa práxis política – em um projeto de transformação das relações de gênero –, ao passo que um dos fundamentos básicos da Ciência Moderna é justamente a necessidade de se impor uma separação entre “fatos” e “valores”. Sem essa separação, ou melhor, só com total “neutralidade” é possível assegurar a objetividade necessária para a busca de “verdades científicas”. Consequentemen-

te, pensar em uma ciência feminista – ou em qualquer outra possibilidade de ciência politizada – requer, como primeiro passo, a desconstrução dos pressupostos iluministas quanto à relação entre neutralidade, objetividade e conhecimento científico. Requer, portanto, a construção de uma epistemologia feminista – de uma teoria crítica feminista sobre o conhecimento –, que possa autorizar e fundamentar esse saber que se quer politizado (SARDENBERG, 2007).

Ainda persistem inúmeros preconceitos que os estudos feministas e/ou estudos de gênero causam às/aos cientistas sociais em geral, que, ao recusarem sua relativa autonomia histórica, teórica e política, consideram-no de menor importância diante de questões sociológicas e políticas abrangentes. Com maior engajamento crítico e político há o processo de construção de uma sociologia feminista que atenta para as relações de dominação masculina e não dispensa o diálogo das teorias com o movimento e a realidade social, pois pressupõe que teoria e ação política se retroalimentam (SCAVONE, 2008).

Nesse sentido, destacamos o que Lucila Scavone (2008) denomina de uma *sociologia feminista*, uma vez que estamos tratando de uma sociologia que faz uso das teorias feministas ou de uma ciência que é capaz de dialogar com essas teorias² e considera suas diversas matrizes teóricas. Teoria feminista que, de acordo com Flax (1992), tem como “propósito fundamental [...] analisar como nós pensamos, ou não pensamos, ou evitamos pensar sobre gênero”. E, também que, afora as inúmeras questões e abordagens que essa teoria pôde construir sobre gênero, ela repousa na evidência de que seu “mais importante avanço isolado [...] consiste em ter problematizado a existência das relações de gênero”; gênero

² Teorias feministas que dialogam com as Ciências Humanas e com a Filosofia, com as Ciências Exatas e Biológicas.

este que, depois dessa problematização, não pode mais ser “tratado como fato simples e natural”.

Jane Flax (1992, p. 225-227), nesta mesma linha de argumento, mostra como a naturalização das relações de gênero se apoiava na confusão de que as diferenças sexuais (anatômicas) eram relações de gênero e na ausência de movimentos feministas. Com isto a autora reitera a ideia de que as teorias sociais, no caso a feminista, dependem e refletem certo conjunto de experiências sociais, e, talvez por isto, fale em Teoria feminista, no singular, sem, contudo, deixar de reconhecer as inúmeras possibilidades de interpretação da questão de gênero aí abrigadas, que leva muitos/as autores/as a tratá-la no plural.

O feminismo tem sido delimitado, conforme destaca Scavone (2008), por suas etapas históricas. Três grandes fases seriam comumente referidas: a fase universalista, humanista ou das lutas igualitárias pela aquisição de direitos civis, políticos e sociais; a fase diferencialista e/ou essencialista, das lutas pela afirmação das diferenças e da identidade; e uma terceira fase, denominada de pós-moderna, derivada do desconstrucionismo, que deu apoio às teorias dos sujeitos múltiplos e/ou nômades. Essas fases correspondem, segundo a autora, em grandes linhas, aos séculos XVIII e XIX, à segunda metade e ao final do século XX e ao início do século XXI respectivamente; não sendo possível, entretanto, circunscrevê-las em uma perspectiva linear. Apesar de estabelecer a relação temporal com períodos e lutas distintos, essas fases não seriam fixas, elas dependeriam da situação social, econômica, cultural e política de cada sociedade.

Muitas questões colocadas pela teoria feminista³ devem ser compreendidas em um contexto mais amplo, no processo de transição de paradigmas, fruto das transformações sociais que ocorreram nos anos 60. Guerras e movimentos de descolonização que, no Primeiro Mundo, trouxeram à tona não só os “internamente colonizados” (as chamadas minorias, os marginais, as mulheres, os homossexuais) como os “externamente colonizados” (os habitantes do mundo colonizado), colocando em cena novas vozes coletivas e contribuindo para a desconstrução de um sujeito único e universal (JAMESON, 1992 apud SCAVONE, 2008).

Matos (2002, p.238) nos lembra que,

o olhar sobre o feminino frutificou no contexto da quebra dos paradigmas que possibilitou a descoberta de “novos sujeitos sociais” e favoreceu a inclusão das mulheres nas pesquisas. [...] Com certeza ela não passou por um processo de feminilização, mas até recentemente esse aspecto não era investigado; hoje, o gênero se impõe como uma questão fundamental nas ciências humanas.

A expansão dos estudos que incorporam a mulher e a abordagem de gênero localiza-se no quadro de transformações por que vêm passando as ciências sociais nos últimos tempos. Sendo possível afirmar que, por razões internas e externas, esses estudos emergiram da crise dos paradigmas tradicionais, que requeriam uma completa revisão dos seus instrumentos de pesquisa. Essa “crise de identidade” levou à procura de outras experiências, revigorando o conhecimento e ampliando diferentes áreas e abordagens. Entre outros aspectos, possibilitou o questionamento das universalida-

3 Dando nome a algumas de suas expoentes de diversas tendências: Simone de Beauvoir (2000), Monique Wittig (1980), Gayle Rubin (1975), Joan Scott (1995), Jane Flax (1992), Nancy Fraser (1987; 2002), Judith Butler (2003), entre outras.

des, permitindo a descoberta do outro, da alteridade, dos excluídos, entre eles, as mulheres.

Nas Ciências Sociais, especialmente na Sociologia contemporânea, observa-se que autores de diferentes matizes – Norbert Elias (1990; 1994), Pierre Bourdieu (1996, 2011), Anthony Giddens (1997; 2005), dentre outros – efetivaram rupturas importantes, entre elas a desconstrução da tradicional dicotomia indivíduo versus sociedade. Ao romperem com essa separação e ao buscarem em suas teorias soluções para realizar uma sociologia que apreendesse a realidade social, eles se abriram para o estudo da diferenciação social. Esse processo é concomitante à desconstrução de outras dicotomias clássicas – particular x universal; sujeito x objeto; natureza x cultura; mente x corpo; razão x emoção – e dá lugar nas Ciências Sociais a abordagens não totalizantes e a um longo processo de transição de paradigmas⁴. Todas essas rupturas ocorreram ao mesmo tempo que novas teorias se construíam em um contexto que lhes foi propício e contíguo com os novos movimentos sociais (SCAVONE, 2008).

Nos últimos anos, nas Ciências Sociais, os estudos sobre a mulher, sua participação na sociedade, na organização familiar, nos movimentos sociais, na política e no trabalho (bem como na religião), foram ampliados. Este tema ganhou notoriedade e abriu novos espaços, em particular após a incorporação da categoria gênero. A produção sobre as mulheres vem crescendo e tomando vigor pluralista, abrangendo distintas formas de abordagem e conteúdos variados (MATOS, 2002).

4 A ciência estaria vivendo um período de “transição paradigmática”, passando do paradigma moderno para um paradigma pós-moderno ou outro nome equivalente, segundo Boaventura SANTOS, 1989.

A expansão e o enriquecimento dos temas de investigação propostos pelos estudos de gênero foram acompanhados por renovações dos marcos teóricos e metodológicos, enfoques e modos de análise inovadores que, além de questionar os paradigmas tradicionais, vem colocando novas questões, descobrindo novas fontes, enfim, contribuindo para redefinir e ampliar noções tradicionais do conhecimento, a capacidade de formular questões inovadoras e apontando novas referências.

A consolidação do campo de estudos “sobre mulheres” – como eram denominados nesse período os estudos de gênero – emerge, é bom lembrar, paralelamente à eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos. É possível dizer que foi a partir daí que o campo de investigação científico sobre as mulheres se ampliou, evidenciando a forte relação do movimento social com os estudos feministas.

O contexto em que se encontra a produção teórica sobre gênero é o das transformações políticas, econômicas e sociais pelas quais a sociedade moderna passou⁵, sendo que a base para esta produção está na história das lutas feministas, as quais, ao longo de mais de dois séculos, propiciaram gradativa visibilidade às questões de gênero nos diferentes campos sociais.

As ideias defendidas por essas lutas criaram condições para a emergência de uma teoria crítica feminista que, por sua vez, influenciou e incrementou

5 Esse feminismo teve como substrato material a sociedade urbano-industrial moderna, cuja configuração se acelerou justamente nesse período e foi marcada pela entrada das mulheres no mercado de trabalho, a qual se ampliou progressivamente no decorrer do século XX. Aos poucos, as mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho (doméstica e extradoméstica) e, com isto, a nova responsabilidade de conciliar vida profissional com vida familiar. Outro fator importante foi o advento da contracepção medicalizada e segura nos anos 1960, dando possibilidade às mulheres de escolherem o número de filho/as que desejavam e romperem com o determinismo biológico e social da maternidade.

estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela (SCAVONE, 2008, p. 176).

Os estudos de gênero e feministas tiveram a influência das lutas por redistribuição, justiça e direitos políticos e sociais e/ou por lutas pelo reconhecimento e/ou identitárias. Historicamente mostraram-se comprometidos com a transformação das relações de dominação e poder masculinos associando-as a contextos mais abrangentes. A emergência de uma teoria crítica feminista foi criada a partir das ideias defendidas por essas lutas, influenciando e incrementando estudos e pesquisas científicas sobre as relações sociais de sexo/gênero na academia ou fora dela.

Buscaram compreender os problemas que constituem as relações de gênero na sociedade, trazendo-os para o debate e a reflexão política e social mais amplos, associando-os, em determinadas análises, à classe e à raça, especialmente no Brasil e no restante da América Latina (SCAVONE, 2008, p. 176).

Esses estudos contribuíram para mostrar o alcance da disparidade social, política, econômica, cultural e científica de gênero.

Scavone (2008) destaca que, no caso do Brasil, questões sociais e problemas sociológicos caminham juntos. Os problemas relacionados ao trabalho, à saúde, à política, à educação, à família, à religião, à violência, às ciências, à cultura, à identidade, ao corpo, às tecnologias produtivas e reprodutivas, e à sexualidade passaram a ser tratados com o ‘olhar de gênero’. Segundo a autora, foi esse olhar que deu visibilidade às relações de dominação e poder que dividem o mundo social em gêneros e que questionaram uma ordem sexual tida como natural. Assim, essas análises decorrentes do diálogo dos estudos de gênero com as Ciências Sociais estão marcadas por re-

lações de poder e dominação entre os sexos e devem ser analisadas também sob a ótica das outras relações sociais a ela associadas, como classe, raça/etnia.

Como mostra SCAVONE (2008), o início dos estudos de gênero brasileiros teve como questões centrais justamente o gênero no trabalho, na saúde, na política e na família. A problemática do ‘sexo do trabalho’ foi fruto do “projeto sociológico feminista”, que “começa como crítica da ausência de gênero na teoria marxista”. Assim, “os trabalhos feministas mostraram que a divisão do trabalho específica à atividade assalariada estava relacionada a uma hierarquia de gênero e que sua natureza ‘sexuada’ não era motivada pelo acaso” (WAJCMAN, 2002 *apud* SCAVONE, 2008).

A questão da ausência dos direitos específicos no que se refere aos direitos reprodutivos das mulheres, como o direito ao aborto – que foi conquistado na maioria dos países do Norte a partir dos anos 1970 e que é ainda proibido na maioria dos países da América Latina –, e aos direitos sexuais tem sido recorrentemente pesquisada nos países desse bloco. A violência doméstica, sexual, familiar, a pouca presença das mulheres nos espaços públicos de poder institucional, a responsabilidade feminina pelo espaço privado, o machismo manifesto e o dissimulado, e o assédio sexual e moral no trabalho constituem-se alguns dos inúmeros problemas sociais e sociológicos que passaram a ser tratados pela Sociologia sob a ótica de gênero por meio de pesquisas empírico-teóricas (teses, dissertações, monografias, livros, artigos), tornando visíveis as implicações sociais, políticas e econômicas da dominação masculina.

Quanto as questões teórico-conceituais, destaca-se as teorias e os conceitos desenvolvidos pelos estudos de gênero e feministas. O mais integrado às pesquisas sociológicas na academia brasileira e internacional, entre esses conceitos, é justamente o

de gênero. Este conceito dá nome a esses estudos e responde pela construção social das diferenças entre os sexos.

Atualmente é possível falar em teorias de gênero, devido ao aprofundamento desse conceito e sua diversificação. As diversas teorias que deram origem a esse conceito indicam a multiplicidade das reflexões feministas como também a incidência de influências teóricas distintas e conflitantes.

O pensamento social – com a Sociologia e, poderíamos dizer, com a Antropologia, a História, a Filosofia e a Política –, em suas diferentes abordagens, tem revelado os mecanismos que têm produzido em várias sociedades e culturas um mundo dividido em gêneros, no qual se observa a hegemonia masculina e as implicações que a acompanham (SCAVONE, 2008). A incorporação da teoria de gênero nas Ciências Sociais é efetivada pela utilização cada vez mais recorrente de seus principais conceitos – gênero, relações sociais de sexo, patriarcado, dominação masculina – e pelas implicações de fundo que os acompanham (SCAVONE, 2008).

O conceito de gênero foi construído por estudiosas da língua inglesa. Em *The Traffic in Women: Notes on the Political Economy of Sex*, Gayle Rubin, antropóloga e feminista, procurou responder teoricamente à recorrência da opressão e subordinação social das mulheres com base em um diálogo crítico com a teoria antropológica de Lévy-Strauss, com a psicanálise freudiana e com o marxismo. “Em decorrência desse debate, a autora reitera a ideia de que gênero é uma divisão dos sexos imposta socialmente e produzida nas relações sociais da sexualidade, as quais compõem o que ela denomina de sistemas de sexo/gênero” (SCAVONE, 2008, p. 179).

A historiadora Joan W. Scott introduz o conceito de gênero na História com o seu famoso artigo *Gender a Useful Category*

of Historical Analysis, publicado em 1986 e traduzido em 1990 no Brasil. Scott dialoga com autores pós-estruturalistas como Michel Foucault e Gilles Deleuze e critica com eles a ideia iluminista da existência de um sujeito único universal com características biológicas consideradas a-históricas, que fundamentam os discursos da dominação masculina. Ao propor o uso da categoria Gênero para a análise histórica – e, por decorrência, para as Ciências Sociais –, pretende compreender e explicar significativamente o caráter relacional, transversal e variável dessa categoria analítica. Gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança (SCAVONE, 2008).

O termo foi incorporado por diversas disciplinas recebendo nuances diferentes em cada uma delas. “Assim, antropólogos, sociólogos, psicólogos, cientistas políticos foram dando cores diferentes ao conceito, conforme a bagagem conceitual específica que suas disciplinas traziam” (SIMIÃO, 2000, p.01). Neste sentido, COSTA (1994), cita diferentes leituras que se faz da interpretação de gênero: gênero como variável binária; gênero como papéis sexuais dicotomizados; gênero como uma variável psicológica, gênero como tradução de sistemas de culturas e gênero como relacional.

É importante ressaltar que apesar da consolidação do campo de estudos “sobre mulheres” ter ocorrido na época da eclosão da fase contemporânea do feminismo, especialmente na Europa pós-68 e nos Estados Unidos, obras anteriores a esse período foram importantes para abrir caminho para a construção de um campo de estudos, como aponta SCAVONE (2008). Na Sociologia, por exemplo, destacam-se as pesquisas pioneiras de Madeleine

Guilbert, em 1946, que já iniciavam a investigação sobre o trabalho das mulheres (GUILBERT, 1946). E na Antropologia, em 1948, os trabalhos de Margareth Mead, também já tratavam a condição feminina (MEAD, 1948). No campo da Filosofia e da Literatura, Simone de Beauvoir publicou o livro *O segundo sexo*, em 1949, que gerou um debate político mais radical e lançou as matrizes teóricas de uma nova etapa do feminismo (BEAUVOIR, 2000). A ideia central do livro é de que não se nasce mulher, mas torna-se mulher. Beauvoir lança a base do que mais tarde viria a ser o conceito de “gênero”, pois ela distingue o componente social do sexo feminino de seu aspecto biológico. De fato, reiterada por estudiosas da questão no mundo inteiro e revisada por feministas contemporâneas, essa ideia é até hoje discutida, questionada ou radicalizada, o que evidencia a sua dimensão precursora para os estudos de gênero, como explica SCAVONE (2008).

Conforme mostra SCAVONE (2008), a filósofa feminista contemporânea Judith Butler, ao analisar criticamente esta ideia, busca romper com a distinção dicotômica sexo (biológico)/gênero (social) implícita na obra de Simone de Beauvoir: “[...] se o sexo e o gênero são radicalmente distintos, não decorre daí que ser de um dado sexo seja tornar-se de um dado gênero; em outras palavras, a categoria de ‘mulher’ não é necessariamente a construção cultural do corpo feminino, e ‘homem’ não precisa necessariamente interpretar os corpos masculinos. [...]”. Isto sugere “que os corpos sexuados podem dar ensejo a uma variedade de gêneros diferentes, e que, além disso, o gênero em si não está necessariamente restrito aos dois usuais” (BUTLER, 2003, p. 163). Com essa análise, a autora radicaliza o princípio em questão, sem fixá-lo a um corpo sexuado como o fez Beauvoir.

Segundo SCOTT (1995), gênero é uma categoria de análise histórica, cultural e política, e expressa relações de poder, o que possibilita utilizá-la em termos de diferentes sistemas de gênero e na relação desses com outras categorias, como raça, classe ou etnia, e, também, levar em conta a possibilidade da mudança. Os conceitos de “relações sociais de sexo” e “gênero” consideram a existência de relações que são transversais a todas as sociedades e, sobretudo, ambos rompem com o binarismo das categorias ‘mulher’ e ‘homem’. Entretanto, há autoras que consideram a noção de “estudos de gênero” mais neutra, do ponto de vista político, do que as noções de “estudos feministas”, “estudos gays e lésbicos”, “o que possibilita continuar os estudos sobre os aspectos simbólicos e ideológicos do masculino e do feminino sem referência à opressão do sexo feminino”. (MATHIEU, 2000, *apud* SCAVONE, 2008, p. 180). Apesar disto, Christine Delphy, socióloga e uma das mais reputadas expoentes do feminismo materialista francês, utiliza o conceito de gênero. Para ela, entretanto, é o gênero que produz o sexo biológico e dá pertinência à diferença anatômica – a qual considera sem sentido – e divide a humanidade em duas categorias de gênero. E diferentemente de outras conotações do conceito, ela considera que o gênero existe como divisão social graças ao patriarcado, o qual define como um sistema total, ou seja, considera que patriarcado designa de um lado, um sistema e não relações individuais ou um estado de espírito; de outro, ele se diferencia do capitalismo, um sistema não é redutível ao outro. (DELPHY, 2000).

SCAVONE (2008) mostra que outro desdobramento do conceito de gênero foi dado a partir dos anos 1990 pela teoria *queer*, quando a *teoria queer* ‘ultrapassa os gêneros’ ao questionar a normatividade heterossexual e ressaltar o aspecto socialmente con-

tingente e transformável dos corpos e da sexualidade (gays, lésbicas, transexuais, travestis, bissexuais) (Cf. BUTLER, 2003).

Como Delphy, Butler se inspira inicialmente em Monique Wittig (1980), entretanto, além-se mais à sua contribuição crítica sobre a matriz heterossexual, “que dá ao gênero uma heterossexualidade normativa”, do que às suas questões sobre as “desigualdades estruturais”, as quais foram, também, consideradas por Delphy por sua postura materialista.

Outros pensadores contemporâneos possibilitaram uma interlocução crítica com a teoria feminista. Por exemplo, a análise que a teórica feminista e filósofa Nancy Fraser (FRASER, 1987 p. 40) fez da ação comunicativa de Jürgen Habermas, o qual, ao colocar a família na esfera da reprodução simbólica – por oposição à esfera da reprodução material, que realiza o “trabalho social” –, oculta o trabalho social que as mulheres exercem na reprodução da vida. Por outro lado, a autora mostra como Habermas, ao distinguir “ação assegurada normativamente” de “ação obtida comunicativamente”, consegue oferecer um bom instrumento de análise teórica às relações de gênero na família. De fato, a autora mostra que essas categorias aplicadas em uma pesquisa sobre padrões de comunicação entre maridos e mulheres podem “nos capacitar a captar algo importante sobre a dinâmica intrafamiliar” no âmbito da dominação masculina: os homens tendem a controlar e dar as diretrizes das conversas, as mulheres tendem a fazer o “trabalho de interação” ao colocar perguntas e oferecer apoio verbal à conversação (FRASER, 1987, p. 46).

Dentre autores contemporâneos, Michel Foucault (2010; 2012) foi um dos pensadores cuja teoria proporcionou maior possibilidade de diálogo com o feminismo, especialmente, por suas análises sobre as questões do corpo, da sexualidade, da Medicina, das

tecnologias de poder, mostrando como produzem sujeitos/corpos disciplinados. Conforme mostra SCAVONE (2008), alguns aspectos de sua teoria foram utilizados pelas estudiosas feministas – a analítica do poder, a crítica ao sujeito único universal, a aceitação da diversidade e multiplicidade das relações sociais e apresentam elementos com muitas afinidades com o feminismo e que contribuíram para o avanço das teorias de gênero. Joan Scott (1995), Gayle Rubin (1975), Judith Butler (2003), entre outras, mantiveram diálogo com sua teoria.

Como mostra SCAVONE (2004 e 2006), as pesquisas feministas sobre saúde das mulheres, cujo objeto de estudo está voltado para o corpo, tiveram de uma maneira ou de outras inúmeras influências das teorias foucaultianas. Entretanto, algumas autoras, como FRASER (1987) e FERNÁNDEZ (2000), mostram que o diálogo de Foucault com o feminismo também foi construído com muitas ambiguidades e tensões. Isto porque, ao mesmo tempo em que ele contribuiu para desconstruir o discurso normativo sobre dominação e poder na sociedade, construiu uma outra normatividade para o desenvolvimento da “emancipação futura”, que, por estar demasiadamente ancorada na realização das identidades subjetivas, tenderia a esvaziar a possibilidade de saídas coletivas, chocando-se com a proposta do movimento feminista. Entretanto, é sempre bom lembrar que o feminismo do final do século XX explode com a noção de fixidez, que sugere uma representação atemporal e binária de gênero, colocando de uma forma incontestável o significado do homem e da mulher, levando a uma luta política móvel de resistências aos poderes instituídos e aos micropoderes. (Cf. SCAVONE, *idem*).

Entretanto, foi o sociólogo Pierre Bourdieu (2011) um dos teóricos que mais suscitaram adesões, críticas e rejeições entre as

teóricas feministas com os seus estudos e reflexões sobre a dominação masculina, “[...] provavelmente, por seu lugar de intelectual dominante, mas, sobretudo, pela aplicação de sua teoria a um objeto cujo desenvolvimento teórico já estava muito mais avançado do que o construído por seu campo analítico” (SCAVONE, 2008, p. 182).

O seu primeiro artigo sobre a dominação masculina não incluiu referências significativas à produção feminista, que só foram incluídas posteriormente, em seu livro sobre o tema. Há também a crítica à sua pretensão em formular um caminho para o feminismo, desqualificando, em certo sentido, a trajetória política desse movimento (CORRÊA, 1999). Uma das críticas feministas mais recorrentes à sua teoria da dominação masculina refere-se ao pressuposto da ‘incorporação’ e da ‘aceitação’ que os dominados (no caso, as mulheres) teriam para com os dominantes (no caso, os homens) pelo fato de terem internalizado em seus corpos os esquemas de dominação como *habitus*, isto é, sistemas de disposições adquiridas que internalizam as estruturas sociais. As críticas a essa análise costumam considerar que as mulheres apareceriam como responsáveis da dominação, conforme explica Scavone (2008).

Todavia, frequentemente os conceitos da sociologia de Bourdieu foram e são utilizados em estudos e pesquisas acadêmicas e militantes de cunho feminista, particularmente os relacionados à dominação, poder e violência simbólica, o trabalho e a condições de sua reprodução, e a própria noção de *habitus*, de campo, entre outros, para o entendimento da permanência da dominação masculina.

É possível constatar que estudos de gênero têm se mostrado como um campo multidisciplinar, com uma pluralidade de influências, na tentativa de reconstituir experiências excluídas. Nas ciências sociais, a abertura dos estudos para as abordagens de gênero vem colocando várias questões em relação à construção de um conheci-

mento no “campo movediço dos estudos de gênero”, buscando recuperar as relações entre os sexos, desvendando suas características e estabelecendo relações e articulações entre amplas dimensões (MATOS, 2002, p.248). Como tão bem destacou esta autora,

[...] a variedade de novas abordagens renova os olhares sobre o passado e o presente, incorpora a diversidade e a multiplicidade de interpretações, abrindo o campo para a análise de expressões *culturais*, modos de vida, relações pessoais, redes familiares, étnicas e de amizade entre mulheres e entre mulheres e homens, seus vínculos afetivos, ritos e sistemas simbólicos, construção de laços de solidariedade, modos e formas de comunicação e de perpetuação e transmissão das tradições, formas de resistência e lutas até então marginalizadas nos estudos, propiciando um maior conhecimento sobre mulheres e homens (MATOS, 2002, p. 248).

No que tange a questão da participação da mulher na política, percebe-se a importância que esses estudos tiveram para ajudar a transpor essa fronteira, particularmente resistente.

Nos últimos anos, crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento de mulheres e feministas, em torno da questão do acesso ao poder e do chamado *empoderamento* das mulheres. Este traz uma nova concepção de poder, assumindo formas democráticas, construindo novos mecanismos de responsabilidades coletivas, de tomada de decisões e responsabilidades compartilhadas. O empoderamento feminino é também um desafio às relações patriarcais, em relação ao poder dominante do homem e a manutenção dos seus privilégios de gênero, é uma mudança na dominação tradicional dos homens sobre as mulheres, garantindo-lhes a autonomia no que se refere ao controle dos seus corpos, da sua sexualidade, do seu direito de ir e vir, bem como sua participação

ativa no âmbito político. O empoderamento político⁶ diz respeito à representação equitativa de mulheres em estruturas de tomada de decisão, tanto formais quanto informais, e também ao seu direito à voz na formulação de políticas que afetam a sociedade na qual estão inseridas. A ausência de mulheres nas estruturas de governo significa, inevitavelmente, que prioridades nacionais, regionais e locais – isto é, como os recursos são alocados – são definidas sem participação significativa de mulheres, cuja experiência de vida em relação aos homens proporciona a elas uma compreensão diferenciada das necessidades, preocupações e interesses.

Pinheiro (2007, p.31) destaca que foi a partir da década de 1990 que avolumaram-se os estudos que tinham por objetivo analisar as relações que se estabelecem entre mulheres e vida política. Para ela, a emergência do tema se deu basicamente por dois motivos correlatos. O primeiro refere-se ao contraste observado entre o grau de inserção feminina em esferas da vida social – como na educação e no mercado de trabalho – e a sua escassa presença nas instâncias formais ou informais de exercício do poder. A segunda motivação encontra-se no surgimento, em todo o mundo, em especial na América Latina, das ações afirmativas aplicadas ao campo político.

Desde o(s) feminismo(s) e em conexão com eles, os estudos feministas e de gênero trouxeram à tona um conjunto de questões sobre a política, o Estado e as políticas públicas. A leitura da realidade de exclusão e discriminação das mulheres ampliou o horizonte dessas reflexões. No contexto brasileiro e em outros da região latino-americana tal dinâmica

⁶ O Fórum Econômico Mundial, comprometido com a melhoria das condições do mundo, elaborou o documento “Empoderamento das Mulheres - Avaliação das Disparidades Globais de Gênero” (FEM, 2005), definindo cinco dimensões importantes para o empoderamento e oportunidade das mulheres: participação econômica; oportunidade econômica; empoderamento político; conquistas educacionais; saúde e bem-estar.

sedimentou-se no decorrer de mais de quatro décadas, reverberando debates sobre a democracia representativa e a participação política, além de críticas a modelos econômicos e programas de governo adotados no continente, pela sua desconsideração, e em certos casos pelo reforço, das persistentes desigualdades de gênero. (ARAÚJO & PRÁ, 2014, s.p.)

Na política, a participação feminina ainda é um desafio. O artigo 10 da Lei 9.504/97 estabelece regra que a doutrina e a jurisprudência convencionaram denominar cota eleitoral de gênero. Alterado pela reforma eleitoral de 2009 (Lei 12.034/09), o dispositivo dispõe que: “Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação preencherá o mínimo de 30% (trinta por cento) e o máximo de 70% (setenta por cento) para candidaturas de cada sexo”. A regra visa a assegurar a participação de homens e mulheres no cenário político nacional. Com isso, constitui uma concretização do pluralismo político, que é um dos fundamentos da República Federativa brasileira.

Contudo, apesar de representar 51,95% do eleitorado no país, o percentual de mulheres com mandato eletivo no Congresso Nacional, por exemplo, não chega a 10%, de acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Dos 513 deputados federais, por exemplo, apenas 45 são mulheres eleitas nas últimas eleições gerais em 2010, o que representa 9% do total, conforme dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Carla Quaresma, socióloga e cientista política, explica⁷ que a participação da mulher na política ainda é muito pequena e tímida devido a alguns aspectos pontuais. Um deles, segundo ela,

⁷ Em entrevista para O Estadão, disponível em: <<http://www.oestadoce.com.br/noticia/participacao-feminina-e-desproporcional>>. Acesso em: maio de 2014.

é a cultura machista que ainda temos e que inibe a participação das mulheres. Destaca que, até hoje, por ocuparem ou almejam funções semelhantes às dos homens na política, elas sofrem abuso e assédio e acabam não se sentindo encorajadas de participar de um campo que é majoritariamente masculino. O outro ponto que a socióloga cita é a forma como elas entram no meio político. Muitas vezes, aponta ela, elas são introduzidas pelo pai ou esposo e acabam reproduzindo as mesmas práticas. Acabam sendo uma figura meramente ilustrativa salvo algumas exceções que vieram de movimentos sociais.

Hoje, além da luta das mulheres pelo acesso ao poder legislativo, outras lutas por níveis de paridade começam a se fazer visíveis nos demais poderes constituintes do Estado: o Executivo e o Judiciário. No bojo dessas novas reivindicações de paridade, também se encontram as lutas pelo acesso igual das mulheres a cargos de chefia no serviço público, assim como políticas afirmativas em grandes empresas (sobretudo multinacionais), em busca da valorização das mulheres.

Os estudos de gênero, nesse sentido, procuram dar visibilidade às mulheres, questionando a dimensão de exclusão a que estavam submetidas. Apesar das resistências de diversos setores e áreas, como a política, os debates e ações incorporaram a questão de gênero, ela se tornou indispensável não só na academia, mas também no Estado.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As ciências humanas e sociais contemporâneas foram um campo oportuno identificado pela categoria gênero para desnaturalizar as identidades sexuais e postular a dimensão relacional. Es-

ses estudos auxiliaram a ampliação de noções como resistência e experiência, possibilitando o questionamento dos universalismos, do irreduzível e do natural, destacando as diferenças e reconhecendo-as como históricas, social e culturalmente constituídas. Esta categoria contribuiu para ampliar o campo, descobrir novos temas, diversificar criativamente as fontes de pesquisa e aprimorar as estratégias de investigação.

Assim, podemos verificar, conforme o que foi exposto neste artigo, que os estudos e a crítica feminista têm se mostrado não só útil, mas imprescindível para as Ciências Sociais e, também, para o campo da política, sobretudo no que diz respeito à inserção da mulher nesta esfera ainda majoritariamente masculina.

Diante dos avanços e conquistas alcançadas, sobretudo pela contribuição da crítica feminista e dos estudos de gênero, podemos dizer que atualmente a mulher dispõe igualmente dos direitos civis, políticos e sociais garantidos ao homem na legislação brasileira. Logo, a mulher vem tendo acesso à educação formal e ao trabalho, tem direito de propriedade, de ir e vir, eleger e ser elegível, como qualquer outro cidadão, mesmo que nesse universo os caminhos da mudança cultural sejam lentos, existam ambiguidades, avanços e recuos, visto que as mudanças são aceitas em algumas esferas sociais e em outras há resistências.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Angela Maria Carneiro; PRÁ, Jussara Reis. Dossiê o Gênero da Política: Feminismos, Estado e Eleições. In: Cadernos Pagú. n.º.43 Campinas: jul./dez. 2014.

- BEAUVOIR, Simone. **O segundo sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2000.
- BOURDIEU, Pierre. **Razões práticas: sobre a teoria da ação**. Campinas: Papirus, 1996.
- _____. **A Dominação Masculina**. 10ª. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.
- BUTLER, Judith. **Problemas de gênero**. Feminismo e subversão da identidade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.
- CORRÊA, Mariza. Bourdieu e o sexo da dominação. **Revista Novos Estudos**, CEBRAP, n. 54, jul. 1999. pp. 43-53.
- COSTA, Claudia de Lima. O leito de procusto: Gênero, linguagem e as teorias femininas. In **Cadernos Pagu**, vol. 2, 1994. pp.141-174.
- DELPHY, Christine. **Patriarcat (théories du) in dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000. pp. 141-146.
- ELIAS, Norbert. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1990.
- _____. **A sociedade dos indivíduos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1994.
- FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL, **Empoderamento de mulheres**. Avaliação das disparidades globais de gênero. Genebra, 2005.
- FERNÁNDEZ, Josefina. “Foucault, marido o amante? Algunas tensiones entre Foucault y el Feminismo”. **Revista Estudos Feministas**, v. 8, n. 2, 2000, pp. 127-148.
- FLAX, Jane. *Pós-Modernismo e relações de gênero na teoria feminista*. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). **Pós-Modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. pp. 217-250.
- FRASER, Nancy. “O que é crítico na teoria crítica? O argumento de Habermas e o gênero”. In: FRASER, Nancy; BENHABIB, S.; CORNELL, D. (Orgs.). **Feminismo como crítica da modernidade**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1987. p. 38-65.

- GIDDENS, Anthony. **Modernização Reflexiva: política, tradição e estética na ordem social moderna**. São Paulo: UNESP, 1997.
- _____. Anthony. **Sociologia**. 4ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- GUILBERT, Madaleine. “Le travail des femmes”. **Revue Française du Travail**, n. 8, 1946. pp. 663-71.
- FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade: a vontade de saber**. 19ª ed. Rio de Janeiro. Ed. Graal, 2010.
- _____. **Microfísica do poder**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 2012.
- JAMESON, Frederic. Periodizando os anos 60. In: BUARQUE DE HOLLANDA, Heloísa (Org.). **Pós-Modernismo e política**. Rio de Janeiro: Rocco, 1992. pp. 81-126.
- MATHIEU, Nicole-Claude. “Sexe et Genre”. In: HIRATA, Helena et al. (Orgs.) **Dictionnaire critique du féminisme**. Paris: PUF, 2000. pp. 141-146.
- MATOS, Maria Izilda S. de. Da invisibilidade ao gênero: percursos e possibilidades nas Ciências Sociais contemporâneas. **Margem**, São Paulo, 2002, n.15, pp. 257-252.
- MATOS, Marlise. Teorias de gênero ou teorias e gênero? Se e como os estudos de gênero e feministas se transformaram em um campo novo para as ciências. **Rev. Estud. Fem.** [online]. 2008, vol.16, n.2, pp. 333-357.
- MEAD, Margareth. **Male and Female**. New York: William Morrow and Co. Inc., 1948.
- PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2012.
- PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes femininas na Política: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós constituinte**. SEPPM: Brasília: 2007.
- ROSE, Hilary. Nada menos que metade dos laboratórios. In: Steven Rose e Lisa Appignanesi (orgs.), **Para uma nova ciência**. Lisboa: Gradiva, 1989, pp.:221-244.

RUBIN, Gayle. “The Traffic in Women: Notes on the ‘Political Economy’ of Sex”. In: REITER, Rayna (Org.). **Toward an Anthropology of Women**. **New York and London**: Monthly Review Press, 1975. pp. 175-210.

SANTOS, Boaventura de S. **Introdução a uma ciência pós- moderna**. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

SARDENBERG, Cecilia Maria Bacellar. *Da Crítica Feminista à Ciência a uma Ciência Feminista?*. **Labrys, Estudos Feministas** (Online). v.11, 2007. p.45.

SCAVONE, Lucila. **Dar a vida e cuidar da vida: feminismo e Ciências Sociais**. São Paulo: EDUNESP, 2008.

_____. O feminismo e Michel Foucault: afinidades eletivas?. In: SCAVONE, Lucila; ALVAREZ, Marcos César; MISKOLCI, Richard (Orgs.). **O legado de Foucault**. São Paulo, EDUNESP/FAPESP, 2006. p. 81-99.

_____. Estudos de gênero: uma sociologia feminista?. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 16(1): 288, janeiro-abril/2008.

SCHIEBINGER, Londa. **O feminismo mudou a ciência?** Bauru-SP, EDUSC, 2001.

SCOTT, Joan W. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação & Realidade, vol. 20, nº 2, 1995. pp.71-99.

SIMIÃO, Daniel Schroeter. **Gênero no mundo do trabalho**. Brasília, 2000.

WAJCMAN, Judy. “La construction mutuelle des techniques et du genre: l'état des recherches en sociologie”. In: CHABAUD-RYCHTER, Danielle; GARDEY, Delphine (Orgs.). **L'engedrement des choses. Des hommes, des femmes et des techniques**. Paris: editions des Archives Contemporaines, 2002. pp. 51-64.

WITTIG, Monique. “La pensée straight”. **Questions Féministes**, Paris: Tierce, n. 7, févr. 1980.

MULHERES NA POLÍTICA: PRESENÇA E AUSÊNCIA NOS ÂMBITOS DE PODER

Cosma Ribeiro de Almeida

1. INTRODUÇÃO

Atualmente há um crescimento sobre os estudos de gênero que envolve a dominação masculina e a inserção da mulher nos espaços de poder, tal como a política. O que nos revela que este é um tema atual e provocante para entendermos o papel dos agentes sociais na sociedade e o lugar que ambos ocupam historicamente. Além disso, tais estudos nos mostram a dificuldade de problematizar uma realidade que durante séculos cristalizou uma diferença entre a condição masculina e feminina. Diante deste contexto, nossa proposta nesse *paper* é refletir sobre a participação da mulher na política e indagar se esta presença se constitui em uma participação efetiva, onde ela possa atuar com as mesmas condições e facilidades que seus pares masculinos e, por último, se tal participação possui um reconhecimento por parte da sociedade civil.

Para tanto, iniciamos uma discussão sobre os movimentos feministas, considerado uma ferramenta imprescindível para o início desta reflexão. Além disso, na segunda parte do texto, acreditamos ser pertinente os conceitos de distribuição e reconhecimento com base em Nancy Fraser (2007), uma vez que corroboramos com a autora na ideia de que uma sociedade justa é aquela cuja distribuição e reconhecimento para todos os sujeitos independe de sexo, classe social ou outro.

É importante perceber que após as conquistas femininas, outros fatores nos levaram a tentar entender o que de fato acontece na recíproca com a sociedade civil quando as mulheres inserem-se na política: se de fato, são (re) conhecidas enquanto mulheres políticas, ou seja, como capazes, independentes, como iguais. Ora, estudar a participação das mulheres na política não é tão fácil, é uma reflexão complexa por que a própria história sobre o homem e a mulher na sociedade é uma história repleta de valores culturais que se entrelaçam em um caminho cujos direitos e poderes são alguns dos fortes elementos influenciadores desta relação.

2. UM BREVE HISTÓRICO DO MOVIMENTO FEMINISTA: PARTICIPAÇÃO POR UMA SOCIEDADE DEMOCRÁTICA

No início do século XX ganha visibilidade no Brasil aquela que passará a ser classificada como a precursora dos ideais feministas: Nísia Floresta. Através das mais variadas atividades, particularmente de escritora, buscou apresentar na sociedade os direitos das mulheres e suas capacidades, momento em que publica a obra: “Os direitos das mulheres e a injustiça dos homens”, no ano de 1932. Convém salientar que Nísia Floresta enfrentou muitos preconceitos por defender os direitos políticos e civis das mulheres. Em 1922 a feminista Berta Lutz influenciada pelos ideais de Nísia Floresta funda no País a *Federação Brasileira para o Progresso Feminino – FBPF*, cujo objetivo foi lutar pela participação das mulheres na política, pelo protagonismo delas na sociedade. Bertha Lutz acreditava que, através de uma determinada educação, as mulheres poderiam projetar-se na sociedade com direitos e deveres antes nunca vistos no social, tais como: independência financeira, ruptura com o confinamento ao espaço doméstico, formação profissionalizante

para as mulheres. A preocupação residia no fato de uma consciência feminina diante do quadro em que se encontravam as mulheres brasileiras: submissas, dependentes financeiramente, sem escolaridade. Para se ter uma ideia, no final do século XIX aproximadamente, a totalidade das mulheres no Brasil eram analfabetas. (GOTLIB, 2000) Assim, enquanto as mulheres eram educadas para as atividades do lar, os homens eram educados para o “progresso”, para o desenvolvimento da sociedade, para a ciência.

O mercado de trabalho, o direito à educação, o direito ao ensino superior, cursos profissionalizantes, foram algumas das conquistas das mulheres depois de muitas lutas pela igualdade de direitos. Bertha Lutz desejava a igualdade de direitos para homens e mulheres, a mesma remuneração e direitos para ambos na atividade laboral.

A luta pela participação das mulheres nos espaços de poder continua no País: Alzira Soriano é eleita a primeira mulher política do Brasil, em 1928, na cidade de Lajes, no Estado do Rio Grande do Norte; Celina Guimarães a primeira mulher a ter o direito ao voto no País, em 1928, na cidade de Mossoró no mesmo Estado; o Rio Grande do Norte ainda elege a primeira deputada do País, em 1934, Maria do Céu Fernandes de Araújo, eleita na época com 24 anos de idade, pelo Partido Popular (PP), na cidade Currais Novos. (AVELAR, 2001)

Em 1949 ideias simples de negação à submissão feminina e a “desnaturalização” do que é ser mulher já se expressavam através de feministas como Simone de Beauvoir quando afirmava que “não se nasce mulher, torna-se mulher”. Afirmção de que as construções culturais designam comportamentos para homens e mulheres, diferenciando-os fisicamente, psicologicamente, emocionalmente, entre outros. E que o ser “mulher” seria uma construção cultural e não natural.

Após o fim da II Guerra Mundial e com o processo de redemocratização no Brasil, o clima foi de “renovação” política o que permitiu o restabelecimento das liberdades, o que favoreceu o surgimento de novos grupos de mulheres e fortaleceu àqueles que já existiam. Grupos de mulheres se uniram aos movimentos existentes no País, gerando força ao movimento feminista. (TABAK, 2002)

Em 1945 surgiu no Brasil o *Comitê de Mulheres pró-Democracia*, na cidade do Rio de Janeiro, cujo objetivo era a participação efetiva das mulheres na democracia brasileira e a conquista pela igualdade nos setores como política, mercado de trabalho, cultura, entre outros. “Mas, foi a luta das donas de casa contra a carestia de vida (...) que conseguiu atrair milhares de mulheres e conduziu à criação de um número considerável de associações e uniões femininas”. (TABAK, 2002, p. 10)

Dentre os grupos que surgiram e tiveram destaque pela força, pela credibilidade, estão: a *Associação das Donas de Casa contra a Carestia*, que junto aos órgãos públicos buscou defender os interesses das mães de famílias; o *Instituto Feminino do Serviço Construtivo* (1946) que tinha como líder a feminista Alice Tibiriçá, que fundou posteriormente a *Federação das Mulheres do Brasil*; a *União Feminina do Distrito Federal* em 1946, que combatia também os elevados preços dos produtos básicos e lutava pela paz mundial, isto no Rio de Janeiro quando naquela época era a capital do Brasil. Esta experiência espalhou-se em vários Estados brasileiros como Minas Gerais, Goiás, Bahia, Sergipe, São Paulo, entre outros. (TABAK, 2002)

É interessante o desempenho daquelas mulheres que combateram a desigualdade e lutaram por uma vida mais igualitária; seus discursos coadunavam com suas práticas quando faziam visitas aos bairros populares tentando conscientizar as mulheres, donas de casa, as feirantes nas feiras livres, entre outras.

É importante ressaltar que esta participação das mulheres nos movimentos sociais reforça a ideia de que a mulher também participa politicamente no cotidiano da sociedade, o que contraria a ideia de que “a mulher não gosta de política”. Ora, relevar a importância da participação das mulheres nos movimentos sociais e entendê-lo como não participação política é subestimar a importância destes movimentos. Além disso, é deixar de lado o nível de conscientização da mulher e suas capacidades de lutas e conquistas. Afinal, desde 1920, no Brasil, há registros de lutas femininas no espaço público, a luta pelo sufrágio é um exemplo fiel desta participação e combate. (TABAK, 2002)

A participação não institucionalizada é reflexo de uma sociedade cujo poder institucional do Estado é predominantemente masculino. O acesso à informação, aos direitos básicos que foram negados às mulheres reflete a presença e não presença delas no espaço da política. Sendo assim, é pertinente afirmar que as mulheres contribuíram para a redemocratização do Brasil através de suas lutas por um País melhor. Vale salientar que após o período ditatorial muitas mulheres ficaram sem seus esposos, filhos, assumindo assim a chefia da casa e tomando ao mesmo tempo poder de decisão no espaço público e privado, o que influenciou na nova demanda de mulheres no Brasil.

No Brasil, o Movimento Feminista teve início em 1970, por sua vez sofre influência dos movimentos feministas norte-americano e europeu. Mesmo antes do golpe militar, em 1964, as mulheres protagonizam em público suas contestações de ordem política. O movimento surge com mais visibilidade a partir da ditadura militar, seguindo ideologias marxistas de esquerda, o que fez com que o movimento ganhasse força e projeção. (SARTI, 2004)

É inegável que o movimento feminista¹ influenciou uma geração de mulheres, no seu modo de pensar, de se comportar, suas formas de refletir sobre temas como a sexualidade, o aborto, a gravidez indesejada ou fora do casamento, a pílula anticoncepcional, o trabalho desigual, os diferentes acessos a determinados lugares, entre outros. Inclusive, influenciou socialmente e politicamente instituições públicas, de fato estes conflitos impactaram o espaço social onde mulheres atuavam como sujeitos ativos, fazendo ampliar suas atuações públicas. (SARTI, 2004)

A discussão sobre a condição da mulher na sociedade ainda se revela conflituosa, principalmente por ter como objetivo a negação do poderio masculino e as relações entre homens e mulheres. No século XX esta discussão surge como uma transgressão tendo em vista que mulheres “desequilibravam” um padrão social ao refletir sobre os lugares designados para elas na sociedade.

A radicalidade do movimento feminista se concretizou graças à repressão à época, o que leva muitos pesquisadores a constatar que o movimento feminista foi fundado, portanto, na noção de conflito.

Inicialmente, ser feminista tinha uma conotação pejorativa. Vivia-se sob fogo cruzado. Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês, e para muitos homens e mulheres, independentemente de sua ideologia, feminismo tinha uma conotação antifeminina. A imagem feminismo *versus* feminino repercutiu inclusive internamente ao movimento, dividindo seus grupos como denominações excluídas. A autodenominação feminista implicava, já nos anos 1970, a convicção de que os problemas

¹ A Organização das Nações Unidas declarou em 1975 como o ano Internacional da Mulher, o que favoreceu a discussão sobre a condição da mulher na sociedade, tal decisão certamente teve influência dos movimentos feministas norte-americano e europeu.

específicos da mulher não seriam resolvidos apenas pela mudança na estrutura social, mas exigiam tratamento próprio (SARTI, 2004, p. 40).

Com a chegada da modernidade e a emergência de novos comportamentos, o mundo privado sofreu influência, “novas experiências cotidianas entraram em conflito com o padrão tradicional de valores nas relações familiares, sobretudo por seu caráter autoritário e patriarcal”. O movimento feminino, conhecido antigamente como movimento de mulheres, cresceu através de uma relação com as camadas populares, organizações de bairros, sendo um movimento de várias classes, seja classe média, seja classe baixa. (SARTI, 2004, p. 37)

Tal movimento no Brasil também enfrentou a Igreja Católica quando discutia a temática voltada para o comportamento de mulheres, como o aborto, a sexualidade, a família. Estas questões continuaram no ambiente privado, sem eco para o espaço público. Segundo Sarti (2004) os movimentos sociais no País tiveram como característica a sua relação direta com o Estado, pois se organizavam em bases locais, cristalizando em seus discursos e lutas as batalhas do cotidiano da periferia, tais como: o saneamento básico, as condições de vida, a desestrutura familiar.

Os movimentos de bairros foram de suma importância para projetar as mulheres no espaço público e tirá-las do confinamento doméstico. Estes movimentos propiciou o surgimento de um novo sujeito que questionava a condição feminina e a identidade de gênero. (PINTO; OLIVEIRA *apud* SARTI, 2004)

Porém, as problemáticas femininas ganharam espaço e inclusive politicamente, uma vez que muitos grupos se declararam feministas levando a bandeira de luta democrática e de melhores políticas públicas, refletindo concomitantemente o lugar da mulher na sociedade. Estes movimentos de mulheres ou feministas

influenciou na projeção de necessidades de políticas públicas, concentrando discussões como: o mercado de trabalho, a saúde feminina, a redistribuição de poder entre os sexos.

O movimento feminista no Brasil foi consolidado a partir de 1980. Ganhou concretude quando as exiladas de 1964 retornavam para o País, trazendo suas experiências adquiridas na Europa. As experiências das mulheres, que exiladas retornavam para o Brasil, impactou no modo de vida das brasileiras, no modo de se vestir, no comportamento no espaço doméstico, na concepção política. Foi neste momento que muitas ONGs surgiram com o objetivo de conquistar políticas públicas para as mulheres.

Ao mesmo tempo em que se alastrava pelo País a consciência da opressão específica da mulher, os grupos feministas atomizavam-se (...). Esvaziaram-se os grupos formados em torno da bandeira da opressão feminina e ganhou força uma atuação mais especializada, com uma perspectiva mais técnica e profissional. Muitos grupos adquiriram a forma de organizações não-governamentais (ONGs) e buscaram influenciar as políticas públicas em áreas específicas, utilizando-se dos canais institucionais. A institucionalização do movimento implicou, assim, o seu direcionamento para as questões que respondiam às prioridades das agências financiadoras. Foi o caso daquelas relacionadas à saúde da mulher, que causaram impacto na área médica, entre as quais emergiu o campo dos “direitos reprodutivos”, que questionou, de um ponto de vista feminista, a concepção e os usos sociais do corpo feminino, particularmente pela medicina dirigida à mulher (ginecologia e obstetrícia), em torno das tecnologias reprodutivas (SARTI, 2004, p. 42).

Somado a estas conquistas, no segmento governamental conselhos sobre a condição feminina foram criados nos níveis mu-

nicipal, estadual e federal. Ganhando espaço consequentemente o tema da violência contra a mulher, que inclusive foram tratadas em delegacias específicas. Esta conjuntura fez com que o tema “mulher” fosse tratado na Constituição Federal de 1988, significando uma grande vitória não só para as mulheres, mas para a sociedade de um modo geral. (SARTI, 2004)

A década de 1980 marcou um momento muito importante para a vida das mulheres e da sociedade, de modo geral, com a reconstrução das instâncias democráticas, da reorganização partidária, de eleições, reelaboração da Constituição do Brasil, entre outros. (SOARES, 2015) Assim, o movimento feminista tornou-se mais complexo em relação às ideologias e às organizações. “O feminismo se diversificou criando novas formas de organização e instituindo práticas como os coletivos voltados para ações relacionadas ao corpo, à saúde, à sexualidade feminina e ao combate à violência”. (SOARES, 2015, p. 44)

A partir daí, as feministas articularam e centraram suas atividades de forma mais especializada, o que fez gerar mudanças na legislação brasileira, a implantação de políticas públicas para as mulheres, mais protestos organizados e sistematizados. Por outro lado, os anos 1990 mostrou, em consequência, que os espaços femininos se expandiram e circularam nos âmbitos de poder, mesmo com resistência por parte do poder autoritário e dominante masculino. Neste momento, mesclam-se e se confundem na sociedade o movimento de mulheres e o movimento feminista, a partir do número crescente de mulheres e participantes como: mulheres pobres, trabalhadoras, negras, lésbicas, sindicalistas. Momento em que muitos feminismos são construídos: “as mulheres dos movimentos pertencem a grupos e classes sociais muito diversos, a raças

e etnias diferentes, com sexualidades e trajetórias políticas distintas”. (SOARES, 2015, p. 46).

As feministas brasileiras, a partir de 1990, começam de forma crescente a participar de fóruns políticos internacionais, conferências mundiais, encontros nacionais reconhecidos mundialmente. Além disso, discussões como as ações afirmativas, a lei de cotas, a presença no legislativo e o aborto são alguns dos temas que, embora antigos, ganharam impulso após a redemocratização do Brasil, com uma maior participação de mulheres e com discursos mais sistematizados.

É importante enfatizar que desde o século XVIII há registros de lutas por parte de mulheres. No artigo “Participação feminina no debate público brasileiro” (2013) as autoras Maria Ligia Prado e Stella Scatena Franco destacam vários nomes que tiveram participação relevante em momento de batalha no Brasil. A exemplo da Revolução Pernambucana de 1817, que teve Bárbara Alencar², a primeira mulher política e presa no Brasil. Ela defendeu a independência e as ideias republicanas, participando de forma ativa do movimento que proclamou a República na cidade do Crato, interior do Ceará, lugar este em que foi morar após o casamento. Após a proclamação, Bárbara Alencar ao ser presa, foi transferida para as cidades de Fortaleza, Recife e Salvador, “onde foi encarcerada ao lado de um de seus filhos, o padre Martiniano de Alencar, pai do escritor José de Alencar. Libertada em 1820, ela ainda se envolveu na epopeia da Confederação do Equador, em 1824. Morreu no Piauí, em 1832”. (PRADO; FRANCO, 2013, p. 196)

Ainda neste contexto, durante a Independência do Brasil, a mulher que teve destaque foi Maria Quitéria de Medeiros, que

² A biografia de Bárbara Alencar “foi elaborada por Inês Sabino, que a chamou de ‘Stael brasileira’. (...) Aos 57 anos de idade engajou-se com o irmão e os três filhos na revolução de 1817”. (PRADO; FRANCO, 2013, p. 196)

se vestiu de soldado para lutar na batalha pela independência em relação a Portugal. Maria Quitéria nasceu em 1792, em Cachoeiro, interior da Bahia, foi criada em ambiente rústico, de uma pequena propriedade rural, aprendeu a montar e manobrar armas de fogo. Mesmo sem saber ler e escrever, apenas ouvindo as histórias sobre a batalha de Portugal decidiu lutar, cortando os cabelos, vestindo roupas masculinas e ingressando “como homem no Regimento da Artilharia onde permaneceu até ser descoberta, semanas depois. Foi transferida para o Batalhão dos Periquitos e chegou a participar de algumas batalhas”. (PRADO; FRANCO, 2013, p. 196)

Além de Bárbara Alencar e Maria Quitéria, merece destaque outra mulher: Antônia Alves Feitosa, conhecida como Jovita. Ela nasceu em 1848, na cidade de Brejo Seco, no interior do Ceará, mas mudou-se para o interior do Piauí. Jovita aprendeu a ler, a escrever e a manejar armas, sua profissão foi a de costureira. Na época da guerra do Paraguai seu irmão se alistou como soldado voluntário e Jovita também decidiu se alistar, disfarçada de homem, que também cortou os cabelos, vestiu roupas masculinas e se apresentou como uma voluntária da pátria. E mesmo tendo o disfarce descoberto foi acolhida como “recruta e partiu para o Rio de Janeiro com os demais voluntários do Piauí. Durante a viagem, o navio que os transportava atracou em portos da Paraíba, Pernambuco e Bahia. Em todos eles, Jovita foi saudada pela população local e bem recebida, inclusive por autoridades”. (PRADO; FRANCO, 2013, p. 200)

Foram muitas as mulheres que protagonizaram na luta pela independência do Brasil e que até hoje protagonizam outras independências da nossa história. Isto nos mostra que antes mesmo da luta pelo sufrágio universal, as mulheres já tinham um grande percurso de batalhas. Os relatos demonstram que muitas mulheres tiveram interesse pela conjuntura política do País, tiveram escl-

recimentos na troca de ideias e vontade de manifestação, além de interesse pelas questões públicas. Tais mulheres decidiram lutar por melhores condições de vida, melhores condições de educação, de saúde, entre tantas outras reivindicações. Trabalharam contra a escravidão, contra a opressão feminina, mostrando que eram a favor de importantes e fundamentais transformações da sociedade. E mais do que isso, que poderiam, enquanto sujeitos sociais, participar de forma ativa na sociedade, independentemente da condição de classe, de sexo, de gênero, econômica. E Hoje? Seria a presença das mulheres na política, uma real participação? Ou um real reconhecimento? Estariam as mulheres livres de preconceitos? Os direitos sociais foram, de fato, concedidos? Neste caminho, Nancy Fraser (2007) nos ajuda a refletir sobre tais questionamentos.

3. DILEMAS DE UM DIREITO SOCIAL NEGADO

O sufrágio universal foi uma ferramenta relevante para o princípio de igualdade entre homens e mulheres, para que isto acontecesse de forma efetiva no Brasil fora necessário uma mudança na organização política e partidária. Marshall (1964 *apud* AVELAR, 2001) cita três tipos de direitos de cidadania para fundamentar tal necessidade na sociedade: direitos civis, políticos e sociais. Os direitos civis estão relacionados à liberdade pessoal, à liberdade de expressão e pensamento; já os direitos políticos estão relacionados aos direitos de voto, ao acesso público de forma efetiva; e os direitos sociais se relacionam aos direitos de bem estar de acordo com os padrões da sociedade.

O direito ao voto no Brasil foi uma conquista lenta, porém gradual. E para que as demandas exigidas pelas mulheres viessem a ser parte da organização política, teria que haver uma consciência de

classe, cujo instrumento seria justamente os movimentos sociais, os sindicatos. As identidades coletivas formadas em prol de um bem comum ao negar o poder dominante, negam ao mesmo tempo as desigualdades sociais. Por muito tempo os direitos plenos foram negados às mulheres, aos menos favorecidos economicamente, aos menores de idade. E este processo de lutas de direitos ainda é um fenômeno que está em desenvolvimento na sociedade. (AVELAR, 2001)

Bertha Lutz, como citada páginas atrás, foi uma das feministas que contribuíram para as ideias feministas naquela época. De volta para o Brasil, nos anos de 1940, trouxe em sua bagagem as experiências europeias, instigando às *sufrajettes*³ brasileiras a lutarem por sua independência.

No ano de 1927, no Estado do Rio Grande do Norte, o político Juvenal Lamartine de Faria mudou o código eleitoral local, e solicitou da Constituição Brasileira mudanças para que as mulheres tivessem plenos direitos de exercer sua cidadania em relação aos direitos políticos. Neste sentido, Lamartine apoiou a filha de um chefe político da cidade de Lages naquele Estado. O direito de voto foi decretado por Getúlio Vargas em 1932, mas o direito ao voto assim como outros direitos que foram reivindicados pelas mulheres como mudanças na legislação, colégios mistos, emancipação econômica foram diluídos entre 1937 e 1945 com o Golpe de Estado. (AVELAR, 2001)

Apenas em 1946 as mulheres tiveram o direito efetivamente ao voto eleitoral. Mas a dificuldade continuou porque o Brasil

³ As *sufrajettes* eram as “médicas, dentistas, advogadas, escritoras, escultoras, poetisas, pintoras, uma aviadora (Arlete), engenheiras civis, cientistas, funcionárias públicas, parentes de políticos da alta elite, o que facilitava as reivindicações do grupo como grupo de elite e independente de qualquer movimento social ou partido político. Mesmo assim, as *sufrajettes* não escaparam dos ataques da imprensa, que frequentemente as acusava de pertencerem ao *terceiro sexo*, carentes de charme feminino, históricas”. (AVELAR, 2001, p. 19)

permanecia um País desigual. Multiplicaram-se o número de mulheres lutando pelos direitos básicos, o entendimento da realidade se tornava claro na medida em que o País passava por transformações políticas. Não é à toa que muitas mulheres que ingressaram na política o foram pelas arenas militantes, ou seja, advindas dos movimentos sociais.

Influenciadas por diversas teorias nacionais e internacionais muitos grupos de mulheres surgiam com ideologias opostas ou diferentes: o *feminismo liberal* defendia a ideia de que era preciso uma reforma que resultasse na igualdade entre os sexos; já o *feminismo socialista* pregava a ideia de que a exploração da mulher era uma astúcia da sociedade capitalista, o casamento era a ferramenta de reprodução dos conflitos burgueses; e o *feminismo marxista* defendia a tese de que o trabalho doméstico da mulher era um reforço da exploração delas como objetos sexuais; o *feminismo radical* afirmava que o espaço familiar era à base de toda opressão, por isso que as mulheres deveriam lutar contra esta cultura. (AVELAR, 2001)

É interessante sublinhar o que propõe Young (1988 apud AVELAR, 2001) sobre as características de uma situação de opressão. O autor afirma que a opressão acontece quando pelo menos uma ou mais das situações a seguir acontece pela maioria de um grupo: o benefício de seu trabalho se direciona para outros; são excluídos das atividades maiores; tem pouca autonomia, são subordinados; sofrem violência; e não tem liberdade de expressão. Estes representam um problema de reconhecimento, que por sua vez são solucionadas com a força da identidade coletiva do grupo.

Nancy Fraser (2007, p. 107) propõe uma análise alternativa de reconhecimento como uma questão de “*status social*”. “O que exige reconhecimento é a condição dos indivíduos enquanto integrantes deste grupo, como parceiros integrais, na interação social”.

O não reconhecimento não significa deformação de identidade do grupo, significa subordinação social, ou seja, não participação de forma igual na vida da sociedade.

Enquanto houver desigualdade de participação, subordinação, excluídos, indivíduos tidos como inferiores, teremos o não reconhecimento. O reconhecimento recíproco é quando os membros de uma sociedade participam dela de forma igual, entretanto, são as normas culturais que determinam as participações e os reconhecimentos. Temos como exemplo: o não reconhecimento das mães solteiras, dos homossexuais.

É injustiça negar a alguns indivíduos participação coletiva para decisões da própria coletividade, isto é depreciar as qualidades que cada indivíduo tem em virtude da cultura a qual está inserida. Não reconhecer o indivíduo está errado porque é uma forma desigual e injusta, é uma “subordinação institucionalizada e, portanto, uma séria violação da justiça”. É negar a participação de igualdade na interação social. (FRASER, 2007, p. 112)

A entrada das mulheres na política formal para alguns estudiosos não significa uma participação efetiva, porque tal inserção, pelo menos no Brasil, acontece em muitos casos pela força de parentesco, momento em que as mulheres acabam não representando as necessidades femininas, mas sim o grupo familiar e/ou político ao qual está vinculado. Apesar disso, os movimentos em defesa pela paz, a luta pela igualdade, a busca pela justiça, a luta pela igualdade de direitos básicos, com certeza contribuíram para as novas decisões na política formal e nos partidos políticos, bem como para a estrutura de uma sociedade que aos poucos vai se (re) configurando. “Justiça, hoje, requer tanto redistribuição quanto reconhecimento; nenhum deles, sozinho é suficiente”. (FRASER, 2007, p. 103)

Para Nancy Fraser (2007) a estratégia a ser seguida é o rompimento com o modelo padrão do que é “identidade”. Pois, na sociedade a exigência para que o indivíduo seja reconhecido é a identidade cultural, ou seja, que o indivíduo deve pertencer a algum grupo específico reconhecido socialmente. Consequentemente, “o não reconhecimento consiste na depreciação de tal identidade pela cultura dominante e o consequente dano à subjetividade dos membros do grupo”. (FRASER, 2007, p. 106) Para tanto, perceber este dano, segundo a autora, é reivindicar por reconhecimento, momento em que os membros do grupo se unem para redefinir sua identidade coletiva através de uma cultura autoafirmativa.

A partir desta crítica, Nancy Fraser (2007) propõe tratar o reconhecimento como *status* social. Pois, para a autora o que exige o reconhecimento não é a identidade social de um grupo, mas a condição dos sujeitos do grupo nas relações sociais ou interações sociais. E neste caso, o não reconhecimento não levaria à depreciação, mas à “subordinação social”, ou seja, não seriam todos que participariam da sociedade de forma igual.

Neste caso, reside a diferença entre perceber a injustiça como reconhecimento de identidade ou como *status* social. “No modelo de *status*, isso significa uma política que visa a superar a subordinação, fazendo do sujeito falsamente reconhecido um membro integral da sociedade, capaz de participar com os outros membros como igual”. (FRASER, 2007, p. 107-108)

A autora ainda acrescenta que:

(...) Entender o reconhecimento como uma questão de *status* significa examinar os padrões institucionalizados de valoração cultural em função de seus efeitos sobre a posição relativa dos atores sociais. Se e quando tais fatores constituem os atores como

parceiros, capazes de participar como iguais, com os outros membros, na vida social, aí nós podemos falar de *reconhecimento recíproco e igualdade de status*. Quando, ao contrário, os padrões institucionalizados de valoração cultural constituem alguns atores como inferiores, excluídos, completamente “os outros” ou simplesmente invisíveis, ou seja, como menos do que parceiros integrais na interação social, então nós podemos falar de *não reconhecimento e subordinação de status*. (FRASER, 2007, p. 108)

Neste caso, as instituições cristalizam um modo de interação de acordo com as regras sociais que impedem, de fato, uma verdadeira participação de todos de forma igualitária. A exemplo disso está a lei do matrimônio para com as pessoas do mesmo sexo, as mães solteiras que são estigmatizadas como irresponsáveis, associação de criminalidade as pessoas de determinada etnia ou classe social. A interação é regulada pela cultura padronizada, quem não está inserido neste padrão são vistos como inferiores, a autora mostra exemplos como: *gays* são perversos, normais são os heterossexuais; famílias chefiadas por mulheres são incorretas, àquelas chefiadas por homens não o são; os negros não obedecem à lei, o branco sim. Confirmada esta inferioridade através das instituições sociais, afirma-se que tais inferiores não participam e não são capazes de participar como iguais com os outros membros da sociedade.

Defender o modelo de *status* é evitar muitos problemas mostrados no modelo de identidade. Primeiro, porque “ao rejeitar a visão de reconhecimento como valorização da identidade de grupo” evita-se “essencializar tais identidades”; segundo, porque ao perceber a capacidade de interação social a partir da força das instituições, resiste-se “à substituição de mudança social pela reengenharia da consciência”; terceiro, porque “valoriza a interação entre os grupos”; e quarto, porque “evita reificar a cultura, sem negar a sua importân-

cia política”. Percebendo, portanto, que as instituições promovem a subordinação, o modelo de *status* nos permite, ainda, “desinstitucionalizar” os padrões que impedem a paridade de participação e os substituem por padrões que a promovam. (FRASER, 2007, p. 109)

Além disso, o modelo de *status* defendido por Nancy Fraser (2007, p. 109) entende “o reconhecimento de uma forma em que esse não é colocado no campo da ética. Concebendo o reconhecimento como uma questão de igualdade de *status*, definido então como paridade participativa”. Neste sentido, a autora sugere que se relacione reconhecimento com distribuição. E quando o reconhecimento de membros de grupos ou grupos não acontece, não é por falta de ética social, mas por que há um ato de injustiça;

É injusto que a alguns indivíduos e grupos seja negada a condição de parceiros integrais na interação social, simplesmente em virtude de padrões institucionalizados de valoração cultural, de cujas construções eles não participaram em condições de igualdade, e os quais depreciam as suas características distintivas ou as características que lhe são atribuídas. Deve-se dizer, então, que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada, e, portanto, uma séria violação da justiça (FRASER, 2007, p. 112).

Na verdade está explícita a ideia de que todos têm direitos iguais com condições justas de igualdade. Assim, conceber o reconhecimento no modelo de *status*, segundo Nancy Fraser (2007), nos permite tratá-lo como uma questão de justiça. Entretanto, para explicar a relação entre o reconhecimento e a justiça redistributiva, a autora propõe uma reflexão sobre a concepção de justiça, enfatizando que concebe reconhecimento e redistribuição sob diferentes perspectivas e dimensões de justiça. Sem que uma fique reduzida a

outra. Ora, uma vez entendendo a justiça como uma sociabilidade em que todos tenham interações iguais e com iguais condições, a autora menciona duas condições para que esta paridade participativa aconteça: “primeiro, a distribuição dos recursos materiais deve dar-se de modo que assegure a independência e voz dos participantes”, esta condição a autora denomina de *condição objetiva*; a segunda condição “requer que os padrões institucionalizados de valoração cultural expressem igual respeito a todos os participantes e assegurem igual oportunidade para alcançar estima social”, essa a autora denomina de *condição intersubjetiva*. (FRASER, 2007, p. 119)

Tanto a condição objetiva como a condição subjetiva são indispensáveis para a paridade de participação, uma não pode existir sem a outra. A primeira foca elementos tradicionais da sociedade, como: estrutura econômica e diferenças de classe; já a segunda enfoca preocupações de *status*, hierarquias culturais, isto é, estruturas definidas. (FRASER, 2007)

Nancy Fraser contribui, enfim, para a reflexão sobre os papéis e os lugares dos indivíduos na sociedade, sobre a participação deles nas esferas sociais de maneira distinta e desigual. A autora contribui com o discurso aprofundado não só de reconhecimento, mas de justiça social na atualidade.

É importante pensarmos como as representações de homens e mulheres estão relacionadas às questões de justiça. Que neste ínterim, todos devem participar reciprocamente dos espaços sociais. Assim, é necessário superar as injustiças sociais e desconstruir o já construído, mesmo que neste percurso existam obstáculos políticos responsáveis pela má distribuição e pelo falso reconhecimento de determinado sujeito na sociedade.

Neste sentido, a diferença no tratamento quanto à presença da mulher na prática política nos revela uma injustiça na disputa

eleitoral bem como fora dela. Por exemplo, enquanto a mulher é explorada publicamente para justificar sua vida privada para comprovar a boa índole, ao homem isto não acontece. O fato da mulher brasileira ainda ser tratada com hostilidade no espaço público, não ser reconhecida como sujeito social capaz na sua plenitude com respeito e igualdade, é uma demonstração de não reconhecimento. Além disso, as mulheres quando na política ao adotarem um perfil para diferenciar-se dos homens, para afirmarem uma determinada identidade e desconstruir outras também estão confirmando o não reconhecimento e a injustiça social.

A história política no Brasil mostra que o número de políticos no poder é predominantemente masculino, e que o espaço político é ainda pouco acessível às mulheres. Porém, o que se constata é um crescimento paulatino da presença feminina na política. Pesquisadoras⁴ sublinham que as mudanças sociais, culturais e políticas, dão ênfase à participação das mulheres, e entre estas mudanças estão às novas estruturas familiares, a ruptura de um padrão patriarcal, o mundo do trabalho e as conquistas femininas.

Atualmente, ainda existe uma forte tendência, no campo da política, por parte das mulheres de afirmarem sua identidade enquanto gênero. O discurso existente nestas candidaturas corrobora a assertiva de que as campanhas eleitorais priorizam a discussão de gênero, a conquista de liberdade e identidade feminina (BARREIRA, 2008).

Para Lúcia Avelar (2001), uma das estudiosas sobre a participação e o papel da mulher na política no Brasil, as mulheres constroem suas imagens públicas e legitimam uma especificidade

⁴ Pesquisadores como Lúcia Avelar (2001) e June E. Hahner (2003) sublinham que no Brasil o processo de desenvolvimento capitalista foi um dos fatores que contribuiu para a efetiva participação da mulher na sociedade, no mercado de trabalho e na política.

buscando diferenciar-se dos homens por meio da singularidade de gênero, ou seja, da afirmação de que existiriam nelas certos atributos diferenciadores em relação aos homens, tais como: meiguice, afetividade, sensibilidade, eficiência doméstica, maternidade.

Neste caso, o discurso feminino se caracteriza por uma construção discursiva que se volta para o “ser mulher”, ao pioneirismo de “ser mulher candidata”, enquanto o discurso masculino volta-se para o discurso conservador da força, da capacidade, da coragem. Consequentemente, a mulher durante as campanhas eleitorais preocupa-se em desconstruir valores negativamente estereotipados durante a história, como: mulher inadequada para a prática política; mulher dona-de-casa e portadora de talentos para dona de casa, esposa e mãe; incapaz, portanto, de assumir cargos públicos, especificamente políticos. (BARREIRA, 2008)

Estudos revelam que enquanto candidatas, durante as campanhas eleitorais, na tentativa de construírem o seu próprio espaço e demarcarem diferenças com relação aos homens, muitas mulheres discursam com a linguagem da solidariedade, da emoção, do afeto, como uma estratégia discursiva ou não. Os discursos geralmente fazem alusão a um “ser mulher”, como uma característica que diferencia estas mulheres do sexo oposto. Como formula Irllys Barreira (2008, p. 46) ao mencionar a construção enunciada pelo “nós mulheres’ que revela um modo específico de fazer política, utilizando como referência espaços de identificação baseados em uma condição de gênero”.

Baseadas em várias reflexões sobre a participação do feminino na política, a percepção imediata nos leva a crer que parte delas “entraram” na política pela via dos laços de parentesco⁵, e não porque efetivamente tais mulheres desejaram ou construíram a sua pró-

⁵ Ver AVELAR (2001).

pria imagem ou desejo de atuação na vida pública. É muito comum ver mulheres se inserirem nos espaços de poder levadas pelo nome de seus esposos, pais, irmãos, tios etc e mesmo assim a presença da mulher na política, especificamente no Brasil, ainda é muito tímida. Mesmo depois da conquista do voto feminino, da Lei de Cotas⁶ para maior presença das mulheres na política, por meio dos Partidos Políticos, e das lutas através de movimentos sociais, as mulheres só muito lentamente ganham visibilidade no âmbito do poder político, tanto nas instâncias municipal quanto estadual e nacional.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Muito é argumentado sobre a presença do feminino na política, e muitos são os fatores que retardaram esta presença. Apesar da “facilidade” que se tem hoje de chegar à arena dos poderes políticos mesmo sem se eleger, comparado há tempos anteriores, o fato que chama atenção é o ineditismo da presença feminina em espaços antes considerados masculinos, reduzido apenas do poder do homem. De fato, o que chama atenção sobre a presença da mulher na política é a lenta participação delas no âmbito do poder.

Para entendermos esta participação, a teoria do feminino nos auxilia em novas reflexões sobre a luta pelos espaços de poder por parte das mulheres. É pertinente registrar o papel que as mulheres tiveram nos momentos “históricos e importantes” da sociedade, que muitas lutaram e ainda lutam por melhores condições coletivas. E o mais importante: muitas mulheres entenderam que

⁶ Embora a Lei de Cotas presente no Art. 10 inciso 3º, assegure a reserva de 30% das vagas para cada um dos sexos, o número de candidaturas que os partidos e coligações políticas tenham direito, a participação feminina ainda é irrisória, os números mostram que as vagas para o parlamento brasileiro e para os cargos de gestores ainda são ocupadas majoritariamente por homens.

a participação social, apesar da Lei de Cotas, apesar da presença na política, não aconteceu de forma efetiva, pois ainda falta muito pelo total reconhecimento delas na sociedade e principalmente nos espaços de poder. E que a redistribuição de recursos ainda precisa acontecer de forma igualitária e com as mesmas condições para homens e mulheres. Sobretudo, seja feita a justiça para a participação de todo e qualquer sujeito social no espaço da política.

Sendo assim, o presente artigo expôs algumas reflexões que indicam a posição da mulher na sociedade brasileira, sua função durante os anos de repressão, de luta, de submissão, e que ainda hoje elementos desta cultura estão presentes das mais variadas formas possíveis. Visíveis, portanto, na educação, na divisão do exercício do trabalho, na remuneração, na prática política, na exposição pública em que, muitas vezes, as mulheres precisam revelar o próprio universo privado para serem aceitas socialmente, uma prova de que obedecem à regras e normas instituídas culturalmente.

Para tanto, o universo político se torna complexo porque a presença e não presença do feminino neste espaço de poder não se reduz apenas às candidatas e as políticas, mas também às instituições e órgãos criados pelas próprias mulheres através de décadas de lutas, tais como: a criação do Conselho Nacional da Condição da Mulher em 1985, Plano de Saúde Integral da Mulher através do Ministério da Saúde, Delegacias de Política da Mulher, os Conselhos Municipais e Estaduais e a própria Constituição Federal Brasileira. Tudo isto simboliza um avanço considerável nos últimos anos. De fato, é inquestionável a presença das mulheres nos espaços públicos e espaços de poder. Durante, a ditadura militar no Brasil, por exemplo, as mulheres estiveram presentes em muitos movimentos afirmando a oposição, organizando seus próprios “grupos de batalha”, levantando a bandeira da paz, da igualdade, da democracia,

da justiça econômica, enfrentando e desafiando o poder autoritário que se impunha na época. É possível afirmar que tais mulheres ajudaram a tecer e a transformar o cenário político e social brasileiro ao mostrar capacidade para o combate, em busca de conquistar uma identidade e/ou espaço, melhores condições sociais e econômicas para todos.

A riqueza que os movimentos sociais, a partir das mulheres, proporcionaram à sociedade é, além disso, inquestionável, tendo em vista que o feminismo percebeu no Estado a cristalização material do poder político, que inclui e exclui indivíduos institucionalmente. Mesmo que tais movimentos tenham conseguido um movimento de massa, ainda enfrentam dificuldades para maiores espaços na política. “Mantiveram autonomia num país cuja ação política é marcada pelo clientelismo”. (SOARES, 2015, p. 49)

Certamente, o caminho teórico trilhado até o momento nos revela que as mulheres criaram novas formas de “encarar” a realidade e de percebê-la, reescrevendo novos discursos sobre si. É possível pensarmos nesta conjuntura teórica para reelaborarmos novos discursos de democracia, de cidadania, de justiça, de ética, de movimento, de política, de ação, para colocarmos novos projetos em prática e tentarmos romper com os obstáculos que se nos apresentam. Os desafios ainda são complexos e difíceis de superar, não só em relação às mulheres para com o Estado e o poder político, mas em relação às mulheres com elas mesmas e suas percepções sobre toda esta conjuntura.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AVELAR, Lúcia. **As mulheres na elite política brasileira**. São Paulo: UNESP, 2001.

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo.. **Imagens Ritualizadas: apresentação de mulheres em cenários eleitorais**. Campinas-SP, Pontes Editores, 2008.

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova, São Paulo, 70. 101 – 138. 2007.

GOTLIB, Nádia Batella. A literatura feita por mulheres no Brasil. In: MUZART, Zahide (Org.). **A mulher na literatura**, n. 9, Boletim do GT, Anpoll. UFSC, 2000/2002, p. 102-135.

PRADO, Maria Ligia; FRANCO, Stella Scatena. Participação feminina no debate público brasileiro. IN: PINSKY, Carla Bassanezi; PEDRO, Joana Maria. **Nova história das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisantando uma trajetória. In: **Estudos feministas**. Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004. p.35-50.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Disponível em: <[http:// www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf](http://www2.fpa.org.br/portal/uploads/feminismo_brasil.pdf)>. Acesso em: 02 de março de 2015.

TABAK, Fanny. **Mulheres públicas: participação política e poder**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2002.

A INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA: UMA LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

Leandra Bento da Silva

1. INTRODUÇÃO

O lugar da mulher na sociedade brasileira está fortemente associado aos valores e visões de mundo provenientes do patriarcado, estilo de vida marcado pela dominação masculina, onde à mulher é destinado o espaço privado, o lar, e ao homem, o espaço público¹, o da rua. Contudo, com o desenvolvimento das cidades, com o processo de urbanização e modernização, a mulher tem buscado ultrapassar essa “fronteira”, objetivando ocupar também a esfera pública, porém tem encontrado grandes dificuldades.

Mesmo sendo o Brasil um Estado democrático, onde teoricamente homens e mulheres possuem o direito a paridade de participação na vida pública e privada, isso não vem ocorrendo na prática. As mulheres não ocupam os mesmos espaços que os homens, estes são maioria na política e na ocupação de cargos de maior remuneração e *status* social.

Neste sentido, ao analisarmos os antecedentes históricos da sociedade brasileira e os textos que discorrem sobre a inserção da mulher na esfera pública, sobretudo, na política, faz-se imprescindível observar também os aspectos simbólicos que permeiam o imaginário em torno das mulheres como sendo um elemento im-

¹ Quanto ao conceito de público e privado ver o artigo: “Do público e do privado: uma perspectiva de gênero [sic] sobre uma dicotomia moderna” de Sofia Aboim. In: Estudos Feministas, Florianópolis, 20 (1) 344, janeiro-abril/2012.

portante na compreensão da ainda incipiente participação delas na política, tendo em vista que argumentamos que as mulheres ainda são minoria nesta esfera, não por uma simples escolha, mas em função dos aspectos socioculturais pelos quais foram socializadas.

A cultura e, por conseguinte, a educação do lar e a institucional ainda disseminam ideias que distinguem atividades de meninas e meninos, restando as primeiras, atividades ligadas à afetividade, à sensibilidade, associadas ao lar e à maternidade; e aos meninos, atividades mais viris, que solicitam força, coragem, agilidade, atividades associadas à rua. Assim, no imaginário popular de homens e mulheres, a política se constitui como uma atividade destinada aos homens e identificada como uma aptidão inata. Nas páginas seguintes problematizaremos nesta direção.

2. ANTECEDENTES HISTÓRICOS QUE PERMEIAM O IMAGINÁRIO POPULAR CONSTRUÍDO EM TORNO DAS MULHERES

A sociedade brasileira tem como herança histórica a organização baseada numa sociedade rural, escravocrata e patriarcal, marcada pelo domínio do masculino sobre o feminino. Aguiar (2000) ao analisar a obra de Gilberto Freyre, indica-nos o que para Freyre consiste o patriarcado e o lugar das mulheres nesse período:

Um dos autores que mais se detém na análise do patriarcado é Gilberto Freyre. Independentemente das relações entre a organização do grupo doméstico e a forma de dominação estatal, o autor mostra que o patriarcalismo estabeleceu-se no Brasil como uma estratégia da colonização portuguesa. As bases institucionais dessa dominação são o grupo doméstico rural e o regime da escravidão. A estratégia patriarcal consiste em uma política de população de

um espaço territorial de grandes dimensões, com carência de povoadores e de mão-de-obra [sic] para gerar riquezas. A dominação se exerce com homens utilizando sua sexualidade como recurso para aumentar a população escrava. A relação entre homens e mulheres ocorre pelo arbítrio masculino no uso do sexo. (AGUIAR, 2000, p. 308).

Quanto a esse lugar da mulher na sociedade patriarcal e sua relação com os interesses econômicos dos senhores proprietários de terras, podemos destacar a passagem da obra “Casa-grande e senzala”, na qual Freyre deixa evidente a existência dessa submissão feminina e de interesses econômicos. As sinhás-moças casavam com pessoas que iriam favorecer aos planos econômicos dos seus pais, dos homens:

(...) guardavam as sinhá-moças. Aí vinha colhê-las verdes o casamento: aos treze e aos quinze anos. Não havia tempo para explodirem em tão franzinos corpos de menina grandes paixões lúbricas, cedo saciadas ou simplesmente abafadas no tálamo patriarcal. Abafadas sob as carícias de maridos dez, quinze, vinte anos mais velhos (...). Maridos da escolha ou da conveniência exclusiva dos pais. Bacharéis de bigode lustrosos de brilhantina, rubi no dedo, possibilidades políticas. Negociantes portugueses redondos (...). Oficiais. Médicos. Senhores de Engenho. (FREYRE, 1997, p. 340).

As mulheres escravas, como já apontou Aguiar (2000), possuíam grande importância na organização social e econômica do patriarcado. Além da exploração de sua força de trabalho, as escravas eram exploradas tanto sexualmente quanto em relação à sua capacidade de procriação, tendo em vista que o nascimento de mais crianças significava um aumento na quantidade de mão de obra. Ao citar Joaquim Nabuco, Freyre argumenta:

(...) O próprio interesse econômico favorece a depravação criando nos proprietários de homens imoderado desejo de possuir o maior número possível de crias. Joaquim Nabuco colheu num manifesto escravocrata de fazendeiros as seguintes palavras, tão ricas de significação: “a parte mais produtiva da propriedade escrava é o ventre gerador”. (FREYRE, 1997, p. 316).

Também se destaca como um reflexo dessa submissão histórico-social da mulher, a sua tardia conquista do direito ao voto. O primeiro exercício do voto ocorreu em 1532 para eleger o Conselho Municipal, porém apenas os homens livres podiam votar, às mulheres somente foi possível em 1932. A eleição para o conselho foi indireta, ou seja, o povo elegeu seis representantes que em seguida escolheram os oficiais do Conselho, como relatam Macedo & Manhanelli (2007):

A História do voto no Brasil tem origem datada em 23 de janeiro de 1532. Os moradores da primeira vila fundada na colônia portuguesa, São Vicente, foram às urnas para eleger o Conselho Municipal. (...). Somente em 1821 as pessoas deixaram de votar apenas em âmbito municipal. Na falta de uma lei eleitoral nacional, foram observados os dispositivos da Constituição Espanhola para eleger 72 representantes junto à corte portuguesa. Os eleitores eram os homens livres e, diferentemente de outras épocas da história do Brasil, os analfabetos também podiam votar. Os partidos políticos não existiam e o voto não era secreto. (MACEDO & MANHANELLI, 2007, p. 01-02).

Assim, o direito feminino ao voto só foi conquistado quatrocentos anos após o primeiro sufrágio. Leal (1975) também traz a data desse marco histórico, que foi a conquista do voto feminino:

(...) a revolução vitoriosa de 3 de outubro procurou cumprir a promessa com o código eleitoral, aprovado pelo decreto nº 21.076, de 24 de fevereiro de 1932, que instituiu o voto feminino, baixou a 18 anos o limite de idade para ser eleitor e deu segurança efetiva ao sigilo do sufrágio. (LEAL, 1975, p. 230).

Mesmo após inúmeras conquistas femininas, como o direito ao voto, tais antecedentes do patriarcado ainda permeiam o imaginário acerca da mulher na vida social. Miguel (2010) escreve sobre essa condição de subalternidade das mulheres na sociedade patriarcal, na medida em que os bens materiais e simbólicos eram propriedades masculinas:

A posição da mulher numa sociedade patriarcal não é apenas diferente da posição do homem. Ela carrega os signos da subalternidade. A mulher possui menos acesso às posições de poder, menos controle dos bens materiais. Está mais sujeita à violência e à humilhação. (MIGUEL, 2010, p. 44).

Mesmo conquistando o direito ao voto em 1932, as mulheres não garantiram a sua efetiva inserção na política, não abonaram condições igualitárias para as disputas eleitorais. “No caso das mulheres, em particular, eliminadas as barreiras legais, com a conquista do sufrágio feminino, permanecem os constrangimentos materiais e simbólicos que as afastam da disputa política”. (MIGUEL, 2010, p. 45-46). Destarte, o direito legal não basta, tendo em vista a existência da hegemonia masculina fortemente alicerçada no patriarcalismo. Pinto (2010) corrobora argumentando também em torno da ideia de que com o direito ao voto, a mulher não garante a paridade de participação na política:

A partir de 1932, a mulher começou a aparecer na ordem da dominação, do mundo público, como uma *persona*, que deveria ser controlada. A ela foram atribuídos lugares permitidos e lugares proibidos. Estaria incluída em alguns discursos e excluída em outros. Isto aconteceu por força de dois vetores: a dinâmica da construção recente do Estado nacional no Brasil e do próprio capitalismo e pela força contrária construída pela luta das mulheres, em geral, e do feminismo, em particular. Dos lugares proibidos, certamente o espaço da política era o mais claramente proibido e, por consequência, o mais difícil de romper. (PINTO, 2010, p. 19).

Além do direito ao voto, as mulheres conquistaram o direito à educação e ao mercado de trabalho, porém, ainda estão em desvantagens em relação aos homens. As mulheres ocupam a maioria dos bancos de cursos universitários de menor status social e por sua vez quando inseridas no mercado de trabalho têm adquirido rendas também inferiores as dos homens. Scott problematiza: “Há poucos lugares no mundo agora que proíbem a população de votar por motivos de raça ou sexo, embora haja ainda importantes diferenças no que concerne ao acesso à educação, ao trabalho ou a outros recursos sociais.” (SCOTT, 2005, p.17).

As mulheres que chegam a ocupar bancos universitários e cargos de grande *status* social e econômico precisam provar “duas vezes mais” porque são “merecedoras” de tais espaços. E sendo a política partidária da esfera pública, não é diferente, a mulher apresenta uma parca inserção na política, e assim como em outros setores da vida social, quando consegue a inserção também precisam justificar cotidianamente. Grossi e Miguel (2001) também escrevem sobre essa exigência do mercado de trabalho em relação às mulheres:

(...) as dificuldades sentidas pelas mulheres para desenvolver uma carreira política são muito semelhantes às dificuldades sentidas em outras carreiras profissionais. A queixa, cotidianamente verbalizada, de que as mulheres para ocupar cargos de direção têm de sempre “fazer mais”, para provar a sua competência, tão conhecida nas mais variadas profissões, esteve presente também no [sic] falas das mulheres que optaram por seguir a carreira política. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.181).

A visão de mundo acerca das mulheres ainda é presa a resquícios do patriarcalismo, sendo ainda hegemônica a ideia de que os espaços públicos são masculinos e os espaços privados são, preponderantemente, femininos:

A hegemonia refere-se ao domínio de um poder político, de uma concepção de mundo, de uma forma de organização social sobre outras. Gramsci (1978a e 1978b) refere-se a ela para tratar da relação de domínio de uma classe social sobre o conjunto da sociedade. (BRASIL, 2013, p.22).

O que é ser mulher e os espaços a elas permitidos são construções sociais. Ao perder de vista que há um passado patriarcal que sustenta a visão de mundo, a qual legitima a inferioridade da mulher, a baixa inserção das mulheres na política acaba por ser “naturalizada”;

O universo da política é construído socialmente como algo masculino, o que inibe o surgimento da “ambição política”, ou seja, da vontade de disputar cargos entre elas. Há aqui, uma excelente ilustração daquilo que Pierre Bourdieu chamava de *efeito de doxa*, isto é, nossa visão de mundo social constrange nosso comportamento, comprovando (e naturalizando) aquilo que pensamos. (MIGUEL, 2010, p. 26).

É hegemônica a ideia de que se a mulher não ocupa “altos” cargos não é um problema social, mas uma escolha da própria mulher ou falta de mérito para ocupação de tais cargos, tratando como sendo um problema “natural”. “É possível, ainda hoje, encontrar quem leia tal situação como demonstração de um desinteresse “natural” das mulheres pela política”. (MIGUEL, 2010, p. 25).

2. A LUTA CONTRA-HEGEMÔNICA

No texto intitulado “Transformando a diferença: as mulheres na política”, Grossi e Miguel (2001) trazem depoimentos de mulheres envolvidas na política partidária, os quais demonstram que as dificuldades de inserção da mulher na política são reflexos de uma visão de mundo ainda arraigada a concepções patriarcais. Os depoimentos indicam que os partidos não apostam em candidaturas femininas e, portanto, não destinam recursos financeiros a estas, além de indicar que a “questão cultural” consiste em um importante empecilho a candidatura e eleição de mulheres, uma vez que há na cultura uma visão de mundo e práticas cotidianas que contribuem para que muitas mulheres não reconheçam o mundo da política como também sendo seu. Ao comentar a voz de duas deputadas que relatam sobre escolhas sexistas dos partidos, Grossi e Miguel discorrem:

(...) os testemunhos mostram que uma mulher candidata jamais consegue concorrer segundo as mesmas regras dos homens candidatos. No primeiro caso, o partido não reconhece a vantagem de 36% de intenções de voto para a candidata e no segundo, o partido, por não ter um candidato homem, prefere esvaziar a candidatura feminina, propondo alianças com outros partidos. É muito difícil tornar visí-

vel para os próprios partidos estas escolhas como sexistas, uma vez que nestes casos parecem sempre prevalecer outras regras do jogo político. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.176).

Ainda quanto às dificuldades da inserção da mulher na política, os autores supracitados problematizam sobre os aspectos culturais ao argumentar acerca das dificuldades da mulher em conciliar vida pública e privada, apontando que a necessidade de se dividir entre atividades domésticas e profissionais, neste caso, com a carreira política, pode resultar inclusive no fim de casamentos: “A separação dos maridos e companheiros, como consequência da inserção na vida política, é um dos problemas subjetivos que parece fundamental para as mulheres se elegerem”. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.176).

As candidatas apontam que a separação é resultado da falta de tempo para se dedicar aos filhos e aos esposos (tendo em vista que as mulheres se sentem em falta por não possuírem tempo para a dedicação à vida doméstica, uma vez que foram socializadas para essa função) e pelo fato dos homens se sentirem passivos em uma posição de espera. “Os maridos se sentem numa posição de espera, tendo de organizar suas vidas em função do tempo das mulheres. Posição que é facilmente associada com “passividade”, ou seja, com um atributo desvalorizado do feminino.” (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.183).

Grossi e Miguel trazem vozes de interlocutores que nos demonstram que quando a inserção da mulher na política é aceita, toma-se como referências características essencialistas e consideradas inatas, quando na realidade são atributos construídos e imputados às mulheres socialmente e que podem ser características não só das mulheres, mas também dos homens. Assim, tomando como base depoimentos, escrevem:

Estes atributos – ética, solidariedade, justiça, fraternidade, democracia – justificariam a participação das mulheres na política, como se as mulheres fossem necessárias por sua diferença, por qualidades inatas ao sexo feminino. Características que os homens e a sociedade em geral teriam que receber “via educação”. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.189).

É cobrado das candidatas que estas sejam mães e casadas, que representem a família nos moldes tradicionais. Ao essencializar a prática política feminina, associando-a aos atributos acima citados, quando as mulheres são eleitas em sua maioria se dedicam a causas, secretarias e ministérios da área social, sob a justificativa de sua experiência adquirida com a maternidade:

Há uma recorrência ao exemplo da maternidade, como “naturalmente” intrínseco às mulheres e locus de poder feminino. Seria pela experiência e exercício da maternidade que muitas mulheres se habilitariam para o “social”. (...) Na cultura política brasileira, que evidentemente faz parte de uma política mais geral, ocidental, a ênfase está no econômico, em detrimento do social. E este continua sendo um ponto nevrálgico do exercício da política feita por mulheres, uma vez que a grande maioria das eleitas tem uma sólida competência em áreas como saúde, educação, assistência social, áreas até agora desvalorizadas no Brasil. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.188).

Queremos chamar atenção para o fato de que mesmo diante de muitas lutas e conquistas, as mulheres ainda não possuem as mesmas possibilidades que os homens, e isso é resultado de um processo social, consequência de um passado patriarcal que ainda influencia os nossos processos educacionais, nossas visões de mundo. Neste sentido, são necessários “remédios” sociais para comba-

ter o pensamento hegemônico que exclui as mulheres da paridade de participação, sendo, portanto, as ações afirmativas uma opção importante nesta luta contra as desigualdades.

Gostaria de acrescentar também – e esse é um ponto chave – que os eventos que determinam que minorias são minorias o fazem através da atribuição do status de minoria a algumas qualidades inerentes ao grupo minoritário, como se essas qualidades fossem a razão e também a racionalização de um tratamento desigual. Por exemplo, a maternidade foi frequentemente oferecida como explicação para a exclusão das mulheres da política, a raça como a razão da escravização e/ou sujeição dos negros, quando de fato a relação de causalidade se dá ao inverso: processos de diferenciação social produzem exclusões e escravizações que são então justificadas em termos de biologia ou de raças. (SCOTT, 2005, p. 18-19).

Cientes de que as ações afirmativas não são estratégias conclusivas de um problema histórico, podemos afirmar que elas possuem sua importância e eficácia, no sentido em que reconhece a não paridade feminina, não como falta de mérito, ou por empecilhos biológicos, mas como um problema social, resultado de processos que se dão ao longo da história.

Como qualquer política, a ação afirmativa não é perfeita -, quero argumentar que suas premissas levaram em consideração o problema que estou analisando de uma forma que os críticos dessa política não o fazem, uma vez que insistem que o mérito (...) é a única forma de incluir ou excluir indivíduos em empregos, escolas ou política. (SCOTT, 2005, p. 22)

Scott explica a que se remetem as ações afirmativas: “ao fato de que as práticas sociais tinham impedido algumas pessoas

de serem incluídas nessa categoria universal e buscava remover os obstáculos para a realização de seus direitos individuais”. (SCOTT, 2005, p. 22).

Em 29 de setembro de 1995 foi determinada uma cota mínima de 20% das vagas de cada partido para as mulheres em eleições municipais. Em 1997, a medida foi estendida para os demais cargos eleitos por voto proporcional, Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital, mas o texto do artigo foi alterado, assegurando, não mais uma cota mínima para as mulheres, mas uma cota mínima de 30% e uma cota máxima de 70% para ambos os sexos. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 169).

Porém, junto com as cotas foi aprovado o aumento do número total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar nos pleitos, o que resultou na diminuição dos impactos das cotas. (GROSSI & MIGUEL, 2001, p. 169). Portanto, a participação das mulheres na política é um processo que já vem ocorrendo, porém os desafios são proeminentes, tendo em vista que se trata de uma luta contra uma hegemonia consolidada.

O baixo número de candidaturas femininas, assim como o baixo número de mulheres eleitas persistiram nas eleições 2014, na qual foram disputados os cargos para presidente da república, senadores, governadores, deputados federais e estaduais. Podemos observar na tabela a seguir:

ABRANGÊNCIA: BRASIL

| SEXO | QUANTIDADE DE CANDIDATOS (AS) | PORCENTAGEM (%) |
|-----------|-------------------------------|-----------------|
| Masculino | 18.041 | 68,93 |
| Feminino | 8.131 | 31,07 |
| | 26.172 | |

| CARGO | Sexo | QUANTIDADE DE PORCENTAGEM ELEITOS | | |
|---------------------|-----------|-----------------------------------|-------|-------------|
| | | CANDIDATOS (AS) | (%) | (AS) |
| Presidente | Masculino | 9 | 75,00 | - |
| | Feminino | 3 | 25,00 | 01 |
| Subtotal | | 12 | | |
| Vice-presidente | Masculino | 8 | 66,67 | 01 |
| | Feminino | 4 | 33,33 | - |
| Subtotal | | 12 | | |
| Governador | Masculino | 156 | 88,64 | 26 |
| | Feminino | 20 | 11,36 | 01 |
| Subtotal | | 176 | | 27 |
| Vice-governador | Masculino | 139 | 74,73 | - |
| | Feminino | 47 | 25,27 | - |
| Subtotal | | 186 | | |
| Senador | Masculino | 150 | 81,08 | 22 |
| | Feminino | 35 | 18,92 | 05 |
| Subtotal | | 185 | | 27 |
| Deputado Federal | Masculino | 4.868 | 68,18 | 457 |
| | Feminino | 2.272 | 31,82 | 48 |
| Subtotal | | 7.140 | | 505 |
| Deputado Estadual | Masculino | 11.661 | 68,55 | 905 |
| | Feminino | 5.349 | 31,45 | 105 |
| Subtotal | | 17.010 | | 1010 |
| Deputado Distrital | Masculino | 711 | 69,16 | 19 |
| | Feminino | 317 | 30,84 | 05 |
| Subtotal | | 1.028 | | 24 |
| Senador 1º Suplente | Masculino | 166 | 79,43 | |
| | Feminino | 43 | 20,57 | |
| Subtotal | | 209 | | |
| Senador 2º Suplente | Masculino | 173 | 80,84 | |
| | Feminino | 41 | 19,16 | |
| Subtotal | | 214 | | |
| Subtotal | | 26.172 | | |
| Total Geral | | 26.172 | | |

Fonte: <http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-resultado2>

De acordo com os dados expressos na tabela, podemos perceber que diante da hierarquia dos cargos ofertados, o maior número de mulheres eleitas apenas ocorre quanto ao cargo de deputado estadual, que ocupa hierarquicamente uma posição de menor poder. Embora tenhamos uma presidenta reeleita no Brasil, apenas

2 A coluna “Eleitos (as)” da tabela é de nossa autoria. Foi formulada a partir dos dados disponibilizados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

uma mulher é eleita para o cargo de governadora. Quanto aos cargos de Senador e deputados federais, o número dos homens eleitos supera com grande diferença o número de mulheres.

A presidenta Dilma Vana Rousseff foi reeleita em uma conjuntura política particular, foi apoiada em seu primeiro mandato por um homem, Luiz Inácio Lula da Silva (Lula), ex-Presidente da República, que em seus mandatos de 2003 a 2010, ganhou grande popularidade. Assim, tendo passado o seu primeiro mandato, Dilma destaca-se como uma candidata capaz de trazer inovações, mas também ainda como sendo capaz de dar continuidade as políticas implementadas por Lula. Outro aspecto utilizado para a sua reeleição foi a sua história de vida, que é marcada, entre outras características, pelo enfrentamento ao período da Ditadura Militar, no qual foi presa e torturada, o que lhe concede uma característica de força, sendo um atributo valorizado pela população brasileira, contudo é uma qualidade “naturalizada” como masculina.

Portanto, nesta conjuntura, ser mulher é sim um elemento significativo, porém Dilma precisou mobilizar um discurso de força, de valentia, que são próprios das construções simbólicas elaboradas em torno do universo masculino. E o apoio de Lula (masculino) mesmo não sendo tão significativo nessa reeleição foi imprescindível para oportunizar a Dilma mostrar o seu desempenho político no primeiro mandato.

Assim, os resultados das eleições 2014 confirmam mais uma vez a sub-representação feminina na política e o longo caminho que as mulheres ainda precisam percorrer para alcançar a paridade de participação. Neste sentido, consideramos importante tanto às ações afirmativas (sendo estas estratégias temporárias nessa luta contra-hegemônica, em que consiste a inserção das mulheres nos espaços públicos e, por conseguinte, na política), como as ações dos

movimentos sociais e das escolas ao incluir em seus componentes curriculares a promoção da participação cidadã feminina.

Através da educação é possível contribuir para o *empoderamento*³ das mulheres, dentro da compreensão de que não é pela falta de mérito, de dom, de talento nem por aspectos biológicos que as mulheres não acessam ao poder. Deixando claro para o alunado, no decorrer do desenvolvimento da aprendizagem, que meninos e meninas possuem as mesmas aptidões, bastam desenvolvê-las, e que a sociedade, esfera pública e privada, pertence tanto aos homens quanto às mulheres.

Outro elemento que precisa também ser utilizado como instrumento de luta são as Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), que concedem a possibilidade de troca de informações com um grande número de pessoas e com rapidez. Podendo se constituir, assim, em um espaço de articulações e discussões sobre a inserção da mulher na política, através de blogs, redes sociais e de cursos de formações educacionais a distância, que objetivem formar as mulheres para a participação política, as *empoderando*.

Sales (2012) em seu artigo intitulado “Jovens mulheres feministas: novas articulações?” argumenta acerca do potencial das TICs à medida que facilita a articulação entre as jovens, motivando-as para atuações nos movimentos sociais, sendo um instrumento que possibilita discussões e divulgações de reuniões e ações dos movimentos em nível mundial. “Os movimentos sociais em rede utilizam a internet como ferramenta para disseminar informação, divulgar suas ações, comunicados, denúncias, para promover campanhas, mobilizar coletivos”. (SALES, 2012, p. 251). São, portanto,

3 Grossi e Miguel se referem a este termo: “crescem as reflexões, articulações e manifestações do movimento de mulheres feministas, em torno da questão do acesso ao poder e do chamado *empoderamento* das mulheres.” (GROSSI & MIGUEL, 2001, p.17). (Grifos nossos)

ferramentas que se coadunam com a percepção de que a busca pela paridade de participação das mulheres é uma luta coletiva.

A dinâmica e a atualidade das reivindicações do movimento feminista se fortalece pela construção de redes sociais, que se tornam pontos de resistência. As redes permitem que diversos movimentos sociais interajam e criem um novo tipo de articulação, que tem como princípio a formação de estrutura rizomáticas capazes de ampliar contatos, veicular informações com rapidez e encaminhar lutas comuns. (SALES, 2012, p. 247).

Ao argumentar sobre o significado político do ativismo das jovens feministas, Sales escreve: “Ao perguntar sobre o significado político e social de sua participação, as respostas por diversos caminhos apresentam um discurso sobre a potência do coletivo que converge para um mesmo desejo – construir uma nova sociedade” (SALES, 2012, p. 256). Sales discorre ainda sobre a atração da juventude pelas TICs, o que facilita a mobilização:

A proliferação da internet propicia um novo sentido de encontro, ela se torna convidativa para as jovens pela sua facilidade de comunicação, pelo fascínio de romper barreiras e fronteiras, e ainda por se sentir acolhida em uma comunidade por identificação de ideias, estilo, credos. (SALES, 2012, p. 253)

Diante das dificuldades de articulações em uma sociedade moderna, marcada pelo individualismo, na qual a mobilização coletiva parecia perder sua força, as TICs através de suas potencialidades oferecem novas possibilidades, não só de mobilização, mas de conceder aos diferentes cidadãos a oportunidade de serem também formadores de opinião, são, portanto, instrumentos de *empoderamento*. Neste sentido, se faz imprescindível abrir-se para

a percepção de que a internet, dependendo dos usos que são feitos, oferece ricas possibilidades na luta em prol da participação da mulher na esfera pública.

Gramsci (1999) em sua obra “Cadernos do Cárcere”, ao discorrer sobre a filosofia da práxis, instaura uma discussão que se destaca como também elucidativa para a nossa discussão, à proporção que escreve sobre a tendência de considerar “naturais” os modos de vida nos quais as pessoas foram socializadas, deixando claro que para que ocorra uma “desnaturalização” desses modos de vida, ou seja, para que surjam alternativas de vida, se faz necessário evidenciar que estes são resultados de construções históricas:

No entanto, o fato que não se leva em conta é este: que os modos de vida aparecem a quem os vive como absolutos, como “naturais”, tal como se diz, e que é já uma coisa importantíssima mostrar sua “historicidade”, demonstrar que eles se justificam na medida em que existem certas condições, mas, mudadas estas, não mais se justificam, são “irracionais”. (GRAMSCI, 1999, p. 258).

Assim, é necessário disseminar esta “historicidade” da sociedade brasileira, destacando o lugar ocupado pela mulher, concedendo, desta forma, a oportunidade de colocar em suspeição o imaginário coletivo que permeia os modos de vida femininos.

A compreensão crítica de si mesmo é obtida, portanto, através de uma luta de “hegemonias” políticas, de direções contrastantes, primeiro no campo da ética, depois no da política, atingindo finalmente, uma elaboração superior da própria concepção do real. A consciência de fazer parte de uma determinada força hegemônica (isto é, a consciência política) é a primeira fase de uma ulterior e pro-

gressiva autoconsciência, na qual teoria e prática finalmente se unificam. (GRAMSCI, 1999, p. 103)

Ganha relevância, portanto, a necessidade de possuir a consciência de que a inserção das mulheres na política se trata de uma luta contra-hegemônica, para que assim possamos agir em busca de alternativas e vislumbrar dias de maior paridade de participação.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As visões de mundo disseminadas hegemonicamente no Brasil são profundamente marcadas por resquícios de seus antecedentes históricos: uma sociedade patriarcal. E, neste sentido, as barreiras encontradas para a inserção política das mulheres são corroboradas, sobretudo, pelo imaginário popular que as mantém ainda em submissão.

É atribuída às mulheres a falta de aptidões para a conquista de espaços na esfera pública em função de características biológicas, inatas; quando a sua não inserção é resultado de interações histórico-sociais. Assim, diante destas visões de mundo (hegemônicas e fortemente alicerçadas, as quais têm produzido como resultado desigualdades de participação entre homens e mulheres, mesmo em uma sociedade dita democrática) se faz urgente perceber que há instaurado uma luta contra-hegemônica para o despertar da necessidade de angariar instrumentos para a luta.

Uma vez estando ciente de que a não inserção da mulher na política não é “natural” e que, portanto, é resultado de um longo processo histórico, podemos afirmar que a luta para a igualdade de participação das mulheres consiste numa ação gradual, para a qual se faz necessário o engajamento coletivo e a busca de instrumen-

tos e espaços pertinentes. Assim, a elaboração e desenvolvimento de políticas públicas, a atuação dos movimentos feministas, a implementação de uma educação voltada para a participação cidadã, bem como a utilização das novas tecnologias, se destacam como esses instrumentos e espaços.

Contudo, precisamos destacar que no Brasil surge um cenário favorável para a intensificação dessas atuações e, por conseguinte, para possibilitar o aumento de candidaturas e vitórias femininas na política, tendo em vista o presente processo de democratização do ensino e do acesso às novas Tecnologias da Comunicação e da Informação (TICs), que oportunizam acessos a diferentes informações com grande rapidez. Neste sentido, vale ressaltar, que avanços já ocorreram quanto à emancipação feminina, porém há um abissal déficit e, portanto, um imenso caminho ainda a percorrer para a alteração dessa realidade de hegemonia masculina.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABOIM, Sofia. Do público e do privado: uma perspectiva de gênero [sic] sobre uma dicotomia moderna. In: **Estudos Feministas**, Florianópolis, 20 (1) 344, janeiro-abril/2012.

AGUIAR, Neuma. Patriarcado, sociedade e patrimonialismo. In: **Sociedade e Estado**, Dez 2000, vol.15, n.2, p. 303-330.

BRASIL. Formação de professores do ensino médio, etapa I, caderno V: **Organização e gestão democrática na escola**. Ministério da educação/ Secretaria de Educação Básica. Autores: Celso João Ferretti, Ronaldo Lima Araújo, Domingues Leite Lima Filho. Curitiba: UFPR/ Setor de educação, 2013.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**. Rio de Janeiro: Record, 1997.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**. Volume I. Edição e tradução; Carlos Nelson Coutinho; Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

GROSSI, Miriam Pillar & MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos feministas**. Ano 9, 2 semestre 2001. P. 167-206.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, enxada e voto**. São Paulo: Alfa-Omega, 1975.

MACEDO, Roberto Gondo & MANHANELLI, Carlos. A história do voto no Brasil: O profissional de marketing político nos bastidores do processo eleitoral. In: **Intercom** – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação. XXX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – Santos – 29 de Agosto a 02 de Setembro de 2007.

MIGUEL, Luis Felipe. Perspectivas sociais e dominação simbólica: a presença política das mulheres entre Iris Marion Young e Pierre Bourdieu. In: **Revista de Sociologia e Política**. V. 18, Nº 36: 25- 49 Jun. 2010.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo história e poder. In: **Revista de Sociologia e Política**. V. 18, Nº 36: 15- 23 Jun. 2010.

SALES, Celecina de Maria Veras; FERREIRA, Mara Mary (Org.). Jovens mulheres feministas: Novas articulações? In: **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro**. São Luís: EDUFMA, 2012.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13(1): 216, janeiro/abril/2005. p.11 a 30.

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis – RJ, Vozes, 2007.

SITES CONSULTADOS:

<http://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais-2014-re-sultado>. Acesso em 28 de outubro de 2014.

INSERÇÃO DA MULHER NA POLÍTICA BRASILEIRA: CONQUISTAS OU DESAFIOS?

Alessandra da Silva

1. INTRODUÇÃO

Pensar a representação política das mulheres na sociedade brasileira atualmente e os desafios por elas percorridos para alcançar seus direitos de igualdade, exige refletir sobre uma série de aspectos que foram cruciais na formação de novos problemas, novas abordagens e perspectivas de compreensão sobre o tema em questão. Estudos têm revelado que a inserção da mulher na política ainda é bastante insipiente em nosso País, e dentre os vários fatores, é preciso atentar, sobretudo, para um conjunto de aspectos que contribuem para tal realidade, quais sejam: econômicos, políticos, sociais, culturais, dentre outros.

Nas últimas décadas ampliou-se o debate sobre a presença da mulher na esfera política brasileira, no contexto das lutas pela igualdade de direitos. Atualmente, essa temática tem sido objeto de discussão no meio social e acadêmico, são vários os autores, de diferentes áreas do conhecimento, que tem se debruçado em estudos que buscam analisar e compreender a inserção e participação feminina na esfera política, bem como as principais dificuldades encontradas por parte desse público para a ocupação de cargos políticos, enfatizando os motivos que influenciam uma presença minoritária da mulher no cenário da política brasileira.

Neste sentido, o presente *paper* busca compreender o processo histórico, lutas e desafios, enfrentados pelas mulheres no decorrer da história em busca de igualdade de direitos, especificamente no espaço da política, busca-se, fazer uma breve reflexão acerca das dificuldades e barreiras que a mulher enfrenta ao longo dos anos em busca de reconhecimento enquanto sujeito e no âmbito da política. Para tanto, recorreremos à contribuição de autores que pensam e discutem acerca da trajetória e lutas da mulher no decorrer da história, bem as dificuldades de inserção dessas no campo da política, tendo em vista que as reflexões desses autores nos forneceram um viés para melhor compreensão do tema em questão.

2. DESAFIOS DA MULHER EM BUSCA DE ESPAÇO E RECONHECIMENTO

As mulheres são um ótimo exemplo para termos uma ideia do quanto é longo o caminho da luta pela extensão real dos direitos de cidadania aos muitos segmentos oprimidos de uma sociedade. (AVELAR, 2002, p. 44)

O enfrentamento das mulheres, sobretudo na busca de garantir o reconhecimento de seus direitos humanos de igualdade de exercerem sua cidadania, não é um fato recente e sempre foi marcada por diversas relutâncias, uma delas que tem perdurado em muitas sociedades até os dias atuais é o desafio de romper com certos modelos patriarcais que as colocavam como meras sombras dos homens, servindo apenas, como auxiliar e nunca como protagonistas da sua história de exercer a liberdade e viver em dignidade, limitando-se apenas a ações que representam papel secundário.

Uma questão que merece destaque na luta da mulher pela igualdade de direitos, e que perdura até os dias atuais, é o enfrentamento do processo de dominação masculina. conforme aponta

Bourdieu (1999), este processo é favorecido por instâncias que procuram através de seu poder garantir tal dominação, reforça ainda que certas instituições como família, escola, Igreja e o Estado são os ambientes nos quais as influências mais se perpetuam para o exercício e preponderância dessa dominação. Tais instâncias estabelecem laços fortes, que são arraigados na história como meios de dominação e são nessas instâncias sociais que vem se perpetuando onde os comportamentos e papéis assumidos como forma de poder possibilitou a diferenciação de funções entre os sexos. Frente a essa questão, o citado autor assevera que,

O ambiente político, assim como o ambiente social e econômico, é marcado pela dominação masculina e pela realidade construída socialmente de que uma mulher não pode ter autoridade sobre homens e tem, portanto, todas as possibilidades de, sendo todas as coisas em tudo iguais, ver-se preterida por um homem para uma posição de autoridade ou de ser relegada às funções subordinadas e de auxiliar. A dominação masculina encontra, assim reunida, todas as condições de seu pleno exercício, a primazia universalmente concedida aos homens se afirma na objetividade de estruturas sociais e de atividades produtivas e reprodutivas. (BOURDIEU, 1999, p. 45)

Ao longo da história da humanidade as mulheres têm sido colocadas à margem da história das diversas sociedades sob os mais variados aspectos, e na maioria das vezes foram silenciadas, contudo com o passar do tempo esse cenário vem sendo redefinido, e cada vez mais as mulheres tem lutado em busca de reconhecimento social dos seus direitos de igualdade de cidadania.

Aos poucos as mulheres, mesmo com grandes dificuldades, estão enfrentando os desafios e se libertando das amarras sociais

arraigadas nas sociedades. Desde a década de 1930 é possível observar mudanças importantes decorrentes da atuação das mulheres brasileiras em movimentos e lutas em busca de efetivação dos seus direitos no campo das políticas públicas e sociais.

A busca pela participação efetiva da mulher na política brasileira passou por diversas fases ao longo do tempo, sendo, desde o início, uma busca pelo alcance da condição de sujeito, não apenas político, mas também social e econômico. (OLIVEIRA, 2013, p. 04)

Apesar dos significativos avanços obtidos pelas mulheres, desde a conquista do direito ao voto, há ainda um longo caminho a ser percorrido para alcançar uma efetiva igualdade de direitos e de representação política por parte das mulheres. É relevante ressaltar que ao longo do tempo, podemos perceber grandes avanços por parte das mulheres, que vem conquistando cada vez mais espaços sociais, conseguindo ocupar espaços na sociedade brasileira até então ocupados exclusivamente por homens.

Dentre as várias conquistas alcançadas pelas mulheres ao longo da história, uma questão que merece destaque e que foi bastante significativa, diz respeito ao acesso à cidadania através do voto feminino, conquistado no Brasil em 1932, por meio do Decreto-lei durante o governo de Getúlio Vargas. Depois da eleição de 1934, com a primeira escolha de uma representante feminina, as emancipacionistas brasileiras passaram a lutar por novos objetivos, dentre suas reivindicações estava à necessidade de educação em colégios mistos, política voltada às crianças abandonadas e emancipação econômica das mulheres.

Nesse sentido, pode se considerar que o marco inicial das conquistas femininas na participação da esfera pública, se deu a partir do direito ao voto a elas assegurado.

Oliveira (2013, p. 05) aponta três momentos de grande importância para a participação da mulher na política no Brasil, além do direito do voto acima citado, fruto de um intenso movimento das mulheres iniciado em 1919, conhecido como movimento sufragista; o segundo refere-se ao movimento feminista iniciado na década de 70, através do qual a mulher luta por direitos mais amplos, inclusive voltados para a democratização do País; e o terceiro, a Constituição de 1988, através da qual se conquista diversos direitos, no âmbito feminino brasileiro inclusive na esfera política institucional, contribuindo significativamente para a ampliação de várias questões sociais que passam a ser abordados em relação à atuação da mulher nos debates públicos. A constituição de 1988 é reconhecida como o momento da conquista da igualdade formal de direitos entre homens e mulheres. Desde então, as mulheres continuam lutando por uma igualdade efetiva de direitos e, sobretudo, por maior participação na política brasileira, onde conseguiram através de lutas uma gama de aquisições que possibilitou, ainda que timidamente, reconhecimento de sua categoria.

Outra conquista importante que merece destaque na representação da mulher na política foi a Lei de Cotas (Lei 9.504/95), lei que estabelece os percentuais mínimos e máximos para cada sexo, criada, sobretudo, para incrementar a representação feminina na política brasileira e principalmente na Câmara dos Deputados. Para Vaz (2008, p.39), a adoção de políticas de cotas para mulheres é também consequência da luta pelo voto para reequilibrar a participação política das mulheres dentro dos partidos políticos e no Congresso Nacional. Além disso, esta Lei contribuiu para dar

maior visibilidade à exclusão feminina na política e as desigualdades de sexos, tendo em vista que tal política dá maior visibilidade à exclusão da mulher nos espaços públicos e ao desequilíbrio na representação existente entre homens e mulheres na política.

Nesse sentido, Avelar (2002, p.47) aponta que a adoção das cotas sem dúvida maximizou a presença das mulheres na representação política. Em alguns países os partidos adotaram medidas complementares para aumentar o número de mulheres em seus quadros.

[...] Esta medida é uma ação afirmativa que busca criar condições para o estabelecimento de um maior equilíbrio entre homens e mulheres no plano da representação política. Num primeiro momento, são medidas compensatórias que possibilitam que mais mulheres ocupem espaços políticos. Num segundo, são medidas distributivas que buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres. (FROIS, 2014)¹

Esclarecendo um pouco mais acerca da adoção dessa política, Avelar (2002) explica que em 1995 foi promulgada a Lei nº 9.100, (Lei de Cotas) estabeleceu que, no mínimo, 20% das vagas de cada partido fossem destinadas a candidatas mulheres nas eleições municipais de 1996. Em 1997, com a Lei nº 9.504, esse percentual mínimo aumentou para 25% para as eleições de 1998, incluindo mais cargos eleitos por voto proporcional (Câmara dos Deputados, Assembleias Legislativas Estaduais e Câmara Distrital), e 30% para as posteriores. Foi ainda estabelecido que cada partido tivesse uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para cada um dos sexos.

Nesse sentido, pode-se considerar que a criação dessa Lei surge como um instrumento que visa possibilitar condições favorá-

¹ Disponível em: <http://www.ptmg.org.br/a-crescente-importancia-da-participacao-da-mulher-no-cenario-politico-brasileiro/>. Acesso em Fevereiro de 2015.

veis à implantação de outras reivindicações femininas, abrindo espaços que venham a ampliar um leque de participação feminina no âmbito da política, contribuindo de forma significativa para uma maior inserção desse público nas esferas do poder.

É inegável que nas últimas décadas uma grande parcela de mulheres vem adquirindo visibilidade política, seja na vida política formal – partidária, seja informal, isto é, nos movimentos sociais. Elas, além de donas de casa, esposas, mães, etc. tem se preocupado em ocupar cargos políticos, além disso, é possível observar que a maioria destas mulheres lutam em busca de conquistar emancipação política e em consequência desta, procuram também a igualdade de gênero e igualdade oportunidades.

No entanto, com toda uma luta por participação e direitos, ainda há muitas lacunas que precisam ser preenchidas e discursos a serem superados, haja vista que os obstáculos à participação das mulheres no espaço público ainda persiste em nossa cultura, como podemos observar em inúmeras dificuldades na atuação destas no âmbito sociopolítico.

Ao longo do tempo as mulheres e, principalmente as feministas, buscaram desconstruir a preleção cultural de que “mulher é um sexo frágil”, enfatizando que as mulheres sempre contribuíram para o desenvolvimento da sociedade, mas por fatores culturais, não são reconhecidas historicamente, o que possibilitou a falta de reconhecimento e a não visibilidade destas como agentes protagonistas. Dentro desta perspectiva, Scoot, (*Apud*, COSTA, 1998, p.49), nos lembra que “a invisibilidade das mulheres na esfera pública, se deve que a ideologia das esferas separadas as definiu como seres exclusivamente privados, negando assim sua capacidade de participação na vida pública política.”

O fato é que as relações sociais são marcadas pela relação de gênero em que a forma de comportamento social foi construída ao longo dos séculos por um sistema patriarcal, onde o papel que cada um desenvolve na sociedade, as crenças, os ideais e as condutas, são estereotipados, e de algum modo determinam os tipos de comportamento para homens e mulheres. Na visão de Pereira (2009), essas relações podem ser observadas quando,

No sistema patriarcal, os homens têm maior poder, ocupam os principais postos de comando e decisão das principais instituições e organizações nas diferentes dimensões da vida política, econômica e social e, além disso, tudo que é associado ao masculino adquire mais valor do que aquilo que é associado com o feminino. (PEREIRA, 2009, p.06)

Tais papéis ao longo da composição das culturas vêm se construindo na busca de demarcar os lugares de atuação de cada categoria, ou seja, tomando o espaço público como espaço masculino e o privado como feminino.

O mundo moderno atribuiu à mulher funções próprias do domínio privado, como os cuidados da casa e dos filhos, na manutenção de uma estrutura que permitiu aos homens o envolvimento com assuntos políticos e econômicos, próprios do domínio público. Mulheres e crianças passaram, ainda, a serem consideradas como frágeis e necessitadas da proteção masculina, numa divisão de papéis que tornou possível. (COELHO & BAPTISTA, 2009, p. 87)

De acordo com os autores acima citados, é possível perceber que as relações sociais são marcadas muitas vezes pela relação de gênero, resultado de um processo de produção discursiva, preconceituosa e, conseqüentemente, de uma relação de poder, baseada

em uma sociedade patriarcal, onde as hierarquias de poder contaminam toda a sociedade que não perpassa apenas a sociedade civil, mas impregna também o Estado, presente em uma dominação masculina, na forma de opressão que se dissipa em diferentes épocas, lugares e espaços. “Entendidos como imagens que a sociedade constrói do masculino e do feminino não pode haver uma só sociedade sem gênero. A eles correspondem uma certa divisão do trabalho conhecida como divisão sexual do trabalho, na medida em que ele se faz obedecendo o critério do sexo.” (SAFFIOTI, 2004, p. 60).

3. BREVE ANÁLISE DA PARTICIPAÇÃO E INSERÇÃO FEMININA NA POLÍTICA BRASILEIRA

Para entendermos a inserção da mulher na política é necessário nos atermos ao fato das longas lutas enfrentadas pela população feminina em nosso País no decorrer da história.

A presença de mulheres nos diversos espaços da esfera pública e privada da sociedade brasileira é uma conquista recente, foi somente a partir da segunda metade do século XX que este público começa a conquistar espaços em algumas atividades no âmbito público. Se analisarmos a trajetória das mulheres em nosso País é possível perceber a forma como aos poucos elas foram assumindo espaços em diversos lugares na sociedade. Contudo, quando se trata da ocupação em cargos políticos, a participação feminina ainda é bastante limitada e inferior a dos homens. Nesse sentido, Frois (2014) ao analisar os desafios e trajetórias da mulher na política e na sociedade em busca de igualdade de direitos e atuação nos espaços públicos, defende que tais processos são marcados por lutas constantes que garantiram mudanças significativas, sobretudo, na igualdade de gênero. Para ela,

Falar sobre a trajetória política das mulheres brasileiras é tratar de conquistas de direitos, de espaço público para atuação. É também abordar as mudanças ocorridas na sociedade que fizeram com que a mulher deixasse de ter apenas o lar como palco de atuação e passasse a estar presente também nas escolas e universidades, no mercado de trabalho, nos mais variados tipos de associações e sindicatos, nos órgãos políticos em geral, enfim, em todas as instâncias sociais. É falar sobre luta, democracia, opressão, estereótipos, preconceitos, vitórias etc. (FROIS, 2014)

Frente a essa questão autores das diversas áreas tem promovido esforços no sentido de compreender e explicar como se dá esse processo de subrepresentação da participação e inserção do público feminino na esfera política, tais autores nos forneceram importantes contribuições que nos permitem refletir o contexto histórico e os aspectos que nos levam a compreender os empecilhos que, há muito tempo, dificultam a inserção e participação efetiva desse público no cenário político brasileiro.

Para Avelar (2002, p.53), por exemplo, a plena participação da mulher na vida política em condições de igualdade política e a erradicação de todas as formas de discriminação baseados no sexo devem construir objetivos prioritários, sobretudo, a sua inserção em áreas de trabalhos remunerados, haja vista, o forte impacto negativo que esse tem sobre a situação social e política das mulheres.

Conforme assinala Vaz (2008), A exclusão da mulher na vida política é um reflexo da exclusão da mulher na sociedade e na ausência de reconhecimento desta enquanto sujeito, baseado em grande medida no predomínio da figura do homem, seja no aspecto social, político ou econômico. Esta exclusão também se expressa em relação às posições assumidas pela mulher no mercado de tra-

balho, podendo ser analisadas facilmente quando ainda ocupam os cargos inferiores e/ou podem assumir os mesmos cargos que a população masculina, contudo, a situação de indiferença se revela quando essas mesmo assumindo cargos semelhantes, quando não superiores ao dos homens, a grande maioria recebem salários inferiores quando comparados aos ocupados por esses. Acrescenta-se a isso o menor acesso de mulheres a educação adequada, à obtenção de um posto de trabalho prestigioso bem remunerado, situação que marginalizou-as de muitas posições no mercado de trabalho, a ponto de os salários médios das trabalhadoras brasileiras serem bem inferior que os salários médios dos trabalhadores, apesar do grau de escolaridade das mulheres superarem em muito ao dos homens.

Em relação às posições sociais assumidas entre homens e mulheres Pitanguy (2011), assevera que ainda há uma grande diferenciação nas funções desempenhas entre eles, para essa autora,

As mulheres, tal como os homens, são diferentes entre si em função da classe social, cor, etnia, nível educacional, perspectivas e posições políticas [...] Isso porque as relações de gênero refletem uma construção social do masculino ainda atrelada à ideia de domínio e do feminino à de subalternidade. Homens e mulheres ocupam posições diferentes no acesso e exercício do poder, o que certamente diferencia seus valores e visões de mundo. A identidade feminina tem sido marcada, ao longo dos séculos, pela vivência da exclusão do poder institucional. (PITANGUY, 2011, p. 38)

A baixa participação da mulher na política e a percepção social e reconhecimento dessas no poder pode ser ainda resultado de uma cultura com visão de mundo e costumes enraizados, frutos de uma sociedade patriarcal que se perpetua no cotidiano dos cidadãos brasileiros e isso acaba acarretando uma série de desafios que

a mulher precisa enfrentar nesse processo por reconhecimento dos seus direitos à participação política no âmbito público e privado, conforme nos lembra (ARAÚJO, 2011 p. 134):

Um dos grandes desafios para o progresso das mulheres parece ser o de enfrentar a distância ainda grande entre o reconhecimento formal dos direitos à participação e a divisão de tarefas que efetivamente ocorre entre mundo público e vida privada.

Avelar (2002) ao refletir sobre esse tema aponta que para entendermos a pouca presença e participação das mulheres na política, temos de compreender a sua situação social, isto porque na visão dessa autora, a sub-representação social e política das mulheres são faces de uma mesma moeda, ela tem *status* mais baixo que os homens, em grande medida em decorrência do seu baixo *status* ocupacional.

Pinto e Martz (2008) também lançam suas contribuições que nos ajudam a entender o assunto em questão, às autoras atentam para um conjunto de aspectos que ainda interferem na pouca inserção da mulher na política; para elas, a participação política da mulher suscita um conjunto importante de questões que extrapolam o próprio tema específico, que nos leva a pensar os processos de democratização e inclusão políticas de diferentes grupos sociais. Dentre essas questões, destacam-se a ausência das mulheres no cenário político, bem como a presença da mulher e a presença desta enquanto sujeito político. De igual modo, as autoras citadas apontam para três possibilidades que segundo elas, nos ajudam a pensar a presença da mulher neste cenário. Uma primeira possibilidade seria a mulher como cidadão; segundo, a mulher que se apresenta a partir da visão tradicional, a mulher como cuidadora de si, do outro e da família e do lar. E uma última possibilidade é a mulher

que consegue se inserir nesse espaço através da luta feminista, ou mesmo tendo uma trajetória, incorpora a luta pelos direitos da mulher como razão de militância.

Pinheiro (2007) ao analisar a inserção das mulheres nos espaços institucionais por meio das eleições diretas e suas representações no espaço político parlamentar, destaca que a participação feminina nas esferas institucionais que oportunizam o exercício do poder ainda é pouco expressiva se consideramos a quantidade de homens que ocupam lugares nesses espaços. Talvez essa baixa representação ainda ocorra, tendo em vista que, “é na participação da mulher nas estruturas formais de poder onde se mostram mais claramente as relações de dominação a que as mulheres são submetidas”. (COSTA, 1998, p.13).

Alguns autores defendem que a presença de mulheres na esfera política seria justificada por serem detentoras de determinadas qualidades inatas ao sexo feminino, tais como: ética, solidariedade, justiça e fraternidade que as tornariam mais sensíveis e mais voltadas à defesa de uma sociedade mais justa do que os seus parceiros do sexo masculino, tornando a política uma atividade mais branda e humana. Como bem demarca Costa (1998), mulheres quando inseridas no meio político para concorrerem às eleições, geralmente representam interesses privados de seus grupos familiares (maridos, filhos, pais, parentes, homens), que por alguma impossibilidade não podem concorrer às eleições e lançam as candidaturas de seus pares femininos, mantendo a imagem masculina sempre associada à feminina, desse modo, muitas não tem autonomia na sua candidatura, ficando sempre a sombra da figura masculina, que aproveitam desses momentos pra se promoverem.

É interessante perceber que existe um viés para a inserção da mulher na política, seja por meio de parentesco, tradicionalismo

ou afinidade pessoal. Pinheiro (2007) em seus escritos a respeito da mulher nesse espaço defende que a participação das mulheres no cenário político ocorre geralmente por duas vias: a participação em movimentos sociais e os laços de parentesco com famílias, principalmente nas condições de filhas ou esposas de políticos já com tradição no campo.

Dentro desta perspectiva, a autora enumera duas possibilidades que na sua concepção abrem espaço para oportunidades das mulheres na política: A primeira seria por meio de ações coletivas para a defesa de problemas comuns e específicos, como os problemas relacionados como escolas, atendimento à saúde, as leis de trabalho, atividades que no geral são realizadas no âmbito dos movimentos sociais; e uma segunda estaria atrelada a construção de identidades profissionais, que se dão por meio de associativismo das mulheres oriundos das várias organizações profissionais.

Se analisarmos os desafios até então enfrentados pelo público feminino em busca de conquistas pela igualdade de direitos, é possível observar que a luta incessante da mulher pelo alcance de reconhecimento na esfera política brasileira tem contribuído para o sucesso que temos alcançado ao longo do tempo. Pois é notável que a situação das brasileiras na esfera da política do País, nas últimas décadas, sem dúvida, obteve progressos significantes oriundos das lutas e desafios, abrindo um amplo espaço nessa esfera, permitindo que as mulheres aos poucos assumam espaços no âmbito da esfera política, fato que se constata com a participação cada vez maior de mulheres nas disputas eleitorais que vem ocorrendo há alguns anos. Outro fator que merece destaque é que nesses últimos anos, as mulheres vêm assumindo cargos significativos no âmbito da política de nosso País, podendo ser observado desde as eleições ocorridas em 2002, quando duas foram eleitas para assumir o cargo de gover-

nadora, e em 2006 esse número aumenta para três representantes a comandar o Estado², e a partir de então, outros espaços vem sendo ocupados na esfera política nacional, a título de exemplos, podemos citar as eleições para presidência do País ocorridas no ano de 2010, considerado um marco histórico não só para as mulheres brasileiras, mas para todo o País, onde duas mulheres Dilma Rousseff, candidata do Partido dos Trabalhadores (PT) e Marina Silva, do Partido Verde (PV) concorrem a presidência do País. Dilma Rousseff disputa o 2º turno sendo eleita como a primeira mulher a presidir o Brasil, fato inédito em toda a história das eleições brasileiras gerando repercussões e discussões importantes a respeito da emergência da mulher no âmbito da política brasileira.

Este quadro se repete nas eleições brasileiras em 2014, desta feita tivemos três mulheres nas disputas pelas eleições presidenciais, a candidata Luciana Genro, pelo (PSOL), Merina Silva (PSB) e Dilma Rousseff (PT) que mais uma vez disputa o 2º turno das eleições contra o candidato Aécio Neves do (PSDB), Dilma Rousseff novamente sai vitoriosa e é reeleita para o cargo de Presidenta do Brasil, juntamente com 05 mulheres que também assumem o cargo no Senado brasileiro.

Nas Eleições de 2014 foi notório o aumento no número de mulheres eleitas, passando de 45 em 2010, para 51 a representar a bancada feminina na Câmara dos Deputados. No entanto cabe destacar que apesar do aumento numérico de mulheres eleitas nos Estados brasileiros este número ainda é considerado pouco representativo no quadro de mulheres que ocupam as cadeiras no pleito eleitoral, se comparado ao universo masculino que ocupam cargos tanto no Senado, quanto na Câmara dos Deputados Federais.

² Disponível em: <http://g1.globo.com/especiais/eleicoes-2010/noticia/2010/10/cai-o-numero-de-mulheres-eleitas-governadoras-no-pais.html>

Tais situações revelam que embora tenham ocorrido avanços expressivos no número de mulheres na política, é possível considerar que ainda há uma situação de subrepresentação feminina no âmbito da política, essa subrepresentação é revelada, sobretudo, quando observamos o resultado das últimas eleições, 2014 divulgado pelo TSE, que revelam que de um total de candidatos no Brasil, dos 4.382 homens, cerca de 10% foram eleitos, enquanto das 1.792 mulheres que buscavam um cargo na Câmara, apenas 2,8 conseguiram conquistar seu lugar na bancada. Os dados revelam ainda que em pelo menos cinco Estados brasileiros nenhuma mulher foi eleita Deputada Federal, a exemplo de Alagoas, Espírito Santo, Mato Grosso, Paraíba e Sergipe. Outro fato pertinente que demonstra a desigualdade de gênero ainda acirrada na baixa participação não só na política, mas em diversas instâncias da sociedade é que ainda, conforma dados divulgados pelo TSE, nenhuma mulher foi escolhida para representar o Estado como governadora nas últimas eleições do ano de 2014.³

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao avaliarmos os desafios e avanços das mulheres, é possível perceber que nos últimos anos abriu-se um amplo espaço no âmbito da política, possibilitando a inserção e participação desse público, conquistas importantes foram alcançadas na longa história de luta das mulheres em busca de igualdade de direitos, espaço no poder e conquistas significantes na política brasileira. Contudo, essas instâncias, não garantiram igualdades nas representações políticas por parte desse público, haja vista a pouca inserção da

³ Disponível em: <http://www.tse.jus.br/noticias-tse/2014/Outubro/eleicoes-2014-numero-de-deputadas-federais-cresce-13-33-em-relacao-a-2010>

mulher nos espaços de poder, isso torna evidente a forma como o estado brasileiro não conseguiu melhorar a situação da maioria das mulheres que ainda lutam contra um preconceito que perdura na nossa sociedade há séculos, especialmente quando se trata das desigualdades sexuais, reforçando, cada vez mais, a ideia que o sexo determina espaços, atribuições e funções que o feminino e masculino devem assumir perante a sociedade. A esse respeito, (YUNG, 2000, *Apud* COSTA: 2012, p. 16), nos lembra que “apesar das muitas conquistas, a exemplo da igualdade formal de leis, seguimos excluídas do poder. Historicamente essa tem sido a posição das mulheres, em geral temos estado do outro lado do poder, na subalternidade, somos pessoas carentes do poder”. A autora acrescenta ainda que hoje, embora todas as legislações igualitárias e todas as transformações ocorridas na vida das mulheres, elas continuam sendo minorias no executivo, no legislativo e no judiciário.

É possível perceber que mesmo superando e alcançando o seu reconhecimento da plena cidadania em alguns aspectos, a mulher continua ainda com pouca representação no âmbito da política brasileira, campo que ainda prevalece influenciado pela figura do masculino, presente nas diversas esferas de nossa sociedade. Esse tipo de desigualdade presente em nossa sociedade ainda é um fator bastante forte, marcado por um conjunto de atributos negativos associados à imagem da mulher que é cobrada pela sociedade uma imagem de seriedade, onde suas propostas políticas é o que menos importa, quando o que prevalece para a sociedade no momento em que uma mulher vem a se candidatar é uma “vida moral correta”, ou seja, se a tal candidata é casada, se tem filhos, seu comportamento, enfim, um conjunto de fatores que lhes são atribuídos, podendo ainda ser observados no momento em que conferem a esta ao espaço privado (lar, família), tendo acesso limitado a esfera pública,

enquanto ao homem, compete-lhe os cargos superiores assumindo sempre a ocupação da esfera pública.

E por fazermos parte de uma sociedade com costumes e culturas baseadas em um patriarcalismo arraigado, essa visão ainda predomina no seio da nossa sociedade que tende a associar a mulher a uma figura frágil, incapaz, um ser dependente do homem. Isso se torna evidente ao observamos uma presença acentuada do homem no poder, e por mais que a mulher venha ocupando seu espaço atualmente nessa esfera, sua presença no sistema político brasileiro ainda é minoritária, reafirmando cada vez mais que esse espaço monopolizado pelos homens tende a transformar-se em um campo cada vez mais masculino.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Clara. As mulheres e o poder político – desafios para a democracia nas próximas décadas. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010** / Organização: Leila Linhares Barsted, Jacqueline Pitanguy – Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 90- 136.

AVELAR, Lúcia. **Mulher e política: O Mito da Igualdade** - É preciso levar à prática os direitos conquistados na legislação. Social Democracia Brasileira, 2002. p. 40-54.

BOURDIEU, Pierre. Violência simbólica. In: **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1999. p. 45-62.

COELHO, Leila Machado e BAPTISTA, Marisa. A História da Inserção Política da Mulher no Brasil: uma Trajetória do Espaço Privado ao Público. **Psicologia Política**. Vol. 9. nº 17 . p. 85-99. Jan. - Jun. 2009

COSTA, Ana Alice Alcântara. **As donas no poder: Mulher e política na Bahia**. Salvador: NEIM/UFBA – Assembleia Legislativa da Bahia, 1998.

_____. Reflexões acerca do poder, do patriarcalismo e da cidadania das mulheres. In: **Gênero, política e poder: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste brasileiro**/ Maria Mary Ferreira (Organizadora). – São Luiz: EDUFMA, 2012. FROIS, Mara. **A crescente importância da Participação da Mulher no Cenário Político Brasileiro**, (2014). Disponível em: <http://www.ptmg.org.br/a-crescente-importancia-da-participacao-da-mulher-no-cenario-politico-brasileiro/>. Acesso em Fevereiro de 2015.

OLIVEIRA, Kamila Pagel de. **A trajetória da mulher na política brasileira: as conquistas e a persistência de barreiras**. Belo Horizonte, 2013.

PEREIRA, Beth. **Para reinventar a política: a AMB e as estratégias de ampliação da participação política das mulheres**. Medellín, 2009.

PINTO, Céli & MARTZ, M. Freitas. **A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre** (2008).

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política. Uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente**. Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, Brasília, 2007.

PITANGUY, Jacqueline e BARSTED, Leila Linhares. Um instrumento de conhecimento e de atuação política. In: **O Progresso das Mulheres no Brasil 2003-2010** / Organização: Leila PITANGUY, Jacqueline e BARSTED, Leila Linhares. Rio de Janeiro: CEPia; Brasília: ONU Mulheres, 2011. p. 15-18.

SAFFIOTI, Heleieth Iara Bongiovani. **Gênero, patriarcalismo e violência**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira: a lei de cotas**. Monografia (especialização) - Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento (CEFOP), da Câmara dos Deputados, Curso de Especialização em Processo Legislativo, 2008.

PUTINHAS ABORTEIRAS TE REPRESENTA? A TENSÃO ENTRE A IDENTIDADE DE GRUPO E O RECONHECIMENTO DA IGUALDADE

Tatiana Salles

1. INTRODUÇÃO

“Se o papa fosse mulher o aborto seria legal” (ABORTEIRAS, 2014). Assim começa uma das músicas da banda anarcofeminista “*Putinhas aborteiras*”, formada por estudantes de universidades públicas de Porto Alegre, a maioria da área de humanas (GONZATO, 2014). A letra, marcada por palavrões e críticas à igreja católica, é embalada pelo ritmo do *funk* e criou muita polêmica nas mídias sociais em meados de 2014. O nome da banda já carrega fortes pré-noções e deixa espaço para a construção de estereótipos: putinhas e aborto - dois grandes tabus da sociedade brasileira. Diante deste panorama, o presente trabalho se esforça em discutir qual foi o efeito de tal exposição para as mulheres, o que elas viram no vídeo, disponível no *youtube*, e o que comentaram nos *blogs* e/ou páginas feministas. Neste sentido, também será feita uma análise teórica dentro da ideia de paradoxo da igualdade, elaborada por Joan Scott (2005), que traz a problemática da identidade de grupo e a inevitável afirmação do rótulo social por parte de indivíduos que pretendiam combatê-lo. Dessa forma, pretende-se avaliar a possível identificação do público feminino com a banda, certamente o alvo da *Putinhas Aborteiras*. Além disso, esse trabalho contempla o modelo de *status* elaborado por Nancy Fraser (2007) e as abordagens de *redistribuição* e *reconhecimento* concebidas por

essa autora, na tentativa de se discutir a noção de justiça e ética em torno das discussões sobre a legalização do aborto no Brasil.

Todo fenômeno social é multidimensional, pois carrega em si diversas categorias, pontos de vista e, com isso, diversos desdobramentos. Assim, o recorte se dará da seguinte forma: perceber de que maneira os temas *aborto* e *sexualidade* foram tratados por uma banda musical formada por mulheres, exposto em rede de canal aberto, e posteriormente visualizado por outras mulheres. Se as letras da banda dirigem-se a elas, como estas as receberam? Sentiram-se representadas? Qual seria o impacto das noções de justiça e ética elaboradas pelo senso comum na construção desses discursos em torno do aborto no Brasil? Esse é o foco da presente abordagem e nesse sentido, destaca-se a questão da identidade individual e de grupo e a tensão espontânea gerada por esse tipo de interação, além do papel da ética e da justiça em torno desta problemática.

2. A EXPOSIÇÃO NA MÍDIA: PUTINHAS ABORTEIRAS

Em maio de 2014 a TVE (Televisão Educativa) do Rio Grande do Sul exibiu no programa Radar uma reportagem na qual divulgava a “Marcha das Vadias”¹, que aconteceria em Porto Alegre. Na ocasião,

¹ A primeira marcha aconteceu na cidade de Toronto, no Canadá, no ano de 2011. Na ocasião, um guarda do campus universitário da cidade teria dito que as estudantes vítimas de estupro deveriam “se vestir de forma mais composta”, evitando roupas curtas ou decotadas, para assim “evitar que fossem estupradas”. Diante disso, um grupo de estudantes organizou um protesto contra a declaração da segurança do campus e pelo direito das mulheres de usarem a roupa que quiserem. Com o advento da comunicação globalizada via mídia sociais, a marcha das estudantes canadenses e a manifestação pelo livre uso de roupas e do corpo pelas mulheres, ganhou o mundo. Em 2012, criou-se no Brasil a Marcha das Vadias, onde mulheres lutam pelo direito de se vestir como quiserem, sem serem taxadas de “vadias” pela sociedade, ou terem assim a prática do estupro justificada pelo simples fato de a vítima “não estar vestida de forma decente”. Assim, a marcha tem se articulado em diversos lugares do globo, se constituindo como movimento social que se posiciona contra as diferenças de gênero.

houve a apresentação de uma banda que faria uma participação na Marcha. Era a *Putinhas Aborteiras* que despontava em rede estadual e protagonizaria debates em mídias sociais, apontando opiniões contra e a favor da letra de uma música cantada por elas que, entre outras coisas, traz críticas à igreja católica e à “classe dominante”.

De acordo com uma nota oficial divulgada pela TVE, o programa foi exibido no horário da madrugada e não feriu as leis que legislam sobre o conteúdo das informações e o horário para exibição desse tipo de material. Ou seja, a TVE garante ter exibido a reportagem em horário adequado, privando crianças de terem acesso à temática (FAVERO, 2014). No entanto, mesmo a TVE apresentando baixa audiência, o vídeo da matéria chegou até o *youtube* e desde o dia em que foi postado já teve mais de setecentas mil visualizações² gerando notoriedade e muita polêmica nas mídias sociais e *blogs* feministas. O Partido Progressista (PP) chegou a protocolar na Câmara Municipal de Porto Alegre uma moção de repúdio à TVE, à banda e ao conteúdo das suas letras (FAVERO, 2014). Dentre outros adjetivos, a moção dos vereadores do PP classificou a música de “baixo nível” e de “linguajar chulo” que ofende a moral e os bons costumes do “povo brasileiro” (FAVERO, 2014). Na carta, os vereadores alegam que a TV Educativa do Estado teria deixado de cumprir a sua finalidade educacional, quando permitiu que um conteúdo “anti-educativo e “anti-institucional” fosse ao ar. Em nota, a TVE alegou ter cumprido o seu papel de dar oportunidade à diversidade cultural e artística, observando a classificação e o horário indicado pela legislação federal (FAVERO, 2014).

Do ponto de vista contrário às opiniões dos vereadores do PP está a do *blogueiro*, Thales Bouchaton³. Ele publicou no *blog* dele,

² Confira o vídeo: https://www.youtube.com/watch?v=pEQruB_eGcE

³ Blog Thales Bouchaton: acesso disponível <http://blogdothales.sul21.com.br/>

poucos dias depois da exibição do programa, que apesar do choque da exposição das ideias, a participação da banda na TVE foi conveniente: “[...] foi extremamente positivo a participação desse grupo no programa, pois alimentou um debate extremamente importante na luta contra o machismo na sociedade” (BOUCHATON, 2014). Do outro lado da tribuna, o jornalista e blogueiro Reinaldo Azevedo postou em seu *blog* que as integrantes do grupo musical seriam “vítimas da própria ignorância”, ao desconsiderarem o fato de que não são todas as mulheres que são favoráveis à prática do aborto no Brasil. “Como é? Se o papa fosse mulher, o aborto já teria sido liberado? Por quê? Isso quer dizer que todas as mulheres são, então, favoráveis ao aborto?” (AZEVEDO, 2014).

Convidadas a dar declarações, as integrantes da banda foram procuradas pelo portal de notícias Zero Hora, mas se negaram a falar com a imprensa sobre o assunto, pois estariam sofrendo ameaças via mídias sociais (CALDAS, 2014). Em nota divulgada em sua página oficial do *facebook*, a banda afirmou que, como feministas, não se espantam ao serem xingadas por não se adequarem aos “padrões de beleza da sociedade” e que seguiriam lutando pelo direito ao uso dos seus corpos (FÓRUM, 2014). A banda, que se limitava a apresentações em festivais de música alternativa, teve que lidar com ataques via *internet* e ainda com ameaças de morte e violência física (GONZATO, 2014). Esses ataques seriam justificados por seus algozes, pelo simples fato de que a música cantada por elas teria conteúdo imoral e intolerável. “[...] ainda é um tabu falar sobre aborto, embora a letra que cantamos no Radar seja uma reivindicação do movimento feminista há décadas” (FÓRUM, 2014), revelou uma das integrantes da banda, em entrevista concedida ao Portal Fórum e publicada na *internet*.

3. ACIDEZ FEMININA: REPRESENTATIVIDADE TENSA

O fato é que a letra da música “Feminista”, cantada pela *Putinhas Aborteiras*, mexeu com os ânimos de homens e mulheres e muitos deles expressaram as suas opiniões em *blogs* e mídias sociais. Muitos desses comentários chegaram até as integrantes da banda; outros, limitaram-se ao cerne do local de debate, ou seja, aos *blogs* e portais de notícia hospedados na *internet*. Confira abaixo a letra da música cantada pelas garotas na TVE:

Feminista, rainha do tanque, tanque de guerra,
antidominante/ vem anarquizar /assuma seu cor-
pão /gorda, magra, média - não precisa ter padrão
[refrão] negra não, morena, cabelo pixaim / toque
no seu corpo e goze até o fim / conheça o poder
da masturbação/ não precisa de ninguém só você e
a sua mão / pra desconstruir o gênero fale com as
putinhas/ vem conscientizar e libertar a bucetinha /
em matéria de *aborto* a gente sabe bem / o corpo é
da mulher e a decisão também / anarquista, antifas-
cista e punk contra o tipo da classe dominante /se
envolve, reivindica, expulsa o machão / cria resis-
tência contra as formas de opressão / sou anarquista,
doida, pichadora e vida louca / não vem com
moralismo, tu não vai calar a minha boca / vem
vandalizar, deixa de ser bundão / se rolar prejuízo
é na conta do patrão / e quando rolar treta não vem
homem se meter / as mina se organiza e consegue
resolver / aprenda autodefesa, saiba reagir / com-
bater a violência também começa por ti. (LETRAS,
2014, *Putinhas Aborteiras*)

Em uma apresentação que durou pouco mais de três minutos, a banda *Putinhas Aborteiras* scandalizou nas mídias sociais e causou muito rebuliço, devido ao conteúdo da letra direcionada às mulheres, chamadas a “anarquizar”, assumir o “seu corpão”,

descobrir “o poder da masturbação” e “libertar a bucinha”. Sendo assim, como foi recebido esse chamado?

O *blog* Acidez Feminina publicou um *post*⁴ na época do debate, com a intenção de ouvir a opinião dos seus seguidores, sendo a maioria de mulheres. Houve mais de quinhentos comentários, a maior parte com críticas negativas à apresentação das garotas. A *blogueira Acid Girl* disse ter ficado “boquiaberta” com o que viu e que, por não conseguir formar uma opinião sobre o fato, estaria pedindo a participação de outras mulheres, para que elas opinassem a respeito do vídeo (GIRL, 2014).

A seguidora Keila Tomasi disse que o vídeo não a representava: “[...] mulher nenhuma quer ser ridicularizada como ‘putinha aborteira’, a mulher direitos (sic) sobre seu corpo e a livre escolha de buscar independência em todos os aspectos” (GIRL, 2014). Esse comentário foi curtido por mais de seiscentas pessoas e aparece no topo das discussões do *blog*. Aqui, o “curtir” é a forma que outros seguidores têm de concordar com o que foi dito, o que aponta para um forte traço desfavorável à banda. Outra seguidora, Dri Soares, alegou que a apresentação ridicularizou a mulher e o movimento feminista, pondo abaixo toda a luta travada pelas mulheres “[...] o movimento feminista, na origem, não tem nada a ver com a promiscuidade e com a misandria que essas ‘feministas’ de hoje pregam.” (GIRL, 2014).

No entanto, para a feminista Télia Negrão, coordenadora do Coletivo “Feminino Plural”, a apresentação do grupo foi válida para se discutir temas contemporâneos ligados à mulher, como o aborto e a sexualidade. “Elas têm uma estratégia midiática de afirmação da autonomia feminina [...] Isso corresponde ao momento social

4 Acesso disponível: <http://www.acidezfeminina.com.br/videos/grupo-putinhas-aborteiras/>

que nós vivemos, de uma sociedade mais fragmentada”, avaliou a coordenadora (GONZATTO, 2014).

De volta ao debate aberto pelo *blog* Acidez Feminina, lá nem todos se mostraram contrários à performance da banda. A seguidora Kátia Mendonça disse se sentir representada pela *Putinhas Aborteiras* e apoiou a apresentação das garotas na TVE, se mostrando, inclusive, a favor do aborto: “Aborto é opção de cada uma. O corpo é posse da mulher - que faz o que bem quer - inclusive ser ‘putinha’”. Embora a opinião dela não seja a da maioria, o comentário postado por Kátia foi curtido por mais de cento e sessenta pessoas. Nesse caso também, a quantidade de curtidas indica aprovação e concordância com o que está sendo dito.

Mas, para a *blogueira* e feminista Renata Arruda⁵ “[...] a iniciativa é louvável; a execução, um desastre” (ARRUDA, 2014). Ela argumentou em um *post*⁶ que as integrantes da banda trataram um assunto delicado como o aborto de forma “leviana”, sem levar em consideração a difícil decisão que é para a mulher, tirar ou não um filho que vem em uma hora indesejada. Renata, que admite ter feito um aborto clandestino aos 16 anos, defende a legalização do aborto no país, mas diz não ter se sentido representada pela forma com que a *Putinhas Aborteiras* tratou o assunto:

O que me impressionou foi o desfile de clichês feministas visto. Ou melhor, como as reivindicações feministas podem se tornar um desfile de frases de efeito clichês - se é que já não estão se tornando - proferidos por meninas muito preocupadas em aderir à causa, sem pensar política e filosoficamente sobre ela [...] as *Putinhas Aborteiras* não trazem

5 Blog Prosa Espontânea: acesso disponível <http://mardemarmore.blogspot.com.br/>

6 Acesso disponível: <http://mardemarmore.blogspot.com.br/2014/05/putinhas-aborteiras-e-o-feminismo-cliche.html>

nada de novo, não parecem ter personalidade ou um olhar particular e inteligente sobre qualquer tema. (ARRUDA, 2014)

Diferente da opinião da feminista Renata Arruda está a do coletivo feminino e *blog* “Lugar de Mulher”. Formado por três amigas, o *blog* também entrou no debate promovido via mídias sociais sobre a apresentação da *Putinhas Aborteiras* na TVE. As garotas do *Lugar de Mulher* se mostraram favoráveis ao posicionamento da banda e disseram não compreender como uma sociedade – que permite a divulgação de notícias e imagens sobre o espancamento e morte de mulheres, exibidas alhures nos telejornais do meio-dia – não tolera a apresentação de mulheres cantando músicas com teor reivindicativo, sendo essa atitude encarada como um ato que fere “a moral e os bons costumes”. No *post*⁷, elas alegam que o juízo de valor dessa sociedade está “equivocado” e precisa ser revisto, pois o telejornal do meio-dia é assistido por crianças, mas um programa exibido à meia noite certamente não.

Veja bem, não estou pedindo que ninguém goste do tipo de música que as *Putinhas Aborteiras* fazem, está permitido ter o gosto musical que quiser, só não está permitido tratar luta feminina como contravenção enquanto esfregam em nossa cara tortura feminina. (MULHER, 2014)

Continuando o debate sobre a apresentação da banda, o *blog* “Coitado do Brasil” publicou um *post*⁸ com um texto de Liliam Rahua, no qual ela comenta sobre não ter se sentido representa-

7 Acesso disponível: <http://lugardemulher.com.br/esse-juizo-de-valores-ta-meio-cagado-ein/>

8 Acesso disponível: <http://institutoshibumi.org/coitadodobrasil/2014/05/06/a-opinioao-de-uma-mulher-do-qual-o-grupo-putinhas-aborteiras-nao-representa/>

da pela *Putinhas Aborteiras* e que a performance das garotas e a letra da música evocam um feminismo “raivoso” e que não consegue traduzir os anseios e os direitos da mulher em sua totalidade. “Vocês não querem paz e igualdade, querem apenas brigar com a sociedade pra ver qual cão grita mais alto, se são os ‘machistas’ ou vocês” (RAHUA, 2014). Liliam Rahua tem um canal⁹ no *youtube* no qual ela tece argumentos sobre o feminismo e os direitos da mulher. Para ela, o movimento feminista não aceita críticas e tem perdido ao longo dos anos o seu papel na sociedade, de quem muito já contribuiu para a liberdade e igualdade entre homens e mulheres.

Por toda a história humana, as mulheres que realmente trouxeram avanço significativo para a sociedade, não precisaram apelar para a escrotidão como as senhoras fazem, pelo contrário, eram intelectuais, competentes, determinadas e boas mães. Se existe um feminismo tão cor de rosa e justo que merece respeito, tal como a enxurrada de feministas raivosas começam a gritar todas as vezes que criticamos os erros do feminismo, então essa feminista verdadeira sou eu. [...] É cômico como muitas esperneiam e acham que só o jeito feminista de protestar é o que dá resultado para a sociedade, vocês também querem padronizar o comportamento e pensamento feminino por aquilo que vocês acham correto. (RAHUA, 2014).

Ao se apropriarem de uma bandeira de luta feminista, como de fato é o aborto, as integrantes da *Putinhas Aborteiras* chamaram para si toda uma sorte de comentários, contra e a favor dessa representação por parte delas. O site de conteúdo *gay* Arrazou!¹⁰ também entrou no debate sobre a banda, promovido via *internet*. De acordo

9 Canal de Liliam Rauha no *youtube*: <https://www.youtube.com/channel/UCWQMU-0fLpW4-sHWr6WFxksQ>

10 Acesso disponível: <http://arrazou.com/>

com um *post* publicado pela redação do *site* na rede, a forma de expressão das garotas pode ter chocado até mesmo “os menos conservadores dos indivíduos”, por ter palavrões e teor chocante: “[...] e quando você usa de vocabulário e postura agressiva, vomitando essas questões sobre o espectador, pode gerar uma incompreensão e afastamento”. No entanto, o Arrasou! defendeu que o importante é a bandeira de luta das mulheres e que as garotas abriram uma discussão que coloca o machismo no centro dos questionamentos e que por isso merece consideração.

4. ISSO NÃO ME REPRESENTA: A QUESTÃO DA IDENTIDADE

A tensão vista na fala de algumas feministas que não se sentiram representadas pela *Putinhas Aborteiras*, denota que o processo de construção dessas identidades dentro de um coletivo social, passa por uma pressão exercida por essa representatividade, que necessariamente precisa do grupo para reivindicar direitos e igualdade. Por exemplo, essas atitudes dentro do espaço virtual do *blog* Acidez Feminina, remetem a essas categorias de análise. É certo que das mais de quinhentas participações que o debate - promovido nesse caso por esse blog - registrou, muitas se mostraram contrárias à performance da banda, no entanto, outras se colocaram a favor, o que denota o teor político do fato.

Na verdade, o centro da questão *aborto e direitos da mulher* já é político, por serem bandeiras de luta do Movimento Feminista do Brasil desde a década de 70. Nessa época, o país vivia sob a égide de uma ditadura militar, que aos poucos vinha se dissipando, mas ainda exercia poderes bélicos sob os brasileiros, principalmente as mulheres. Faz parte da memória nacional, o relato de mulheres militantes que lutaram pela libertação do país e ao cair

nas mãos dos militares, passaram por toda sorte de humilhações, torturas psicológicas, físicas e violências sexuais. Mas, na década de 70 o país também passava por uma expansão do seu mercado de trabalho e sistema educacional. O Brasil se modernizava e gerava oportunidades para as mulheres, mesmo que de forma desigual. Em paralelo a isso, havia um processo de modernização do Ocidente, que acompanhado pela agitação cultural de 1968, trouxe novos comportamentos afetivos e sexuais, relacionados a métodos anticoncepcionais e ao livre uso do corpo pela mulher e assim, novas experiências entraram em choque com a tradição da família patriarcal (SARTI, 2004).

Iniciado nas camadas médias, o feminismo brasileiro, que se chamava “movimento de mulheres”, expandiu-se através de uma articulação peculiar com as camadas populares e suas organizações de bairro, constituindo-se em um movimento interclasses. [...] As organizações femininas de bairro ganham força como parte do trabalho pastoral inspirado na *Teologia da Libertação*. Isso colocou os grupos feministas em permanente enfrentamento com a igreja na busca de hegemonia dentro dos grupos populares. O tom predominante, entretanto, foi o de uma política de alianças entre o feminismo, que buscava explicitar as questões de gênero, os grupos de esquerda e a Igreja Católica, todos navegando contra a corrente do regime autoritário. O aborto, a sexualidade, o planejamento familiar e outras questões permaneceram no âmbito das discussões privadas, feitas em pequenos “grupos de reflexão”, sem ressonância pública. (SARTI, 2004, p.39)

Assim, o movimento de mulheres foi ganhando espaço político e social, em parte envolvido com as demandas de infraestrutura dos bairros, em outra, envolvido com as intelectuais da classe média e os ideais feministas advindos da Europa e América do Nor-

te. No entanto, as feministas brasileiras no começo da sua trajetória não encontram apoio político. “Para a direita era um movimento imoral, portanto perigoso. Para a esquerda, reformismo burguês” (SARTI, 2004, p.40). Com a anistia no fim da década de 70 e a volta das mulheres exiladas pela ditadura, houve um encontro de diversas possibilidades reivindicatórias no âmbito do movimento no Brasil. O intercâmbio de ideias e culturas trouxe um novo fôlego para as feministas, que, integradas às mulheres que voltaram, consolidaram o movimento na década de 80 e incluíram na pauta relações de gênero, saúde da mulher e do corpo, violência doméstica e questões ligadas à subjetividade de mulheres que enfrentavam toda sorte de violência moral e psicológica dentro do contexto privado do matrimônio e do patriarcado.

É importante nesse momento abrir espaço para o que Joan Scott (2005) chamou de paradoxo da igualdade. O movimento feminista, objetivando reivindicar direitos e condições de igualdade para as mulheres, teve necessariamente que afirmar uma identidade de grupo que ao mesmo tempo lutava para desconstruir, pois é essa identidade de grupo que faz com que as mulheres não sejam encaradas como indivíduos e cidadãs. Vou explicar melhor: o feminismo luta para que as mulheres tenham os mesmos direitos que os homens, sendo iguais perante a lei e a sociedade. Mas, ao reivindicar essa igualdade, ele caracteriza-se como grupo e potencializa a diferença que busca dissipar. “[...] o grupo ao qual se é relegado se torna, para fins de diferenciação social e de contestação política, o grupo de nossa identificação afirmativa” (SCOTT, 2005, p.22). Além do paradoxo dessa igualdade, que só encontra meios de se afirmar pela diferença, o feminismo tem encontrado cada vez mais vozes discordantes dentro do próprio movimento de mulheres. O que antes podia ser debatido com mais homogeneidade de opi-

niões, hoje enfrenta o caráter difuso de indivíduos que vivem sob a pluralidade de contextos de comunicação globalizada, que exercem influência direta nos processos de construção das identidades individuais e visões de mundo.

O indivíduo médio do século XXI, diferente dos seus antepassados, tem à sua disposição uma ampla gama de possibilidades em termos de interação social, seja via *internet* ou via deslocamento espacial. O intercâmbio de culturas e informações é hoje uma realidade trazida seja via aparelhos *smartphones* ou TVs via satélite. Assim, antes do século XXI, a identidade já foi percebida como algo fixo, ligado à classe social, à raça, ao sexo, à etnia. No entanto, abordagens contemporâneas hoje encaram a identidade como algo flexível, mutável, híbrido e muitas vezes deslocado e até mesmo contraditório, por conta das influências advindas da globalização das culturas, que antes atuavam em escala nacional, mas atualmente veem na difusão via *internet* um horizonte global de novos estilos e subjetividades (GIDDENS, 2002).

Como na perspectiva trabalhada por Stuart Hall (2014, p.17) “[...] a sociedade não é, como os sociólogos pensaram muitas vezes, um todo unificado e bem delimitado, uma totalidade, produzindo-se através de mudanças evolucionárias a partir de si mesma”. Se não é mais um todo unificado, somos então partes que se complementam por afinidades. Dentro dessa perspectiva de identidade individual híbrida, situo os atores sociais, *blogueiras* e feministas, que se mostraram contrárias à apresentação da *Putinhas Abortei-ras*. Dentro de um horizonte difuso, parece normal que essas mulheres queiram dar a sua opinião. Não é à toa que o fazem dentro de um espaço virtual, conhecido por seu caráter possivelmente democrático e muitas vezes anárquico, onde diversas opiniões podem ser publicadas, contrárias ou a favor ao tema. “A elasticidade da inter-

net a torna particularmente suscetível a intensificar as tendências contraditórias presentes em nosso mundo. Nem utopia nem distopia, a internet é a expressão de nós mesmos” (CASTELLS, 2003, p.11). E foi dentro desse ambiente virtual que o vídeo da apresentação da banda foi postado, também nele as opiniões apareceram e criou-se um meio para o debate, no qual os direitos da mulher e o aborto foram discutidos e, por tabela, a representatividade do grupo e do Movimento Feminista também.

E é a partir dessa natureza política que se formam muitas das opiniões que foram encontradas. As próprias integrantes da banda admitem a característica política de suas músicas, com o objetivo de engajar outras mulheres na defesa dos temas levantados por elas. É neste sentido que surgem as posições contrárias ou não ao que propõem e a partir daí a identificação ou não por parte das mulheres. Nesse caminho, se pode analisar a tensão existente entre essas identidades individuais, quando levadas a convergir para uma suposta representatividade feminina, trazida na letra da música cantada pelas *Putinhas Aborteiras*, bem como na *performance* “feminista” da banda. Suponho, inclusive, que a própria banda saiba dos limites dessa representatividade de gênero, quando as mesmas podem ter acesso às opiniões publicadas nesses espaços de debate dentro da *internet*. Sobre isso, chama atenção Joan Scott (2005), alertando para o fato de que a identidade de grupo gera tensão dentro da própria representatividade deste, ou seja, essa representatividade tem limites, uma vez que se coloca como representação praticamente universal de indivíduos, que em sua própria natureza são diversos. Contudo, perceber essa tensão e saber lidar com ela abre espaço para o debate democrático, pois a democracia é feita por indivíduos diferentes que convergem para o mesmo fim.

De fato, meu argumento será o de que não existem soluções simples para as questões, debatidas calorosamente, da igualdade e da diferença, dos direitos individuais e das identidades de grupo; de que posicioná-los como conceitos opostos significa perder o ponto de suas interconexões. Pelo contrário, reconhecer e manter uma tensão necessária entre igualdade e diferença, entre direitos individuais e identidades grupais, é o que possibilita encontrarmos resultados melhores e mais democráticos. (SCOTT, 2005, p.1)

Em outras palavras, o tema da legalização do aborto tem gerado tensão entre as próprias mulheres, muitas das quais não se sentem representadas e divergem no fato de que este venha a ser ou não objeto de luta delas. Dentro do debate aberto pelo *blog* *Acidez Feminina*, citado anteriormente, foram expostos diversos comentários contra o aborto e a forma como este foi trabalhado pela *Putinhas Aborteiras*. “Elas falam na música de construção coletiva, de serem mulheres responsáveis. E desde quando uma mulher responsável faz um aborto?” Questionou a seguidora Bruh Reis, em comentário que foi curtido por outras quarenta e três pessoas. “Se não quer ter um filho ou mesmo engravidar, se previna pra que isso não aconteça, mas não faça outra pessoa pagar por isso. Liberdade sobre o corpo sim, é justo, mas infanticídio não.” Defendeu a seguidora Suzana Moreira, que teve o comentário curtido por pouco mais de oitenta pessoas. A tensão dentro do debate e a rejeição causada pela forma com que o tema foi exposto pela *Putinhas Aborteiras* abre caminho para discutir o indivíduo dentro do grupo e perceber que, neste caso, existe um conflito óbvio. “Alguns argumentam que grupos impedem de tratar os outros como indivíduos” (SCOTT, 2005, p.13).

Faz pouco tempo, a história viu as mulheres conquistarem o direito à cidadania, ao voto, à liberdade individual, coisas que antes eram apenas admitidas aos homens, considerados cidadãos perante as leis. “Não tendo semelhanças com os homens, elas não poderiam ser consideradas iguais a eles e assim não poderiam ser cidadãs” (SCOTT, 2005, p.17). Tendo a identidade relegada por ser considerada diferente, a mulher é vista então como parte de um grupo. É nesse sentido que a própria ideia de grupo nos remete à exclusão, pois os indivíduos se agrupam por compreenderem especificidades compartilhadas e assim entram em luta por igualdade. Ou seja, entram em luta pelo direito de terem as suas individualidades consideradas política e socialmente. É nessa direção que as identidades coletivas tornam-se formas inescapáveis de organização política, como meio de protesto contra a discriminação, caminhando para o paradoxo da igualdade proposto por Joan Scott (2005).

A tensão vista entre as mulheres dentro do debate promovido nas mídias sociais é espontânea e até mesmo legítima no processo de articulação e luta de um grupo. Se a banda *Putinhas Aborteiras* identifica-se com as feministas que lutam pelo direito ao aborto e ao uso livre do corpo pela mulher, é natural que venham a se chocar com outros indivíduos que adotam posição contrária, mesmo esses indivíduos sendo do mesmo sexo ou grupo social. No caso, mesmo a banda sendo composta por mulheres e dizendo-se lutar pelo direito destas, há de existir uma tensão nessa relação, pois, como foi visto, não são todas as mulheres que concordam com o tema e se sentem representadas pelo grupo. “[...] a tensão entre a identidade de grupo e identidade individual não pode ser resolvida; ela é uma consequência das formas pelas quais a diferença é utilizada para organizar a vida social” (SCOTT, 2005, p.22).

É através da diferença que as identidades são concebidas. No campo das Ciências Sociais já existem discussões que trazem essa diferenciação como algo natural do processo de construção das identidades, onde elas agiriam sempre de forma relacional. Explicando melhor: a identidade depende de algo fora dela, ou seja – de outra identidade, diferente dela, mas que forneça condições para que ela exista, pois ela existe em relação a essa outra identidade (WOODWARD, 2014). Nessa perspectiva, as identidades estariam sempre se configurando a partir de outras, em um jogo social em que homens e mulheres definem as suas individualidades, os seus gostos pessoais, estilos, crenças e atitudes. O que permite dizer que ser *nerd* é não ser *funkeiro*, ser vegetariano é não ser carnívoro, ser cristão é não ser ateu. Os indivíduos assumem essas diferenças numa relação de uns com os outros, dentro de um sistema autônomo. Logo, não existem soluções para essas diferenças serem resolvidas, só o debate e a ampla noção de justiça podem garantir que indivíduos diferentes tenham paridade participativa e direitos reconhecidos. Em suma, ter noção de que somos diferentes, mas que, enquanto indivíduos, temos direitos iguais.

5. RECONHECER QUE SOMOS DIFERENTES: UMA FORMA DE ALCANÇAR A PARIDADE

A apresentação da banda na TVE deu-se por conta da divulgação da Marcha das Vadias. As garotas se apresentariam durante a marcha e por isso foram convidadas a se apresentar na TVE, um dia antes do evento. A Marcha, enquanto movimento social, mune-se de uma representatividade de grupo para galgar os seus objetivos. Essa identidade de grupo busca, entre outras coisas, o reconhecimento perante o poder público e a sociedade de reivin-

dicações dadas como comuns a todas as mulheres. No entanto, o próprio termo “vadia” certamente encontra reprovação por parte de outras mulheres que não se sentem representadas pelo termo e muito menos pela Marcha. Ressalto que as identidades hoje não podem ser encaradas como algo fixo, pertencente apenas às ideias de classe, gênero ou etnia, por exemplo. Em outras palavras, as mulheres que por ventura se identificam com a Marcha das Vadias, não o fazem apenas pela questão do gênero, existem outros aspectos culturais que se constroem de forma subjetiva, que levam essas mulheres a se agrupar e reivindicar direitos comuns umas às outras. No entanto, o “ser mulher” aparece como forte ponto de convergência no discurso reivindicativo delas. “A questão da marcha não está nos desvios em si, mas no fato de que as mulheres seriam submetidas a constantes avaliações e reprovações por serem mulheres” (RIBEIRO, 2014, p.93). Contudo, esse “ser mulher” é o que liga e ao mesmo tempo o que separa; tanto tem unido mulheres que se identificam com a marcha, como tem trazido para si a reprovação de outras que não se identificam com ela. Lutar pelo reconhecimento das mulheres e dos seus direitos, implica em institucionalizar uma identidade de *mulher*, na qual todos os indivíduos desse sexo deveriam se conformar. Estou traçando esse horizonte de análise para poder inserir aqui a ideia de *reconhecimento e redistribuição* proposta por Nancy Fraser (2006). Para ela, esse modelo de reconhecimento de identidade é marcadamente problemático.

O modelo agrava esses riscos, ao posicionar a identidade de grupo como o objeto do reconhecimento. Enfatizando a elaboração e a manifestação de uma identidade coletiva autêntica, auto-afirmativa e auto-poiética, ele submete os membros individuais a uma pressão moral a fim de se conformarem à cultura do grupo. Muitas vezes, o resultado é a imposição de uma identidade de grupo singular e dras-

ticamente simplificada que nega a complexidade das vidas dos indivíduos, a multiplicidade de suas identidades e interseções de suas várias afiliações. (FRASER, 2007, p.106-107)

Então, a autora propõe um modelo alternativo de reconhecimento, que ela chamou de modelo de *status*. Nele, o que se exigiria como *reconhecimento* não seria a identidade de um grupo, mas a “condição dos membros do grupo como parceiros integrais na interação social” (FRASER, 2007, p.107). O que significa dizer que a justiça não se dá enquanto indivíduos se subordinam a uma identidade coletiva, como meio de buscar um “direito”, mas sim, quando eles fossem reconhecidamente partícipes de uma sociedade (FRASER, 2007), sendo assim capazes de interagir como iguais, sendo eles mesmos diferentes, e tendo direitos garantidos perante a lei. A igualdade então seria de *status* e não de identidade. “No modelo de status, então, o não reconhecimento aparece quando as instituições estruturam a interação de acordo com normas culturais que impedem a paridade de participação” (FRASER, 2007, p.108). Significa dizer que as mulheres precisam ser reconhecidas enquanto indivíduos que têm direito sobre o seus corpos e sobre as suas vidas, bem como os homens também têm poderes sobre as escolhas deles. Quando a justiça não é compreendida dessa forma, abre-se espaço para o emprego de valores sedimentados em questões culturais, que podem impedir a igualdade de participação. Assim, quando a noção de justiça não é ampla, segrega-se espaços e indivíduos, pois a igualdade é percebida pela identidade, aquilo que parece ser e não pelo que é de direito.

O aborto é um tema difícil de ser discutido no Brasil, porque, por vezes, ele entra como pauta de movimentos feministas, que buscam por via do reconhecimento de uma identidade femini-

na, a legalização da prática abortiva. Por isso, o aborto é visto como um tabu, tanto no âmbito político da questão, quanto no âmbito da justiça, do que é legal e de direito. “[...] a interação é regulada por um padrão institucionalizado de valoração cultural que constitui algumas categorias de atores sociais como normativos e outros como deficientes ou inferiores” (FRASER, 2007, p.108). Dessa forma, se o tema não fosse encarado como a pauta de um grupo – que se coloca como representante das mulheres – mas fosse visto como uma reivindicação de indivíduos, reconhecidamente parceiros integrais da vida social, os costumes culturais perderiam força, pois esses mesmos indivíduos não seriam encarados como diferentes. Se assim fosse, a *Putinhas Aborteiras* não teria causado tanta comoção nas mídias sociais.

Do ponto de vista sociológico, a ação social é sempre carregada de significados, sendo interpretativa tanto para os que a realizam, quanto para aqueles que a observam. Existem sistemas de significados passíveis de interpretação, são eles que dão sentido às ações dos indivíduos, permitindo interpretar as ações alheias, bem como as nossas. Esse conjunto de significados é, para a sociologia, a cultura de determinados indivíduos. “Contribuem para assegurar que toda ação social é ‘cultural’, que todas as práticas sociais expressam ou comunicam um significado e, neste sentido, são práticas de significação” (HALL, 1997, p.01). Então, a prática do aborto entra nesse mesmo esquema interpretativo de ações, no qual todos os indivíduos estão inseridos e fazem parte, interpretando uns aos outros, de acordo com a capacidade cognitiva de cada um. A ação de abortar um bebê que vem numa hora indesejada, sob as diversas circunstâncias da existência humana, é visto por cada indivíduo de maneira distinta, pois essa ação passa pelo crivo da interpretação cultural de cada um. No modelo de *status* proposto

por Fraser (2007), a paridade passa a ser por participação e não por identidade. As reivindicações dentro desse modelo seriam para promover a integração dos indivíduos, objetivando “[...] desinstitucionalizar padrões de valoração cultural que impedem a paridade de participação e substituí-los por padrões que a promovam” (FRASER, 2007, p.109). Logo, a reivindicação do aborto deveria entrar na lógica do status de paridade, com ampla noção de justiça, evitando assim as noções culturais que rondam o tema. No entanto, em torno dessa discussão existem questões religiosas e morais que tendem a criminalizar a ação. O fator cultural tem preponderância sobre o debate e leva até mesmo a não-discussão das implicações que isso acarreta. Logo, pode-se afirmar que o enfrentamento desse problema interessa ao país e não apenas a um grupo de indivíduos, ou seja, não apenas às mulheres. Não deveria caber ao Estado ou à religião decidir se o aborto é crime ou não, se ele pode ser feito ou não. Tal atitude infere valoração por parte de instituições sobre a prática de indivíduos e quando o indivíduo é encarado de forma integral, esse tipo de noção não reverbera.

Contudo, se a cultura tem prevalecido sob a questão da legalização do aborto no Brasil - dificultando o debate e, de certa forma, marginalizando mulheres e movimentos sociais que reivindicam esse direito – a prática ilegal do aborto tem acontecido em muitos ambientes inadequados, colocando em risco a saúde de mulheres que se submetem a realizar o procedimento, sem o devido apoio necessário de uma equipe médica especializada. Existe a proibição legal, mas ela não é barreira para que indivíduos procurem clínicas clandestinas e se aventurem numa prática que deveria estar sendo debatida à luz dos fatos e da necessidade das pessoas. “E as sequelas decorrentes destes procedimentos representam hoje a quinta maior causa de mortalidade materna no país” (SARMEN-

TO, 2007, p.03). Projetos de lei não avançam na Assembleia Legislativa, onde o debate também não acontece, pois o Brasil tem uma bancada religiosa que dificulta o diálogo de certos temas, dogmatizados por igrejas e religiões, aprofundando o caráter cultural do tabu, no que diz respeito à legalização do aborto.

Mas, o que precisa ficar claro é que a impossibilidade do diálogo aberto, para que a lei seja revista, tem empurrado mulheres brasileiras para a clandestinidade, uma vez que a proibição legal não evita o aborto, apenas criminaliza a prática e tem matado mulheres. “[...] a legislação em vigor não ‘salva’ a vida potencial de fetos e embriões, mas antes retira a vida e compromete a saúde de muitas mulheres” (SARMENTO, 2007, p.4). Se o diálogo não existe, não há espaço para a racionalidade e para a abertura e discussão democrática. Se racional fosse a decisão de não legalizar o aborto, mulheres não estariam morrendo por se submeterem a procedimentos clandestinos. Se racional fosse, saberíamos que nos países onde o aborto é legal não existem altos índices de morte do nascituro¹¹, o que permite supor que no Brasil não seria diferente. Ou seja, legalizar o aborto no país não significa que haverá um alto índice da prática pelas mulheres, uma vez que as que decidem fazer se submetem à ilegalidade, mesmo com a criminalização. O que deveria ser discutido então é a saúde e a segurança da mulher.

Por outro lado, deve-se ressaltar que, nos países que legalizaram a interrupção voluntária de gravidez, não se constatou qualquer aumento significativo no número de abortos realizados, e não há razões para supor que no Brasil seria diferente. Portanto, os efeitos dissuasórios da legislação repressiva são

11 Termo dado ao feto, muito usado no ambiente jurídico, onde se debate a legalidade dos direitos de um ser humano que ainda não nasceu, mas está sendo fecundado dentro do ventre de uma mulher.

mínimos: quase nenhuma mulher deixa de praticar o aborto voluntário em razão da proibição legal. [...] Daí se pode concluir que, do ponto de vista prático, a criminalização do aborto tem produzido como principal consequência, ao longo dos anos, a exposição da saúde e da vida das mulheres brasileiras em idade fértil, sobretudo as mais pobres, a riscos gravíssimos, que poderiam ser perfeitamente evitados através da adoção de política pública mais racional. (SARMENTO, 2007, p.04)

Nesse sentido, a cristalização do tabu reforçado pela cultura e a radical decisão de não se aceitar pelo menos discutir o tema, tem dificultado a transcendência de certas questões envolvidas na legalização do aborto no Brasil. E nessa perspectiva, com o modelo de *status* proposto por Fraser (2007), percebe-se que a identidade de grupo - o “ser mulher” - também não tem ajudado as brasileiras que participam das marchas e que fazem das suas vidas bandeiras de luta e reconhecimento dentro da causa feminista. A moral e a ética perpassam sobre a legalização do aborto. Fraser (2007) mostra que o modelo de *status* criado por ela, permite que o reconhecimento pela igualdade de participação seja concebido pela questão moral da justiça. Ou seja, é correto que indivíduos sejam reconhecidos como partícipes da vida social. A ética, ao contrário da moral, entende que indivíduos devem ter acesso aos mesmos direitos, por uma questão de “boa vida”, porque que faz bem. Em outras palavras, é saudável para o indivíduo ter a sua integridade respeitada perante a sociedade. No entanto, o que está em jogo não é o que faz bem ao indivíduo, mas sim o que é correto e justo.

[...] é injusto que, a alguns indivíduos e grupos, seja negada a condição de parceiros na interação social, simplesmente em virtude de padrões institucionais de valorização cultural, de cujas construções

eles não participaram em condições de igualdade, e os quais depreciam as suas características distintas, ou as características distintas que lhe são atribuídas. Deve-se dizer, então, que o não reconhecimento é errado porque constitui uma forma de subordinação institucionalizada – e, portanto, uma séria violação de justiça. (FRASER, 2007, p.112)

Uma das reivindicações da Marcha das Vadias é que a mulher tenha direito a usar as roupas que bem entender, sem que com isso seja vista pela sociedade como “vagabunda”. Que ela tenha direito, também, a interromper uma gestação indesejada, sem que com isso seja tratada como assassina e/ou criminosa pela sociedade e pela “justiça”. Mulheres vítimas de violência sexual não podem ser consideradas culpadas pela roupa que usam ou pelo horário ou lugar que frequentam. Essas são visões muito enraizadas em uma cultura patriarcal, que ainda se apropria dos direitos de um indivíduo, a ponto de se ver no direito de dizer a roupa que ele deve usar e até que horário deve estar na rua. Por isso, o modelo de *status* proposto por Fraser (2007) alinha essas questões e distribui de forma integral as possibilidades de participação de indivíduos distintos, dentro de um contexto social compartilhado. “[...] deve-se ampliar o conceito de justiça para incluir distribuição e reconhecimento como duas dimensões mutuamente irredutíveis” (FRASER, 2007, p.136). Para que essa noção de justiça seja ampliada, é necessário transcender os padrões de valoração cultural que subordina cidadãos, construindo um modelo abrangente, no qual a paridade participativa de indivíduos diferentes possa ser realizada. Paridade de participação e inserção na sociedade, para que indivíduos possam usar a roupa que quiserem, ir para onde desejarem, sem a intervenção direta de terceiros ou de instituições e sem que sejam empregados valores às suas atitudes.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como indivíduos que não têm a sua integridade garantida pela justiça e pela sociedade, podem reivindicar direitos sem que com isso sejam estereotipados pela cultura vigente ou pela política institucionalizada? Como esse grupo de indivíduos conseguirá manter a coesão de uma representatividade, que pode se configurar de maneira difusa, devido à particularidade de cada identidade individual? Como a justiça irá reconhecer o direito desses indivíduos e realizar uma ampla distribuição desses direitos, enquanto esse mesmo grupo – ora coeso, ora difuso – reafirma a identidade “estereotipada” que ele pretende combater?

A Marcha das Vadias tem na pauta a garantia de que as mulheres possam usar roupas decotadas, curtas e andar onde quiserem e a hora que bem entendem, sem que com isso sejam apontadas como vadias. A *Putinhas Aborteiras* pretende combater a cultura que proíbe a prática do aborto no Brasil, mas para isso elas se afirmam como “putinhas” e “aborteiras”, causando inquietações até mesmo entre as mulheres e feministas. “[...] os termos do protesto tanto recusam quanto aceitam as identidades de grupo sobre as quais a discriminação está baseada” (SCOTT, 2005, p.20). Não há soluções razoáveis para a questão da igualdade e do reconhecimento. É um “enigma”, como afirmou Scott (2005). No entanto, a democracia tem sido feita de contestações, lutas e também paradoxos. Não há motivos para a marcha retroceder. É preciso continuar caminhando para avançar. “[...] paradoxos do tipo que descrevi são o próprio material a partir dos quais políticas são construídas e a história é feita” (SCOTT, 2005, p.29). O próprio processo democrático é que faz surgir as contestações e com isso as diferenças, pois as pessoas veem na política a possibilidade de reivindicar os seus direitos.

É nesse caminho que Joan Scott enxerga no sistema político e na justiça, espaço para o diálogo entre os diferentes. “[...] a política é a negociação de identidades e dos termos de diferença entre elas” (SCOTT, 2005, p.29). Porém, é importante considerar o argumento de Fraser (2007) de que o modelo de identidade deve ser substituído por um modelo de *status*, no qual a paridade possa ser garantida para indivíduos que se distinguem dentro de um coletivo social, onde seja justo o reconhecimento e a distribuição dos seus direitos. Reconhecimento não para ser igual, mas para participar igualmente. Ambas autoras, Scott e Fraser, pretendem resolver a tensão existente no conflito entre a identidade e a igualdade. Ou melhor, ambas pretendem mostrar que na prática, sempre existirá conflito no encontro de indivíduos diferentes, estranhos, mas a cultura e/ou a tensão gerada não podem intervir no direito que todos devem ter para garantir a integridade da sociedade. E a justiça deve caminhar para garantir isso.

Em praticamente todas as postagens consideradas aqui e que compõem a presente análise, todas disponíveis na *internet* (vide referências), é possível ver os comentários de pessoas a respeito da apresentação e da letra da música cantada pela *Putinhas Abortadeiras*. Neste sentido, parece positivo a oportunidade que a banda trouxe de se debater tais tabus na sociedade brasileira, pois são temas que precisam ser discutidos no país: a sexualidade da mulher, a garantia de vestir-se como quer e de ter a sua integridade física e moral preservada. Evidente que são categorias que tem uma carga cultural muito forte e que por isso são estigmatizadas pela grande maioria da população. Mas, o que garante que não foi exatamente pela valoração cultural dessas palavras que as integrantes escolheram esse nome para a banda? Por isso, é importante observar que a ausência do debate só reforça o tabu e conseqüentemente os

preconceitos. Mesmo que existam divergências de opinião dentro do próprio movimento feminista, existe o debate e ele sempre será positivo para a trajetória de homens, mulheres e para a política, feita por indivíduos e por grupos. Muitas vezes, a história e o sistema político são feitos de paradoxos e é no confronto de ideias e identidades que se constroem políticas públicas que irão garantir a cidadania, no aspecto mais amplo e justo da palavra. É nessa diretriz que é possível enxergar o lado positivo da apresentação da *Putinhas Abortadeiras*, mesmo que algum indivíduo discorde dessa orientação, pois para o debate continuar, há de existir a discordância.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARRAZOU. **A polêmica das putinhas abortadeiras**. Publicado em maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://arrazou.com/a-polemica-das-putinhas-abortadeiras/>

ARRUDA, Renata. Putinhas abortadeiras e o feminismo clichê. In **Prosa Espontânea**. Publicado em 07 de maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://mardemarmore.blogspot.com.br/2014/05/putinhas-abortadeiras-e-o-feminismo-cliche.html>

AZEVEDO, Reinaldo. A boçalidade atinge o estado de arte na TVE do Rio Grande do Sul. In: **Veja, Blogs e Colunistas**. Publicado em 12 de maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://veja.abril.com.br/blog/reinaldo/geral/a-bocalidade-atinge-o-estado-de-arte-na-tve-do-rio-grande-do-sul-no-comando-o-pt-de-tarso-genro-o-poeta-de-mao-cheia/>

BOUCHATON, Thales. A polêmica sobre as “Putinhas Abortadeiras” na TVE. In: **Blog do Thales**. Publicado em 07 de maio de 2014. Acessado em 26 de agosto de 2014. <http://blogdothales.sul21.com.br/2014/05/a-polemica-sobre-as-putinhas-abortadeiras-na-tve/>

CALDAS, Cadu. **Participação da banda Putinhas Aborteiras na TVE vira debate**. Publicado em Zero Hora Notícias em 14 de maio de 2014. Acessado em 26 de agosto de 2014. <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/05/participacao-da-banda-putinhas-aborteiras-na-tve-vira-debate-4500497.html>

CASTELLS, Manuel. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.

FAVERO, Daniel. **Vereadores do PP repudiam TV por “Putinhas Aborteiras”**. In: Portal Terra, Política. Porto Alegre, 14 de maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://noticias.terra.com.br/brasil/politica/rs-vereadores-do-pp-repudiam-tv-por-putinhasaborteiras,f6e1417ec9cf5410VgnVCM10000098cceb0aRCRD.html>

FÓRUM, Portal. **Banda Putinhas Aborteiras recebe notificação do Partido Progressista**. Publicado pela Redação em 17 de maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://www.revistaforum.com.br/blog/2014/05/putinhas-aborteiras-recebem-notificacao-partido-progressista/>

FRASER, Nancy. **Reconhecimento sem ética?** In: Lua Nova. V.70, p.213-222, São Paulo, 2007. Último acesso em março de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ln/n70/a06n70.pdf>

GIRL, Acid. In Acidez Feminina. **Grupo Putinhas Aborteiras**. Publicado em 5 de maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://www.acidezfeminina.com.br/videos/grupo-putinhas-aborteiras/>

GONZATO, Marcelo. **Polêmico, grupo Putinhas Aborteiras combina música e ações de protesto**. In Zero Hora Notícias, publicado em 23 de maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://zh.clicrbs.com.br/rs/noticias/noticia/2014/05/polemico-grupo-putinhas-aborteiras-combina-musica-e-acoes-de-protesto-4508148.html>

GIDDENS, Anthony. **Modernidade e Identidade**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

HALL, Stuart. **A centralidade da cultura: notas sobre as revoluções de nosso tempo**. Educação e realidade, Porto Alegre, v. 22, n. 02, p.15-46, jul./dez. 1997.

_____. **Identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: Lamparina, 2014.

LETRAS, Terra. In Letras.mus.br. **FEMINISTA Putinhas Aborteiras**. Último acesso em março 2015. Disponível: <http://letras.mus.br/putinhas-aborteiras/feminista/>

MULHER, Lugar. In Lugar de Mulher. **Esse juízo de valores tá meio cagado, hein**. Publicado em maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://lugardemulher.com.br/esse-juizo-de-valores-ta-meio-cagado-ein/>

PUTZGRILA, Alcova. **Putinhas aborteiras by Rádio Putzgrila**. In: Mix Cloud. Publicado em 13 de maio de 2014. Último acesso em março 2015. Disponível: http://www.mixcloud.com/radioputzgrila/alcova-putzgrila-putinhas-aborteiras/?utm_source=redirect&utm_medium=shorturl&utm_campaign=cloudcast

RAHUA, Liliam. In Coitado do Brasil. **A opinião de uma mulher do qual o grupo “putinhas aborteiras” não representa**. Publicado em maio de 2014. Último acesso em março de 2015. Disponível: <http://institutohibumi.org/coitadodobrasil/2014/05/06/a-opiniao-de-uma-mulher-do-qual-o-grupo-putinhas-aborteiras-nao-representa/>

RIBEIRO, Aline. **Marcha das Vadias: discussões sobre pertencimento e sentimento de grupo**. In: **Pós Revista Brasileira de Pós-Graduação em Ciências Sociais**, v.13, n.2. Brasília: 2014

SARMENTO, Daniel. **Legalização do aborto e Constituição**. In: Nos limites da vida: aborto, clonagem humana e eutanásia sob a perspectiva dos direitos humanos. Rio de Janeiro: Lumen Juris, p. 3-51, 2007.

SARTI, Cynthia Andersen. **O feminismo brasileiro desde os anos 70: revisitando uma trajetória**. In: Estudos feministas. V.12, nº2. Florianópolis, 2004. Último acesso em março de 2016. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/ref/v12n2/23959.pdf>

SCOTT, Joan. **O enigma da igualdade**. Revista Estudos Feministas: Florianópolis, 13(1): 216, janeiro-abril/2005.

YOUTUBE. **Putinhas Aborteiras - Feminista**. Último acesso em março de 2016. Disponível: https://www.youtube.com/watch?v=pEQruB_eGcE

WOODWARD, Kathryn. In: **Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais**. Org. Tomaz Tadeu da Silva. 14. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

SOBRE HOMENS: UM CAMPO, UMA CRISE... “UM NOVO HOMEM”

Milane Costa

1. INTRODUÇÃO: ESTUDOS SOBRE HOMENS E MASCULINIDADES: A FORMAÇÃO DE UM CAMPO

Os estudos sobre homens e masculinidades surgem como desdobramento dos estudos feministas iniciados a partir da década de sessenta, este último ainda produzido na esfera da militância, mas que depois se consolidou na área acadêmica. As produções sobre masculinidades são impulsionadas pelo movimento feminista e sua crítica à disparidade social baseada na diferenciação dos sexos quando este passa, não sem alguma resistência, a pensar analiticamente a partir da categoria gênero e não mais tendo a mulher como o único objeto de análise dentro desse campo.

Pensar masculinidades nos convida a pensar também os estudos feministas, os temas da homossexualidade e homofobia, além das práticas e reprodução dessas práticas heterossexuais masculinas para a compreensão de como homens e mulheres se relacionam e como essa prática produz sentido em torno da sexualidade.

Os estudos feministas tem como primeiras manifestações massivas as lutas pelo voto e pelo acesso ao espaço público por parte das mulheres, ocorridas no século XIX. O movimento se expande na década de 70, teórica e politicamente é fortalecido além de haver diversificação de suas propostas. O movimento estava assim polarizado: um institucionalizado que conseguiu pautar na agen-

da internacional a importância da especificidade dos direitos das mulheres, com ênfase na não violência contra a mulher, exercício pleno da vida pública e relativa à saúde sexual e reprodutiva. No outro polo, o denominado “feminismo radical” propõe uma transformação total das formas de vida afetivo-sexual e política num rompimento com a política formal e pela criação de vínculos não patriarcais¹.

O feminismo teórico se aproxima das questões levantadas pelos feminismos institucionalizados e pelo feminismo “radical”. Dois modelos são apresentados, modelos esses que parecem antagônicos. O primeiro modelo retira a dominação sobre mulheres do campo da natureza (determinada biologicamente) ou do econômico (como elemento importante na sustentação do capitalismo), entendendo a dominação como tendo uma lógica própria de matriz social e, portanto, podendo ser transformada. Esse modelo diz respeito às tendências que seguem a linha da francesa Simone de Beauvoir, filósofa existencialista, de pensamento permeado pelas ideias feministas. Sua obra problematizava a independência feminina e sobre o papel da mulher na sociedade, como também as mudanças dos papéis sociais e a luta feminina. Sua obra referencial para o movimento feminista é *O Segundo Sexo (Le Deuxième*

¹ CLÍMACO, Danilo de Assis. *Tráfico de Mulheres, Negócios de Homens. Leituras Feministas e Anti-coloniais sobre os Homens, as Masculinidades e/ou o Masculino*. Florianópolis, 2009. Mestre em psicologia pela Universidade Federal de Santa Catarina, sua dissertação se debruça sobre sete paradigmas feministas como ponto de partida para os estudos sobre masculinidades com o objetivo de apresentar uma visão panorâmica dos textos escolhidos focando as singularidades que cada um traz, comparando-os quando necessário, além de oferecer uma leitura profunda das tradições feministas bem como de sua área de influência que tem por tema os homens, o masculino e as masculinidades. A ideia central proposta por Clímaco é abrir espaço dentro dos EHMM (Estudos sobre Homens, Masculinidades e o Masculino) para o paradigma do tráfico de mulheres ao confrontar o modelo das masculinidades, ao conhecer seus limites e trazer discussões pouco conhecidas e suas influências possivelmente transformativas.

Sexe), escrito no final dos anos 40, é uma análise da condição da mulher sob o olhar sexual, psicológico, histórico, social e político onde denuncia os pilares culturais da desigualdade entre os sexos, retirando do biológico natural e conferindo ao cultural as atribuições que constituem o feminino, propondo uma separação entre sexo (natureza) e gênero (cultura) ao afirmar que:

Ninguém nasce mulher: torna-se mulher. Nenhum destino biológico, psíquico, econômico define a forma que a fêmea humana assume no seio da sociedade; é o conjunto da civilização que elabora esse produto intermediário entre o macho e o castrado que qualificam o feminino (BEAUVOIR, 1990, p. 09).

O segundo modelo corresponde à tradição francesa das ciências sociais. Esse modelo diz que a compreensão de homens e mulheres só se realiza ao considerar uma referência mútua e um padrão de dominação relacionado com a ordem capitalista. Em consequência desta dominação, as mulheres tiveram seu corpo, o produto de seu trabalho e a reprodução apropriados pelos homens, permitindo com isso que se afirmem como indivíduos livres, nas mesmas condições que os homens

Os movimentos gay e lésbico na luta por visibilidade também contribuíram para a reflexão sobre as identidades sexuais. Nesse sentido, esses movimentos propõem repensar a masculinidade hegemônica: branca, heterossexual e dominante, servindo de influência para a construção do pensar masculinidades ao longo das últimas décadas, a elaboração de um conceito e incentivando com isso, a problematização da condição masculina, uma vez que esses movimentos reivindicam o predomínio do ideal de masculinidade na sociedade. O movimento feminista foi o que deu o ponto inicial nessa luta pela quebra do padrão cultural predominante.

Nesse período a recusa feminista pela participação dos homens na discussão justifica o fato de a maioria dos trabalhos sobre gênero serem realizados por mulheres pesquisadoras.

A Teoria *Queer* também deu grande contribuição para os estudos de gênero e sexualidade. Desenvolvida a partir dos anos oitenta por pesquisadores e militantes da causa gay, em especial nos Estados Unidos, a Teoria *Queer* busca resignificar o termo (que em sua tradução pode ser entendido por estranho, excêntrico ou mesmo ridículo) usado num sentido pejorativo nos insultos aos homossexuais, de modo a positivá-lo. Judith Butler, filósofa estadunidense, vista como uma das percussoras da Teoria *Queer*, em *Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade* (1990) desenvolveu a teoria de performatividade. Nessa obra, Butler afirma:

O gênero é performativo por que é resultante de um regime que regula as diferenças de gênero. Neste regime os gêneros se dividem e se hierarquizam de forma coercitiva (*Apud* COLLING, p. 01).

Isto significa dizer que a repetição de normas, na maioria das vezes feita de forma ritual, produz sujeitos resultantes dessa repetição e quem se comporta em desacordo com as normas estabelecidas está sujeito a sofrer determinadas consequências.

Butler historiciza o corpo e o sexo ao procurar o que há de ontológico nessas categorias, rompendo com a dicotomia entre sexo e gênero. Sua proposta é a da subversão da ordem e assim abrir espaço para outras formas de ser, dado o dinamismo do ser humano. Sua crítica recai sobre toda e qualquer singularidade, essencialismo do feminino e a noção de identidade². Segundo Butler:

² Sobre a superação do essencialismo feminino Butler afirma: “Se alguém ‘é’ uma mulher, isso certamente não é tudo que esse alguém é”. (BUTLER, 2008:21)

A noção binária de masculino/feminino constitui não só a estrutura exclusiva em que essa especificidade pode ser reconhecida, mas de todo modo a ‘especificidade’ do feminino é mais uma vez totalmente descontextualizada, analítica e politicamente separada da constituição de classe, raça, etnia e outros eixos de relações de poder, os quais tanto constituem a ‘identidade’ como tornam equívoca a noção singular de identidade (BUTLER, 2008, p. 21).

Nessa introdução do gênero como categoria analítica, são importantes as reflexões da historiadora estadunidense Joan Scott, apresentadas em *Gênero: uma Categoria Útil de Análise Histórica* (1990). Nessa obra, Scott propõe a eliminação do binarismo sexual, que tem o sexo biológico como determinante na construção das relações de gênero. Ao romper com essa ordem binária, Scott dá ênfase à cultura como elemento que engendra essas relações. Dessa forma, a autora irá superar a ideia de que o estudo de gênero é um estudo apenas sobre mulheres:

O termo ‘gênero’, além de um substituto para o termo mulheres, é também utilizado para sugerir qualquer informação sobre as mulheres é necessariamente informação sobre os homens, que um implica o estudo do outro (...). Além disso, o termo ‘gênero’ também é utilizado para designar as relações sociais entre os sexos. Seu uso rejeita explicitamente explicações biológicas, como aquelas que encontram um denominador comum, para as diversas formas de subordinação feminina, nos fatos de que as mulheres tem a capacidade de dar à luz e de que os homens tem uma força muscular superior. Em vez disso, o termo ‘gênero’ torna-se uma forma de indicar ‘construções culturais’ – a criação inteiramente social de ideias sobre os papéis adequados aos homens e às mulheres. Trata-se de uma forma

de se referir às origens exclusivamente sociais das identidades subjetivas de homens e de mulheres. ‘Gênero’ é, segundo esta definição, uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado. Com a proliferação de estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT, 1990, p. 75).

Nos Estados Unidos e Europa muitos estudos de masculinidades são produzidos nas áreas da psicologia, antropologia e história social (HEILBORN e CARRARA, 1998), norteados pela ideia de necessidade de se pensar as masculinidades em suas especificidades como também o ethos masculino, com intenção de seguir o mesmo percurso feito pelos estudos sobre mulheres, caracterizando-se por problematizarem a chamada “crise do masculino”, como também por abordar as várias maneiras de se falar do masculino.

Autores como Raewyn Connell³ e Michael Kimmel⁴ se destacam na contribuição de um campo autônomo nos estudos sobre masculinidades principalmente por publicarem em 2005 o *Handbook of Studies on Man and Masculinities*, com a proposta de sistematizar e desenvolver estudos nesse no campo levando em consideração a organização social dessas masculinidades, como são reproduzidas em contexto local e global; a compreensão de como os homens entendem e expressam identidades de gênero; as masculinidades enquanto produto das interações de gênero, ou seja, de homens com outros homens e de homens com mulheres além

³ Cientista social australiana, que nasceu Robert Connell e que após cirurgia para mudança de sexo, adotou o nome de Raewyn Connell. Tem trabalhos em diversas áreas: sociologia, educação, ciência política, história. Seus estudos mais reconhecidos são os estudos de gênero.

⁴ Sociólogo americano especialista em estudos de gênero, autor de vários livros sobre masculinidades dentre eles *Manhood: a Cultural History* e *A Produção Simultânea das Masculinidades Hegemônica e Subalterna* (1998).

da institucionalização das masculinidades. Entendem que, “assim como as feminilidades, a masculinidade é construída socialmente, é histórica, mutável e relacional” (Connell, 1995; Kimmel, Messner, 1995 Apud MEDRADO *et al.*, 1998).

A obra referência de Connell é “*Masculinities*”, onde aponta a existência de três tentativas de formar uma ciência da masculinidade, sendo elas a da psicanálise, a teoria dos papéis sociais e por último a das ciências sociais contemporâneas. Quanto às novas ciências sociais, Connell enfoca os trabalhos produzidos pelas áreas da antropologia, história e sociologia. No viés da história os homens são compreendidos pela mediação entre interesses de ordem econômica e sociais. Na perspectiva da antropologia, várias formas totalmente díspares são apresentadas e trabalhos como os de Margareth Mead e Gilbert Herdt se fazem importantes. Mead traz estudos sobre grupos humanos em que os homens são dóceis e suas relações são de igualdade para com as mulheres. Herdt aponta práticas de identidade sexual como determinadas pela cultura e a ela associadas.

No campo da sociologia traz estudos comparativos em perspectivas de classes e etnias apontando diferentes masculinidades de distintos grupos sociais e como um único ambiente pode reunir diferentes tipos de masculinidades.

Até então se falou dos conhecimentos produzidos academicamente e os de ordem clínica. Os de ordem política estão pensando em uma produção menos descritiva e mais interventiva a partir dos movimentos gay e feminista. Para os gays o comportamento homofóbico era proveniente de desejos homossexuais reprimidos, já as feministas tem como foco a igualdade de direitos como o sufrágio universal, reconhecimento do trabalho doméstico enquanto trabalho formal, fim da violência contra as mulheres. Essas duas perspectivas “compreendem a masculinidade hegemônica (MH)

como relacionada ao poder, organizada para dominação e resistência às mudanças”.

Conforme Connell a masculinidade só pode ser compreendida por uma estrutura maior, a gênero, não podendo sê-la pela ciência positiva. O conceito de masculinidade que elabora é: “a masculinidade é um lugar nessas relações de gênero, nas práticas através das quais os homens e as mulheres ocupam esse espaço no gênero e nos efeitos dessas práticas na experiência corporal, na pessoal e na cultura” (tradução minha – pág. 82). E mais, para Connell, gênero é: “uma das formas em que se ordena a prática social” (tradução minha – p. 82).

A partir disso, três dimensões de gênero são apontadas: a primeira é relativa às relações de poder impressas no patriarcado, ou seja, na dominação das mulheres pelos homens. A segunda diz respeito às relações de produção fixadas na existência de uma divisão de trabalho onde os homens estão no controle e acumulam a maior parte dos dividendos. A terceira e última é o que Connell chama de catexe que se refere às relações no âmbito sexual.

A proposta da autora é que a compreensão das masculinidades parta de determinados padrões, que não constitui tipologias e sim posições que estão inseridas num modelo das relações de gênero e que passam por tensões e processos de modificações.

O primeiro padrão é a masculinidade hegemônica por ela definida como sendo “a configuração da prática de gênero que incorpora a resposta aceita, em um momento específico, ao problema da legitimidade do patriarcado, o que garante (ou se considera que garante) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (tradução minha – pág. 83).

O padrão dominação se dá por meio da dominação cultural organizada pela hegemonia, o que implica na “distribuição dos

homens em posicionamentos de dominação ou subordinação” A dominação de homens gays exercida pelos heteros é o tipo mais importante de dominação nas sociedades ocidentais.

O terceiro padrão é o marginal, que perpassa a estrutura de gênero e interage com estruturas outras de ordem social (raça e classe). Num primeiro momento estes parecem ser excluídos (desempregados) ou os que se encontram em situação de subemprego.

Após estabelecer os modelos de masculinidades, Connell retorna à estrutura de gênero, enfatizando seu caráter “ontofornativo” - termo de acordo com Kosík (Apud CÍMACO, 2009) - pois é capaz de criar e transformar realidade social. A leitura que faz sobre a situação das relações de gênero é de que, embora estas relações estejam num momento de mudanças, o interesse dos homens por poder e prestígio ainda prevalecem e isso se reflete inclusive no fato de serem maioria em cargos parlamentares e ganharem o dobro do que ganham as mulheres.

Essa desigualdade implica em relações de violência que Connell divide em duas. Uma mantenedora da subordinação da mulher; a outra se refere à manutenção do poder e controle da produção entre grupos e homens.

Assim sendo, essa violência de “signo dúbio” tende à crise - termo de acordo com Habermas (Apud CÍMACO, 2009). A crise não tende a encerrar a ordem de gênero, mas estruturá-la a partir dela em processo contínuo de reconstrução. Tal estrutura só pode ser compreendida de acordo a sua tendência à crise dentro das dimensões anteriormente definidas.

No que se refere à história e a política da masculinidade, esta última aparece como defensora dos interesses dos homens. Para a autora, a modernidade configurou-se inicialmente coma a invasão das Américas, o tráfico no Atlântico e o início do capita-

lismo. Nesse contexto histórico, quatro são os eventos fundamentais para a conformação da masculinidade: O primeiro trata-se da mudança cultural descrita pelo individualismo acentuado e a heterossexualidade obrigatória como reflexos do Renascimento e que servem de sustentação para o pensamento da masculinidade como um comportamento racional legitimando culturalmente o patriarcado; O segundo deve-se a criação dos Impérios que eram formados por homens e dependiam da força deles; O terceiro é devido ao crescimento das cidades, centro do capitalismo comercial, em que o individualismo, racionalidade, acumulação de riquezas e escravidão lhe são característicos além da necessidade de definição da identidade pessoal como homem ou como mulher; e por último a constituição dos estados monárquicos centralizados, responsável por definir o caráter individual com base no gênero.

Connell faz uma crítica à interpretação essencialista da masculinidade bem como à definição positivista, normativa e semiótica indicando suas limitações. Entende masculinidade como estabelecida a partir das discussões de gênero enquanto estrutura da prática social, organizado sob a reprodução. Assim sendo, entende o gênero como uma prática social referida ao corpo, porém não reduzida a ele e a existência do gênero é dada conquanto o social não é determinado pelo biológico.

Outro trabalho importante sobre masculinidades é o de Michael Kimmel (1998) que supõe a existência de dois tipos de masculinidades: a hegemônica e a subalterna, onde o padrão hegemônico é configura-se numa oposição aos outros, entendidos como padrões desvalorizados de masculinidades. “O hegemônico e o subalterno surgiram em uma ordem social dividida em gêneros”. Kimmel está partindo do argumento de Andre Gunder Frank sobre desenvolvimento e subdesenvolvimento dos países da América

Latina, para quem o desenvolvimento de alguns países implica inexoravelmente no subdesenvolvimento de outros, como que numa dependência, com as masculinidades acontece o mesmo.

Em *A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônica e Subalterna*, Kimmel procura localizar o surgimento da “masculinidade hegemônica”⁵ nos Estados Unidos e na Europa Ocidental. Para este autor numa sociedade há múltiplas as significações do que é ser homem: “... não podemos falar de masculinidade como se fosse uma essência constante e universal, mas sim como um conjunto de significados e comportamentos fluidos e em constante mudança” (p. 106)

Outro ponto importante na obra de Kimmel é o entendimento que faz sobre masculinidades, onde a cultura é fator importante, na variação do tempo e por outras variáveis, inclusive da vida de qualquer homem individualmente. O autor entende as masculinidades também como resultantes de inter-relações de poder, isso nas relações homem-mulher, pautadas nas desigualdades de gênero e nas relações homem-homem, visíveis nas desigualdades de raça, idade e outros, sendo que por vezes, essa relação de poder é invisível aos olhos dos homens mais privilegiados pela ordem de gênero que pelos menos privilegiados. Resultante desses dois pro-

5 “O conceito de masculinidade hegemônica foi primeiro proposto em relatórios de um estudo de campo sobre desigualdade social nas escolas australianas, em uma discussão conceitual relacionada à construção das masculinidades e à experiência dos corpos dos homens; e em um debate sobre o papel dos homens na política sindical australianas.

Os estudos pioneiros foram sistematizados no artigo ‘*Towards a New Sociology of Masculinity*’, que criticou extensivamente a literatura sobre o ‘papel sexual masculino’ e propôs um modelo de masculinidades em múltiplas relações de poder. Por sua vez, o modelo foi sistematicamente integrado a uma teoria de gênero sociológica. As seis páginas resultantes em *Gender and Power* sobre ‘masculinidade hegemônica e feminilidade enfatizada’ se tornaram a fonte mais citada para o conceito de masculinidade hegemônica” (CONNELL, 2013: 242-243).

cessos, temos dois elementos fundamentais na construção social das masculinidades: o sexismo e a homofobia.

É possível observar que os conceitos de hegemonia e dominação são fortes categorias de análise dentre os estudos pioneiros sobre masculinidades. Muitos dos estudos sobre masculinidades no Brasil também trabalharam com essas categorias além de trazerem ao debate as relações de poder e suas diversas dimensões. Porém os mais significativos são aqueles que tratam de novas identidades masculinas, as múltiplas masculinidades que sugerem a emergência de um novo homem além das discussões pautadas na perspectiva da sexualidade, reprodução e saúde reprodutiva, paternidade e, mais recentemente, saúde do homem.

1. PRODUÇÃO SOBRE O MASCULINO NO BRASIL

No Brasil este campo tem início com a produção de dissertações a nível de mestrado, realizadas no sul e sudeste do país. Interessados no homem moderno, jovem ou mesmo de meia idade e as relações que mantem com a sexualidade, a reprodução, a afetividade, com as mulheres, com o trabalho e com seus corpos, na tentativa de compreender a constituição dessas subjetividades dentro desses variados campos, mas também procurando entender a relação destes com a demanda imposta socialmente a eles, dada a valoração de sua capacidade de ser provedor, de lidar com um mundo de responsabilidades exigido ao entrar na vida adulta.

Esses estudos vêm ganhando espaço e, no âmbito acadêmico, grupos de pesquisa e estudos vem realizando trabalhos no campo da sexualidade e da reprodução, seja com o propósito de ampliar o debate ou mesmo de contribuir para a formulação de políticas públicas relativas à sexualidade e à saúde reprodutiva dos

homens, retirando da mulher a responsabilidade total da reprodução, passando também para o homem, a responsabilidade frente às questões sobre saúde sexual e reprodutiva buscando com isso uma equidade entre os gêneros tendo um foco maior no tem da identidade masculina, porém estudos sobre violência e paternidade, por exemplo, vem ganhando cada vez mais espaço, seja no âmbito acadêmico ou mesmo na mídia e nos convida a pensar também os estudos feministas, os temas da homossexualidade e homofobia, além das práticas e reprodução dessas práticas heterossexuais masculinas para a compreensão de como homens e mulheres se relacionam e como essa prática produz sentido em torno da sexualidade e como aparecem socialmente.

Os estudos iniciais estavam voltados para os temas da sexualidade, deixando em segundo plano, temáticas como a da violência e da paternidade. Atualmente, os estudos sobre masculinidades tem avançado em perspectivas diversas. Dentro das produções realizadas no Brasil vale a pena mencionar o trabalho de Arilha, Ridenti e Medrado (1998) que reúne uma série de textos que abordam as variadas dimensões do masculino nas temáticas da sexualidade, reprodução e paternidade.

O trabalho de Pedro Nascimento sobre os não-provedores de Camaragibe, região da grande Recife, também é uma grande contribuição que reforça o argumento de que as masculinidades são plurais. A pesquisa é realizada entre os anos de 1997 e 1999 e apresenta conexões entre gênero e desemprego masculino observadas nessa população, onde os homens não são provedores de sua família e são dependentes financeiramente de uma mulher, geralmente da mãe ou irmã e que se identificavam além de serem identificados como sustentados por outros e que nos discursos apresentados sentiam-se à vontade nessa situação.

Alguns trabalhos trazem uma matriz feminista para análise das masculinidades, como vemos no trabalho de Jorge Lyra e Benedito Medrado (2008) no contexto da saúde pública, desenvolvidos a partir de quatro eixos, a saber: aquelas interessadas no sistema sexo/gênero, aquela que foca a dimensão relacional, aquelas traz a perspectiva de demarcações de poder e, por fim, as que rompem com a perspectiva binária dos gêneros dentro das esferas política, das organizações sociais e das instituições.

Porém os mais emergentes são aqueles que focam a crise do masculino e sugerem a construção de um “novo homem”, temas não só presentes nos espaços acadêmicos, mas também na mídia, onde aparecem mais num sentido de mostrar novos estilos de vida, indo do metrosssexual ao retrossexual como identificadores desse “novo homem”, que propriamente de apresentar um debate político sobre as novas formas de identidade masculina e sobre as interações entre os gêneros.

Autores que se debruçaram sobre o tema da crise do masculino provocam a reflexão sobre o processo de socialização do homem como ponto de partida para se pensar as masculinidades dadas suas diferentes configurações, gerando uma crise do masculino quando emergem novas formas de representação, levando a uma importante e inquietante pergunta: o que é ser homem? Esta pergunta põe em questão a ideia de um “homem de verdade”, problematizando e polarizando como um velho modelo superado na contemporaneidade por um novo modelo, ou melhor, novas formas de se representar o masculino, na conformação de novas identidades, mas será mesmo que surge um “novo homem” ou a contemporaneidade nos possibilita a ampliar a visão e enxergar a existência de masculinidades plurais como se elas sempre tivessem existido, mas que, mesmo por uma interdição e mesmo construção social, estivemos sempre condicionados a focar nesse modelo de “homem de verdade”.

A mudança nas relações de gênero está intimamente ligada às transformações ocorridas nas sociedades ao longo dos anos e, no processo de socialização dos indivíduos elementos são trazidos e incorporados a partir de referências sociais. Nesse sentido, podemos afirmar que os indivíduos são reflexo de sua época. Nesse panorama algumas questões aparecem: como pensar a mudança do comportamento masculino ao longo dos anos? Com as mudanças nas sociedades contemporâneas, que trazem o culto à liberdade em vários sentidos, como é possível ainda pensar na existência de um “homem de verdade” tão típico das sociedades patriarcais?

O modelo de sociedade próprio do patriarcado, que embora de forma mais tênue, ainda é muito presente na sociedade atual. Questionar ou subverter o papel social masculino é ainda pôr em dúvida a imagem/reputação de macho. Ora, mas o que o que o homem criado nas sociedades tradicionais traz enquanto elementos de identidade masculina que estão sendo modificados na contemporaneidade? Para tanto é preciso entender sobre o processo de socialização de um menino e a construção de seu papel social.

O homem criado na sociedade patriarcal aprendeu desde cedo a ser um “homem de verdade”. Mas o que é mesmo ser um “homem de verdade”? Sócrates Nolasco (1997) indica duas respostas para essa questão que dependem primeiramente do contexto social a que se remete para respondê-la. A primeira é quando se reflete sobre o homem das sociedades tradicionalmente patriarcais, este seria aquele viril, poderoso e de sucesso, que nada tem em comum com a mulher, pois o sistema patriarcal também tratou de criar uma representação de mulher desqualificada e inferior ao homem. Qualquer proximidade com uma característica dita feminina é o mesmo que inferiorizar ou desqualificar o homem como ser humano.

A segunda põe em cena outro aspecto importante: a crise do masculino. Hoje as representações de homem e mulher são mais tênues, não há mais uma forte separação entre o feminino e o masculino. O homem que antes se encontrava “socialmente impedido” de chorar, de ser afetivo, se vê agora numa crise, ao perceber que esse homem forte e viril pode não existir. O homem produzido pela sociedade patriarcal sai de cena para dar lugar a um novo homem que se descobre mais afetivo e, para além disso, tem um novo olhar sobre os cuidados com o corpo e a aparência, não mais referenciando isso a homossexualidade, ainda que seja esse um pensamento contra hegemônico. Os cuidados com a aparência pelo público masculino reapareceu no final do século passado como que um retorno ou mesmo uma releitura contemporânea do homem do século XVIII.

O processo de socialização de um indivíduo passa pelo aprendizado da diferenciação dos gêneros nas brincadeiras, nas roupas, nos espaços e no comportamento construindo a partir desses elementos sua subjetividade. Basta lembrarmos do azul para meninos e rosa para as meninas, carrinhos e futebol para os meninos e bonecas para as meninas, meninos devem ser fortes, das meninas espera-se fragilidade, meninos devem “pegar todas” e meninas devem se dar ao respeito. São elementos que demarcam e constroem as diferenciações e representações de gênero tão arraigadas na sociedade que passam por muitas vezes como naturalizados e inerentes ao indivíduo.

Durante esse processo o indivíduo é ensinado desde cedo que existem diferenças nas formas de se vestir, o que é próprio do feminino e o que é próprio do masculino. Ou seja, há um vestuário que se adequa ao sexo: vestidos somente para meninas, assim como laços e enfeites de cabelo. Essa tarefa cabe a mãe desempenhar, é

ela a responsável pela educação e adequação do indivíduo ao seu gênero (DUTRA, 2002)⁶.

Elisabeth Badinter apud Caldas (1997) procura mostrar que a masculinidade não é algo tão natural. “Ser homem se diz mais do imperativo do que do indicativo”, afirma ela. Segundo a autora, o homem viril demanda deveres, provas e proações, que estimulam essa virilidade que nada mais é que uma espécie de “artefato”. Analisando o processo de socialização masculino diz partir primeiro da negação, ou seja, o menino precisa primeiro convencer a si e aos outros que não é uma mulher, que não é um bebê e que não é homossexual.

Já para João Silvério Trevisan (1997)⁷, o tornar-se homem é reforçado pelo distanciamento de tudo o que é considerado feminino ao ponto de tornar essa busca algo obsessivo. E por as afirmações de virilidade estarem apoiadas em escoras externas, caso algum elemento esteja em falta pode por tudo em risco.

Alguns autores passaram a pensar essa crise da masculinidade argumentando que essa crise está no modelo hegemônico de masculinidade, sendo fundamental para provocar reflexões acerca da construção social dos gêneros no Brasil. Segundo Lisboa (Apud SOUZA, 2009, p. 133) alguns desses autores tentam explicar a crise do masculino a partir da ideia de que os homens procuram definir sua masculinidade em oposição a tudo o que é feminino, já outros apostam não se deve exatamente a isso, valendo-se do argumento de que o surgimento de um “novo homem” está estreitamente relacionado a temporalidade e, devido a mudanças geracionais, os

6 DUTRA, José Luiz. “Onde Você Comprou esta Roupa Tem pra Homem?”: a Construção Social da Masculinidade nos Mercados Alternativos de Moda. In: GOLDENBERG, Mirian et al. *Nu & Vestido: Dez Antropólogos Revelam a Cultura do Corpo Carioca*. Rio de Janeiro, 2002.

7 TREVISAN, João Silvério. “O Espetáculo do Desejo: Homossexualidade e Crise do Masculino”. In: CALDAS, D. *Homens*. São Paulo: Senac, 1997, p. 51-91.

comportamentos são mais flexíveis e cada vez mais distanciados do modelo tradicional, o que corrobora a busca pela explicação do modelo patriarcal - e nesse tocante, buscando o processo de socialização como sua base - como um modelo em oposição a esse mais flexibilizado, procurando dar um sentido temporal a essas mudanças.

A concepção de um “novo homem” (NOLASCO, 1995) é ainda pouco clara quanto ao seu significado e inicialmente discutida no Brasil por intelectuais da área da psicanálise, como é o caso de Sócrates Nolasco, psicanalista e fundador do Núcleo de Pesquisa sobre o Comportamento Masculino. Aborda a temática apontando que a crise, a fragilidade e o conflito são inerentes tanto ao masculino quanto ao feminino, fato esse que não aparecem em muitos trabalhos que compreendem essas três dimensões como essencialmente femininas.

Em Um “Homem de Verdade” (1997) Nolasco toma como ponto de partida para a sua análise a crise do masculino definindo-a como produto de uma crise nos valores morais por qual a sociedade está passando: é em um vácuo moral que a sociedade está assentada, através da exaltação dos valores materialistas, hedonistas, pela permissividade, por um relativismo desenfreado e os valores consumistas como forma de representação da liberdade contemporânea. Diante de tais valores a ideia de fracasso torna-se abominável e a noção de “homem de verdade” se assenta no processo pelo qual o menino é socializado. Ao se tornar adulto ele enfrentará a “ditadura do vencer” (NOLASCO, 1997).

A mudança no perfil dos estudiosos de gênero, segundo Goldenberg, pode ser entendida como reconhecimento da importância da realização de pesquisas nesse campo como variável explicativa da sociedade atual, se difundindo e despertando interesse para além dos muros acadêmicos estendendo-se também aos meios de comunicação de massa e um dos temas que tem chamado atenção é o da “cri-

se do masculino” ou “crise da identidade masculina”, que conforme Goldenberg numa análise do material midiático impresso sobre o tema essa crise aparece como resultado da mudança do papel social da mulher que agora é, além de dona de casa, trabalhadora, independente financeiramente, e que por muitas vezes ocupa um cargo mais elevado que o homem no trabalho. A independência feminina também se tornou explicação para a delinquência juvenil pela falta da presença cada vez mais frequente de um pai nos lares brasileiros.

Então o homem que antes era o provedor da casa, modelo de autoridade e respeito dentro da família sente-se retirado de seu lugar e pior, sem um lugar na sociedade em que a masculinidade esteja devidamente representada. Nesses artigos, os homens são colocados numa posição de vítimas, onde a mulher não é mais considerada uma companheira e sim uma concorrente. É essa sensação de ter seu lugar ocupado pelas mulheres a responsável pela “crise do masculino”.

Por outro lado, as mudanças na sociedade tem apresentado novas possibilidades de ser homem e evidentemente a independência feminina tem certa responsabilidade nesse processo em conjunto com outros fatores seja a mídia que tem levado cada vez mais essa discussão sobre o que é ser homem ou mesmo a moda ao produzir roupas, acessórios tendências que saem do tradicional “para homens de verdade”, investindo na proposta de um novo homem que surge.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

A produção sobre masculinidades é mais forte na década de noventa, porém já aparece na década de oitenta, quando as produções feministas passam a abordar as relações de gênero, discutindo as desigualdades entre homens e mulheres numa perspectiva de poder. Só após essa inserção do gênero como objeto de análise

se surge o tema das masculinidades como campo de investigação. Ao criar a categoria gênero como campo de estudo, amplia-se o leque e possibilita-se a inserção dos homens na problemática da condição feminina. Propor a categoria gênero implica romper com o binarismo masculino-feminino, criticado tanto pelo feminismo quanto pelas Teorias Queer. A grande contribuição dos primeiros trabalhos neste campo é a tentativa de desconstrução crítica dos elementos constitutivos dos papéis masculino e feminino.

No Brasil, é a partir dos anos noventa que o tema da masculinidade passa a ser produzido de forma mais sistemática. A realização do Simpósio do Homem, realizado por e para homens, em 1985 já dá indicativos da ampliação da questão masculina no país culminando na publicação de um livro intitulado *Macho-Masculino-Homem: a Sexualidade, o Machismo e a Crise da Identidade do Homem Brasileiro*. Dentre as conclusões retiradas dos debates ocorridos nesse simpósio está a de que o homem brasileiro está atravessando uma crise que se deve em outras causas, à mudança comportamental das mulheres e o questionamento feminista sobre a posição de domínio dos homens na família e na sociedade.

Com isso, estabeleceu-se a ideia de que há um “peso da masculinidade” que os homens tem de inevitavelmente carregar, o que de fato instigou a produção de várias pesquisas dentro desta perspectiva que já estavam sendo feitas em países centrais, como podemos observar em trabalhos de Kimmel e Kaufman (1995 Apud SOUZA, 2009).

Nesse panorama, este artigo se coloca como contribuição para a apresentação das várias abordagens sobre masculinidades após sua inserção nos estudos de gênero. Este campo, como podemos ver, não está limitado às relações de poder entre homens e mulheres, mas antes apresenta uma série de implicações que sur-

gem nas relações homens/homens. Quando Kimmel propõe dois grandes modelos de masculinidades: hegemônicas e subalternas, ele está problematizando as relações de poder que existem entre as diferentes formas de masculinidade e, sobretudo, que existem estas diferentes formas. Ademais, abordar o tema nas perspectivas do consumo, corpo e saúde reprodutiva, coloca em discussão a produção e reprodução dos papéis sociais. O intuito desse artigo é apontar essas produções que aparecem como contributos à discussão dos papéis de gênero nessas diferentes perspectivas.

A entrada dos estudos sobre homens no campo do gênero foi significativa visto que foram introduzidos na discussão os problemas e o preço que estes tem a pagar por historicamente estarem na posição de dominadores. É nesse bojo que o tema da masculinidade vai se ampliando.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALCÂNTARA, Sonia de. *Igualdade de Gênero: uma (Des)Construção Cotidiana*.

ARAÚJO, Lucélia Nárjera e DANTAS, Pollyana Cardoso. **A Máscara de Dissimulação Masculina: Crise do Machismo e Diluição da Fronteira entre os Gêneros**.

ARILHA, Margareth; RIDENTI, Sandra Unbehaun e MEDRADO, Benedito (orgs.). **Homens e Masculinidades: Outras Palavras** – São Paulo: ECOS; Editora 34, 1998.

BEAUVOIR, Simone. **O Segundo Sexo**. Tradução de Sérgio Milliet. – 2ª ed. – São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

BUTLER, Judith. **Problemas de Gênero: Feminismo e Subversão da Identidade**; tradução Renato Aguiar. – 2ªed. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. – (Sujeito e História)

CALDAS, Dario (Org.) **Homens**: Comportamento, Sexualidade, Mudança. São Paulo: Editora Senac, 1997.

CLÍMACO, Danilo de Assis. **Tráfico de Mulheres e Negócios de Homens**: Leituras Feministas e Anticoloniais sobre os Homens, as Masculinidades e/ou o Masculino. Florianópolis, 2009.

COLLING, Leandro. **Mais Definições em Trânsito**: Teoria *Queer*.

DUTRA, José Luiz. “Onde Você Comprou Essa Roupa Tem pra Homem?”: a Construção Social da Masculinidade nos Mercados Alternativos de Moda. In: GOLDENBERG, Mirian et al. **Nu & Vestido**: Dez Antropólogos Revelam a Cultura do Corpo Carioca. 2.ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GOLDENBERG, Mirian. **Masculinidade em Crise**: Novos Modelos de “Ser Homem”. Disponível em :<http://www.miriangoldenberg.com.br>.

HEILBORN, Maria Luiza e CARRARA, Sérgio. **Em Cena, os Homens...** Dossiê masculinidades. Periódicos UFSC. V. 6, n. 2, 1998.

KIMMEL, Michael. **A Produção Simultânea de Masculinidades Hegemônicas e Subalternas**. Porto Alegre: Horizontes Antropológicos, Ano 4, N.9, 1998.

MEDRADO, Benedito e LYRA, Jorge. Por uma Matriz Feminista de Gênero para os Estudos sobre Homens e Masculinidades. **Estudos Feministas**, Florianópolis, 2008.

NASCIMENTO, Pedro. Não-Provedores: Homens, Mulheres e Desemprego em uma “Invasão” em Camaragibe (PE). In: NASCIMENTO, Pedro e RIOS, Luís Felipe (orgs.). **Gênero, Saúde e Práticas Profissionais**. – Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

SCOTT, Joan. **Gênero**: uma Categoria Útil de Análise Histórica. In: Educação e Realidade. V. 15, n.2, jul/dez. 1990. Tradução da versão em francês. p. 71 a 99.

SOUZA, Márcio Ferreira de. As Análises de Gênero e a Formação de um Campo de Estudos sobre A(s) Masculinidade(s). **Dossiê Contribuições do Pensamento Feminista para as Ciências Sociais**, 2009.

PARTE II

MULHER E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

SINDICALISMO RURAL E A POLÍTICA DE COTAS: PRIMEIRAS IMPRESSÕES SOBRE RECONHECIMENTO DE GÊNERO E REPRESENTATIVIDADE NOS SINDICATOS DOS TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS DO POLO PETROLINA/PE

Camilla de Almeida Silva

1. INTRODUÇÃO

Este artigo é fruto de reflexões acerca das relações entre gênero e poder; questões que tem motivado discussões iniciais sobre a política de cotas e representatividade de gênero nos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) na região do Submédio São Francisco (SMSF).

Assim, a partir desta discussão busca-se refletir sobre a política de cotas nas instâncias do movimento sindical de trabalhadores e trabalhadoras rurais nas últimas décadas, destacando os paradoxos que envolvem a representatividade e a paridade de participação de gênero nesses espaços de disputas políticas.

Nesse estudo, lança-se luz aos delineamentos teóricos traçados pelas perspectivas de Nancy Fraser (2007) no dilema “redistribuição – reconhecimento”, que tem se destacado na filosofia política (e na sociologia) contemporânea a partir dos conceitos-chaves de “reconhecimento” e de “redistribuição”.

Nessa perspectiva de Fraser, as discussões relacionadas às questões de justiça e democracia têm sobressaído nas sociedades contemporâneas, tendo em vista que há uma tendência às pautas por reivindicações de reconhecimento cultural em decorrência de

reivindicações redistributivas. Esses apontamentos se justificam quando levado em consideração que os grupos sociais estão cada vez mais diferenciados, e por isso há uma tendência também que se criem pautas mais “específicas”.

Para esse estudo foi utilizada uma metodologia de análise qualitativa, privilegiando o uso da pesquisa documental, que considerou material produzido no âmbito do movimento sindical rural do polo Petrolina/PE, na região do SMSF, e de entrevistas com duas mulheres, uma liderança do movimento de mulheres desde a década de 1980, e outra integrante da diretoria sindical do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR) de Petrolina/PE.

Por fim, este artigo está fundamentado em duas partes na tentativa de desenvolver as discussões basilares deste estudo. A primeira se detém a discutir o gênero como categoria analítica ancorado nas concepções de Joan Scott (1990; 2005); a segunda parte deverá se enveredar pelas discussões de cotas e representatividade de gênero em espaços de poder, tomando as discussões de Fraser como centrais ao debate.

2. (DES)CONSTRUINDO O GÊNERO

Compreendendo que existem diversas e distintas teorias e usos do conceito “gênero”, a discussão deste estudo pretende contextualizar o gênero a partir do processo histórico das lutas feministas, no sentido de compreender as principais apropriações dos conceitos de “sexo” e “gênero” nas discussões pós 1960.

A literatura que trata sobre mulheres e as relações de gênero nas ciências sociais é rica em debates acerca da origem da opressão de gênero e da subordinação social das mulheres. Por meio de um

resgate histórico, percebe-se que a elaboração do conceito de gênero emergiu nos anos 1960-1970 influenciado por antropólogos e sociólogos com base nas manifestações, principalmente, do movimento feminista (SOUZA-LOBO, 1992).

Inicialmente era necessário dar visibilidade à construção histórica e cultural do gênero, enquanto sexo social, em detrimento de um naturalismo que enquadrava as representações da mulher a posições inferiorizadas orientadas por questões biológicas (CITELLI, 2001).

Nesse sentido, a “desnaturalização” da hierarquia baseada nas diferenças de sexo tem sido um dos eixos centrais dos estudos de gênero. Assim, estabelecer uma distinção, tomando a relação que opõe o natural e o biológico e o social e o cultural, tem sido um recurso bastante utilizado nos estudos de gênero no sentido de dar destaque aos essencialismos, que há muito tempo vem sustentando os argumentos biológicos para desqualificar as mulheres, corporal, intelectual e moralmente (CITELLI, 2001).

Para Linda Nicholson (2000), embora o gênero tenha um significado claro e bastante conhecido entre pesquisadores e pesquisadoras, possui duas configurações distintas e de certa maneira, também contraditórias. De um lado, compreende as categorias “sexo” e “gênero” no sentido de contrapor aquilo que é socialmente construído (gênero) ao que é dado biologicamente (sexo). Por outro lado, a autora salienta ainda que o “gênero” tem sido cada vez mais usado como referência a qualquer construção social que distinga o feminino e o masculino, incluindo as construções que separam os corpos femininos dos corpos masculinos (NICHOLSON, 2000, p.09).

O uso dessa segunda adequação do gênero apareceu quando se percebeu que a sociedade molda não só a personalidade e o comportamento, mas também as maneiras como o corpo é visto. Entretanto, Nicholson (2000) parte da indagação de que “se o

próprio corpo é sempre visto através de uma interpretação social, então o ‘sexo’ não pode ser independente do ‘gênero’”. Com isso, “o conceito do ‘sexo’ deve ser algo que possa ser subsumido pelo gênero” (NICHOLSON, 2000, p.09).

Por mais que esse segundo conceito de gênero tenha predominado nos discursos feministas, há uma ressalva de que a herança da oposição entre o sexo e o gênero tenha sobrevivido entre elas, e é sobre esta herança que a autora constrói sua argumentação.

No final dos anos 1960, com o surgimento da chamada segunda fase do feminismo, perpetuava-se a ideia de que a distinção entre o masculino e o feminino, na maioria de seus aspectos essenciais era causada por fatores biológicos, e expressos por eles (NICHOLSON, 2000).

Essa noção se refletia no fato de que a palavra mais comumente usada para descrever essa distinção, “sexo”, tinha fortes associações biológicas. As feministas do início dessa segunda fase viram corretamente essa noção como base conceitual do “sexismo” em geral. Por causa dessa assunção implícita no sentido de fincar na biologia as raízes das diferenças entre mulheres e homens, o conceito de “sexo” colaborou com a imutabilidade dessas diferenças e com a desesperança de certas tentativas de mudança (NICHOLSON, 2000, p.10).

Nesse sentido, o “sexo”, em virtude das fortes relações com o fator biológico, era propenso a colaborações com a ideia da imutabilidade das diferenças e com a desesperança de mudanças, que derrubava por terra as aspirações de transformação social feminista. Assim, as feministas nos anos 1960 valeram-se da ideia da construção social do caráter humano para minar o poder do conceito “sexo”, largamente amparado na imutabilidade biológica do sexo feminino (NICHOLSON, 2000).

Já entre as feministas do final dos anos 1960 e início dos anos 1970, era aceita a premissa da existência de fenômenos biológicos e reais a diferenciar mulheres de homens, usados de maneira similar em todas as sociedades para gerar uma distinção entre o masculino e o feminino. O conceito de “gênero” passou a ser inserido num sentido adicional ao de “sexo”, e não em sua substituição (NICHOLSON, 2000, p.11).

Na década de 1970 muitos estudos lidaram com o sistema Sexo-Gênero¹, entendendo o sexo como a representação da anatomia e fisiologia, ao passo que gênero representaria as forças sociais, políticas e institucionais, responsáveis por moldar comportamentos e constelações simbólicas sobre o que vem a ser o feminino e o masculino. Desse modo “eram questionados os significados culturais e psicológicos das diferenças e não o domínio do sexo físico” (CITELI, 2001).

A construção do conceito “gênero” nos anos 1970, a partir do movimento feminista, demonstra também que as reivindicações atestavam a que ponto a exploração era fundamentalmente insuficiente para mostrar a opressão sofrida pela mulher quanto às relações entre os sexos na sociedade (HIRATA; KERGOAT, 1994).

As pesquisas desse período tiveram um papel fundamental na conceitualização de uma série de noções, a começar pela de classe social, sendo preciso de acordo com Hirata e Kergoat (1994, p.05), “primeiro tornar visível a construção histórica e cultural do gênero contra o naturalismo e o fatalismo que impregnam a representação da mulher como inferior e subordinada por razões de ordem biológica”.

As contribuições teóricas de Joan Scott (1990) sobre o gênero, enquanto uma categoria de análise histórica teve um papel fundamental nestas discussões. Sua contribuição teórica se tor-

¹ Um estudo de referência sobre o sistema sexo-gênero é “O Tráfico de mulheres”, de Gayle Rubin, publicado em 1975.

nou um clássico para os estudos de gênero, inclusive no Brasil. Scott (1990) trata de analisar minuciosamente as abordagens descritivas e teóricas realizadas por historiadores e historiadoras mostrando como o “gênero” foi construído a partir destas distintas pesquisas, enfatizando suas contribuições, mas também os limites destas abordagens.

Em relação às abordagens descritivas, a pesquisadora demonstra uma nova adequação do gênero como uma temática utilizada então para substituir a categoria “mulheres”. Desta forma, os estudos de “gênero” seriam assimilados pela academia com uma visão mais “neutra”, já que aparecia dissociado da militância feminista (SCOTT, 1990, p.03).

O gênero que também foi usado para designar as relações entre os sexos, nesta abordagem descritiva, apareceu como um novo tema, um novo domínio de pesquisas históricas. Entretanto, sua análise não foi suficiente para questionar e promover mudanças dos paradigmas existentes.

Nas análises do gênero a partir das perspectivas de historiadores e historiadoras, a autora atenta que as preocupações teóricas relativas ao gênero como categoria analítica só aparecem no final do século XX. Mesmo que pesquisadores e pesquisadoras tenham construído suas teorias com base na “oposição entre masculino e feminino”, ou sobre “o reconhecimento de questões femininas”, ou ainda sobre “a formação de uma identidade sexual subjetiva”, o gênero ainda não tinha aparecido “como o meio de falar de sistemas de relações sociais ou entre os sexos” (SCOTT, 1990, p.19). Assim, as limitações reveladas pela autora tratam da dificuldade desses pesquisadores em sair de seus quadros de análise.

Os estudos de Joan Scott (1990) assimilam as relações entre homens e mulheres através do conceito de gênero articulado às

diferenças percebidas entre os sexos e às relações de poder que as permeiam. Sendo assim, tende a observar como o gênero funciona nas relações sociais e como dá sentido à organização e à percepção do conhecimento histórico.

Sendo assim, o conceito de gênero adotado nesta análise tem como fundamentação teórica a perspectiva de Joan Scott (1990, p.21), sendo entendido, portanto, a partir de “duas partes e várias subpartes, que estão ligadas entre si, mas que deveriam ser analiticamente distintas”. Portanto:

O núcleo essencial da definição baseia-se na conexão integral entre duas proposições: o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais baseados nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder (SCOTT, 1990, p.21).

Nesse sentido, o gênero como uma categoria analítica, cultural e política, também expressa relações de poder, o que possibilita sua utilização em diversos sistemas de gênero e na relação destes sistemas com outras categorias, levando-se em conta ainda as possibilidades de mudança.

3. ALGUMAS OBSERVAÇÕES SOBRE “IGUALDADE” E “RECONHECIMENTO” DE GÊNERO

Historicamente, a luta pela redução das desigualdades tem se fundamentado numa “redistribuição”, ou numa partilha justa das riquezas. Já há alguns anos, um novo tipo de demanda vem articulando a igualdade ao respeito às diferenças e minorias; e ao comba-

te às discriminações. Assim, as questões de “reconhecimento” vêm se impondo como um conceito-chave da contemporaneidade.

O dilema da igualdade se constitui numa busca por condições igualitárias que remontam algumas décadas (ou alguns séculos). Para Joan Scott (2005, p.15), “a igualdade é um princípio absoluto e uma prática historicamente ocasional, que se configura no reconhecimento da diferença e na decisão de ignorá-la ou de levá-la em consideração”.

Para a historiadora, a ideia de que todos os indivíduos poderiam ser tratados igualmente inspirou aqueles que eram excluídos do acesso a algo que eles e suas sociedades consideravam um direito, a reivindicarem a inclusão através de um desafio aos modelos que garantiam a igualdade para uns e a negavam para outros (SCOTT, 2005, p.17).

Tais ponderações nos permitem refletir sobre as considerações de Nancy Fraser (2007, p.245) acerca das lutas pelo reconhecimento (de direitos, de diferenças, de gênero, de raça, etc.), no final do século XX, no sentido de que elas tendem a pautar demandas pelo que a autora se refere como “reconhecimento das diferenças”, alimentando as lutas de grupos mobilizados por bandeiras de raça, de gênero e de sexualidade.

Para a autora, a busca pelo reconhecimento cultural de grupos minoritários não é uma questão ética, mas sim moral, que diz respeito a um desenho institucional justo. Com isso, o desenho institucional (as normas e as regras que organizam as instituições públicas), só será justo na medida em que todos os segmentos da sociedade, sejam eles de grupo majoritários ou de grupos minoritários, tenham a possibilidade de participar de maneira igualitária na formulação dessas regras. Para ela, essa seria a única maneira de combater os padrões culturais excludentes que perpassam as regras

das instituições, a partir da noção de “paridade de participação” (FRASER, 2007, p.126).

Nesta perspectiva, o gênero é colocado como categoria analítica e sujeito paradigmático do dilema “redistribuição-reconhecimento”, e que tem necessidades, portanto, tanto de questões da distribuição justa de riquezas, quanto de reconhecimento de culturas e identidades.

Assim, a categoria gênero possui dimensões político-econômicas, que estão associadas aos princípios estruturadores básicos da economia política, que por um lado estrutura a divisão fundamental entre trabalho “produtivo” e trabalho “reprodutivo”; e, por outro lado, estrutura também a divisão do trabalho na esfera do assalariamento em diversas ocupações, tanto em empresas, como no trabalho doméstico, onde as mulheres podem estar subordinadas tanto a homens quanto a mulheres.

Assim,

uma estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação, específicos do gênero, é o resultado dessa estrutura que faz do gênero uma diferenciação político-econômica dotada de certas características de classe (FRASER, 2001, p.260).

Diante dessa problemática, a “injustiça de gênero” aparece como uma espécie de injustiça de reconhecimento que exige uma emenda distributiva. Semelhante à justiça de classe, a justiça de gênero requer a transformação da economia política com a finalidade de eliminar a estruturação de gênero. Nesse sentido, Fraser (2001, p.260) justifica que “eliminar a exploração, marginalização e privação específica de gênero requer a abolição da divisão de gênero no trabalho”.

Desse modo, a solução que se apresenta para a “injustiça de gênero” perpassa pela eliminação das “especificidades” do gênero, a partir da divisão sexual do trabalho associada a uma construção autoritária das normas que privilegiam as masculinidades. Para superar o androcentrismo e o sexismo, de acordo com Fraser, são necessárias mudanças nas avaliações culturais que privilegiam as masculinidades e negam respeito igual às mulheres, ou seja, “requer a descentralização das normas androcêntricas e a reavaliação de um gênero menosprezado” (FRASER, 2001, p.260).

Nesse sentido, o gênero é colocado como “um modo ambivalente de coletividade”; assim, as questões de gênero contém uma face político-econômica que as trazem para o âmbito da redistribuição, concomitantemente a uma face cultural-valorativa que trazem estas questões para esfera do reconhecimento.

Percebe-se, portanto, uma relação mútua entre redistribuição e reconhecimento nas questões de gênero, mais especificamente das mulheres. É dessa forma que busca-se entender a questão das cotas e representatividade feminina neste artigo; como uma demanda que exige políticas de redistribuição e de reconhecimento ao mesmo tempo, sem que necessariamente, esteja enquadrada como uma política de ação afirmativa, conforme esta questão tende a ser tratada por alguns pesquisadores.

3. COTAS E REPRESENTATIVIDADE

As cotas, de acordo com Araújo (2009, p.30), têm por objetivo ampliar a representatividade numérica das mulheres em todas as instâncias de poder, e “pode-se dizer que, na maior parte dos argumentos, é a concepção descritiva que subjaz”. Ou seja, no caso de cotas por sexo em espaços de disputa de poder, esta medida busca

criar condições para o estabelecimento de uma “paridade de participação” entre homens e mulheres.

Para Grossi e Miguel (2001) esse tipo de medida, num primeiro momento, tende a ser compensatória (ou de reconhecimento, no limiar desta relação), já que possibilita mais mulheres ocuparem espaços de poder. Num segundo momento, estas medidas se tornam distributivas, pois buscam assegurar a igualdade entre homens e mulheres.

No aspecto quantitativo, as cotas podem ser consideradas uma ferramenta eficaz para o aumento da presença de mulheres em espaços de disputa majoritariamente masculinos, como os sindicatos. Contudo, a questão se coloca como paradigmática ao pensarmos a representatividade feminina em “blocos”, sem atentarmos para as “especificidades” e/ou as “diferenças” que existem entre as mulheres; ou mesmo em quais circunstâncias as mulheres são “aceitas” em determinadas disputas políticas.

A lei de cotas, aprovada em 1995, determinou a cota mínima de 20% para as mulheres, sendo ampliada um ano mais tarde para uma cota mínima de 30% e máxima de 70% para qualquer um dos sexos. Estas medidas contaram o com o apoio de boa parte da bancada masculina.

Contudo, conforme destacam Grossi e Miguel (2001) este apoio precisou ser negociado, de modo que, junto às cotas foi aprovado também um aumento no número total de candidaturas que os partidos poderiam apresentar nos pleitos eleitorais, o que evidentemente acabou resultando numa diminuição dos impactos da medida aprovada.

Para algumas pesquisadoras (GROSSI; MIGUEL, 2001), as políticas de cotas tendem a ser pensadas como políticas de ação afirmativa, e em certa medida, tais políticas que visam uma “equi-

dade” de gênero tendem a ser encaradas como se fossem reflexos das políticas que se firmavam no legislativo brasileiro.

Contudo, cabe observar que esta bandeira de lutas das mulheres está presente nos movimentos sociais e no movimento sindical a uma longa data, apresentando-se como um espaço de grandes acúmulos. Esta estratégia de cotas mínimas para as mulheres nas instâncias políticas se desenvolveu a partir dos anos 1970 em alguns países europeus, e foi se ampliando e ocupando espaço na agenda feminista a partir dos anos 1990.

No Brasil, esta estratégia iniciou-se pelo movimento sindical, em alguns sindicatos filiados à Central Única dos Trabalhadores - CUT, e partidos políticos como o Partido dos Trabalhadores e Partido Democrático Trabalhista. Assim, as políticas de cotas deram visibilidade às assimetrias de espaços políticos existentes entre homens e mulheres (MOTA, 2009).

Nesse sentido, não pensaremos a política de cotas como se ela fosse mero reflexo da institucionalização destas demandas no poder legislativo; num sentido contrário, pretendemos problematizar o quanto a adoção das cotas evidenciam os acúmulos da sociedade civil organizada, tomando o Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR) como destaque nessa análise.

4. A AÇÃO SINDICAL RURAL E A LUTA POR RECONHECIMENTO

A proposta dessa discussão é apresentar, em perspectiva histórica, a ação sindical das trabalhadoras rurais no contexto das lutas pelo reconhecimento das diferenças de gênero no movimento sindical rural nas décadas de 1980 e 1990, a partir da inserção de pautas e demandas femininas para garantir a participação destas mulheres, considerando as tensões entre igualdade e diferença, re-

conhecimento e distribuição, e as relações de cidadania e democracia na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG), tomando a CONTAG neste contexto como a instância máxima de formulação de políticas sindicais.

Nas diretorias da CONTAG a reivindicação pelo direito à ocupação de cargos nos sindicatos começou a ser timidamente atendida a partir da década de 1980, quando as mulheres conquistaram uma maior visibilidade ao construírem articulações e organização próprias, com uma ampla agenda política voltada para a superação das discriminações e desigualdades, no sentido da afirmação de sua identidade enquanto trabalhadora rural, para os direitos sociais e pleno exercício de sua cidadania, para além das relações familiares patriarcais (ABRAMOVAY; SILVA, 2000).

Até o ano de 1985, de acordo com Abramovay e Silva (2000), a resistência em aceitar a presença feminina nos sindicatos era muito grande. Esse foi o principal fator de denúncia no IV Congresso Nacional de Trabalhadores Rurais, onde foi proposta a sindicalização feminina. A sindicalização das mulheres significava enfrentar a exclusão, conquistar um espaço tradicionalmente masculino e lutar pelo reconhecimento e por direitos como trabalhadora rural.

As pesquisas de Pimenta (2013, p.07) demonstram que a participação das mulheres como delegadas no IV congresso da CONTAG pouco passou dos 2%, mas ressalta que ainda assim foi muito expressiva “ao se manifestar em relação à baixa participação sindical e à dupla discriminação como mulher e trabalhadora”. As reivindicações por igualdade salarial e a denúncia do não reconhecimento da trabalhadora rural na legislação previdenciária também foram destacadas nesse congresso.

Durante os anos 1990, a sindicalização das mulheres, passou a ser fortemente estimulada pelo movimento sindical, no en-

tanto, o estímulo não necessariamente significava o reconhecimento daquele espaço como sendo também das mulheres. Dessa forma, a sindicalização das mulheres é resultado de uma luta por reconhecimento, direitos e igualdade, a partir de reivindicações de mulheres que “já não queriam mais conviver com o poder que defendia os direitos de uma categoria ainda representada pelo ‘homem do campo’, ‘trabalhador rural’, e que reproduzia a discriminação e a exclusão das mulheres” (PIMENTA: 2013, p.08).

Em 1991, com 8% de delegadas e com a oficialização da Comissão Nacional de Mulheres, durante o V Congresso, as mulheres foram colocadas pela primeira vez na suplência das diretorias. Mesmo assim, numa disparidade de uma mulher para cada quatro homens suplentes, ou seja, as ocupações ainda eram pouco expressivas e com pouco poder de influência nas decisões (ABRAMOVAY & SILVA, 2000).

A partir de então, com o aumento significativo na participação e sindicalização das mulheres, surge à necessidade de redemocratização das relações de gênero dentro da CONTAG. Esse aumento em consequência do avanço na ação sindical reflete na criação da Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR), em 1995².

Em 1997, durante a I Plenária Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais, realizada em Brasília, a cota mínima de 30% de mulheres foi adotada em todas as instâncias de direção do Movimento Sindical dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (MSTTR), Federações e STTR, já para o VII Congresso da CONTAG (ABRAMOVAY; SILVA, 2000).

²A Comissão Nacional de Mulheres Trabalhadoras Rurais (CNMTR/CONTAG) foi criada em 1995. Disponível em: <<http://www.contag.org.br/imagens/f1390cartilha-cnmtr-contraviolencia022009.pdf>>. Acesso em: 09 de agosto de 2014.

Para Abramovay e Silva (2000), a conquista dessa cota mínima que garante a participação de pelo menos 30% de mulheres no Congresso significa a possibilidade de “definição de quem, como e em que circunstância poderia uma chapa vir ou não ganhar eleições – a questão vai além dos 30% de mulheres na chapa, significando a conquista de poder concreto por parte das mulheres” (ABRAMOVAY; SILVA, 2000, p.360).

Nesse percurso histórico, a implantação da cota de, no mínimo, 30% de mulheres nas diretorias sindicais, significou um passo importante na democratização das relações de poder no movimento sindical. Entretanto, a luta das mulheres não acaba ao conquistar as garantias de participação asseguradas pelas cotas na ocupação desses espaços, pois as cotas não necessariamente garantem poder a este agrupamento.

Mesmo assim, essa iniciativa trouxe mudanças importantes para o perfil do MSTTR, na ampliação da plataforma de lutas, introduzindo novas ações e novos temas em sua agenda política, assim como também novos desafios. A partir dessa redemocratização, houve modificações inclusive na nomenclatura dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais (STR), que passaram a ser denominados Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR).

A ampliação da política de cotas às federações, sindicatos e instâncias de deliberação, assim como a participação de 50% de mulheres em todos os espaços de formação, se tornaria obrigatória a partir da resolução do II congresso nacional extraordinário dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, em outubro de 1999 (PIMENTA, 2013).

Em 2013, durante o 11º Congresso da CONTAG, foi aprovada a paridade de participação de gênero em todas as instâncias do MSTTR. A paridade de gênero para estas mulheres significa,

para além da igualdade na representação política entre homens e mulheres nas diretorias sindicais, um reconhecimento da importância social, econômica e política das mulheres trabalhadoras rurais da base do movimento sindical, a partir de um princípio de justiça social assumindo que as mulheres têm o direito de serem representadas em condições de igualdade nos cargos de direção³.

4.1 O CASO DOS SINDICATOS DE TRABALHADORES E TRABALHADORAS RURAIS (STTR) DO POLO PETROLINA/PE

O polo Petrolina/PE está situado no oeste pernambucano, na região do Submédio São Francisco (SMSF), local que se apresenta como uma das regiões de maior dinamismo econômico do nordeste brasileiro associado à produção de frutas em grande escala para exportação, mesmo estando localizado numa área bastante seca e quente, porém com disponibilidade de água com qualidade para irrigação, proveniente do Rio São Francisco, o que possibilita que tais fatores climáticos, contraditoriamente, sejam bastante favoráveis à produção frutícola.

A região também apresenta vantagens em relação às demais regiões produtoras de frutas no País, principalmente, devido à capacidade de produção de ciclos sucessivos, possibilitando colheitas em qualquer época do ano, destaque para viticultura, que é bastante favorecida pelas vantagens climáticas e geográficas de produção em relação às outras regiões.

Com o avanço deste setor de produção, o número de trabalhadores assalariados na região sofre um aumento significativo, colocando a categoria como principal foco dos Sindicatos na luta

³ Folder sobre Paridade Participativa no movimento sindical rural da FETAEP (Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná). Disponível em: < http://www.fetaep.org.br/Mulheres/folder_paridade.pdf>. Acesso em: 11 de agosto de 2014.

pela garantia de melhores salários e condições de vida e trabalho, perceptível, sobretudo, após a aprovação dos primeiros acordos coletivos de trabalho na década de 1990.

De acordo com alguns pesquisadores em 2012,

Sessenta e cinco por cento dos trabalhadores são mulheres. Dos 31 mil trabalhadores associados ao sindicato, 20.025 são mulheres. A ampla maioria de mulheres filiadas está ligada à absorção da mão de obra feminina pela cultura da uva (SILVA, 2012 *apud* CAVALCANTI; ANDRADE; RODRIGUES, 2012, p.78).

O processo de reorganização e reestruturação dos Sindicatos de Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais nos anos 1990 desembocou na construção das convenções coletivas de trabalho da fruticultura irrigada, que desde 1994 representam um marco para o sindicalismo rural, em termos de reivindicações por direito e organização sindical, já que se firma em conjunto entre Bahia e Pernambuco⁴.

Dentre as conquistas da primeira convenção coletiva, consta a inserção de cláusulas “específicas” ao trabalho das mulheres, que são analisadas como sendo provenientes de um engajamento político que parte de uma luta por reconhecimento de demandas relacionadas ao sexo das trabalhadoras, que certamente torna-se visível nesse processo tanto pela imposição e organização destas mulheres, como também porque esse processo é fruto de uma ação coletiva que destacou mulheres no processo de organização.

⁴Hoje as convenções coletivas de trabalho se constituem como um dos principais instrumentos de luta dos trabalhadores e trabalhadoras da fruticultura, e representam as bases dos Sindicatos dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina, Santa M^a da Boa Vista e Lagoa Grande, em Pernambuco, e Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho e Curaçá, na Bahia.

Nesse sentido, os direcionamentos da CONTAG e da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Pernambuco (FETAPE) para o MSTTR, nas décadas de 1980 e 1990, foi um grande estímulo para que as mulheres começassem a disputar os espaços de poder na política e ação sindical, através das políticas de igualdade de gênero.

No polo Petrolina/PE⁵, por mais que a atuação de alguns dos sindicatos date do início da década de 1960, – como é o caso do Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais de Petrolina que foi fundado em 1963, por exemplo – de acordo com os relatos de mulheres que militavam e organizavam o movimento das mulheres trabalhadoras rurais no início da década de 1980, é enfatizado que mesmo duas décadas depois de sua data de fundação as mulheres ainda não integravam as diretorias do Sindicato Rural de Petrolina.

Aqui vale destacar dentre essas militantes, a atuação de Rita Maria Rosa da Silva (Rita Rosa) nesse processo de organização e mobilização das mulheres trabalhadoras rurais no SMSF. De acordo com Rita Rosa, a participação das mulheres só aumentou por volta do ano de 1986, atribuindo este fato à realização do “primeiro encontro de mulheres”, que aconteceu em Petrolina neste mesmo ano.

Nessa época havia uma articulação por parte das Federações (neste caso a FETAPE) demandando uma maior participação de mulheres junto à CONTAG. Tais reivindicações, como foram citadas anteriormente, pediam uma maior participação e sindicalização das mulheres, num processo que deveria desaguar na política das cotas de 30% para a participação de mulheres em todas as instâncias do movimento sindical, anos depois.

5 O Polo Petrolina (PE) agrega os STTRs de Petrolina, Afrânio, Dormentes, Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Cabrobó. No entanto, tomamos como referência nesse estudo apenas três STTRs: Lagoa Grande, Santa Maria da Boa Vista e Petrolina.

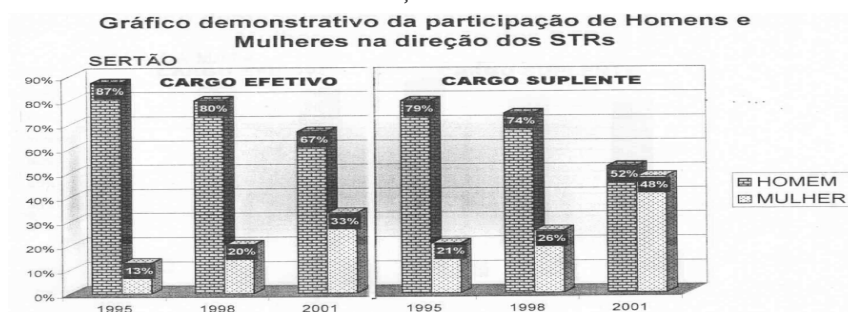
Na verdade, foi por volta de 1983, a gente começou. Mas aí a gente só veio trabalhar mesmo, o primeiro encontro de mulheres que aconteceu em Petrolina foi em 1986. Foi a partir daí que a gente começou mais a participar mais, em 1986 quando começou o trabalho com mulheres, que na verdade foi a FETAPE que levou para um congresso da CONTAG uma reivindicação para participação das mulheres [...] A reivindicação, primeiro a gente tava... Tinha muita coisa que a gente queria. Mas a maior participação das mulheres, a sindicalização, depois veio a questão da cota, que antes era mais homem também, e agora das mulheres tem 30%. E aí assim, a gente começou trabalhando, participando, até que a gente se envolveu. (Rita Rosa, Assessora da FETAPE)⁶.

Hoje, os números de mulheres ocupando cargos nas diretorias sindicais, nos discursos dos sindicalistas, apontam uma superação da garantia inicial dos 30% estabelecidos pela cota mínima. Na maioria dos sindicatos do polo Petrolina/PE, há uma garantia de participação de pelo menos 30% de mulheres, muito embora, em alguns sindicatos esses números já estejam superados. De acordo com Rita Rosa, no polo Petrolina/PE, “as direções [diretorias dos sindicatos] tem a maioria 50% de mulher na direção executiva [...] em todas as instâncias”.

O Levantamento realizado pela FETAPE sobre a participação de homens e mulheres nos STTR do sertão pernambucano demonstra um aumento considerável de mulheres compondo as diretorias tanto em cargos efetivos quanto na suplência, entre 1995 e 2001. Vale ressaltar que, de acordo com o gráfico demonstrativo, o quantitativo de mulheres na suplência é maior que o número de mulheres ocupando os cargos efetivos.

6 Entrevista realizada em Petrolina (PE), 21 de agosto de 2012.

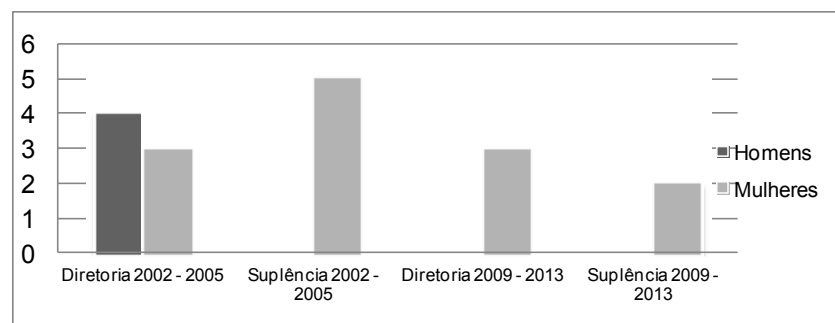
GRÁFICO 1 – GRÁFICO DEMONSTRATIVO DA PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NA DIREÇÃO DOS STRs – SERTÃO



Fonte: Levantamento sobre a participação mulher e homem na direção sindical, sem data.

Com relação à participação de homens e mulheres nas diretorias do STTR Petrolina/PE, que se destaca no polo por ser o sindicato irradiador das lutas por melhores condições de vida e trabalho, observamos nas diretorias eleitas em 2002 e 2009 os seguintes quantitativos:

GRÁFICO 2 – PARTICIPAÇÃO DE HOMENS E MULHERES NAS DIRETORIAS ELEITAS EM 2002 E 2009 (STTR PETROLINA)



Fonte: Atas de Posse das Diretorias do STTR Petrolina, 2002 e 2009.

As atas de posse das diretorias de 2002 e 2009 demonstram que ambas as diretorias executivas eram formadas por 57% ho-

mens e 43% mulheres. Percebe-se uma variação nos números de suplência; em 2002, as mulheres são maioria, sendo representadas por 71%, enquanto homens representam 29%.

Nesse período, a diretoria executiva do STTR de Petrolina/PE era formada por sete membros eleitos; o número de mulheres (três) que compõem a diretoria pode ser considerado representativo, contudo uma análise mais micro demonstra quais diretorias, substancialmente são associadas às mulheres. Não é surpresa que estas ainda estejam associadas às pastas de cuidados e organização, e não à frente das decisões políticas.

Dentre os dirigentes sindicais entrevistados, a sindicalista do STTR de Petrolina, Maria Joelma, enfatizou a importância da participação “ativa” das mulheres, deixando claro que as cotas não são suficientes para garantir que haja uma maior possibilidade de que as mulheres se expressem no sindicato, que sejam respeitadas, e principalmente, que tenham assegurada a oportunidade igualitária para alcançar estima social, a partir de suas demandas.

Primeiro, assim, que tem uma coisa que eu sou até contra: A cota. Eu já cheguei até a falar que esse negócio de cota é como se fosse uma coisa assim: vai ter que colocar, sabe? Então assim, todo sindicato tem mulher, porque tem as cotas dos 30%, mas que hoje já existem mulheres que são presidentes dos sindicatos. Petrolina e Juazeiro, as mulheres são as secretárias de assalariados. [...] Então assim, os cargos mais, que eu acho mais pesado, dentro de um sindicato é a secretaria de assalariados, e nós já temos mulheres fazendo parte, né? Como também já tem mulher presidente de sindicato. [...] Nós temos sindicatos que a gente sabe que tem mulher porque cumpre a cota dos 30%, mas que não participa. Quem se apresenta? O presidente, o tesoureiro... Mas cadê as mulheres? Tem mulher no seu

sindicato? Tem! Mas cadê? Entendeu? É justamente isso que digo, que eu gostaria que as mulheres participassem pela, digamos que, pela atitude dela, pela luta da mulher. Não por ser apenas uma cota (Maria Joelma, sindicalista STTR Petrolina)⁷.

Dessa forma, sindicalistas chegam a mencionar a garantia de que há uma igualdade de participação de gênero nas diretorias dos sindicatos. Contudo, apesar das ênfases no grande quantitativo de mulheres, garantindo uma paridade na formação das diretorias dos sindicatos, cabe analisar criticamente o entendimento sobre as cotas e a participação das mulheres nas diretorias sindicais. As cotas, muito além da obrigatoriedade de participação para inscrição de chapas para eleições, podem garantir o acesso aos locais de poder e de fala, mas não necessariamente garantem o “poder” de decisão e a voz ativa dessas mulheres.

Contudo, por mais contradições que existam sobre as cotas para sindicalização de mulheres, é importante frisar que a participação destas mulheres motiva a ocupação desses espaços, sendo também fundamental porque garante acesso aos espaços de poder, e a partir dessa garantia elas podem propor nos espaços de decisão as suas reivindicações enquanto mulheres trabalhadoras.

Percebe-se que os STTR do polo Petrolina/PE levados em consideração neste estudo buscam respeitar e garantir a participação das mulheres, demonstrando aparentemente uma aceitação de igualdade na ocupação dos cargos. Entretanto, em alguns casos como o do STTR Petrolina, por mais que tente se estabelecer uma igualdade, o cargo de maior status e empoderamento no sindicato – a presidência – ainda não foi ocupado por mulheres.

⁷ Entrevista realizada em Petrolina (PE), 2013.

5.1 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Percebe-se que a institucionalização das cotas como uma política, sobretudo, de reconhecimento (mas, não apenas de reconhecimento) das diferenças de gênero é importante no sentido de possibilitar o estabelecimento de condições igualitárias em espaços de disputas políticas entre homens e mulheres.

No movimento sindical dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, a adoção estatutária das cotas mínimas para mulheres buscou promover uma resposta direta quanto ao aumento da participação das mulheres, especialmente nas instâncias de deliberação — muito embora nos cargos de direção ainda não se verifique alterações extensivas, permanecendo a maioria ainda ocupados por homens.

Nesse sentido, retomamos a discussão a partir dos delineamentos conceituais traçados por Fraser (2007), evidenciando que os grupamentos sociais vêm pautando cada vez mais incisivamente reivindicações por reconhecimento, relacionadas às demandas comuns ao gênero, à raça, sexualidade, no sentido de reivindicar a sociedade o reconhecimento de direitos tais quais ao que se garante aos grupos hegemônicos, ou seja, com igualdade social, cultural e econômico.

Assim, o caso empírico apresentado nos possibilita refletir sobre a participação das mulheres nos espaços sindicais rurais, não apenas com relação ao seu quantitativo determinado pelas cotas, mas de forma mais efetiva, buscando compreender os acúmulos da categoria em torno de suas bandeiras e pautas inseridas numa luta mais ampla, o movimento dos trabalhadores.

Cabe observar também essa participação não apenas como um reflexo de um contexto político nacional, mas como um processo de conscientização dessas mulheres a partir das reflexões so-

bre seu espaço de vida e trabalho, onde sobressam, sobretudo, as “experiências de classe”⁸ e gênero (por que não?).

Por fim, a ação sindical das mulheres trabalhadoras rurais, mesmo que venha demonstrando avanços significativos, ainda encontra alguns empecilhos provenientes de uma estrutura conservadora e machista. Nessa perspectiva, a participação das mulheres na direção do movimento sindical se traduz num exercício cotidiano de luta por autonomia política e liberdade para propor e agir.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMOVAY, M. ; SILVA, R. As relações de gênero na Confederação Nacional de Trabalhadores Rurais (Contag). In: Maria Isabel Baltar da Rocha. (Org.). **Trabalho e Gênero: mudanças, permanências e desafios**. 1ª ed. São Paulo: Editora 34, 2000.

ARAÚJO, Clara. Gênero e acesso ao poder legislativo no Brasil: as cotas entre as instituições e a cultura. **Revista Brasileira de Ciência Política**, n. 2. Brasília, 2009.

CAVALCANTI, J. S. B.; ANDRADE, Berlano Bênis França de; RODRIGUES, Victor. Mulheres e trabalho na agricultura de exportação: questões atuais. **Revista ANTHROPOLOGICAS**, ano 16, volume 23: 2012.

CITELI, Maria Teresa. “Fazendo diferenças: teorias sobre gênero, corpo e comportamento”. **Revista Estudos feministas**, Vol. 9, no. 1, 2001.

FRASER, Nancy. Da Redistribuição ao Reconhecimento? Dilemas da justiça na era pós-socialista. In: SOUZA, Jessé. **Democracia Hoje: Novos desafios para a teoria democrática contemporânea**. Brasília: Ed. UNB, 2001.

⁸ O conceito de “experiência de classe” aqui utilizado se atribui a E. P. Thompson, que define a “experiência” como “resposta mental e emocional seja de um indivíduo ou de um grupo social a muitos acontecimentos inter-relacionados ou a muitas repetições do mesmo tipo de acontecimento”.

_____. Reconhecimento sem ética? In: SOUZA, Jessé de & MATTOS, Patrícia (Orgs.). **Teoria Crítica no Século XXI**. São Paulo: AnnaBlume, 2007 (Crítica Contemporânea).

GROSSI, Miriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: As mulheres na política. **Revista Estudos Feministas**, ano 9. Florianópolis, 2001.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. A classe operária tem dois sexos. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis/SC. Ano 2. N. 01. 1994.

MIGUEL, Luís Felipe. Política de Interesses, Política do Desvelo: Representação e “Singularidade Feminina”. **Revista Estudos Feministas**, ano 9. Florianópolis, 2001.

MOTA, Maria Dolores de B. **Mulheres no Sindicalismo Rural**. ANPUH – XXV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA – Fortaleza, 2009.

NICHOLSON, Linda. “Interpretando gênero”. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis/SC. V. 8 Nº. 2, 2000. p.11-12.

PIMENTA, Sara D. Cardoso. **Participação, poder e democracia: mulheres trabalhadoras no sindicalismo rural**. Caderno de Trabalho, n. 1, Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina – netsal (IESP/UERJ). Rio de Janeiro, 2013.

SCOTT, Joan W. “Gênero: uma categoria útil para análise histórica”. **Educação e Realidade**, Porto Alegre/RS. V. 16, n. 2. 1990.

_____. O enigma da igualdade. **Revista Estudos Feministas**. Florianópolis/SC, 2005.

SOUZA LOBO, Elisabeth. “O trabalho como Linguagem: o Gênero do Trabalho”. In: COSTA, Albertina de Oliveira e BRUSCHINI, Cristina (Orgs.). **Uma Questão de gênero**. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos; São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 1992.

RAÇA, GÊNERO E ESPAÇO: UMA REFLEXÃO SOBRE LIDERANÇAS NEGRAS FEMININAS

Melânia Nóbrega Pereira de Farias

1. INTRODUÇÃO

Para iniciar a discussão acerca da representação e do papel social da mulher negra no Brasil, é importante salientar que não se pretende aqui tomar a mulher negra como uma categoria universal, mas situá-la nas relações sociais. Para iniciar tal reflexão, é necessário atentar para as contribuições de Gilberto Freyre, autor que analisou a esfera familiar e doméstica, levando em consideração a sexualidade e a intimidade da sociedade patriarcal brasileira. Nesse período, a opressão feminina e escravista era naturalizada, pois no patriarcalismo prevalecia a sujeição da mulher perante o homem, assim como a do escravo perante o senhor.

A partir da obra de Freyre é possível afirmar que a mulher negra atuou como peça fundamental na vida privada da sociedade patriarcal. O autor mostra em *Casa-Grande e Senzala* que todo brasileiro traz a marca da influência negra.

Ainda de acordo com Freyre, a miscigenação praticada no Brasil corrigiu a distância social entre a casa grande e a senzala. Pois a mulher negra sexualizada teria um papel mediador nas relações de reciprocidade *racial-sexual-afetiva* entre brancos e negros. Outros autores criticam essa posição de Freyre, que anula o papel ativo que a mulher negra teve nas lutas de resistência contra a dominação escravocrata e patriarcal.

Na sociedade escravocrata o sexo aparece como elemento mediador entre o senhor e a escrava. Gilberto Freyre afirma que é nesse ambiente degradante, extremamente sexualizado, que se inicia a miscigenação no Brasil (FREYRE, 2006). Entretanto, não foi uma suposta igualdade entre os elementos raciais que permitiu a miscigenação, mas justamente a desigualdade entre eles. Em outras palavras, a desigualdade entre brancos e negros serviu de base para a mestiçagem. Esta, por sua vez, representa a consequência da inferiorização social do negro e está intrinsecamente ligada e subordinada às determinações do preconceito racial.

Esse sujeito do discurso é masculino, fala sobre a mulher e seus anseios, e descreve suas características e sentimentos, tornando-se seu porta-voz. A mulher negra é definida, classificada e coisificada por um sistema ideológico que a infantiliza, ou seja, ela não tem fala própria, não é sujeito do discurso, e sim objeto de análise e de poder. Nesse processo discursivo, encontra-se um agravante. Como já foi dito, trata-se de uma mulher que é também negra e escrava. Sendo assim, haveria uma dupla subordinação.

Apesar das mulheres negras terem sido estigmatizadas, adquirindo um papel social subalterno, que anula e ignora suas vontades e necessidades, é possível constatar hoje mudanças ocupacionais e educacionais. As mulheres negras aumentaram três vezes mais, em comparação com as brancas, o ingresso no nível superior, no período entre 1960 e 1980. Com efeito, o presente estudo analisa a inserção de algumas mulheres nas universidades e enfatiza as formas associativas e organizativas das mulheres negras. Portanto, não podemos cair na armadilha que tende a colocar e/ou trabalhar com a categoria mulher negra universal. Noutras palavras, é importante que as mulheres negras não sejam pensadas como uma coletividade homogênea. Dito isto, é imprescindível levar em conta

os contextos, as especificidades, e as inserções particulares para não prejudicar a análise sociológica.

Assim, o presente artigo propõe um estudo sobre as mulheres negras que romperam com o papel social submisso imposto pela sociedade machista e racista e que conseguiram ocupar um lugar social distinto em relação à maioria delas. Mulheres negras que se organizaram e tornaram-se intelectuais/ativistas e porta-vozes de seus discursos e de suas ações na luta contra o racismo e o sexismo no Brasil. Ressaltamos, ainda, a necessidade de se construir um novo olhar sobre a mulher negra, vinculado à superação da inferioridade e da subalternidade, da falta de poder. É ainda importante que outros estudos se debrucem sobre esta temática, enriquecendo e ampliando esse campo de conhecimento.

Dentre os pressupostos do trabalho é necessário evidenciar que considero que as relações raciais têm uma nítida dimensão espacial, assim como as relações de gênero são construídas em âmbitos espaciais sobremaneira definidos. Dizendo de outra maneira, os espaços privados e públicos são vividos diferencial e desigualmente por homens e mulheres, qualificando uns de masculinos e outros de femininos, e por negros e brancos. Na sociedade brasileira algumas dessas distinções não são exclusivas, o que não quer dizer que não existam.

Proponho, portanto, a intercessão “controlada” dessas três variáveis - gênero, raça e espaço - que têm conceituações e derivações historicamente diversas no pensamento científico. A partir desse ponto de vista observa-se que há espaços aos quais estamos habituados (as) e outros que nos parecem estranhos, sobre os quais nos dizem que não é nosso lugar ou nos quais nem sonhamos em adentrar. Em decorrência, é possível indagar: Como se configura para a mulher negra a relação com o espaço? Onde ela é vista habitualmente? Onde ela não é vista?

Sendo assim, o material empírico que iremos analisar são depoimentos contidos na obra “Lideranças Negras”, da autora Marcia Contins e publicada pela editora Aeroplano, do Rio de Janeiro, em 2005. A referida obra compila depoimentos de lideranças tanto femininas quanto masculinas da cidade do Rio de Janeiro de uma pesquisa sobre raça e gênero no Brasil realizada entre 1994 e 1998, pois neste período ainda repercutiam as comemorações dos cem anos da Abolição em 1888. Desse modo, o projeto de pesquisa objetivava ter como informantes indivíduos considerados promotores de parte significativa daqueles eventos, assim, foram ouvidos lideranças masculinas e femininas dos movimentos negros no Rio de Janeiro.

Desta feita, registre-se que a obra é composta por vinte e três depoimentos: onze de lideranças masculinas e doze de lideranças femininas. Portanto, a análise irá focalizar os depoimentos das lideranças femininas, levando em consideração que, mediante um olhar reflexivo sobre sua experiência como militantes, estas mulheres negras oferecem uma espécie de balanço de sua biografia e das formas de militância que experimentaram. Sendo assim, os depoimentos não mostram apenas um conjunto de dados históricos e biográficos, mas na verdade documentam um determinado ponto de vista sobre uma época da militância negra no Brasil, além disso, essas narrativas desempenham um papel fundamental nos processos de construção de imagens da experiência de ser negro no Brasil em uma determinada época.

2. RAÇA, GÊNERO, ESPAÇO E SUBALTERNIZAÇÃO NA SOCIEDADE BRASILEIRA

Sem almejarmos fazer uma longa narrativa desta noção, declaramos que optamos pelo viés que desnaturaliza a raça e a define

como “um conceito que denota tão somente uma forma de classificação social, baseada numa atitude negativa frente a certos grupos sociais, e informada por uma noção específica de natureza, como algo endodeterminado” (GUIMARÃES, 1999, p.9). Raça, em contextos que não cabe apresentar aqui, pode ser vinculada ao conceito de etnia. Porém, é na interseção com a noção de gênero que o par raça/etnia nos interessa diretamente.

Um artigo profícuo de Verena Stolcke (1991) explora essa correlação. A raça enquanto estatuto biológico foi negada, no entanto, a noção de etnia retira a raça do campo biologizante, mas não a faz desaparecer. Por outro lado, a noção de gênero transcende o “reducionismo biológico” contido na ideia de sexo, mas esta igualmente não se desfaz no que tange às diferenças entre homens e mulheres:

Quando usados como indicadores dos limites de grupo, as características raciais, não menos que as étnicas, são formações simbólicas. Já entre os seres humanos, que constituem uma espécie bissexual, as diferenças biológicas existem de fato. (STOLCKE, 1991, p. 110)

Desnaturalizadas, as noções de raça e sexo não podem ser simplesmente substituídas por etnia e gênero, mas mantêm correlações, sobretudo em sociedades de classes. Segundo a autora:

Assim, quero propor que, ao menos na sociedade de classes, essa homologia de fato se sustenta. De forma correlata, que procurarei explicar, as diferenças de sexo, não menos que as de raça, foram e continuam a ser ideologicamente identificadas como fatos biológicos socialmente significativos na sociedade de classes e são construídas e legitimadas por se basearem nos supostos fatos biológicos das

diferenças de raça e de sexo. A característica decisiva da sociedade de classes a esse respeito é uma tendência geral a naturalizar a desigualdade social. (STOLCKE, 1991, p.110)

Sem ser necessário recorrer a muitas fontes é possível agregar às noções de raça e gênero, a noção de espaço, visto como a dimensão espacial das relações sociais, não somente como suporte – espaço físico – e sim, como construção social (SANTOS, 1979), que porta elementos simbólicos e que pode ser derivada em outras noções a exemplo de paisagem, região ou território.

Na sociedade brasileira, de passado escravista, a correlação entre gênero e raça provocou o que Sueli Carneiro (2003) denomina de subalternização do gênero segundo a raça:

As imagens de gênero que se estabelecem a partir do trabalho enrudecador, da degradação da sexualidade e da marginalização social, irão reproduzir até os dias de hoje a desvalorização social, estética e cultural das mulheres negras e a supervalorização no imaginário social das mulheres brancas, bem como a desvalorização dos homens negros em relação aos homens brancos. Isso resulta na concepção de mulheres e homens negros enquanto gêneros subalternizados, onde nem a marca biológica feminina é capaz de promover a mulher negra à condição plena de mulher e tampouco a condição biológica masculina se mostra suficiente para alçar os homens negros à plena condição masculina, tal como instituída pela cultura hegemônica (CARNEIRO, 2003, p. 09).

Neste sentido, entendemos que, no Brasil, essa subalternização do gênero implica na seguinte hierarquia: em primeiro lugar situa-se o homem branco; em segundo, a mulher branca; em terceiro, o homem negro; e, por último, a mulher negra (HASENBALG, 2005).

Desse modo, esta subalternização do gênero acima referida pode ser entendida como uma construção social que envolve relações de poder marcantes e nos remetem ao conceito de gênero proposto por Joan Scott (1990), uma vez que segundo esta, o conceito de gênero, como categoria de análise, discute as diferenças entre homens e mulheres como construídas socialmente, a atribuição dos papéis sociais, possibilitando o entendimento das relações de poder entre homens e mulheres (SCOTT, 1990), articulando a outras categorias como raça e classe, para assim, compreendermos, como é o caso deste ensaio, as relações sociais/raciais nas quais estão inseridas as mulheres negras brasileiras.

3. FEMINISMO NEGRO E O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS NO BRASIL

No fim da década de 1970, inicia-se, através de feministas negras estadunidenses, a elaboração de novas perspectivas feministas, introduzindo a questão da diferença na teoria feminista. Pois, o feminismo, que ressurgiu na década de 1970, afirmava uma identidade feminina homogênea, assim, não se conseguia identificar e visibilizar demandas específicas de mulheres que sofriam com a intersecção de diversas condições como, gênero, raça, classe, etnia, orientação sexual.

Segundo Bairros (1995), tratando das mudanças nos conceitos fundamentais feministas, destaca a teoria do *ponto de vista feminista*, “segundo essa teoria, a experiência da opressão sexista é dada pela posição que ocupamos numa matriz de dominação onde raça, gênero e classe social interceptam-se em diferentes pontos.” (BAIRROS, 1995, p. 461). Desta forma, a teoria do *ponto de vista feminista* abriu os olhos para as múltiplas experiências

e identidades das mulheres, sendo assim, o feminismo tradicional, que colocava a opressão de gênero como que o fator opressor prioritário para as mulheres, não estava conseguindo abarcar as diferenças entre estas.

Neste sentido, surgiu o Feminismo Negro, nos Estados Unidos, Canadá e Europa, na década de 1970, como uma das expressões da teoria do ponto de vista. Porém, repercutiu tardiamente no Brasil, feministas negras, como Lélia Gonzalez, começaram, em fins da década de 1970, a discutir sobre a mulher negra, questões referentes ao mercado de trabalho, a educação, a saúde (BAIRROS, 1995).

Assim, com a formulação do Feminismo Negro, organizou-se, na década de 1980, o Movimento de Mulheres Negras no Brasil, por mulheres negras que já estavam inseridas em organizações de movimentos sociais, principalmente, do Movimento Negro e do Movimento Feminista.

De tal forma, como suas demandas não estavam sendo atendidas, e foram colocadas como secundárias, dentro dos movimentos nos quais essas mulheres negras estavam inseridas, estas buscaram sua autonomia política. Desta forma, constituiu-se um novo sujeito político no País, que passou a trabalhar, no sentido de acabarem com as desigualdades sociais/raciais, combatendo o sexismo e o racismo, presentes na sociedade, que oprimem as mulheres negras.

Sueli Carneiro (2002) tratando sobre o Feminismo Negro e o Movimento de Mulheres Negras, ressalta que “esse novo olhar feminista e anti-racista, ao integrar em si tanto a tradição de luta do movimento negro como a tradição de luta do movimento de mulheres, afirma a nova identidade política decorrente da condição específica de ser mulher e negra” (CARNEIRO, 2002, p. 182).

Nesse contexto, das diversas organizações de mulheres negras (Ongs, coletivos, grupos) que surgiram, desde fins da década de 1970, citamos o Aqualtune, criado em 1978, no Rio de Janeiro, grupo ligado ao Instituto de Pesquisas da Cultura Negra (IPCN) e, no início da década de 1980, o Nzinga Coletivo de Mulheres Negras, também do Rio de Janeiro, criado em 1983. Destarte, a partir da década de 1980, organizaram-se vários grupos, em todas as regiões do País, e até período recente ainda continuam a formarem-se organizações de mulheres negras no Brasil (ROLAND, 2000).

Para Sarti (2004), a partir da década de 80, o movimento de mulheres consolidou-se e explicitou um discurso em que estavam em jogo as relações de gênero. Já na década de 90, passou-se a discutir as relações de gênero pelo prisma da “violência simbólica”, afirmando-se, nesse período, a necessidade de se trabalhar e pensar em termos de identidades que se constroem em relações que se constituem a partir de referências sociais e culturais específicas.

Nesta perspectiva, o trabalho feito por esses grupos são desenvolvidos em diversos eixos, entre os principais estão: saúde, educação, identidade racial, sexualidade, comunicação, bem-estar, violência, formação (ROLAND, 2000), todos norteados pela efetivação dos direitos humanos, principalmente, para as mulheres negras.

4. O LUGAR DA MULHER NEGRA MILITANTE

Segundo Roland (2000), o processo de organização nacional das mulheres negras tem enfrentado muito empecilhos, tais como: a) concepções diferenciadas acerca do movimento de mulheres negras; b) a visão de que a mulher negra é um tema “específico” tanto para o movimento negro quanto para o movimento de

mulheres; c) relacionamento tenso entre as diversas tendências e organizações existentes; d) dificuldade de legitimação e validação de lideranças; e) interferências por outros setores no movimento de mulheres negras.

No que concerne às diferenças de concepção, de acordo com a autora supracitada, tem se destacado a contradição entre os setores que acreditam que o movimento de mulheres negras deve ser autônomo em sua organização, definindo agenda política própria a partir de suas demandas específicas e os setores que defendem que este movimento é *específico*, ainda que parta do movimento negro, devendo subordinar sua agenda ao mesmo, uma vez que é considerado mais *geral*. Além disso, há ainda nos dias atuais, aqueles que sustentam, no interior do movimento, interesses em subordiná-lo ao movimento feminista. Como podemos perceber através da fala de uma liderança feminina negra que consta no material empírico da obra aqui analisada:

(...) 'O movimento de mulheres negras não é o Movimento Negro'. Somos parte do Movimento Negro. Amanhã terá uma reunião nacional da articulação das entidades negras no Rio de Janeiro e vou estar lá, como outras mulheres estarão; mulheres que estão na luta das mulheres negras. Só que, em determinados momentos, temos nossas questões específicas a serem resolvidas e estas questões muitas vezes são discutidas dentro do movimento feminista em geral e outras vezes, somente entre nós. Por quê? Pelo fato de vivermos num país em que, a todo momento, a pessoa é ensinada a negar as ancestralidade e suas origens étnicas. Você precisa fazer um constante trabalho de conscientização e este trabalho vai se dar também num constante trabalho de politização. E, claro, como mulheres, somos oprimidas sempre. Há um constante processo de negação de nossa condição de mulher enquanto ser

transformador. Claro que todos sabem que somos mulheres, mas porque somos mulheres nos é dito que devemos estar numa posição de passividade (Entrevista com Joselina, CONTINS, 2005, p. 261).

Sendo assim, percebe-se que a discussão sobre autonomia é emblemática dessas diferenças de concepção num momento paradoxal que vive o movimento, qual seja: adquiriu certa visibilidade social junto a determinados setores, tais como o governo, os organismos internacionais, a mídia e outros movimentos sociais, porém, não tem sido hábil ao lidar internamente com suas diferenças de modo a contar com espaços legítimos de representação. Este momento, então, se apresenta como um risco para o movimento uma vez que pode ocorrer a ocupação do espaço deixado vago por algum outro ator sem o respaldo de uma discussão política consistente sobre os objetivos e estratégias do movimento. Isto pode ser constatado através da fala da militante negra a seguir:

Na militância do dia-a-dia é que vemos para onde vão as coisas, a tendência de cada um. Às vezes é muito difícil, pois nem sempre o objetivo pode ser o mesmo. Por exemplo: as mulheres querem acabar com a discriminação contra a mulher. Só que nesse meio, existem mulheres que estão em situações melhores do que outras. Então, nessa época em que entramos para o movimento, existia sempre uma briga interna, já que algumas mulheres estavam mais avançadas, tinham situação econômica legal, tinham casa. A briga delas era sobre o orgasmo, falavam muito de orgasmo, do prazer e dizíamos: 'pô, não dá pra mulher que fica o tempo todo carregando lata d'água na cabeça, tomando porrada do marido...', as mínimas condições de vida dela não estão resolvidas, pra ficar falando que o meu corpo me pertence, prazer oral...' ficar falando de prazer quando a vida dela é um eterno desprazer. Então,

até para resgatar a auto-estima dessa mulher, é necessário trabalhar com ela a partir do cotidiano, que é opressor, bem como a situação de vida em que se encontra (Entrevista com Jurema, CONTINS, 2005, p. 287-288).

Para Roland (2000), a visão que considera a mulher negra enquanto questão “específica” obstaculiza o processo de organização das mulheres negras, haja vista que parte do pressuposto de que existiria uma questão mais geral (seja esta *os negros* ou *as mulheres*) da qual as mulheres negras são parte. Esta visão impede o movimento de mulheres negras de se perceber e se construir enquanto um sujeito político em si e para si, capaz de pensar os problemas e as soluções a partir de suas demandas.

Desta feita, a autora acima mencionada defende a autodeterminação das mulheres negras enquanto sujeito, uma vez que estas têm existência própria. Esta defesa baseia-se na crença de que as mulheres negras, enquanto categoria política constituem-se por duas dimensões hierárquicas essenciais da nossa sociedade. Além disso, segundo Roland (2000), não se pode perder de vista que homens e mulheres brancas, no Brasil, beneficiam-se de hierarquias, as quais engendram relações permeadas por contradições.

A partir da análise dos depoimentos da obra tomada como material empírico é possível perceber a especificidade da participação feminina nos movimentos negros e as relações que mantêm com os movimentos feministas e com as mulheres negras influenciadas pelo discurso feminista.

Os depoimentos das lideranças femininas estão centrados em dois temas principais. Em primeiro lugar, sua história de vida: origem socioeconômica, relações familiares e de amizade, estilo de vida

e trajetória política mais ampla. Num segundo momento, a sua atuação mais específica junto às organizações de defesa da causa negra.

Nos depoimentos das lideranças masculinas há um visível esforço no sentido de debater temas mais relacionados às políticas públicas: por exemplo, as políticas de “ações afirmativas” para negros na sociedade brasileira. Estes líderes debatem o papel de instituições públicas na execução dessas políticas. Para eles o papel de uma “Secretaria do Negro” se caracterizaria principalmente por fundamentar as suas ações no princípio da “ação afirmativa”.

Segundo esse princípio, de acordo com as lideranças masculinas, a igualdade entre negros e brancos deveria ser estabelecida mediante uma ação que visasse compensar os anos de total exclusão do negro em nossa sociedade. Esta seria condição necessária para que a população negra possa exercer com plenitude seus direitos.

Uma característica contrasta as atitudes de homens e mulheres líderes: a relação delas com a militância política é marcada por uma maior abertura e flexibilidade, abrindo espaço para as questões referentes à esfera da vida privada. Ao contrário dos homens, cujo discurso é voltado primordialmente para a prática política, pouco interessados em abordar assuntos privados, as mulheres discorrem longamente sobre temas da vida familiar, discutindo relações de casamento e maternidade.

Nesses discursos, a questão das relações de poder entre os gêneros é central, o que não significa, evidentemente, que temas como identidade de mulher negra, cidadania e racismo não se destaquem. Nas palavras da militante negra abaixo:

De uma forma geral a gente é escada, os homens já encontram o espaço pronto. Caso você olhe direitinho, vai encontrar em tudo que é lugar, com raríssimas exceções, a presença assídua dos homens.

As mulheres levam uma coisa a mais, é o dia-a-dia, o segurar daqui, o carregar dali. Mas eu acho que os homens estão levando a causa com muita seriedade. A gente está conseguindo fazer um trabalho interessante (Entrevista com Cristina, CONTINS, 2005, p. 90).

Esse contraste pode ser interpretado como a expressão de diferentes leituras ou interpretações do espaço público. As lideranças masculinas interpretam as relações entre espaços público e privado, separando um e outro nitidamente. Assim, os assuntos relacionados às relações raciais, por exemplo, devem ser pensados como parte da esfera pública, enquanto os temas pessoais e particulares devem ficar reservados à esfera privada.

No caso dos depoimentos das lideranças femininas, as relações entre espaços públicos e privados não são representados da mesma maneira, não se percebendo aí haver uma distinção nítida entre um e outro. Quando as mulheres descrevem seu cotidiano, é neste mesmo espaço privado que se pensam como “negras e militantes”, ao mesmo tempo em que levam para o espaço público temas e preocupações de seu cotidiano como mulheres. Não é descartável a hipótese de que, assim procedendo, estejam contribuindo para a reconstrução cultural do espaço público, impondo-lhe uma leitura renovada pela sua experiência social e cultural como mulheres. Como podemos notar através da fala a seguir:

Além do mais, é um recurso político ter um companheiro negro. O homem negro, militante, procura ter uma mulher negra para maior validade da sua luta e até maior facilidade para lutar. Já penso de maneira diferente, contudo. Dependendo de quem seja, dependendo do homem e dependendo da mulher, não observo tanto conflito. (...) De uma ma-

neira mais moderna, algumas mães negras estão educando seus filhos assim. Se ela é uma mulher militante, de alguma coisa, (...), ela vai estar com um maior cuidado, não vai estar preocupada com descaracterização, com a aparência física dos seus filhos. Talvez tenha até mais orgulho. É semelhante no homem. Se eu tenho um companheiro negro do meu lado, mas que é só pele negra, de repente ele vai combater muito a minha participação na militância, enquanto negra, enquanto mulher (Entrevista com Irani, CONTINS, 2005, p. 204).

Além disso, o contraste apresentado entre os depoimentos das lideranças masculinas e femininas nos remete ao que Miguel (2001) nos chama atenção a respeito da dicotomia entre “política do cuidado e política de interesses”. Segundo o referido autor, a política do cuidado é aquela mais caracteristicamente feminina, pois praticada com vistas ao cuidado com o outro, abrandando-se o caráter agressivo da atividade política, valorizando-se a solidariedade, a compaixão e a paz. Nas palavras do autor:

O central, nesta corrente, é a revalorização da esfera familiar, vista como o espaço de realização dos valores que são negados nas atividades públicas, sempre competitivas e egoístas. Com efeito, a moral feminina diferenciada, voltada para a manutenção dos relacionamentos interpessoais e ao cuidado concreto com os necessitados, manifestar-se-ia, em primeiro lugar, no papel de mãe de família. Responsáveis pela proteção e pelas condições para o crescimento sadio dos mais frágeis (as crianças), as mulheres veriam nesta tarefa um imperativo moral, que transportariam também para suas outras atividades (MIGUEL, 2001, p. 260).

Sendo assim, de acordo com o autor supracitado, a mulher socialmente é vista, inclusive no espaço da política, e também

enquanto liderança, como agente desta política do desvelo, que é oposta a política de interesses, caracteristicamente masculina, agressiva e egoísta. Desta maneira a mulher, enquanto esta agente ainda tem como característica o preocupar-se mais com os demais do que consigo própria, como se esta não tivesse direito a interesses próprios – emblema da sociedade patriarcal, onde a mãe se sacrifica pelos seus filhos, demarcando assim uma subalternidade que é mantida e mascarada por um véu que Miguel (2001) denomina de “superioridade moral”. Isto faz com que este autor argumente,

(...) As mulheres se devem fazer representar não porque sejam os vetores de uma “política desinteressada”, mas, ao contrário, porque possuem interesses especiais, legítimos, ligados ao gênero, que precisam ser levados em conta. Quando o sistema político está estruturado de forma tal que veda ou obstaculiza a expressão destes interesses (ou de quaisquer outros), revela-se injusto (MIGUEL, 2001, p. 264).

Deste modo, o autor nos mostra que a diferença entre homens e mulheres na arena política é, na verdade, estrutural, e não intrínseca. Esta diferença está ligada às posições que ocupam em dada formação social. Assim, a necessidade da presença feminina no espaço política se dá na medida em que ela encontre maneiras de proteger seus interesses e não permita que eles sejam suprimidos de maneira deliberativa e decisória, de modo que ela seja participativa de modo efetivo na construção de projetos coletivos. Isto porque, como mostra Miguel (2001):

(...) as vozes das mulheres na política são, sim, “vozes diferentes”. Não porque a diferença sexual produza uma singularidade moral, mas porque a organização da sociedade impõe experiências de gênero

diferenciadas. A presença das vozes das mulheres — e de outros grupos excluídos politicamente — no debate público representa, então, um passo na direção da realização da democracia, entendida no seu sentido de “autonomia”, isto é, a possibilidade de que os cidadãos e cidadãs fixem, eles próprios, as normas que regerão as suas vidas. (MIGUEL, 2001, p. 266).

Esses depoimentos, no entanto, não devem ser pensados como dois blocos distintos, o das lideranças femininas e o das lideranças masculinas. Na verdade, cada um dos depoimentos apresenta uma notável riqueza de experiências individuais, suscitando leituras originais de suas experiências pessoais e coletivas, como indivíduos e participantes dos movimentos. Nas palavras da líder feminina que consta na obra de Contins (2005):

Aparecia a noção da discriminação quanto à mulher. Há uma certa invisibilidade, ninguém via as meninas, ninguém via a condição delas. Você perguntava: ‘você trabalha com meninas?’. Respondiam: ‘Acho que sim. Ah, é. Tem fulana, tem beltrana...’. Ninguém conseguia visualizar as meninas do projeto. Naquela época ficou muito claro que as meninas negras, que são as mais ‘fodidas’, inclusive junto aos meninos, estavam vivendo uma nova relação na rua ou em instituições, e que essa discussão não estava tão colocada (Entrevista com Lúcia Xavier. CONTINS, 2005, p. 317-318).

Desse modo, a partir deste conjunto de depoimentos de lideranças negras femininas podemos perceber que, como nos propõem Miguel e Biroli (2011), as mulheres, quando vêm a ser tematizadas no espaço político, estas são sempre relacionadas ao campo do doméstico, da emocionalidade. Além disso, estes autores também nos sugerem e os depoimentos aqui analisados

também evidenciam que a resistência enfrentada pelas mulheres na arena política não acontece apenas dentro dos partidos, mas na mídia, no Movimento Negro, enfim, na própria sociedade de modo mais envolvente.

Quando fui escolhida para presidente do conselho [conselho financeiro] do instituto, senti muito resistência pelo fato de ser mulher. Eles mesmo não percebiam, mas houve muita resistência. Não só por parte dos homens, mas também por parte das mulheres, que foi o que me chocou mais (Entrevista com Ruth, CONTINS, 2005, p. 402).

A partir dos depoimentos das lideranças negras femininas e do que nos mostram Miguel e Biroli (2011) ainda é possível afirmar que mulheres e homens se inserem na política de forma diferenciada e desigual, donde as primeiras aparecem em lugar desfavorável, como nos chama a atenção o depoimento da líder Cristina quando afirma que as **líderes femininas são “escadas”, assim como a fala da militante abaixo:**

Quanto à existência de lideranças femininas no Movimento Negro, vejo que a maioria das instituições é marcada pela figura masculina principalmente. Pega as instituições que estão sendo foco na pesquisa de vocês e vê tradicionalmente quem tem sido a cúpula (Entrevista com Azoilda, CONTINS, 2005, p. 113).

Desta feita, Miguel e Biroli (2011) apontam que os padrões de socialização da política cuidam de colocar cada qual no seu lugar: o homem e a mulher, talvez por isso, os depoimentos nos revelam que as mulheres negras parecem ainda não ter encontrado um lugar dentro do Movimento Negro para serem ouvidas enquanto mulheres e negras.

Em seu conjunto, os depoimentos devem ser pensados como um esforço no sentido de reconstruir experiências que, de certo modo, compõem uma tradição de extrema relevância para as novas gerações de lideranças negras. Não exatamente no sentido de que essa tradição deva ser mecanicamente celebrada e repetida, mas no sentido de que seja uma fonte de reflexão para as novas gerações.

Além disso, estes depoimentos ainda nos remetem à **proposta teórica de Nancy Fraser no que tange aos dois tipos de reivindicação que ela acredita serem típicas do mundo contemporâneo: as redistributivas e as de reconhecimento. De acordo com o senso comum, as reivindicações redistributivas estão relacionadas a movimentos de classe, enquanto as políticas de reconhecimento são relacionadas a movimentos identitários, tais como o movimento feminista, o movimento negro etc, portanto, segundo este paradigma, cada movimento social está voltado a um tipo de demanda específica (CYFER, 2011).**

Por outro lado, Fraser apud Cyfer (2011) pretende dissolver esta associação posta no plano do senso comum, de modo a defender que redistribuição e reconhecimento não são distintos, mas sim, são dois aspectos de um mesmo paradigma de justiça. Consoante Fraser apud Cyfer (2011), reconhecimento e redistribuição não podem ser considerados como sinônimos, pois nem todo problema de redistribuição é resultado da depreciação cultural; assim como a falta de reconhecimento não pode ser explicada apenas pela falta de redistribuição.

Na concepção da autora acima referida, as demandas de redistribuição e reconhecimento são distintas, mas ambas se justificam a partir do mesmo princípio, qual seja: a restituição da igual-

dade, independentemente da causa da desigualdade se originar em questões de redistribuição ou reconhecimento.

Em livro escrito junto com Axel Honneth, Fraser *apud* Cyfer (2011) afirma que todos os grupos que sofrem injustiças sociais são bidimensionais, ou seja, sofrem de falta de reconhecimento e de redistribuição, sendo os grupos de gênero e “raciais” os casos exemplares de bidimensionalidade. No nosso caso, as mulheres negras militantes parecem se encaixar perfeitamente na proposta **teórica de Fraser**.

Assim, Fraser (2007) pretende considerar um aspecto do problema redistribuição-reconhecimento: em que circunstâncias uma política de reconhecimento pode apoiar uma política de redistribuição? Quando é provável que a enfraqueça? Qual das variedades de política da identidade mais se adéqua a lutas por igualdade social? E qual dentre elas tende a interferir com essa última? Com isso, sua preocupação relacionada a essas questões consiste na relação entre reconhecimento da diferença cultural e a desigualdade social.

Com isso, Fraser (2007) distingue injustiça cultural de injustiça socioeconômica, as quais insistem em perpassar as sociedades contemporâneas. Na prática, entretanto, ambas estão interligadas.

Assim como Fraser (2007) distingue dois tipos de injustiças, também dois são os remédios recomendados para essas injustiças. O remédio para a injustiça econômica seria uma reestruturação político-econômica de algum tipo. Seria chamada genericamente de “redistribuição”, envolvendo redistribuição de renda, reorganização da divisão do trabalho, sujeição de investimentos à tomada de decisão democrática ou transformação de outras estruturas econômicas básicas.

Já o remédio para a injustiça cultural, por outro lado, chamado genericamente de “reconhecimento”, seria algum tipo de mudan-

ça cultural ou simbólica, o que poderia envolver reavaliação positiva das identidades desrespeitadas e dos produtos culturais de grupos marginalizados. Poderia envolver, ainda, tanto reconhecimento e valorização positiva da diversidade cultural como a transformação geral dos padrões sociais de representação, interpretação e comunicação, a fim de alterar todas as percepções da individualidade.

Portanto, como propõe Fraser *apud* Cyfer (2011), qualquer injustiça envolve sempre duas medidas, mesmo porque os eixos de subordinação estão todos entrecruzados, de modo que a dose de remédio para a injustiça só pode ser prescrita de modo empírico.

Para exemplificar a sua análise Fraser (2007) se vale do exemplo de raça. Na opinião da autora, trata-se de modo ambivalente de coletividade, pois, por um lado, assemelha-se a classe como sendo um princípio estruturante da economia política, com “raça” estruturando a divisão capitalista do trabalho; e, por outro, também apresenta dimensões culturais-valorativas.

“Raça” estruturou o acesso a mercados de trabalhos oficiais e transformou grandes segmentos da população de cor em subproletariados degradados e supérfluos, excluídos do sistema produtivo. Constituiu-se, assim, uma estrutura político-econômica que gera modos de exploração, marginalização e privação específicos de “raça”, formando uma diferenciação político-econômica dotada de certas características de classe. Dessa perspectiva, injustiças raciais aparecem como uma espécie de injustiça que clama por soluções redistributivas. Quer dizer, igual à classe, justiça racial requer a transformação da economia política para eliminar sua racialização.

Se a “raça” nada mais fosse do que uma diferenciação político-econômica, a justiça requereria sua abolição. Entretanto “raça” não é somente Economia Política, pois também tem dimensões culturais-valorativas, trazendo-o para o universo do reconheci-

mento. Segundo Fraser (2007), um aspecto central do racismo é o “eurocentrismo”, marcado pela construção de normas que privilegiam traços associados com o fato de ser branco. Também destaca o racismo cultural, caracterizada pela desvalorização e depreciação de coisas tidas como “negras”, “marrons” e “amarelas”, o que vai além de pessoas de cor.

Depreciação racial, diz a autora, pode assumir várias formas, indo desde a posição de considerar afro-americanos como intelectualmente inferiores, mas avantajados athleticamente e musicalmente, até a visão estereotipada dos asiáticos-americanos como minoria modelo. Esta depreciação é expressada em um leque de perdas sofridas pelas pessoas de cor, que incluem inúmeros exemplos.

Os males citados acima são problemas de reconhecimento, assim a lógica do seu remédio é outorgar reconhecimento positivo à especificidade desvalorizada de um grupo. Dessa maneira, assim como gênero, “raça” também tem uma face político-econômica e outra cultural-valorativa, em que ambas se mesclam para se reforçarem mutuamente de forma dialética. Reparar injustiça racial, portanto, requer mudanças tanto na economia quanto na cultura, afirmando a diferença sem ser excludente.

Para Fraser apud Cyfer (2011), os grupos injustiçados, como podem ser considerados as mulheres negras militantes, precisam perceber a si mesmos como vítimas de injustiças, para assim chegarem a se auto-reconhecer como iguais, pois só assim será possível paridade de participação política. Além disso, para a autora supracitada, como o auto-respeito não é algo dado, sua promoção exige remédios compensatórios, haja vista que é condição para a justiça social.

Tais remédios compensatórios podem configurar-se nas cotas. Estas são discutidas no campo da política e do gênero por Grossi e Miguel (2001). Estas ressaltam que apesar das mudanças

que ocorreram nas legislaturas eleitorais no Brasil que possibilitaram o acesso à política institucional pelas mulheres, o número de representantes femininas nos espaços de decisão e poder são bastante desiguais entre homens e mulheres.

Desse modo, a partir da década de 1990 chegaram ao Brasil as ações políticas afirmativas resultantes de um movimento internacional, como é o caso da utilização de cotas por sexo nas candidaturas políticas, estas estabelecidas com o fim de garantir equidade na representação política.

Já em 1995, foi instituída a Lei 9.100, a qual estabelece cota mínima de 20% para mulheres para as eleições municipais. Ressalta-se, nesse ano, a realização da IV Conferência Mundial Sobre a Mulher, ocorrida em Beijing-China, conforme apontam Grossi e Miguel (2001). Em 1997, a lei 9.504 amplia essa anterior, na qual, a cota foi estendida aos outros cargos proporcionais e estabelecido o valor mínimo de 30% e máximo de 70% para um dos sexos.

A utilização das cotas acima referidas possui algumas limitações, tais como: o próprio sistema eleitoral brasileiro baseado no coeficiente eleitoral, o uso de candidaturas “laranjas”, assim como pouco estímulo e debate entre os partidos políticos e as mulheres. Pesquisas, tais como a de Miguel (2001), aqui já mencionada, mostram que mesmo quando a mulher atinge esses cargos, suas funções ficam restritas às políticas do desvelo (assistência), ao passo que aos homens estão destinadas às políticas de interesses, no caso, as mais valorizadas. Como denota o depoimento da militante negra abaixo:

Uma mulher negra no poder... Quando eu assumi a Secretaria, só existiam duas mulheres em cargo eletivo, de primeiro escalão. Uma, que já é normal, secretária de educação já está introjetada, todo mundo já aceita, e até acha que é um cargo para mulher.

Agora, ser secretária de Estado, negra, fui a segunda mulher negra do país a ser secretária de Estado, a primeira foi a doutora Edialede Nascimento, no primeiro governo Brizola. Existiram algumas secretárias municipais, mas estadual, eu fui a segunda. Foi muito difícil para os homens que lá estavam, ter uma mulher negra que não era intelectual, que vinha de movimento social, para chefia-los. Eles tinham um secretário prontinho na cabeça deles, um intelectual que eu tenho o maior respeito, que é o Joel Rufino [também militante do movimento negro e liderança negra masculina que deu depoimento nesta pesquisa], todos estavam preparados. Então, foi muito difícil eles aceitarem ser comandados por uma mulher. Acho que, até hoje, se eu tivesse saído, e fosse outra mulher, continuaria esta dificuldade. Na relação com os outros homens do poder também foi bastante difícil, pois com a outra mulher, que era militante de Brizola, da ditadura, foi exilada, a relação era difícil (grifos nossos) (Entrevista com Vanda, CONTINS, 2005, p. 446-447).

Apesar das limitações acima mencionadas, concordamos com Grossi e Miguel (2001), quando estas sustentam que a lei de cotas, assim como outras ações afirmativas, é uma conquista para as mulheres, uma vez que têm como finalidade tirar esta população do plano da invisibilidade no âmbito das representações sociais. Aliás, a questão da invisibilidade parece afetar duplamente as militantes negras por sua condição de mulher e de negra, como podemos perceber através do relato abaixo:

Houve necessidade de que nós sentássemos para começar a discutir nossa problemática e mostrarmos nossa visibilidade enquanto mulheres feministas nesse movimento. Mostrar nossa visibilidade. O que não existia naquela época, era a visão dessas mulheres da problemática da mulher do viés da

questão mulher negra (Entrevista com Maria Lúcia, CONTINS, 2005, p. 366).

Sendo assim, cabe colocar que as cotas, enquanto ação concreta e imediata, pode ser pensada pelas mulheres negras militantes, com o objetivo de combater esta dupla discriminação que sofrem também no acesso ao poder, de modo a reequilibrar as relações existentes (GROSSI; MIGUEL, 2001).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A representação política das mulheres vem ocorrendo de forma gradual. Desde a década de 1930 até a atualidade as mudanças ocorridas através de mobilizações e conquistas dos movimentos sociais e do legislativo brasileiro ainda não bastaram para dirimir as desigualdades entre homens e mulheres quanto à ocupação de cargos políticos e filiação partidária, nos espaços de poder e decisão.

Para além disso, consoante Werneck (s/d), as mulheres negras não existem. Ou, falando de outra forma: as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos, são resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultante de demandas históricas, políticas, culturais, de enfrentamento das condições adversas estabelecidas pela dominação ocidental eurocêntrica ao longo dos séculos de escravidão, expropriação colonial e da modernidade racializada e racista em que vivemos.

Nestas circunstâncias, pode-se dizer que a mulher, especialmente a mulher negra, vive em nossa sociedade numa condição de cidadania incompleta. Parece, então, que a visão que considera ser a mulher negra uma questão “específica” acaba por se constituir num obstáculo para o processo de organização das mulheres negras, pois

tal visão parte da premissa de que existiria uma questão geral, seja ela *os negros* ou *as mulheres*, da qual as mulheres negras são parte.

Tal visão impede o movimento de mulheres negras de se perceber e se construir enquanto um sujeito político em si e para si, capaz de pensar os problemas e as soluções a partir das suas necessidades. Com isso, não se pretende negar que, sem dúvida, existem mulheres e negras, apenas acredita-se que as mulheres negras têm existência própria e devem autodeterminar-se enquanto sujeito.

A partir daí, é possível visibilizar, no interior destas articulações, as diferentes possibilidades a que as mulheres negras devem recorrer, os diferentes repertórios ou pressupostos de (auto) identificação ou de identidade, de organização política. Tais possibilidades partem deste reconhecimento: estamos diante de diferentes agentes históricas e políticas – as mulheres negras - intensas como toda diversidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBERTI, Verena; PEREIRA, Amilcar Araujo. **Histórias do Movimento Negro no Brasil**: Depoimentos ao CPDOC. Rio de Janeiro: Pallas; CPDOC-FGV, 2007.

BAIROS, Luíza. Nossos Feminismos Revisitados. In: RIBEIRO, Matilde (Org.) Dossiê Mulheres Negras. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis: CFH/CCE/UFSC, v.3, n. 2, 1995, p.458-463.

CARNEIRO, Sueli. Gênero e Raça. In: BRUSCHINI, Cristina; UNBEHAUM, Sandra G. Gênero (Orgs.). **Democracia e Sociedade Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora 34, 2002, p. 167-193.

CARNEIRO, Sueli. **A mulher negra na sociedade brasileira – o papel do movimento feminista na luta anti-racista**. Brasília: Fundação Cultural Palmares. Mimeo, 2003.

CYFER, Ingrid. Feminismo, Sexualidade e Justiça no Debate entre Judith Butler e Nancy Fraser. **SBS**, 2011, GT 16, pdf – Adobe Reader.

CONTINS, Marcia. **Lideranças Negras**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2005.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Redistribuição e Reconhecimento de Gênero na Perspectiva de Axer Honneth e Nancy Fraser. **Saberes em Perspectiva**, Jequié, v. 2, n. 2, jan/abr 2012, p. 93-107.

ESTANISLAU, Lídia Avelar. Feminino Plural: Negras do Brasil. In: **Brasil Afro-Brasileiro**. FONSECA, Maria Nazareth Soares (org.). Belo Horizonte: Autêntica, 2000. p. 211-228.

FARIAS, Melânia Nóbrega Pereira de. “**Sou, Por Isso Somos e Por Seremos, Sou**”. **Uma Incursão Sobre o Perfil do Militante Negro em Campina Grande-PB**. Monografia de Final de Curso. Universidade Federal da Paraíba. Departamento de Sociologia e Antropologia. Campina Grande. 2001.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem Ética?. **Lua Nova**, São Paulo, p. 101-138, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Casa-Grande & Senzala**: formação da família brasileira sob o regime da economia patriarcal. São Paulo: Global, 2006.

GROSSI, Míriam Pillar; MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a Diferença: As Mulheres na Política. **Estudos Feministas**, ano 9, segundo semestre 2001, p. 167-206.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. **Racismo e Anti-Racismo no Brasil**. São Paulo, Editora 34, 1999.

HANCHARD, Michael George. **Orfeu e o Poder**: Movimento Negro no Rio e São Paulo (1945-1988). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2001.

HASENBALG, Carlos. **Discriminação e Desigualdades Raciais no Brasil**. Belo Horizonte: Editora UFMG, Rio de Janeiro: IUPERJ, 2005.

MIGUEL, Luis Felipe. Política de interesses, Política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. **Estudos Feministas**, ano 9, v. 2. Semestre 2001. p. 253-267.

MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo: Editora Unesp, 2011.

PEREIRA, Amilcar Araujo. **O Mundo Negro**: Relações Raciais e a Constituição do Movimento Negro Contemporâneo no Brasil. Rio de Janeiro: Pallas; FAPERJ, 2013.

RISÉRIO, Antonio. **A Utopia Brasileira e os Movimentos Negros**. São Paulo: Ed. 34, 2007.

ROLAND, Edna. O movimento de mulheres negras brasileiras: desafios e perspectivas. In: GUIMARÃES, Antonio Sérgio A.; HUNTLEY, Lynn (Orgs.). **Tirando a máscara**: ensaios sobre o racismo no Brasil. São Paulo: Paz e Terra, 2000, p. 237-256.

SANTOS, Milton. **Espaço e sociedade**. Petrópolis, Vozes, 1979.

SARTI, Cyntia Andersen. O Feminismo Brasileiro desde os Anos 1970: revisitando uma trajetória. **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12(2):264, maio-agosto/2004. p. 35-50.

SCOTT, Joan. Gênero: Uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Realidade**.

Porto Alegre, n. 2 jul/dez,1990, p. 5-22.

STOLCKE, Verena (1991) **Sexo está para gênero, assim como raça está para etnicidade?** Estudos Afro-Asiáticos (20), pp. 101-119.

WERNECK, Jurema (org.). **Mulheres Negras**: um Olhar sobre as Lutas Sociais e as Políticas Públicas no Brasil. Mimeo.

A POLÍTICA COMO ESPAÇO DE ESTRUTURAÇÃO DE DIFERENTES PERSPECTIVAS: REPRESENTATIVIDADE POLÍTICA LGBT NAS ELEIÇÕES DE 2014 NA PARAÍBA

Virgínia Palmeira Moreira

1. INTRODUÇÃO

Discutir diferença e igualdade, bem como direitos individuais e identidades de grupo, requer um exercício reflexivo aprofundado que ultrapasse uma discussão dessa temática que posicionam os conceitos de indivíduo e identidade de grupo em pólos antagônicos, não problematizando a interface entre eles. Ao contrário de uma visão sobre o assunto que binariza a discussão desses conceitos, nos propomos neste *paper*, problematizar justamente a tensão entre eles como possibilidade de reflexão.

Para melhor elaborar este tema tomamos como caso para reflexão a questão da representação política de militantes e ativistas LGBT como atores políticos que se definem pela singularidade de suas demandas. Para tanto, contamos com a contribuição do candidato a deputado federal Renan Palmeira¹ e da candidata à deputada estadual Fátima Santos² pelo Estado da Paraíba.

1 O ex-candidato a prefeito nas eleições de 2012 pelo PSOL, Renan Palmeira também presidente do Movimento do Espírito Lilás (MEL) e Conselheiro Estadual de Direitos Humanos da Paraíba, disputa uma das vagas de deputado federal nas eleições deste ano pelo partido a qual é dirigente.

2 Fátima Santos é candidata a Deputada Estadual da Paraíba pelo Partido Socialismo e Liberdade.

Acompanhamos o candidato Renan Palmeira ao longo de alguns dias durante sua rotina de campanha: seguimos o candidato durante reuniões com correligionários; visitas a eleitores; caminhadas; panfletagens nas ruas e durante eventos específicos³. Buscamos analisar como o posicionamento político destas candidaturas envolve a articulação de diversos segmentos que se identificam pelas preferências e práticas sexuais não hegemônicas.

Buscamos, pensar a respeito da representatividade LGBTTT como um modo de discutir a temática de gênero a partir de uma perspectiva política. Neste sentido, a luta por direitos civis, bem como pela criminalização da homofobia, dentre outras reivindicações levantadas pelas candidaturas aqui analisadas constituem uma luta por representação na política institucional daqueles que não se encaixam na estrutura binária que homem/mulher. De modo que a inserção destas candidaturas no cenário político tem como pretensão, como é colocado pelas falas dos candidatos aqui apresentadas, a defesa de direitos de sujeitos que se encontram oprimidos em razão de não se enquadrarem no discurso que defendem a natureza fixa do corpo⁴.

Trazer para a cena política a vivência silenciada dos corpos abjetos, para usar um termo da filósofa Judith Butler (2008), diz respeito a assumir um lugar em um mundo que tende a excluir. Pois, ao organizar as relações humanas a partir de uma lógica binária homem/mulher implica pensar que os corpos que não se adequam a estas identidades de gênero hegemônicas são constituídos socialmente como corpos invisíveis.

3 Acompanhamos o candidato em trabalho de panfletagem durante a Festa das Neves (Padroeira da cidade de João Pessoa) e em trabalho de panfletagem na entrada do Espaço Cultural, durante evento.

4 TIBURI, Márcia. Judith Butler: feminismo como provocação: gênero não é um problema do campo da sexualidade. In CULT – Revista Brasileira de Cultura. Edição de novembro de 2013.

Dentro desta perspectiva, estudiosos do campo da sexualidade como a filósofa Judith Butler (2008), referência teórica nos estudos sobre gênero, enfatizou o caráter histórico e social das categorias corpo e sexo. Butler chama a atenção para a existência de uma ordem compulsória de caráter social que estabelece uma conexão causal entre sexo, gênero e prática sexual. Desse modo, esta autora problematiza a noção de que o sujeito ao nascer com uma genitália feminina é condicionado a sentir desejo por meninos. Butler busca desconstruir essa ordem, desorganizando a conexão entre sexo, gênero e desejo.

De modo que, os estudos sobre gênero e sexualidade são particularmente relevantes na construção do movimento LGBT. Tais estudos buscaram lançar luz sobre uma suposta naturalidade das relações sociais, chamando a atenção para aspectos construtivistas dos múltiplos discursos aos quais estamos constantemente expostos, o discurso médico, o discurso jurídico, o discurso religioso, entre outros, que faziam circular significantes de verdade como justificativa para normatização dos comportamentos sexuais dos sujeitos (FOUCAULT, 1996).

No campo dos estudos biológicos, os debates em torno das questões de gênero foram estabelecidas categorias como corpo, sexo, macho, fêmea entre outras que eram apresentadas como estruturas puramente anatômicas. Assim, o saber científico serviu de base para classificações como natureza/cultura; mente/corpo; homem/mulher; normal/patológico etc, que operavam no terreno da verdade como certezas indiscutíveis. Porém, os estudos sobre sexualidade e gênero puseram estas verdades em suspensão através da compreensão do caráter social de estruturas que são tomadas como naturais, como, por exemplo, o corpo e o sexo.

No âmbito da prática política a construção de identidades que se fundamentassem em categorias como essencialidade e rigidez constituiu um processo problemático dentro do processo de construção do movimento LGBT como sujeito político à medida que a convergência dos sujeitos que compõem este movimento é marcada por uma identidade sexual não fixa ou inacabada. A esse posicionamento de não definição da identidade sexual vieram se somar reflexões originadas no campo dos estudos de gênero e sexualidade no qual tem se apresentado uma perspectiva teórica que problematiza noções clássicas de sujeito, de identidade, de agência, de identificação (LOURO, 2010).

Assim, o movimento LGBT, mesmo sendo um movimento que se desdobrou do movimento homossexual da década de 1970 em que esse movimento se caracterizava justamente pela marcação de um tipo definido de sujeito que viria a ser identitariamente definido e reconhecido pela sua orientação sexual. O movimento LGBT é marcado pela afluência de sujeitos que não possuem uma identidade sexual rígida, Lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais. Neste sentido os teóricos *queer* sugerem uma abordagem desconstrutivas da identidade sexual, para tanto, indicam uma política pós-identitária que se apresenta como uma crítica ao binarismo homossexual/heterossexual, enfatizando que os posicionamentos de gênero são múltiplos e escapam a uma lógica binária de compreensão da sexualidade.

2. INDIVÍDUOS OU GRUPOS

No Ocidente, desde a antiguidade, determinados grupos tiveram seus direitos tolhidos, ao passo que outros, ao serem definidos como sujeitos de direito, os chamados homens livres, podiam exercer sua cidadania através do exercício da participação política.

Dentro deste contexto, a própria noção de cidadania trazia implicitamente a ideia de exclusão. Vale salientar que, ao longo do processo histórico, foram excluídos do exercício legítimo da política setores da população como negros, mulheres, índios, entre outros grupos sociais. Dentro desta perspectiva, a noção de cidadania foi sendo construída e associada à ideia de exclusão, posto que o conceito de cidadania implica, de um lado, a noção de indivíduo universal como um conceito político, moral e social que traduz a ideia de liberdade e autonomia individual perante o grupo do qual participa, e, de outro, regras universais. Assim, podemos observar pelos exemplos históricos mencionados até aqui, é que esse conceito de igualdade foi sendo construído historicamente tendo como pressuposto a exclusão de grupos que são privados de direitos e participação política.

No que diz respeito ao embate político entre as chamadas minorias sexuais e os grupos conservadores, buscamos refletir sobre a emergência no cenário político local de atores sociais diretamente vinculados ao movimento LGBT que ao lado de grupos políticos conservadores reivindicam o reconhecimento de suas bandeiras como a legitimidade da diversidade sexual.

Os embates entre grupos considerados minoritários e grupos conservadores ou tradicionais tem tido cada vez mais visibilidade no campo político. Dentro desta perspectiva, a politização de identidades sexuais como o movimento LGBT tem operado com mecanismos de afirmação em que expressões anteriormente percebidas como estigmas, passam a ser palavras de ordem. Assim, expressões como “bicha”, “gay”, etc. transformam o estigma em orgulho, como pode ser percebido em manifestações como o dia da visibilidade lésbica ou a parada gay.

No entanto, apesar da visibilidade adquirida pelo movimento LGBT no cenário nacional, no âmbito da política local os

valores tradicionais fundamentados numa heteronormatividade ainda prevalecem nas preferências dos votos no processo eleitoral. A diversidade sexual assim como a sexualidade ainda continua sendo tema tabu em nossa sociedade, nas quais as práticas sexuais não-hegemônicas são vistas como desviantes e os indivíduos que não se enquadram dentro daquilo que socialmente se convencionou como “sexualmente” correto, são considerados desviantes ou, para usar uma terminologia utilizada dentro dos estudos *Queer*: sujeitos abjetos, isto é, aqueles que escapam a norma.

Neste sentido, estamos tratando aqui especificamente, de candidaturas locais que têm como pauta de campanha projetos políticos de promoção da cidadania LGBT. Neste artigo, convém salientar, não tivemos a pretensão de fazer um levantamento de todos os candidatos que trazem como pauta de campanha projetos e políticas voltados especificamente para a população LGBT, mas tivemos como principal fonte de pesquisa o acompanhamento de diferentes atividades de campanha, além da realização de entrevistas com os candidatos Renan Palmeira e Fátima Santos para refletir acerca de como as políticas e projetos voltados a população LGBT ainda constituem pautas políticas *outsiders* no cenário político brasileiro e, mais precisamente, no cenário político local.

Os projetos políticos voltados à promoção cidadania LGBT que reivindicam pautas, como, por exemplo, a criminalização da homofobia⁵

5 A homofobia é uma aversão generalizada aos modos de vida homossexuais e as pessoas homossexuais. E quando eu falo as pessoas homossexuais, eu estou incluindo aí as lésbicas gays, bissexuais, travestis e transexuais. Então, uma aversão a essas pessoas e aos seus modos de vida que se expressa de maneira leve por meio de discriminações do tipo de você demitir pessoas ou não admitir pessoas porque são homossexuais ou porque se assumiram homossexuais, até a expressão dura. A homofobia se expressa de maneira leve e também de maneira dura através dos assassinatos e agressões. Criminalizar implica em introduzir o crime de homofobia no código penal, através de uma equiparação da homofobia ao racismo e ao antissemitismo, ou seja, a homofobia passa a ser tratada como é tratado hoje o crime de racismo.

e direito ao casamento civil igualitário⁶, dentre outras demandas apresentadas pela comunidade LGBT, constitui um fenômeno recente no modo como os direitos sexuais tem sido tratados no País, apesar de se tratar de uma grande parcela da população que já vem encampando uma luta por direito e reconhecimento através da implementação de programas e iniciativas no plano nacional⁷. No entanto, no cenário local este tema ganha ainda mais atualidade à medida que esta população é vista por muitos como sujeitos não legítimos para reivindicar direitos no campo político ou até mesmo como não humanos o suficiente para terem sua integridade física, autonomia moral e liberdade existencial tutelada pelo Estado (MELLO; BRITO; MAROJA, 2012)

6 Proposta de Emenda Constitucional (PEC) autoria do Deputado Federal Jean Wyllys que propõe que estender o direito ao casamento civil aos homossexuais, com direitos correlatos ao direito ao casamento que institui a entidade familiar, portanto, a obrigatoria proteção do Estado à família que nasce dessas uniões.

7 Criação do Brasil Sem Homofobia (BSH) – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLBT e de Promoção da Cidadania Homossexual, em 2004; realização da I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, com o tema Direitos humanos e políticas públicas: o caminho para garantir a cidadania de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, em 2008. No primeiro ano de governo da Presidenta Dilma Rousseff, foi instalado o Conselho Nacional LGBT, com participação paritária de representantes governamentais e da sociedade civil, e convocada a II Conferência Nacional LGBT, realizada em dezembro de 2011. Apesar dessas iniciativas que aparentam continuidade da política que teve início com a formulação do Programa Brasil sem Homofobia, já é possível constatar que a mudança de governo no âmbito federal teve impactos negativos no que diz respeito à efetividade das políticas públicas para a população LGBT, como decorrência do aumento das pressões homofóbicas realizadas por parlamentares e grupos religiosos fundamentalistas. Esse novo cenário levou a Presidenta, por exemplo, a anunciar pessoalmente o cancelamento do Projeto Escola sem Homofobia, de iniciativa do Ministério da Educação, que previa, entre outras ações, a distribuição de 6.000 “kits anti-homofobia” para escolas públicas de ensino médio de diferentes partes do Brasil. Lançamento do Plano Nacional de Promoção da Cidadania e Direitos Humanos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais – PNDCDH-LGBT, 2009; publicação do decreto que cria o Programa Nacional de Direitos Humanos 3 – PNDH 3, 2009; criação da Coordenadoria Nacional de Promoção dos Direitos de LGBT, no âmbito da Secretaria de Direitos Humanos, 2010; e implantação do Conselho Nacional LGBT, em 2010, com representação paritária do governo federal e da sociedade civil.

Refletir acerca da repressão sexual e todas as formas que ela assume através de discursos, práticas, condutas e mais especificamente, nas escolhas políticas, seja por um viés moral que norteia o senso comum, seja através de valores e tradições religiosas, a sexualidade e o modo como esta é vivenciada, é transformada ora em um dado patológico da natureza, ora em algo abominável do ponto de vista da tradição religiosa judaico-cristã. Dentro desta perspectiva, tanto o discurso religioso, quanto o discurso racional científico não oferecem uma possibilidade de reflexão e questionamento do padrão heteronormativo da sexualidade. Não havendo fora destes parâmetros de pensamento, uma discussão sobre o direito a sexualidade. De modo que nos questionamos aqui, como a identidade sexual está inserida no debate político?

Segundo Foucault (1979), os discursos são portadores de verdades morais que são transmitidas como conteúdos incólumes à reavaliação e, deste modo, são disseminados em nome da preservação da moralidade. Neste sentido, a moral acaba servindo de escudo para instâncias de poder que conservam modos e métodos de hábitos e discursos morais que expressam formas de dominação.

Para Foucault (1979), a relação entre saber e poder está inserida nas relações sociais, políticas e econômicas através de um discurso ideológico. Para tanto, o autor problematiza o poder enquanto chave para explicar a construção do saber que não se constitui como um conhecimento neutro, mas, como um saber norteado por relações de poder.

Dentro desta perspectiva, a noção de poder não corresponde a uma força isolada, restrita apenas ao domínio de um grupo, ou de um representante, mas, um conjunto de forças/vetores fluidos, que se veiculam dentro de uma rede na qual os indivíduos exercem e sofrem suas ações constantemente. Assim, para o autor a ideia de

poder está atrelada as práticas sociais enquanto uma rede de micro poder que são constituídos historicamente.

A noção de diferença é construída a partir de variados eixos, à medida que uma pessoa pode participar simultaneamente de múltiplos grupos. A classificação dos indivíduos como pertencentes a este ou aquele grupo está baseada na ideia de nós *versus* eles. Nesta perspectiva, a estereotipização de grupos que correspondem a uma imagem construída culturalmente sobre eles nas quais os indivíduos são reduzidos a adereços, comportamentos, roupas, músicas, rotulando todo o resto e, sobretudo, aquilo que não nos agrada ou que não conseguimos classificar ou enquadrar. Esta rotulação torna-se ainda mais problemática quando se trata dos direitos legais das minorias sociais.

O enquadramento das minorias em termos de diversidade de grupos é essencial para que haja um diálogo positivo entre os mais variados setores sociais. Para tanto, a implementação de ações afirmativas que buscam possibilitar um tratamento mais igualitário entre os diversos segmentos da população.

Acentuando a dimensão política em torno do debate sobre igualdade e diferença, buscamos aprofundar um pouco mais a discussão através do exame cuidadoso de alguns trechos de entrevista realizada com o candidato a vaga de deputado federal Renan Palmeira. As violências aos direitos humanos ocorrem dentro de uma zona cinzenta de relações complexas.

Segundo Bourdieu (1992), tanto as práticas como as representações que o agente irá construir sobre determinado assunto depende da forma como este está socializado, pois as formas como o mesmo subjetiva suas experiências dependerá da posição que o agente ocupa no espaço social. As categorias de percepção do mundo social são produto da incorporação das estruturas objetivas no

espaço social, e que mesmo constituindo relações invisíveis se deixam revelar na materialidade das práticas. É no campo da cultura que as identidades são formatadas por meio do compartilhamento de referências culturais que garantem um sentimento de pertencimento aos indivíduos em um dado conjunto social.

Logo, para se discutir a construção de uma identidade de gênero há que se levar em conta aspectos como geração, crença, região, classe, tradição, costume, entre outros fatores que contribuem diretamente nas formas pelas quais os indivíduos se reconhecem e se identificam como feminino ou masculino dentro de um dado grupo social. De acordo com este raciocínio, o conceito de identidade deve ser discutido levando-se em conta o contexto sociocultural em que as identidades são forjadas em um tempo e um lugar específico.

A questão da homossexualidade constitui uma temática *outsider* na política institucional, à medida que, ao adentrar no debate político, esta temática foi sendo introduzida de forma estigmatizada como, por exemplo, na luta contra a cura gay⁸, que enquadrava questões como identidade de gênero e orientação sexual numa perspectiva dual e antagonista, ou seja, nós *versus* eles. Dentro deste processo de estigmatização, determinadas características no comportamento de certos indivíduos são tomadas como elementos que servem para confirmar a construção de uma imagem grupal em que o indivíduo pode ser visto como representativo de todo um conjunto de pessoas, marcando, desse modo, uma forte divisão entre grupos em um mesmo espaço social.

No entanto, podemos observar que no cenário político a questão da identidade de gênero tem constituído objeto de reivindicações apresentadas tanto na cena política nacional como local,

⁸ Projeto que permite aos psicólogos promover tratamento com o objetivo de curar a homossexualidade.

que vem se organizando de forma a cobrar do Estado, direitos e garantias, tais como: integridade corporal, principalmente no que se refere a projetos como a criminalização da homofobia que tem o objetivo de coibir a violência tanto em sua forma menos dura, como no caso de agressões verbais ou injúrias, até ataques mais violentos como espancamentos e assassinatos contra homossexuais, e aí incluímos lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. A autonomia pessoal através da valorização da diversidade no campo da sexualidade e o reconhecimento de direitos igualitários como o projeto que estende o direito ao casamento civil aos homossexuais.

Os nomes que se apresentam no panorama político nacional e local que trazem as demandas por cidadania LGBT ainda são escassos e com pouca expressão. O nome que tem tido mais visibilidade na cena política nacional é o do deputado federal Jean Wyllys⁹, que através de projetos de lei como a criminalização da homofobia, o direito ao casamento civil entre homossexuais, entre outros, que estão em processo de tramitação no Congresso Nacional, buscado construir uma representação positiva da homossexualidade através do reconhecimento dos direitos e garantias deste seguimento da população.

Compreendemos que investigar processos sociais, políticos e culturais em curso no presente e em tempo real constitui um desafio diante da dinâmica complexa das relações que implica em certos percalços e limites ao olhar do pesquisador, em nossa capacidade de compreender os fenômenos sociais em todo seu dinamismo e complexidade.

⁹Jornalista, professor e deputado federal, já conhecido por sua militância nos movimentos sociais, principalmente pela defesa dos direitos civis e pela promoção da cidadania LGBT, vem debatendo formas de levar cidadania a esse segmento da população através de projetos que atualmente estão tramitando no Congresso Nacional.

No plano político local nomes com este perfil de candidatura tem pouca expressão como é o caso da candidatura de Renan Palmeira e Fátima Santos, ambos representantes do PSOL que se apresentam como candidatos assumidamente homossexuais e com ação política organizada, que tem um discurso próprio que afirma a especificidade da luta LGBT;

A chegada do Jean Wyllys na Câmara Federal nos deu voz, fez com que milhões de pessoas se sentissem representadas, não apenas o eleitorado dele no Rio de Janeiro. LGBTs, mulheres, negros, enfim, todas as minorias acharam naquele mandato sua devida representação. Um corajoso na luta contra uma grande bancada fundamentalista, homofóbica e conservadora. Acontece que eles são muitos, e nós - lá na Câmara - ainda somos poucos. Precisamos de corpo, precisamos de quantidade e qualidade. Disponibilizei meu nome para o eleitorado da Paraíba porque vejo a necessidade de ampliarmos nosso espaço de representação, de termos mais vozes na luta pela dignidade humana, por cidadania e liberdade. Quero ser mais uma voz por direitos. (Entrevista com Renan Palmeira, em 06/10/2014)

Além do discurso contra a homofobia, racismo, machismo, Fátima Santos (PSOL) protagonizou o primeiro beijo gay no horário eleitoral televisivo, em vídeo de apenas alguns segundos, exibido durante o horário de propaganda eleitoral local, a candidata à vaga de Deputada Estadual marca de forma simbólica sua luta por direitos e reconhecimento dentro do movimento LGBT. Desse modo, o beijo protagonizado por Fátima Santos e sua companheira desafia opiniões, comportamentos, valores morais de fundo religioso da sociedade brasileira, que apresenta um posicionamento significativamente conservador;

Nesta segunda fala do guia eleitoral preferi quebrar o tabu da omissão, sim sou mulher, negra e lésbica e acredito que seremos mais fortes na luta por nossos direitos. Mais escolas, saúde e segurança... Sem máscaras ao defendermos nossos direitos... Somos muito mais fortes juntas à força da diversidade. (Entrevista com Fátima Santos, em 06/10/2014).

Na fala acima mencionada, Fátima marca seu lugar na política, enfatizando características como negritude, homossexualidade e gênero. Nesta perspectiva, a diferença, que para grande parte da população é vista como anormal, fora do padrão, desvio de comportamento é realçada como forma de reconhecimento da sua identidade de gênero e orientação sexual como forma de enquadrar as diferenças em termos de diversidade cultural, ou seja, as diferenças se acentuam no contato em que as relações sociais, em que os que os indivíduos são, só são em conexão com outros indivíduos;

Essa marca é uma marca muito forte, é uma marca que você pode colocar ali mil candidatos, mas se você usar essas palavrinhas (LGBT), você marca né? Você está fechado. É a história do carimbo né? Eu sou isso, não tem como descolar essa marca, essa marca ela pega, são palavras fortes que pegam. (Entrevista com Renan Palmeira, em 06/10/2014)

Os processos de empoderamento como elemento significativo na promoção de participação social e política na perspectiva da cidadania vêm concebendo a política como um espaço de mediação e de possibilidade de processos de empoderamento. A participação de grupos cada vez mais diversificados no espaço político é parte do processo democrático.

Ao marcar a diferença no que tange a sexualidade, dentre outros elementos, ou seja, ao dizer: “*sou mulher, negra e lésbica*” a candidata está marcando a diferença do ponto de vista político e ideológico, demarcando seu lugar como sujeito político, como homossexual assumida, percebendo o espaço da política como o lugar da multiplicidade de representações, enquanto um espaço não só para homens, brancos e heterossexuais, mas, para a mulher, para o negro, para representantes dos povos indígenas, para representantes dos homossexuais, entre outros. Partindo de uma concepção de política em que não é possível pensar em democracia senão como resultado da integração e interseção dos mais diversificados setores sociais, a participação social é considerada a força motriz que possibilita a reunião dos mais diferentes grupos que, ao serem empoderados objetivam promover e impulsionar grupos a buscarem uma maior participação social através de uma representação política que garanta a autonomia e a distribuição de poder e participação dos mais diversificados setores da sociedade.

Neste sentido, a ideia de empoderamento está intimamente associada às lutas por direitos civis em que os indivíduos se organizam em torno de objetivos comuns através da construção de espaços que favoreçam e deem sustentação a processos de empoderamento que visam uma participação política que favoreça a democracia participativa entre diferentes esferas sociais, dentre elas, a comunidade LGBT. Assim, a política se apresenta, dentro desse contexto, de grupos com demandas cada vez mais diversas, como uma estrutura de mediação e possibilidade de estabelecimento de novas relações de poder que ofereçam condições reais de construção de novas subjetividades na direção de uma internalização de valores, comportamentos e condutas mais igualitários, que abriguem as tensões entre diferentes perspectivas e modos de vida.

3. A LUTA CONTINUA

Propomo-nos a voltar a conversar com os candidatos após o fim do processo eleitoral, buscando saber como vivenciaram o resultado das eleições e seus desdobramentos em suas expectativas políticas, se pretendiam continuar lançando suas candidaturas para as próximas eleições, uma vez que os dois proponentes saíram derrotados nas últimas eleições de 2014 e se o resultado das eleições havia correspondido com as suas expectativas.¹⁰ Enfim, elaboramos questionamentos que nos permitissem acessar o funcionamento cotidiano dos atores envolvidos na política após o período eleitoral. A inserção na política através da candidatura a vaga de deputada estadual e deputado federal teriam contribuído na construção de uma imagem política? Essa imagem influenciou na construção de *status* social? A prática política gerou relações de obrigação com o eleitorado que se estendeu posteriormente as eleições? Inquietações que ganham pertinência ao refletir sobre como os agentes políticos em questão compreendem e experimentam a prática política.

Entre os aspectos abordados pelos ex-candidatos sobre o processo eleitoral, a intolerância religiosa constitui um fenômeno que mobilizou discussões acirradas polêmicas a respeito da interface entre religião e política no plano nacional, como campos de atuação distintos, mas que, no entanto, a relação entre estas duas áreas tem se fundido cada vez mais no campo da política. No que se refere à influência religiosa no âmbito da política local, Fátima

¹⁰ **Fátima Santos** foi candidata ao cargo de **Deputada Estadual da Paraíba** pelo Partido Socialismo e Liberdade e **não foi eleita**. Obteve **233 votos** (0.01%), no ano de 2014.

Renan Palmeira foi candidato a **Deputado Federal pela Paraíba** pelo Partido Socialismo e Liberdade e **não foi eleito**. Obteve **8.240 votos** (0.43%), no ano de 2014.

destaca o posicionamento do arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto classificou o beijo como ato apelativo¹¹.

A religião não deve se meter na política. E quando nosso próprio arcebispo Dom Aldo Pagotto foi à rádio criticar o meu beijo no guia eleitoral. Para mim, religião é uma coisa e política é outra coisa, são coisas que não se misturam. (Entrevista com Fátima Santos, em 07/12/2014)

A História nos mostra que em muitas civilizações as experiências e construções políticas e religiosas coexistiram em uma relação de proximidade. O cristianismo e suas variadas ramificações têm ao longo da história do Ocidente contribuído para a construção subjetiva do sujeito, sua formação moral, onde questões como a individualidade, a singularidade e a diferença entram em conflito com valores morais de tradição cristã. A tradição judaico-cristã se fundamenta em noções de caráter universal como por exemplo, a questão da circuncisão para os judeus, o estabelecimento de dias sagrados; para alguns este dia seria o sábado, já para outros, o domingo, entre outros preceitos que foram culturalmente incorpora-

11 Nas eleições de 2014, em entrevista concedida ao sistema de comunicação Arapuan no dia 05 de setembro de 2014 o arcebispo da Paraíba, Dom Aldo Pagotto, repudiou o primeiro beijo lésbico no guia eleitoral na Paraíba, taxou de apelação e afirmou que ‘as pessoas em condição homossexual já têm seus direitos garantidos’. Dom Aldo afirmou que o beijo entre duas mulheres no guia do PSOL foi uma ‘verdadeira apelação’ e ainda acrescentou que acredita que a defesa dessa bandeira seja uma ‘coisa muito pobre e limitada’. Dom Aldo também comentou que os LGBTs tem o direito de fazer essa defesa, mas pontua: ‘As pessoas de condição homossexual tem já os seus direitos garantidos. Não precisa apelar. O que temos dificuldade de aceitar é uma imposição de uma bandeira a qualquer custo e a qualquer preço’. Finalizando, o arcebispo acredita que com esta propaganda eleitoral eles (os homossexuais) deram ‘um tiro no pé’. (<http://www.paraiba.com.br/2014/09/05/67237-dom-aldo-diz-que-beijo-gay-em-guia-eleitoral-foi-apelacao-pessoas-em-condicao-homossexual-ja-tem-seus-direitos-garantidos>)

dos e legitimados pela religião cristã, em que a diferença é percebida como pecado, erro ou o vício¹².

Dentro desta perspectiva, a forma como conduzimos nossa existência, como nos comportamos como nos relacionamos uns com os outros, como percebemos e damos sentido e significado as nossas ações, desde as preferências mais simples e corriqueiras do dia, como o que comer quando acordar até escolhas mais complexas como em que candidato votar no período eleitoral, constitui fenômenos da ordem do social, e sendo assim, ações que são atravessadas por questões de caráter moral, de valores familiares, religiosos e culturais.

A plataforma política dos candidatos analisados neste artigo, enaltece, na “contramão” da tradição moral cristã, a diferença. Analisando os discursos dos candidatos Renan Palmeira e Fátima Santo,s apresentados no guia eleitoral¹³ durante o período de campanha, destacamos algumas frases, tais como: “A força da diversidade”; “Pela criminalização da LGBTfobia”; “Reconhecimento da diversidade de gênero”; “Pela cidadania LGBT”; entre outras. Vale salientar que o tempo de fala dos candidatos durante o guia eleitoral era extremamente curto, entre 10 segundos para deputado estadual e 30 segundos para deputado federal, os candidatos cons-

12 Aqui a palavra vício está se referindo a defeito

13 <https://www.facebook.com/video.php?v=702514933130642&set=vb.100001164240086&type=2&theater>
<https://www.facebook.com/video.php?v=697945083587627&set=vb.100001164240086&type=2&theater>
<https://www.facebook.com/video.php?v=275888605939826&set=vb.243020139226673&type=2&theater>
<https://www.facebook.com/video.php?v=275560019306018&set=vb.243020139226673&type=2&theater>
<https://www.facebook.com/video.php?v=268975913297762&set=vb.243020139226673&type=2&theater>

truíram uma fala que de forma resumida um complexo processo de construção de seu sujeito político.

O debate sobre a diversidade sexual dentro do processo político envolve aspectos da vida que, ao mesmo tempo em que se desenvolvem no plano da esfera privada e íntima do sujeito, se projeta para o espaço público através da defesa de direitos e interesses por meio de uma atuação política que se pauta pela construção de identidades coletivas. Dentro desta perspectiva, o processo de construção do movimento LGBT como sujeito político implica a construção de uma identidade coletiva que possa abarcar um conjunto heterogêneo de preferências e práticas sexuais “não-hegemônicas” (BUTLER, 2003).

4. SAIR DO ARMÁRIO É UM ATO POLÍTICO?

A trajetória do movimento homossexual no Brasil até chegar ao movimento hoje conhecido como movimento LGBT foi marcada por uma dinâmica de negociações, construções e desconstruções de identidades. Desde meados da década de 1970 no Brasil a homossexualidade vem sendo apresentada como bandeira de luta política por direitos. A margem das instituições políticas tradicionais como Partidos e Sindicatos floresciam movimentos alternativos marcados pela singularidade de suas demandas, como o movimento feminista e o movimento homossexual.

A construção do movimento homossexual como sujeito político essencializou categorias com o objetivo de fortalecer politicamente e dar voz as demandas de um grupo específico. No entanto, o movimento LGBT, como sujeito político, envolve a convergência se sujeitos com identidades sexuais diferenciadas: lésbicas, gays, bissexuais, transexuais e travestis. Desse modo, a delimitação de um sujeito político dentro de uma diversidade de práticas sexuais

constitui um processo complexo em que as identidades dos indivíduos no contexto político atual, são caracterizadas justamente por serem fragmentadas, fluidas e negociadas diariamente.

Assim, ao mesmo tempo em que os candidatos LGBT vocalizam demandas que se referem a um grupo específico, como a criminalização da homofobia ou o casamento civil igualitário, esses discursos são numa idéia de diversidade como um conceito que faz referência a uma multiplicidade de práticas:

O candidato LGBTT ele não pode jamais omitir que ele é homossexual. Por exemplo: queria que eu me maquiasse, botasse batonzinho. Pra quê? Se eu sou dessa forma eu vou me mostrar dessa forma. Então, eu não vou mudar, o meu foco político vai ser esse, mostrar que eu sou uma mulher lésbica, negra e que está lutando pela causa LGBTT e pelas políticas públicas. (Entrevista com Fátima Santos, em 07/12/2014)

A propor uma candidatura LGBT, Fátima enfatiza em sua fala categorias como mulher, lésbica, homossexual que se inserem dentro de um debate sobre identidade e reconhecimento no qual aspectos como cor da pele, gênero e sexualidade ganham uma dimensão política de luta por direitos e reconhecimento (FRASER, 2010).

Assim como a afirmação de que “o pessoal é político”, constituiu palavra de ordem para o movimento feminista, a máxima: “sair do armário é um ato político” remete a idéia de que por mais íntimo e particular que seja a orientação sexual do sujeito, a afirmação pública da orientação sexual está, neste caso, associada a uma ação política de reconhecimento de uma diversidade sexual. Porém, segundo Fátima o fato de muitas pessoas negarem ou omi-

tirem sua orientação sexual contribui diretamente para a não construção de uma representação LGBT forte na sociedade:

Mas existe um problema social pra isso também porque sair do armário é difícil. Muitos LGBT não saem do armário. Então, quando você não sai do armário... Se você não tem a sua própria identidade pessoal, você não vai ter uma identidade política, porque ele se esconde, ele vive na mentira. Enquanto não houver isso, vai ser difícil construir uma identidade política e ter o apoio do público LGBT. (Entrevista com Fátima Santos, em 07/12/2014)

Para Renan, a questão da baixa representatividade LGBT no cenário político, poderia se explicar pela não existência de uma identidade eleitoral LGBT. Dentro desta lógica, determinados grupos constroem uma identidade ideológica do voto em que os indivíduos evocam conteúdos ideacionais que dão sentido a seu voto. O que, segundo Renan, não acontece com o movimento LGBT;

Eu acho que existe a história da identidade eleitoral. Porque o que acontece, se você pegar o caso dos Estados Unidos, você ver um movimento negro que tinha uma identidade eleitoral negra, uma identidade latino americano que vota em latino americano, LGBT vota em LGBT, então LGBT financia LGBT. Eu acho que aqui no Brasil essas identidades são muito soltas. Até você ver que o único deputado que a gente tem na Paraíba que assume um pouco essa postura é o Luis Couto, mas é escondido. Então eu acho que no Brasil não se tem essa identidade eleitoral por bandeiras. Assim, eu acho que uma parcela pequena tem, mas não é toda. (Entrevista com Renan Palmeira, em 07/12/2014)

Eu acho que o movimento LGBT aqui ainda não tem essa identidade eleitoral formada. Então é uma coisa de futuro ainda, não existe uma identi-

dade eleitoral ainda. E isso não acontece só com o LGBT, isso é na história do negro, isso é na história do movimento feminista. Então você não tem uma identidade eleitoral. Agora o evangélico tem. O fundamentalista tem. Evangélico vota em pastor, eles trabalham isso muito forte, policial militar vota em policial militar, eles também trabalham isso muito forte. Agora, nós (LGBT), eu acho que até por um purismo, temos dificuldade de trabalhar até essa temática. (Entrevista com Renan Palmeira, em 07/12/2014)

Apesar dos esforços implementados no sentido de projetar a diversidade sexual como uma questão política, o movimento LGBT no cenário político local ainda goza de pouca expressividade. A ação política empreendida por militantes e ativistas da causa LGBT com o intuito de construir representações positivas para o movimento por meio da luta pela formulação de políticas públicas que garantam a promoção da cidadania LGBT como a regulamentação do casamento civil entre pessoas do mesmo sexo ou a criminalização da homofobia apesar dos avanços neste campo ainda encontra entraves na sua aceitação por parte dos setores mais conservadores da sociedade civil.

Mesmo que o debate sobre os direitos humanos, os direitos de grupos sociais minoritários, e mais especificamente, os direitos da chamada comunidade LGBT tenham adquirido certa visibilidade em alguns debates políticos durante a recente campanha eleitoral, principalmente nos debates envolvendo os candidatos a presidência da República, o movimento LGBT tem encontrado dificuldades para dar voz a sua demanda por representação dessa parcela da população no espaço político. Segundo dados oferecidos pelo *site* congressoemfoco¹⁴ entre os 26 mil candidatos que solici-

14 <http://congressoemfoco.uol.com.br/noticias/de-24-mil-candidatos-so-93-assumem-a-causa-lgbt/>

taram registro para disputar as eleições deste ano (2014), apenas 93 assinaram a carta de compromisso com o movimento LGBT e suas respectivas demandas por direitos que garantias e reconhecimento.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Refletir sobre as práticas políticas como práticas construídas historicamente nos permite desnaturalizar relações desvendando as relações de poder que são tecidas historicamente, compreendendo os diferentes mecanismos, táticas e estratégias que permeiam as relações de poder e como estas relações operam nas diferentes dimensões da vida social.

Neste sentido, compreendemos que a inserção de seguimentos da sociedade com demandas e expectativas específicas, as minorias sociais, está amarrado a condições objetivas e subjetivas que se desenvolvem a partir de transformações históricas nas estruturas sociais, mudanças que se fazem acompanhar de correspondentes alterações nas maneiras, condutas e comportamentos, nas maneiras como as pessoas se veem e convivem umas com as outras através de redes de tensões entre os indivíduos, por meio de relações complexas que compreendem tanto estruturas sociais como os indivíduos, na direção de uma internalização de novos comportamentos e diferentes formas de agir e pensar.

Este *paper*, enfim, tratou do processo eleitoral de 2014 no Estado da Paraíba que envolveu atores sociais ligados ao movimento LGBT¹⁵. Buscamos privilegiar a análise das categorias simbólicas através das quais os atores investigados compreendem sua representação no cenário político local.

¹⁵ A sigla LGBT se refere ao movimento político organizado em torno do direito de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais

Para tanto, nos valem como possibilidade analítica da entrevista aberta em que o entrevistado pode falar livremente sobre sua vivência, nos fornecendo através de sua experiência individual no processo eleitoral, elementos importantes para pensarmos a respeito do grupo em que está inserido. Buscamos, deste modo, compreender como a temática LGBT tem se apresentado no cenário eleitoral local, compreendendo que a discussão sobre diversidade sexual opera com categorias de gênero como sexualidade, sexo, desejo, poder, entre outras, que nos permite perceber a esfera política não apenas no plano da representação, mas, sobretudo, como um espaço de interações sociais nas quais as ações dos candidatos, mesmo se desenvolvendo em um campo específico das relações sociais, neste caso, no âmbito da política, nos forneceram elementos significativos como aversões, preferências amorosas e sexuais, escolhas políticas, valores morais, familiares, religiosos, entre outros aspectos, noções que se apresentam tão familiares e naturais, mas que, no entanto, constituem condutas e visões de mundo que possuem um passado, ou seja, que são construídas e consolidadas dentro de um processo histórico, um passado que como coloca Rodrigues (1999), não ficou no passado, mas, constitui nossa sensibilidade e continua a ser presente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AGIER, Michel. Distúrbios identitários em tempos de globalização. *Mana: Estudos de Antropologia Social*, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p. 7-33, out. 2001.

BENTO, Berenice. *A reinvenção do corpo: sexualidade e gênero na experiência transexual*. Rio de Janeiro, Garamond, 2006.

BRITZMAN, Deborah. “O que é esta coisa chamada amor – identidade homossexual, educação e currículo”. **Educação e Realidade**, v. 21 (1), p. 71- 96, jan./jun. 1996.

BOURDIEU, P. O poder simbólico. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BUTLER, J. *The Phycic Life of Power. Theories in Subjection*. Standford, CA: Standford University Press, 1997

BUTLER, Judith. Sujeitos do Sexo/gênero/desejo. 1. Cap. E prefácio. In: **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro, Civilização Brasileiras, 2008.

CARVALHO, M. G. **Identidades sexuais e de gênero na globalização: uma questão de negociação?** Revista REDES. Vol. 1, n. 1, Abril-Junho, 1997.

DERRIDA, Jacques. **Margens da filosofia**. Porto: Rés-Editora, s/d.

DIAS, Alfrancio Ferreira. Redistribuição e reconhecimento de gênero na perspectiva de Axel Honneth e Nancy Fraser. In: **Saberes em Perspectiva**, Jequié, v.2, n.2, jan./abr. 2012. p. 93-107.

FACCHINI, Regina. “**Sopa de letrinhas?**” **Movimento homossexual e produção de identidades coletivas nos anos 90: um estudo a partir da cidade de São Paulo**. Rio de Janeiro: Clam: Garamond, 2005.

FRASER, Nancy. Reconhecimento sem ética? In: **Lua Nova**, São Paulo, 70. p.101-138. 2007.

FOUCAULT, M. “**Soberania e disciplina**”. In: *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

_____. **A ordem do discurso**. São Paulo: Loyola, 1996.

_____. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. 10. ed. Tradução: Maria T. e J. Albuquerque. Rio de Janeiro: Graal, 1998.

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: *Estudos feministas*. Ano 9. 2° semestre 2001.p. 167-206.

HALL, S. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 10ª ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

LOURO, Guacira Lopes (Org.). **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2010.

MACRAE, Edward. **A construção da igualdade: identidade sexual e política no Brasil da Abertura**. Campinas: Editora da Unicamp, 1990.

SCOTT, Joan W. O enigma da igualdade. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 13 (I): 216, janeiro/abril/2005. p. 11 a 30.

SCOTT, J. (1995) Gênero: uma cateogria útil de análise histórica. **Revista Educação e Realidade**. Porto Alegre: v. 2, n. 20, p.71-99, Jul/Dez.

MULHERES E ESPAÇOS DE PODER: ESTIGMAS, ESTEREÓTIPOS E DESAFIOS. A CANDI- DATURA DE TATIANA MEDEIROS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE CAMPINA GRANDE – PB/2012

Ana Paula Guedes do Nascimento Costa

1. INTRODUÇÃO

A inédita eleição da Presidenta Dilma Rousseff, no ano de 2010, e sua reeleição no ano de 2014, colocou-se como uma possibilidade de reconfiguração da política brasileira e da legitimação da conquista dos espaços de poder por parte das mulheres.

No entanto, as mulheres ao adentrarem no cenário político, necessitam mais que os homens, já que estes desfrutam naturalmente de um “direito político” pelo fato de serem homens, (re) afirmar valores morais, sociais e éticos. As mulheres desde seu nascimento são educadas e direcionadas a uma atuação na esfera privada, cuidados com a casa, irmãos, marido, filhos e a posição de recatada e obediente a seus “tutores”, representados, comumente, por uma figura masculina.

Sob esse ponto de vista as mulheres ao disputarem um cargo público acabam sendo conduzidas à manutenção e preservação desses valores. A candidata deve apresentar-se enquanto uma boa esposa, dona de casa e mãe de família. Fugir a essas regras e valores parece ter peso fundamental no que se refere a sua escolha enquanto candidata. Sobre isso, Goffman nos ensina que: “os ambientes sociais estabelecem as categorias de pessoas que tem probabilidade de serem neles encontrados.” (GOFFMAN, 1963, p. 05).

Com o advento da modernidade, o novo modelo de sociedade pautado na industrialização e na estrutura familiar burguesa impôs às mulheres um espaço restrito, no qual o desenvolvimento de habilidades para outras áreas que não fossem as obrigações domésticas e matrimoniais tornava-se algo praticamente impossível.

Desse modo, as mulheres e a sociedade como um todo, passaram a naturalizar os papéis de mãe, dona de casa e esposa como os únicos possíveis de serem incorporados pelas mulheres. Tal apreensão subjugou as mulheres à esfera privada da vida social e as impediu de ocupar, na mesma proporção de igualdade e legitimidade, espaços da vida pública, como a política, por exemplo. Esse modelo de sociedade derivada de uma perspectiva liberal é, por essência, masculino e se constrói baseado na exclusão feminina, definindo para elas lugares específicos: “o lugar da diferença, da paixão, do instinto, da irracionalidade, da reprodução, enfim, como o lugar da natureza, das necessidades”. (COSTA, 2012, p. 39). Quanto a esse modelo de cidadania e a determinação de distintos papéis sociais para homens e mulheres, Costa (2012) acrescenta que:

Esse modelo de cidadania vai constituir-se, na verdade, em uma barreira impeditiva ao acesso das mulheres às esferas de decisão formais do chamado mundo público, um modelo tão restritivo que ainda hoje, apesar de todas as legislações igualitárias e todas as transformações ocorridas na vida das mulheres, elas continuam sendo minorias no executivo, no legislativo e no judiciário, não só no Brasil. (COSTA, 2012, p. 39)

Com isso podemos entender essa divisão social entre espaço público e espaço privado, entre “modos de ser homem” e “modos de ser mulher”, como alguns dos obstáculos impostos às mulheres que almejam um cargo político. É também a partir destas

definições que as mulheres ao se lançarem em campanhas eleitorais acabam por sofrer toda espécie de estigma, além de serem enquadradas nos mais variados tipos de estereótipos de gênero.

Para tanto, tomadas pela curiosidade antropológica de análise e compreensão das particularidades existentes com o advento das mulheres nos espaços de poder, que no ano de 2012, se iniciou a construção do tema tratado neste capítulo. No contexto de sete candidaturas majoritárias, duas nos chamaram a atenção: a de Daniella Ribeiro (PP) e, sobretudo, a de Tatiana Medeiros (PMDB). Em nossas incursões nos variados eventos de campanha, através de entrevistas e enquetes rápidas, um fato tornou-se recorrente: o envolvimento da candidatura e imagem pública de Tatiana Medeiros em uma série de boatos.

A candidata tornou-se tema dos mais variados comentários e alvo de investigações e especulações, principalmente no que se refere a sua vida amorosa. Esta teve seu nome envolvido em um marcante e decisivo “circuito de boatos” assim como caracteriza Barreira (2008), a mesma era acusada de manter um relacionamento amoroso com seu principal “apoiador”, o ex-prefeito da cidade, Veneziano Vital. O estaremcento do eleitorado dava-se de maneira mais enfática pelo fato do então prefeito ser casado. A fama da “outra”, da “destruidora de lares” e o emprego de outros termos ainda mais pejorativos e depreciativos, passaram a integrar e principalmente, identificar a imagem pública da referida candidata.

Nesse sentido, este capítulo busca problematizar acerca da inserção das mulheres na esfera política, dos estigmas e estereótipos por elas sofridos em período eleitoral e também, durante suas trajetórias enquanto agentes políticas, tendo como base o caso da candidatura de Tatiana Medeiros. A partir de uma discussão teórica e prática dialogamos com algumas categorias de análise propostas

por autores clássicos da Antropologia e das Ciências Sociais como um todo, que foram de fundamental importância para a compreensão do fenômeno social e cultural aqui exposto.

2. A INSERÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER: RELAÇÕES DE GÊNERO E PARTICIPAÇÃO POLÍTICA

Discutir e refletir sobre a participação das mulheres nos espaços de poder implica diretamente numa reconstrução histórica, social e cultural da própria política brasileira. Necessário se faz notar que a ascensão destas ao meio político trata-se de uma trajetória do espaço privado ao espaço público, assim como caracteriza Coelho & Baptista (2009).

A ocupação de mulheres na vida política informal ou institucional tem sido compreendida pelos que se dedicam a essa temática – os intelectuais e o movimento feminista principalmente – como um processo de transformação que transcorre entre o silêncio e a voz Pinheiro (2007). Ou seja, há um entendimento de que a não participação feminina nas esferas de poder caracteriza a incompletude da Democracia Representativa.

Pinheiro (2007) destaca ainda que ao se discutir a importância feminina nos espaços de poder são levantadas questões que perpassam pela formação dos papéis sociais moldados entre o sexo masculino e o sexo feminino, em que em muitas vezes podem estar escondidas sobre a justificativa e importância da mulher na vida política. A autora acredita que a ideia de defender a presença feminina na política baseia-se na lógica da *política de presença*, na crença de que as melhores representantes para a população feminina são elas próprias.

Entretanto, as representações de que caberiam as mulheres se inserirem na política para alterá-la, ressignificá-la, imobilizam inúmeras possibilidades de compreender as transformações na esfera política, impulsionadas pela entrada desse novo agente político. Pinheiro (2007, p. 21) assevera que não há nada que garanta que a maior presença feminina signifique maior defesa dos interesses femininos. Pelo contrário, por essa lógica ocorre a naturalização de um fenômeno que é socialmente construído e mesmo que demonstrem maior participação em áreas de maior vulnerabilidade da sociedade e aos papéis que exercem dentro da esfera privada, não significa, porém que exista uma espécie de vocação inata. Pinheiro (2007) complementa:

A noção de gênero constitui-se em um elemento central para a explicação do comportamento das mulheres na política institucional. Assim, há reconhecimento da existência de construções sociais a definirem o que é ser homem e o que é ser mulher, e de que essas mesmas construções orientam o estabelecimento de relações sociais, construindo “preferências” que resultam em comportamentos e em representações diferenciadas entre os sexos. (PINHEIRO, 2007, p. 21)

A fim de compreendermos melhor o fenômeno aqui exposto tomamos como base a noção de gênero proposta pela feminista americana Scott (1996). Para ela, gênero é tão somente uma categoria analítica, seria o conhecimento sobre a diferença sexual, sempre relativo; produzido por amplos e complexos quadros epistêmicos que além de estarem presentes em ideias, estão também em instituições e estruturas, práticas cotidianas, em tudo aquilo que constitui as relações sociais. É, portanto, uma categoria social da diferença sexual que não caracteriza diferenças biológicas ou físicas, entre o

masculino e o feminino. A autora identifica que o gênero é um elemento constitutivo de relações sociais fundadas sobre as diferenças percebidas entre os sexos, como também o primeiro modo de dar significado às relações de poder. Essas diferenças são símbolos culturalmente disponíveis que estão contidas em representações simbólicas, expressas em doutrinas religiosas, educativas, políticas e jurídicas. (SCOTT, 1996, p. 86)

Neste sentido, podemos identificar dois aspectos importantes na definição de gênero. Primeiro, a ideia de que o biológico não é capaz de explicar os diferentes comportamentos de homens e mulheres, pois são produtos sociais, aprendidos, internalizados e reproduzidos. E segundo, a distribuição desigual de poder entre os sexos.

No campo do gênero, os homens como sujeitos pertencentes à estrutura social posta, têm mais liberdade, desfrutam de autonomia, são dominantes nos espaços públicos e de decisão, não necessitando submeter-se a outra categoria de sexo para realizar seus projetos, seus desejos. Já as mulheres, também como sujeitos pertencentes à estrutura social vigente, precisam solicitar autorização à “primeira” categoria. Isso implica afirmar que se a autonomia, o poder de decisão e a maior ocupação de espaços privilegia apenas uma categoria social de sexo, fica patente a hierarquia e a desigualdade.

Ainda quanto às raízes dessa “desigualdade de gênero”, Michelle Rosaldo nos ensina que:

Dada uma divisão empírica entre as esferas de atividade doméstica e pública, diversos fatores interagiam para aumentar os valores culturais, a força social e a autoridade atribuídas aos homens. Primeiro, parecia que os efeitos psicológicos de ser criado por uma mulher produziram disposições emocionais muito diferentes em adultos conforme o sexo; por causa da divergente natureza dos laços pré-edipia-

nos com suas mães, meninas cresceriam para ser ‘mães’, nutrizes enquanto garotos adquiriam uma identidade que denigre e rejeita os papéis das mulheres. (ROSALDO, 1995, p. 13)

No que se refere a essas “distinções de gênero”, Rosaldo (1995) coloca que: “gênero em todos os grupos humanos deve então ser entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social”. (ROSALDO, 1995, p. 16)

Outro fato que nos chamou a atenção quanto à construção da imagem e vida pública de mulheres é a relação entre estas e as alianças políticas via “nomes de família”;

Como grupo em posição de desigualdade estrutural, historicamente subordinado, as mulheres não possuem as mesmas condições de acesso às arenas políticas e aos canais de poder que os homens, devido aos limites impostos pelo seu papel social (...). Além disso, diferentemente do homem, os ciclos de vida da mulher segmentam a sua vida, em particular, com o advento da maternidade. (CARVALHO & RABAY, 2010, p. 33)

Diante de um contexto de dificuldades e obstáculos, várias mulheres se inserem no meio político vinculadas a “nomes de família” (marido, filhos, tios, irmãos) e a grupos oligárquicos liderados por homens. A inserção política via esses “nomes” trata-se assim, como nos colocam Carvalho & Rabay (2010), de um recurso que “resolve todos os impedimentos estruturais, institucionais e individuais, uma vez que libera, convida, inicia e apoia a mulher na vida pública e na política partidária”. (CARVALHO & RABAY, 2010, p. 36). Estes nos parecem ser ainda, a via mais fácil de acesso

aos espaços de poder político. Uma trajetória política baseada na experiência e na militância é algo que nosso sistema político consegue garantir a poucas representantes políticas do sexo feminino.

Assim, as carreiras políticas das mulheres tornam-se reconhecidas e se legitimam a partir da exaltação de certos “atributos e valores femininos” como uma exigência de uma sociedade pautada na reprodução e persistência do papel tradicional da mulher: mãe, esposa, dona de casa, cuidadora, abnegada, frágil, generosa. Dessa forma, essas mulheres se lançam nos espaços de poder a partir da constituição de imagens públicas de mulheres competentes, independentes e, sobretudo, de detentoras de um diferencial no que se refere ao padrão de gestão masculino. Dessa forma, elaboram Miguel e Biroli (2011): as mulheres utilizam-se do chamado “pensamento maternal” ou “política do desvelo”. “Devido à socialização diferenciada por que passam as mulheres engendraria uma sensibilidade e um julgamento moral específicos, opostos aos masculinos dominantes”. (MIGUEL E BIROLI, 2011, p. 78).

As candidatas se utilizam ainda, como estratégias de campanha e convencimento de adesão ao voto, valores e atributos que transitam nos espaços sociais, associando e identificando as mulheres aos signos e estereótipos culturalmente criados e aceitos.

O poder e a prática política transitam por diversos significados, no entanto, estes quando se referem às mulheres parecem estar intrinsecamente associados à sensibilidade, ao cuidado e, sobretudo, à maternidade. Tais características se explicitariam seja pela natureza (fator biológico e a crença de que a mulher nasce mais apta para a doação e preocupação com o outro), seja pela educação (a mulher é historicamente socializada e literalmente ensinada às práticas do zelo e do cuidar).

O poder tem gênero. Ou seja, o poder é masculino e é exercido num lugar determinado, o espaço público da política, e nesta mesma linha expectativa, as mulheres teriam poderes ligados a outros espaços, como a família e o lar. (GROSSI E MIGUEL, 2001, p. 185)

Apesar da instituição da Lei de Cotas de 1997, que garante que 30% dos cargos eletivos sejam ocupados por mulheres, a presença delas nos espaços de poder e, sobretudo, seu poder de decisão e autonomia, ainda são relegados. Ao chegarem ao poder, estudos como os de Miguel & Biroli (2011), mostram haver uma espécie de “sub-representação das mulheres nesses espaços”. Estas continuam condicionadas a pautas de cunho social (educação, políticas públicas, direitos humanos), que reforçam e reproduzem o papel social de cuidadora e de doação da mulher. Não que tais pautas se tratem de algo de menor importância ou relevância, mas acabam por privar a participação das mulheres em meios de maior visibilidade, como é o caso das comissões de orçamento ou de políticas econômicas.

3. TRABALHO DE CAMPO E ALGUMAS QUESTÕES METODOLÓGICAS

A pesquisa de campo, a construção e reflexão acerca do “outro”, é algo árduo e repleto de dificuldades. A coleta de dados, a análise e problematização dos mesmos, permite-nos a realização do “fazer antropológico” pautado nas premissas da execução de uma pesquisa científica.

Assim como nos ensina Geertz (1978), a etnografia trata-se de um “empreendimento” no qual fazemos investimentos físicos e intelectuais. Esta é algo que requer minúcia e riqueza de detalhes. O antropólogo precisa entender os sentidos e intenções dos atores

sociais; Geertz ao descrever as “piscadelas” nos ensina que aquilo que emerge nem sempre está declarado, explícito. Dessa forma, o papel do antropólogo consiste em entender aquele cenário, descrevê-lo, compreendê-lo e então interpretá-lo.

O que o etnógrafo enfrenta de fato é uma multiplicidade de estruturas conceituais complexas, muitas delas sobrepostas ou amarradas umas às outras, que são simultaneamente estranhas, irregulares, implícitas e que ele tem que, de alguma forma, primeiro apreender e depois apresentar. (GEERTZ, 1978. p.10)

A antropologia busca entender essa “teia de significados”, de sentidos, que regulam a vida social. Aprender o “texto” socialmente construído pela cultura, através dos códigos significantes e simbólicos, emitidos pelos atores sociais.

Nesse sentido, “etnografar” em época de campanha eleitoral requer envolvimento intenso e atencioso. Todos os detalhes, gestos, murmurinhos são de extrema importância para a construção do trabalho antropológico acerca dos fenômenos políticos. Estar atento as “impressões controladas, moldadas” dos eleitores e “atores políticos”, já que estes representam variados papéis na vida social e, ainda mais, quando se veem frente a um pesquisador, onde o receio de se expor ou se comprometer, muitas vezes gera discursos velados e repletos de ponderação, cabendo ao pesquisador observar, analisar e compreender o que está implícito em tais falas.

Os dados aqui apresentados tornaram-se possíveis devido as nossas verdadeiras peregrinações em busca das atividades de campanha de Tatiana Medeiros nas eleições municipais de 2012. Para tanto, foi necessário nos tornarmos “militantes” da candidata, nos misturarmos em meio de tantos outros eleitores, comparti-

lhando dos mesmos sentimentos que eles, que se tornam tão intensos no período de uma disputa eleitoral.

Tradicionalmente a antropologia se identifica com o método qualitativo de análise que nos possibilita a observação participante, utilizado intensamente por nós para a concretização desta pesquisa. Como nos coloca Foote-Whyte (1975), a observação participante requer o estabelecimento de premissas que permitam a entrada num ambiente desconhecido. Esse acesso implica na ocupação de um lugar e pressupõe que o pesquisador torne-se um integrante aceito naquele contexto. Sob esse aspecto, é necessária a apresentação de quem se é e a exposição do que se pretende. O estabelecimento de confiança, de relações sociais e de interação, é fundamental para a execução da observação participante.

Desse modo, realizamos minucioso trabalho de pesquisa no *site* oficial de campanha de Tatiana Medeiros, em diversos outros *sites* de notícia, em seus perfis nas redes sociais (*Facebook* e *Twitter*), nos seus guias eleitorais, além de acompanharmos debates nas rádios e TVs locais e, como dito, participarmos de passeatas, comícios, sabatinas, carreatas. O contato “face a face” com eleitores, observar seus modos de se portar, os símbolos por eles produzidos, seus discursos em meio aos eventos citados e nas redes sociais nos permitiu compreender a relação entre a prática política e a cultura.

Realizamos ainda, 14 entrevistas abertas com base em roteiro semi-estruturado, com eleitores de Campina Grande na faixa etária de 20 a 56 anos, residentes dos bairros de Santa Rosa, Malvinas, Cruzeiro, Centro, Jeremias, Jardim Verdejante, Palmeira e Catolé, dos quais 06 são homens e 08 mulheres de variadas profissões: atendente de *telemarketing*, estudante, funcionário público, dona de casa, enfermeira, técnico eletricista, empresário.

No dia 16 de abril de 2013 realizamos ainda, após vários contatos, intermediadores e esperas, entrevista com Tatiana Medeiros, em seu consultório médico. A mesma nos ofereceu informações essenciais acerca de sua trajetória política e pessoal para a elaboração deste artigo.

4. A ESTIGMATIZAÇÃO E OS DESAFIOS ENFRENTADOS POR MULHERES NA POLÍTICA: A CANDIDATURA DE TATIANA MEDEIROS

As eleições à Prefeitura de Campina Grande, no ano de 2012, proporcionaram mais uma vez, campanhas acirradas e competitivas, marcadas pela disputa por espaços de poder, pelos “nomes de família” e pelos “grupos políticos”, apesar de muitas vezes se tratar de uma disputa polarizada, entre dois grupos. O ano de 2012 trouxe para as eleições sete candidaturas à prefeitura municipal, das quais três foram vistas pelo público eleitor e pela mídia local, com reais possibilidades de vitória. As candidaturas foram compostas por: Guilherme Almeida (PSC), Tatiana Medeiros (PMDB), Daniella Ribeiro (PP), Romero Rodrigues (PSDB), Artur Almeida (PTB), Sizenando Leal (PSOL) e Alexandre Almeida (PT). Ainda que em proporções desiguais, a cidade se vestiu de amarelo, vermelho, azul, verde e branco, fato este novo se comparado as eleições anteriores, onde apenas duas cores prevaleciam.

Em meio a esse cenário, a candidatura de Tatiana Medeiros se destacou entre as demais devido à criação de uma dinâmica de boatos que passaram a identificar e estigmatizar a imagem da candidata.

Tatiana de Oliveira Medeiros, nasceu no ano de 1966, na cidade de Campina Grande. É filha do médico, José Moysés de Medeiros Neto e da enfermeira Zoé de Oliveira Medeiros. É divorciada e mãe de quatro filhos, um deles é o ex-vereador Cassiano Medei-

ros. Formada em Medicina pela Universidade Federal da Paraíba, fez residência médica no Hospital de Base do Distrito Federal, onde passou mais três anos em especialização. Após 1994, quando obteve o título de especialista em Ortopedia e Traumatologia em Campinas-SP, retornou à Campina Grande, onde trabalhou em hospitais como Pedro I, FAP, Clínica Santa Clara, Hospital Universitário e Hospital Regional de Urgência e Emergência de Campina Grande. Foi também médica voluntária da Associação dos Deficientes Físicos do Compartimento da Borborema. Em 2004, integrou a primeira equipe de médicos do SAMU de Campina Grande, assumindo a sua coordenação no ano de 2005. Em 2010 afastou-se do cargo para disputar uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba, obtendo 10.408 votos, posteriormente, retornou a coordenação do SAMU, onde permaneceu até janeiro de 2011 quando assumiu a Secretaria Municipal de Saúde na gestão do prefeito Veneziano Vital do Rêgo. Nas últimas eleições no ano de 2014, Tatiana concorreu mais uma vez a uma vaga na Assembleia Legislativa da Paraíba, sem êxito, obtendo 11.568 votos.

A candidatura de Tatiana Medeiros desde o seu anúncio esteve repleta de polêmicas, discussões e boatos. A apresentação de seu nome como candidata do PMDB e como sucessora do então prefeito Veneziano Vital, causou estranheza e gerou certa balbúrdia entre os eleitores campinenses, que não entendiam a escolha de um nome, até aquele momento, desconhecido de boa parte da população e sem uma trajetória política tradicionalmente reconhecida, como eram os casos de seus principais adversários, Daniella Ribeiro e Romero Rodrigues, por exemplo.

Como é comum à política local, apesar da diversidade de candidaturas nas eleições 2012, Campina Grande mais uma vez, teve uma campanha marcada pela disputa entre grupos políticos.

De um lado a candidata Tatiana representando a coligação liderada pelo PMDB e por seus mais expressivos nomes, o ex-governador do Estado, José Maranhão, e o então prefeito da cidade, Veneziano Vital, principal apoiador de sua candidatura. Do outro lado, o grupo de Romero Rodrigues, liderado pelo também ex-governador da Paraíba e tradicional figura política do Estado, Cássio Cunha Lima. Podemos ainda acrescentar à formação desses grupos, um terceiro construído sob a candidatura de Daniella Ribeiro – que afirmou inúmeras vezes durante a campanha não pertencer a nenhum grupo e se considerar uma “terceira via”, livre das disputas de poder – expoente de tradicional família política campinense, representada nas figuras de seu pai Enivaldo Ribeiro (ex-prefeito da cidade) e seu irmão Aguinaldo Ribeiro (ex-Ministro das Cidades no primeiro governo de Dilma Rousseff e atual deputado federal).

As campanhas eleitorais são comumente marcadas pela delimitação de grupos, pela produção de discursos, pela exaltação e exploração de sentimentos, pela reprodução de valores e normas sociais. Enfim, o “tempo da política”, reflete a apresentação de papéis, a fixação de lugares diante dos outros (adversários), e a competência do ator político de responder positivamente às expectativas do público eleitor. Dessa forma, Barreira (2008), caracteriza este período como o momento em que:

Conflitos explicitam-se, identificações instauram-se e um mercado de ideias ganha corpo e espaço no âmbito da vida social. Um mercado nada livre, visto que as candidaturas, antes de serem condição espontânea de uma vontade individual, são produtos de intervenções que organizam todo um trabalho de construção que acompanha os atores desse cenário. (BARREIRA, 2008, p. 45)

Os períodos eleitorais tratam-se ainda de momentos estruturados em dimensões culturais e sociais; estes além de envolverem a competição, a “imposição de imagens”, a construção de símbolos e rituais estratégicos, refletem também valores cotidianos e papéis sociais. Devido a essas particularidades produzidas pelos períodos eleitorais e pelas práticas políticas como um todo, que as eleições para a Prefeitura Municipal de Campina Grande, no ano de 2012, nos despertou a curiosidade e investigação antropológica.

As eleições se baseiam como nos coloca Barreira (2008), sobretudo, quando há a realização de segundo turno, no alinhamento de eleitores como uma verdadeira “torcida organizada”, que se envolve, defende, “se arma” e se prepara contra todo tipo de retaliação direcionada a seu candidato.

Diante desse contexto, e baseados em nossas incursões via observação participante, em nossas rápidas enquetes ou em nossas entrevistas semi-estruturadas, um fato nos chamou a atenção: o envolvimento da candidatura de Tatiana Medeiros numa série de boatos, sendo o mais comentado deles, seu suposto relacionamento amoroso com o então prefeito, Veneziano Vital do Rêgo, seu principal apoiador de campanha. Assim, a vida pessoal, amorosa e privada da candidata, tornou-se alvo de insistentes investigações e especulações.

O nome de Tatiana Medeiros esteve envolvido em um marcante e significativo “circuito de boatos”, que como caracteriza Barreira (2008), funciona como um elemento de construção negativa dos candidatos. Uma arma simbólica, na qual sua difusão representa uma construção performativa que pertence ao conjunto dos atos de instituição e destituição que caracterizam o poder simbólico. Quanto a esse mecanismo de conquista eleitoral, a autora acrescenta:

A existência de boatos e eventos que parecem saltar da arena imediata da competição eleitoral evidencia que são muitas as peças integrantes do jogo eleitoral. As possibilidades de articulação entre regras normativas, baseadas em princípios éticos e pragmáticos, segundo a perspectiva de Bayley (1971), terminam confrontando-se, conferindo primazia aos elementos capazes de viabilizar maior eficácia política. (BARREIRA, 2008, p. 67)

A candidata Tatiana foi “acusada” de manter um relacionamento amoroso (“ter um caso”, como se referiram repetidamente nossos informantes à situação), com o prefeito Veneziano, que apostava em Tatiana como sua sucessora, sendo assim, seu “padrinho político”. O estarrecimento e até mesmo, indignação dos eleitores, dava-se de maneira mais enfática pelo fato do ex-prefeito ser casado e participar de todos os eventos de campanha ao lado de Tatiana, a “amante”, juntamente com Ana Claudia, sua esposa e primeira-dama do município. A fama da “outra”, da “destruidora de lares”, e o emprego de outros termos ainda mais pejorativos e depreciativos, passaram a integrar e, principalmente, identificar a imagem de Tatiana Medeiros.



Na imagem, Veneziano e Tatiana. Disponível no site oficial de campanha da candidata, www.votetatiana15.com.br, acesso em: 10/09/2012.

A desqualificação de Tatiana como sendo a “outra”, um comportamento considerado inaceitável pelo eleitorado campinense, pode ser analisado e compreendido a partir das categorias do estigma e do desvio propostas por Goffman (1963). O autor ao analisar as interações sociais, observou que ao entrarmos em contato com os outros procuramos encontrar o tipo de comportamento apropriado ao contexto em que estamos, assim como controlar as impressões que estes terão a nosso respeito. Nesse sentido, quando um indivíduo traz consigo aspectos e atributos que nos causam estranheza e que não condizem com aquilo que esperamos e consideramos certos, aplicamos a ele o que o autor irá denominar de estigma. É nessa ótica também que caracterizamos o indivíduo enquanto um “desviante”, um ser que se torna inábil a uma aceitação social plena.

Sobre isso, Goffman nos ensina que: “algum atributo que o torna diferente de outros, faz com que o reduzamos a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande.” (GOFFMAN, 1963, p. 06)

O rótulo e a identificação sob o estigma da “amante de homem casado” perseguiu e desqualificou Tatiana Medeiros durante toda sua campanha. A recorrência a este boato tornou-se uma constante entre os eleitores campinenses, que se pronunciaram das seguintes maneiras: “Tinha um caso com Veneziano, que tinha filho dele, boato, né?”; “Ouvi vários boatos relacionados a casos extraconjugais”; “Que ela tem um filho com Veneziano... que eles dois teriam um caso... briga entre ela e a esposa de Veneziano”; “Que ela teria um caso com Veneziano e depois deixou ele pra ficar com num sei quem também da política”; “De que ela tinha um relacio-

namento com Veneziano”; “Que ela teria um caso com Veneziano e que a filha mais nova dela era filha de Veneziano”.

Notemos que as afirmações de alguns de nossos informantes apresentam variadas acusações que põem em questão a conduta privada e moral da candidata. Desse modo, por se tratar de uma mulher independente, livre de amarras e convenções sociais, mãe de quatro filhos de relacionamentos distintos e divorciada, Tatiana Medeiros fugiu à regra dos papéis sociais e valores morais impostos às mulheres pela sociedade, o da mãe de família tradicional, dona de casa, esposa, mulher recatada e subjugada à esfera privada e do lar. A despeito dessa conduta “inversa” da então candidata, Goffman nos explica que:

Começando com a noção muito geral de um grupo de indivíduos que compartilham alguns valores e aderem a um conjunto de normas sociais referentes à conduta e a atributos pessoais, pode-se chamar “destoante” a qualquer membro individual que não adere às normas, e denominar “desvio” a sua peculiaridade. (GOFFMAN, 1963. p. 119)

Pleitear um cargo público, sobretudo numa eleição majoritária, requer um perfil e uma imagem pública, exemplares e inabaláveis, coerentes com as expectativas e os padrões sociais estabelecidos. Dessa forma, um bom político, que sirva de “modelo” para as famílias daquele ambiente, necessita ser casado, nos moldes da família tradicional – pai, mãe e filho; possuir determinada aparência que atenda àquela socialmente esperada e também, ser devotado a alguma religião, principalmente as convencionalmente aceitas. Sob esse aspecto, Tatiana na condição de uma mulher divorciada, com quatro filhos de relacionamentos distintos, logo foi considerada um “tipo” não muito adequado para conduzir e administrar uma cidade. Essas

exigências quando direcionadas a uma candidatura feminina nos parecem ter relevância ainda maior, afinal, em nossa sociedade a liberdade e as “aventuras amorosas”, são culturalmente aceitas e vistas muitas vezes, como um aspecto positivo e confirmador da virilidade do gênero masculino. Convêm neste momento fazer uma rápida digressão sobre uma situação bastante interessante que vivenciamos durante o nosso trabalho de campo e coleta de dados; estando na rua observando uma das caminhadas da candidata Daniella Ribeiro e consequente distribuição de adesivos por parte das pessoas que estavam trabalhando em sua campanha, um fato nos causou surpresa: o acesso a uma peça de propaganda da campanha da candidata Daniella, cujas cores eram mescladas pelas cores de campanha dos três principais concorrentes: o amarelo de Romero, o vermelho de Tatiana e o azul de Daniella, e trazia a seguinte frase: “**Nem ele, nem a outra, meu voto é Daniella**”. A utilização do termo “outra”, popularmente atribuído ao papel da amante, fazia de maneira implícita, referência ao possível relacionamento amoroso entre Tatiana e Veneziano. De maneira estratégica e simbólica, tal material punha Tatiana na condição da candidata inapropriada, oposta a candidatura de Daniella. A mesma reproduzia constantemente o fato de ser uma mulher casada, evangélica e mãe de três filhos, diferentemente de Tatiana, divorciada relacionada a um escândalo amoroso.

Declarações veladas quanto à estrutura familiar da candidata, também foram utilizadas por Romero Rodrigues, em especial quando os dois disputaram o segundo turno das eleições. Nesse sentido, Romero trazia insistentemente em seu programa eleitoral, discursos que faziam referência a sua família, composta por pai, mãe e filhos. As falas do candidato nos pareciam tratar-se de um recurso para demonstrar ao eleitor, que ele, integrante do modelo

de família tradicional, estaria mais apto e adequado ao cargo de prefeito da cidade, diferentemente de sua opositora.

A recorrência de tais apreensões foi tanta que Tatiana utilizou um espaço do seu Guia Eleitoral, no dia 25 de outubro de 2012, para questionar o posicionamento do candidato, frente à composição de sua família supostamente “não-convencional”:

O assunto família foi usado insistentemente nos últimos guias eleitorais do meu adversário. Não sei se sua intenção foi sugerir que existe alguma vantagem em se ter como prefeito um homem de família. Ou se ele queria insinuar algum preconceito contra as mulheres independentes. Quero dizer a ele e a todos que tenho imenso orgulho de ser uma entre milhões de brasileiras arrimo de família. Sou apenas uma dessas mulheres que não dependem de ninguém, que constroem uma vida profissional de sucesso ao mesmo tempo em que vão à luta para criar seus filhos com todo carinho, alimentá-los, e educá-los para que se tornem cidadãos dignos e responsáveis. Mulheres guerreiras, que tiveram que se construir fortes para enfrentar por muitas vezes a incompreensão de alguns e o preconceito de muitos. (Guia eleitoral de Tatiana Medeiros, 25/10/ 2012).

As declarações de Tatiana objetivaram uma tentativa de transformar o conteúdo intencionalmente utilizado por Romero como negativo, em algo positivo para a sua imagem. Assim, Tatiana apostou num discurso repleto de apelo emocional, que a punha na mesma situação de milhares de mulheres brasileiras, que optam pela construção de uma vida sem marido, pautada no trabalho e no sustento da casa e educação dos filhos.

Goffman (1963) descreve o estigma como algo fundamentalmente pertencente à vida pública, que se dá através do contato

entre estranhos ou conhecidos, tendo como polo oposto a intimidade. O autor ainda faz considerações acerca das “expectativas padronizadas” quanto ao papel social de uma mulher, fato que nos permite compreender a estigmatização em torno de Tatiana Medeiros.

A não conformidade de Tatiana com os padrões convencionais passou a caracterizá-la como um indivíduo “inabilitado para a aceitação social plena”. É essa marca profunda e depreciativa que Goffman (1963) conceitua como estigma:

O termo estigma será, portanto, usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar normalidade de outrem. (GOFFMAN, 1963, p. 6)

Assim, desqualificar Tatiana por ser uma mulher divorciada e não se enquadrar na estrutura social posta implica diretamente na caracterização de Romero como um “bom homem de família” e Daniella como a “boa mulher de família”. Numa sociedade machista e extremamente presa à valores tradicionais como a brasileira, uma mulher pública, ser identificada sob o estigma da “outra”, confere a ela inaptidão social e profunda negativização. Ao produzir um estudo antropológico sobre a identidade da amante, Goldemberg (1990), descreve os preconceitos, acusações e exclusão social a qual a mesma é submetida.

Representada em romances, filmes, novelas de tevê, peças de teatro e mesmo na cabeça da maior parte das pessoas como vilã, a mulher fatal e perigosa, ameaça aos lares felizes e à família, a OUTRA, a amante do homem casado, é um personagem muito presente na vida de cada um de nós. Reais ou não, essas representações tornam a OUTRA um ser mis-

terioso e profano, encoberto por enigmas, que pode a tudo e a todos contaminar. É a mulher pecadora, Eva, desobediente de Deus e aos valores da sociedade, que deve permanecer escondida (ou ser desfruída) para não macular a pureza das virgens e das esposas fiéis. (GOLDENBERG, 1990, p.17)

É importante ressaltarmos que nosso objetivo não consiste em saber da veracidade ou não dos boatos direcionados à Tatiana, isso não nos interessa. Nossas argumentações giram em torno de entender o por que de a candidata ter se tornado alvo dessas especulações. Num contexto de sete candidaturas, onde havia outra feminina, apenas Tatiana teve sua vida íntima exposta e discutida por toda a cidade. O que pretendemos é por em discussão a persistente discriminação e negação dos espaços sociais e de poder às mulheres. Estas que mesmo com todos os avanços conquistados no campo do conhecimento, do mercado de trabalho e da própria política, continuam a serem desrespeitadas e subjugadas a condição de inferior. O estigma direcionado a Tatiana Medeiros reflete tal condição, uma mulher “avessa” a determinados padrões, que busca a entrada num meio majoritariamente masculino, tem sua integridade e conduta moral posta em dúvida e ligada a toda sorte de desqualificações.

Tatiana que tinha credibilidade adquirida a partir do apoio de Veneziano e da caracterização de sua gestão como positiva, teve seus “atributos”, seu possível bom desempenho como prefeita desacreditado devido ao seu “mau comportamento” e não atendimento as expectativas e requisitos sociais e morais estabelecidos pelo eleitor. Uma de nossas entrevistadas ao comentar o escândalo amoroso protagonizado por Tatiana Medeiros, afirmou que:

Se eu soubesse que era verdade e ele sendo casado, ia interferir na minha votação, eu já não votaria mais nela, na minha concepção ela não seria uma

pessoa verdadeira, não ia ser uma pessoa que tinha caráter. (Atendente de telemarketing, 27 anos, 07/01/2015)

A desqualificação da candidata e a conseqüente desconstrução de sua imagem pública sob o signo da “outra” e da “amante”, tornou-se fato relevante no que se refere a apresentação e adequação de Tatiana Medeiros ao papel de candidata, como relatou outros de nossos informantes:

Pode ter influenciado sim, visto que a sociedade ainda é um tanto machista. (Empresária, 24 anos, 16/04/2014)

Existem muitas pessoas que acreditaram ser verdade e por um pseudo senso moral passaram a vê-la com outros olhos. (Técnico eletricista, 29 anos, 16/04/2014)

Acho que isso afeta sim, principalmente ela sendo mulher... a mulher tem que ter aquela imagem impoluta... eu acho que afeta sim e negativamente, né?. (Estudante, 24 anos, 16/04/2014)

A participação intensa da primeira dama do município, Ana Claudia, elemento fundamental na construção e propagação do boato que envolvia Tatiana e Veneziano, já que como nos coloca Goldemberg (1990), a existência da identidade própria da “outra” se dá pelo contraste com a identidade da esposa, nos parecia uma das tentativas de minimizar os efeitos causados pela repercussão do escândalo na campanha. Desse modo, assim como também nos apresenta a autora, a imagem de Ana Claudia foi posta pelos eleitores sob a ótica da “coitada”, da “vítima”, de “ser submissa”, sem “identidade própria”. Os eleitores questionavam todo o tempo o porquê da primeira dama se prestar àquele papel. Porque dividir o palanque com sua “rival”, que ameaçava a estrutura de sua família e

de seu casamento? Outros ainda viam a situação com revolta, afirmando que Ana Claudia não tinha “vergonha na cara”. Até a fratura sofrida por Tatiana na tíbia, em plena campanha eleitoral, que a obrigou a passar vários dias usando um par de muletas, foi também propagada em forma de boato. Alguns eleitores comentavam que tal contusão teria sido ocasionada por uma agressão de Ana Claudia à Tatiana, após a mesma tomar conhecimento do “caso” com o seu marido, Veneziano.



Ana Claudia e Tatiana. Imagem divulgada na página pessoal da candidata no Facebook, www.facebook.com/Tatiana15100, acesso em: 20/10/2012



Ana Claudia, Veneziano e Tatiana em carreta pelas ruas da cidade. Foto de arquivo pessoal - 15/09/2012

As estratégias da candidata e de seus assessores de campanha na tentativa de sufocar o referido boato e a crença na sua submissão e dependência da figura política do ex-prefeito, se fundaram na apresentação da mulher bem sucedida profissionalmente (“a doutora”, referência a sua profissão de médica), no papel da mulher “arrimo de família” (denominação da própria candidata), dedicada ao zelo dos filhos e divorciada sim, mas integrante de uma família bem estruturada. Em entrevista a nós concedida, Tatiana pronunciou-se quanto ao “circuito de boatos” e a série de ataques por ela sofridos, da seguinte forma:

Fui muito, muito perseguida durante essa campanha, sofri todos os tipos de preconceito, de mentira, de mácula, tentaram fazer de tudo pra que a minha imagem fosse totalmente desconstruída ou construída de forma diferente (...) fora o que tentaram e ainda tentam fazer no lado pessoal, no lado profissional (...) o desrespeito, a tentativa de macular a imagem da mulher, da mãe, da profissional, em tudo. (Trecho de entrevista com Tatiana Medeiros, 16/04/2013).

A fala da candidata expressa a eficiência da “dinâmica de boatos” que circularam pela cidade. Suas considerações centram-se na exposição de uma Tatiana inversa àquela criada pelos boatos, a Tatiana médica, profissional bem sucedida, mãe zelosa e amorosa, mulher combativa que enfrenta diariamente os preconceitos a ela voltados, sem a necessidade do casamento e de estar condicionada à papéis sociais tradicionais.

O exercício da pesquisa nos permitiu ainda refletir e comparar os discursos direcionados a também candidata Daniella Ribeiro, com os referentes à Tatiana Medeiros. De maneira totalmente inversa ao ocorrido com Tatiana, Daniella não sofreu qualquer

tipo de depreciação ou negatificação quanto a sua imagem pública, este fato pode ser constatado a partir das descrições de alguns eleitores entrevistados. Esta foi associada à figura da “mulher tradicional”. Sob esse ponto de vista, podemos notar que a descrição de uma “mulher de família”, “casada”, “religiosa”, remete à figura da mulher esposa, dona de casa, mãe. Ao papel que costumeiramente a mulher ainda é associada. Assim, nos é possível pensar também que valores tradicionais e arraigados em nossa cultura, como o matrimônio e a religiosidade, tratam-se de questões relevantes quanto à construção e apresentação de um perfil político.

Os programas eleitorais de Daniella, bem como seus discursos destacavam e enfatizavam sua condição de “mulher de família”. A mesma ainda era repetidamente acompanhada por seu marido em seus eventos de campanha, além da presença atuante de seus filhos na campanha ser também uma constante. As descrições utilizadas pela então candidata em seus perfis nas redes sociais explicitam a imagem construída por Daniella: No *Twitter* ela se define como: “Daniella Ribeiro, evangélica, casada com @juniorframos, mãe de Lucas, Marcella e Gabriel. Nasci em CG, sou Dep. Estadual e Presidente da Comissão em defesa da mulher na ALPB”.

Daniella eu acho engraçado, Daniella é meio que o oposto de Tatiana, né? Pelo menos assim na questão dos boatos e tal... a mulher de família e tal, casada, então ela é bem... não tem uma mácula assim na imagem de Daniella. (Estudante, 24 anos, 16/04/2012)

Ao se apresentar sob os signos da mulher casada, mãe e religiosa, Daniella Ribeiro, teve seu nome e imagem preservados de todo e qualquer questionamento que pudesse contestar sua “conduta moral e social” e sua capacidade e adequação quanto ao papel

de possível gestora pública. A fala de um de nossos informantes, acima citado, põe em evidência a eficácia do papel assumido pela outra candidatura feminina.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A distinção entre “lugares de homens” e “lugares de mulheres” e conseqüentemente, de modos diferenciados de se portar e de agir, acabou por colocar às mulheres em posição de desigualdade nos espaços de poder. A exigência de conformação com esse modo de ser, explica os estigmas e os estereótipos de gênero aos quais as mulheres são submetidas em época de campanha e também, durante sua atuação enquanto agentes públicas. Nesse sentido, entendemos os papéis sociais assumidos pelas mulheres como uma necessidade e exigência de uma sociedade conservadora, que as aceita nesse meio a partir da perpetuação de um padrão de “ser mulher”.

Diante de uma campanha repleta de discursos fundamentados na religiosidade, em valores morais e normas sociais, a condição de divorciada e mãe de quatro filhos de distintos relacionamentos, e a intensa participação do prefeito Veneziano na construção de sua vida pública enquanto mulher política, permitiu que Tatiana Medeiros tivesse sua candidatura e imagem pública associada a uma série de boatos, no qual a existência de um suposto envolvimento amoroso entre ela e o então prefeito casado, foi de longe o que mais se destacou. Desse modo, o estigma da “outra”, da amante de homem casado passou a integrar a sua figura pública, tornando-a alguém desqualificada e inapropriada para assumir um cargo com tamanha visibilidade como é o de prefeita de uma cidade. A existência do papel da “outra” condiciona a existência do papel da mulher traída, no caso a primeira dama do município, Ana

Cláudia, que ora foi posta na condição de vítima, de injustiçada e ora colocada como alguém “sem vergonha na cara”.

Os valores morais e éticos arraigados ainda continuam a desqualificar e inferiorizar as mulheres que a eles não se adequam em nome de sua liberdade e autonomia. Assim, Tatiana ao “desviar-se” da conduta imposta pelos papéis tradicionais da mãe e mulher casada, dona de casa, automaticamente tornou-se inapta e estranha às noções e “tipos ideais” requisitados por uma sociedade conservadora e discriminatória, no que se refere à consolidação da mulher, em específico a mulher política.

É importante repetirmos que num contexto de sete candidaturas, somente a de Tatiana Medeiros esteve envolvida na criação de boatos no que diz respeito a “invasão” de sua vida privada, nem mesmo a outra candidatura feminina representada por Daniella Ribeiro, sofreu qualquer tipo de julgamento ou especulação. Apresentar-se sob os signos da mulher tradicional, mãe, casada e evangélica, conferiu a Daniella uma campanha sem máculas e livre de tais boatos. O exercício da pesquisa, enfim, nos permitiu compreender o papel fundamental que a cultura exerce no campo da política. Suas práticas, ações e discursos, estão impregnados de elementos culturais que identificam e representam a sociedade brasileira num dado tempo, numa dada realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Imagens Ritualizadas**: Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais. São Paulo, Editora Pontes, 2008.

COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**. V. 9, n. 17. 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Reflexões acerca do poder, do patriarcado e da cidadania das mulheres. In: FERREIRA, Maria Mary (org.) **Gênero, política e poder**: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís, EDUFMA, 2012.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a observação participante, In: ZALUAR, Alba (Org.), **Desvendando Máscaras Sociais**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1975.

GEERTZ, Clifford. Um jogo absorvente: Notas sobre a briga de galo balinesa. In: **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1978.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Tradução de Mathias Lambert. 1963.

GOLDEMBERG, Mirian. **A outra**: um estudo antropológico sobre a identidade da amante do homem casado. Rio de Janeiro: Revan, 1990.

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença**: as mulheres na política. In: Estudos Feministas. Ano 9, 2 semestre 2001.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Interseções entre cultura, mídia e política: o uso das redes sociais na campanha de Dilma Rousseff em 2010. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.43, n.1, jan/jun, 2012, p.94-111.

_____. **Ensaio de Antropologia da Política**. EDUEPB, Campina Grande, 2011.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade & ARAÚJO, Josileide Carvalho de. Pior do que ser é parecer ser – estigmas e relações de gênero. O caso da campanha de Tatiana Medeiros nas Eleições 2012 em Campina Grande – PB. In: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade (org.) **Interseções entre Política, Mídia e Tecnologia**: novos dizeres, novos fazeres. Campina Grande, EDUEFCG, 2014.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Caleidoscópio Convexo**: mulheres, política e mídia. São Paulo, Editora Unesp, 2011.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

RABAY, Glória. CARVALHO, Maria Eulina Pessoa de. **Mulher e Política na Paraíba**: História de vida e luta. João Pessoa: Editora Universidade da UFPB. 2010.

ROSALDO, Michelli. **O uso e abuso da antropologia**: Reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural. Revista Horizontes Antropológicos – Gênero. Porto Alegre. Ano 1, nº 1, 1995.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DA CANDIDATA TATIANA MEDEIROS NAS ELEIÇÕES MUNICIPAIS DE 2012: DESCRIÇÕES ETNOGRÁFICAS

Josileide Carvalho de Araújo

1. INTRODUÇÃO

Esse *paper* é resultado da pesquisa realizada durante a campanha para prefeitura da cidade de Campina Grande em 2012 no qual tomamos como tema de pesquisa da dissertação a construção da imagem pública de uma das candidatas a prefeitura da cidade.

Refletir sobre a política não é algo tão simples. O conceito de política é muito abrangente e não pode se resumir ao período do processo eleitoral quando exercemos nossa cidadania no momento do voto. Por mais que as pessoas acreditem que a política está fora de seu domínio, quando analisamos as campanhas eleitorais o envolvimento dos eleitores faz com que o momento das eleições seja algo especial. Sentimentos, conflitos, intrigas, apoio aos candidatos fazem parte desse processo, o que oferece uma dimensão mais subjetiva e simbólica da política que não podemos compreender apenas no seu aspecto formal.

A política se apresenta num jogo de imagens, sons e subjetividades, imersa em um contexto que diz muito como esta se apresenta, por exemplo, por ocasião das campanhas eleitorais. Na história recente da política no Brasil, no início da década de 30, nem todos os brasileiros tinham o direito de votar. É só no governo de Getúlio Vargas que a mulher conquistou o direito de votar, des-

de essa época era absurdo pensar na disputa de cargos políticos por mulheres de modo efetivo, muito menos imaginar que uma mulher poderia chegar ao cargo máximo do poder executivo.

Nesse caminho esse *paper* tem a proposta analisar a construção da imagem pública da candidata Tatiana Medeiros nas eleições municipais de Campina Grande – PB, 2012. Buscando detectar o que a candidata usou de estratégias para atrair a atenção de eleitores, e, conseqüentemente, votos. Durante as campanhas eleitorais, muitos elementos estão em jogo, que podem prejudicar ou não a imagem de um candidato, principalmente, quanto a sutil relação entre a vida pública e a vida privada, que parecem ser uma só no processo eleitoral, e como resultado, a imagem pode ser desconstruída ou positivada, dependendo do tema ou situação a ser publicizada, como poderemos verificar ao longo desse artigo.

2. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA: ENTREVISTA COM TATIANA MEDEIROS

Entre muitas atividades de campanha que participamos durante o processo eleitoral, optamos em selecionar a entrevista com a candidata Tatiana Medeiros de forma que acreditamos ter sido um momento importante para nosso trabalho e que podemos analisar, a partir do próprio discurso da candidata e das informações que colhemos, o processo de construção de sua imagem pública. (GOMES, 2004)

A entrevista com Tatiana Medeiros foi realizada no dia 16 de Abril de 2013. Durante a campanha foi impossível conseguir um espaço na agenda da candidata para que pudéssemos realizar a entrevista. Além dos compromissos da candidata, nós estávamos em campo participando das principais atividades de campanha e por mais que tenhamos tentado um encontro com a candidata, não logramos êxito.

Com o início de 2013 reiniciamos a procura pela candidata no seu consultório na tentativa de conseguir pelo menos conversar com ela para vermos se havia a possibilidade dela ceder um horário para fazermos a entrevista. Na segunda tentativa, Tatiana nos recebeu e marcou um horário no seu próprio consultório médico, em dia de atendimento. Chegado o dia ficamos esperando por Tatiana, assim como os seus pacientes que já aguardavam para serem atendidos, o que nos trouxe certo constrangimento, pois estávamos ocupando um horário de atendimento, o que nos dificultou termos uma conversa mais tranquila, pois Tatiana mesmo interessada em responder nossas perguntas, se preocupava com a sala de espera, cheia de pacientes.

A entrevista versou sobre perguntas relacionadas à campanha, e principalmente sobre o seu ingresso na vida política e o que isso implicou em sua vida pessoal e profissional. Como também, o interesse se fez em perceber como a mesma construiu sua imagem pública a fim de conseguir apoio dos eleitores e seus votos. Assim passamos a detalhar as várias passagens da entrevista realizada com ênfase em sua percepção como se vê como candidata, mulher e profissional.

3. INSERÇÃO NA POLÍTICA E OPINIÕES SOBRE SER POLÍTICO

A conquista do voto feminino e a inserção das mulheres na política trouxeram alguns aspectos interessantes na forma como os discursos são produzidos, e, principalmente, como a imagem pública é construída. A mulher por ter uma recente inserção na política, quase não se vê seus nomes em escândalos políticos, além dessa “suposta” integridade moral, usa como estratégia um discurso que as diferencia dos homens quanto aos atributos como sensibilidade, carinho, amor materno, enfim, que passa a fazer parte das campa-

nhas eleitorais de mulheres. Diversos são os motivos de ingresso na política, o que possível ser é que um candidato deve ter certa base financeira, um nome conhecido e apoio de figuras importantes na política para obter a condição de participar de uma campanha, e ser um possível vitorioso.

A inserção de Tatiana Medeiros na campanha eleitoral deveu-se a sua atuação como médica na cidade, como ela mesma nos explicou:

Se deu naturalmente, pela minha participação na gestão de Veneziano. Eu sempre trabalhei, me formei como ortopedista e traumatologista. Me formei em Campina, fiz residência em Brasília, depois fui pra Campina fazer a prova de título de especialista. Desde 1993 que atuo como médica ortopedista em Campina. Trabalhei no Hospital Universitário, na FAP, no Hospital Regional, no Hospital Pedro I, na Clínica Santa Clara, na CLIPSI, Hospital João XXIII, em todos os hospitais de Campina que tinha serviço de ortopedia. E montamos esse serviço de ortotrauma desde 1995. Em 2004, o SAMU foi aberto em Campina, o 13º serviço criado no País, eu me habilitei, participei da seleção pública para ser médica no SAMU, antes fiz o ATRF, que é um curso rápido do Colégio Americano de Cirurgias pra poder estar mais qualificada até para trabalhar no pré-atendimento hospitalar. Fui selecionada, comecei a ser médica do SAMU em 2004. Em 2005, Veneziano ganhou as eleições e me convidou pra ser coordenadora, e comecei a ser coordenadora do SAMU em 2005, me senti capacitada, pronta para ser chefe do serviço. Não tinha nenhuma intenção de ocupar um cargo de coordenação, de diretoria de gestão pública, nunca passou pela minha cabeça. Isso veio naturalmente pela própria condição de já ter sido médica do SAMU e de ter acreditado em Veneziano em 2004, de ter votado nele. Achei-me na condição de colaborar com a gestão e passei a

ser coordenadora, incrementamos o serviço, ampliamos a base, reformamos e ampliamos o número de equipes, regionalizamos o SAMU, e depois disso daí, em 2010, pensei em ser candidata a deputada estadual, fui candidata, de maneira independente, tive 10 mil a 10.500 votos, só em Campina tive mais de 7 mil votos, e depois da eleição de 2010, voltei a ser coordenadora do SAMU e fui convidada a ser Secretária de Saúde, aí foi quando meu nome tomou uma proporção maior na cidade de Campina, atuando na secretária nós implantamos os serviços que vocês conhecem, Hospital Municipal da Criança e da Adolescente, a UPA porte 3, a primeira da Paraíba, ampliamos, reformamos, construímos novas unidades básicas, serviços novos pra Campina nas diversas áreas de saúde, desde a saúde mental ao atendimento de urgência, a obstetria no ISEA. Aí o nome tomou realmente um volume diferente, e meu nome começou a ser cogitado pra ser a candidata do PMDB a sucessão de Veneziano, foi dessa forma. Eu não imaginaria jamais, se voltasse o tempo em seis anos, cinco anos, eu não me imaginaria que iria ingressar no meio político. E foi dessa forma que eu participei do pleito último da eleição municipal de Campina Grande, no cargo majoritário, saí e entrei no primeiro turno, participei das eleições no primeiro turno começamos lá embaixo, com um percentual muito insignificante no início na pré-campanha, e chegamos no segundo turno.

Ao informar sobre sua participação na política, ela faz questão de dizer quais foram os projetos e ações enquanto esteve à frente do SAMU e como secretária de saúde, pois esse mesmo discurso foi feito durante a campanha, acrescentando as ações do prefeito na cidade que iriam ser sequenciadas por ela. Nessa mesma conversa, a nossa depoente faz um retrospecto da sua vida profissional, de quando fez o curso de medicina e a residência, e que trabalha há 20 anos na cidade. Essa foi uma das formas para embasar a imagem

da doutora, que fez parte das músicas de campanha, como já apresentamos no capítulo anterior, principalmente, quando foi apresentado no primeiro guia a história de vida pessoal e profissional da candidata, e o final do guia era a apresentação da música sobre a doutora. Como também, ainda relata sobre a participação na eleição em 2008, em que obteve mais de 10 mil votos, deixando claro que nesse tempo ela teve essa votação, sem ainda ser seu nome tão conhecido na cidade, e isso pode ter sido uma das motivações para escolha do seu nome como sucessora de Veneziano, e pelo fato de ter feito parte da gestão do prefeito.

Tatiana ao ser questionada sobre sua primeira participação em eleições formulou o seguinte raciocínio:

É uma campanha diferente, a proporcional em nada se assemelha um candidato a deputado ele não tem a noção da proporção do que é uma campanha para majoritária, mas foi uma experiência importante, uma demonstração, eu nunca havia exposto meu nome a um cargo, e eu tive uma campanha firme, uma campanha sem estrutura nenhuma, e tive mais de 7 mil votos em campina, acho que fui a quinta mais votada em campina grande, eu de todos os candidatos, fui a quinta ou sexta que mais obtive voto em Campina Grande, isso não me deu a vitória, precisaria ter mais votos, até fora de Campina Grande, somado foram 10.408 votos, mas foi uma experiência válida.

Ao ser indagada se fazia parte dos planos de vida ingressar na política, ela assim se manifestou:

Não imaginaria, não tinha programação na minha vida como estudante, como acadêmica de medicina, como médica em Campina Grande, no início não. Sou filha de médico também, minha mãe também

não é da área política, e assim fui criada de forma que estudar é a prioridade, e trabalhar também, e o trabalho tem que ser feito de forma muito responsável, e a gente tem que ter aquilo que a gente produz, foi dessa forma que fui educada.

E quanto a estar preparada para ingressar na política, nos informa,

Me sinto, o futuro a Deus pertence, essa é uma frase muito simples e muito utilizada, mas é assim mesmo, todo o dia eu peço a Deus força, peço a Deus sabedoria, entrego na mão dele o destino, o futuro, fazendo a minha parte, não vou entregar a ele o futuro e cruzar os braços, me sinto sim, mas não tenho assim nada definido, as pessoas falam, pedem, querem que eu seja candidata, querem que eu seja candidata a deputada estadual, outros querem que seja federal, acho que as coisas não vão ser e não serão dessa forma, Deus sabe tudo, sabe do momento certo e tudo.

É necessário destacar que em seu discurso Tatiana faz questão de afirmar que tem princípios de vida que a fazem ser o que é. O fato de ser uma mulher instruída, profissional da saúde, que salva a vida das pessoas, parece aumentar seu capital simbólico, talvez por isso que em seu discurso afirma tacitamente que sempre foi responsável, uma pessoa técnica, que sabia o que estava fazendo e que ao administrar a cidade, teria a mesma responsabilidade. O fato de ter essa pretensão em participar de uma campanha eleitoral, nos trouxe a curiosidade de saber se a família a apoiou em sua empreitada de iniciar uma carreira política e ela nos respondeu:

É meio assustador, porque as pessoas e pai e mãe, irmão, filho, na realidade também não estavam dentro de um projeto político ninguém da minha

família, ao não ser meu filho que foi vereador agora na última composição da Câmara, e ao não ser ele que pensou desde cedo, sempre gostou muito de política, mas os demais familiares não; tiveram realmente uma surpresa no sentido de que você termina desviando um pouco sua rota de vida e termina envolvendo todo mundo na política.

Ela também nos informa a respeito de como é a política na Paraíba e o que é o ser da política,

Bem, a política ela hoje representa praticamente o ar que respiro. Depois que você sai de uma eleição como saí, pra prefeita da cidade de Campina Grande, uma cidade com as características de Campina Grande, uma mulher, uma médica, uma pessoa que sai do anonimato e que consegue receber a confiança de 90 mil pessoas, você tem que realmente pensar em todos os seus projetos futuros, é muito gratificante, claro que a derrota não estava nos meus planos, logicamente eu esperava ganhar, o PMDB esperava ganhar, e os 90 mil campinenses que votaram no candidato e na candidata do PMDB esperava o êxito naquela eleição, mas muitos recursos, e muitas situações interferem no resultado de uma eleição numa cidade do nordeste, todo mundo sabe disso, eu não vou aqui detalhar sobre isso, é muito claro isso. Mas, eu saí feliz com a votação muito expressiva que nós tivemos, e a política é arte de servir mesmo, e aqueles que tem efetivamente essa intenção nem sempre tem êxito, na política nem sempre vence o melhor, infelizmente. Mas, não é fácil e eu continuo firme, fazendo a oposição hoje, defendendo aqueles que acreditaram em mim, defendendo todo o legado que nós construímos em Campina Grande durante oito anos. Porque política no nordeste, na Paraíba, em Campina Grande não é feita da forma que deveria ser feita, política é ato de servir, de trabalhar pelas pessoas, mas as bairrarias e picuinhas que acontece aqui em Campina Grande terminam afetando a todos, eu não estou

acostumada com isso, meus filhos não estão acostumados com isso, meus irmãos, meus pais, meus colegas médicos aqui da clínica, ninguém, isso é uma questão que de qualquer forma termina atingindo a todos.

A fala nos revela justamente o que Tatiana diz ter sofrido durante a campanha, ela, através de um discurso marcado pelo ressentimento (HAROCHE, 2004) até mágoa (MAUSS, 1979), narra indiretamente situações sofridas por certo *habitus* (BOURDIEU, 2006) de praticar a política no Estado e em Campina Grande que ela chama de “picuinhas”, aqui leia-se todo o “circuito de boatos” (BARREIRA, 2008) do qual foi vítima e das fortes e grosseiras insinuações de que seria amante do então prefeito e seu principal aliado Veneziano, que seus filhos eram de pais diferentes, além de prejudicar a imagem da candidata, acaba afetando a família, pois suas filhas também foram envolvidas nos boatos espalhados na cidade. Ela critica essa forma de fazer política na cidade, e atenta que política é o ato de servir, isso se deve a sua atuação como médica, servir as pessoas para salvar suas vidas, e essa servidão também se aplica para administrar uma cidade. E acrescenta

e em Campina Grande está muito longe de ser a política, esse conceito filosófico de política, é realmente a arte de servir, o candidato é eleito para representar o povo, mas a grande maioria depois de eleito representa apenas os interesses dele e do grupo deles. Infelizmente, isso tem que mudar, mas só vai mudar quando o povo tiver consciência disso.

Ao falar que o povo tem a responsabilidade de escolher seu gestor, deve ter a consciência de quem é a melhor opção para a cidade, e ao ser indagada sobre a participação dos eleitores, ela acrescenta:

É importantíssimo, você realmente reconhecer em cada cidadão campinense, que foram quase 90 mil que confiaram em mim, que confiaram no nosso projeto, que não era um projeto de poder, era um projeto de trabalho. É você dividir com cada militante, com cada cidadão, com cada eleitor a responsabilidade de uma escolha. Campina Grande, hoje, infelizmente vive numa situação desfavorável, não é foco da entrevista, mas exemplifica o que caracteriza a política, em cem dias de uma gestão, você já vê greve na educação, uma greve que se inicia na saúde, um discurso completamente diferente daquele praticado no período eleitoral, e essa é a política que a gente conhece, que a gente vivencia, e não foi com esse espírito, esse intuito que eu me coloquei como candidata para ser prefeita de Campina Grande.

Indagada sobre que leitura ela fazia de sua derrota no segundo turno, ela assevera:

É difícil atribuir fatores que levaram a derrota, eu sempre faço um comparativo que é parecido, apesar que é muito diferente, quando alguém morre, sempre se busca uma desculpa, uma justificativa, mas eu tenho certeza que é um ciclo, é uma tendência, foram dois mandatos consecutivos da gestão do PMDB do prefeito Veneziano. Veneziano mudou Campina Grande, mudou pra melhor, mas infelizmente, a tendência e a vontade de mudar existia, então as pessoas mesmo que elas não parassem pra analisar, o grupo que estava voltando, que não era um grupo novo, um grupo que já tinha governado Campina por 22 anos, e o grupo que eu representava e que represento ainda, um grupo que fez por Campina Grande. E em três meses dessa gestão que se diz inovadora, Campina já sente todo um reflexo de um retrocesso que foi muito amplamente divulgado por mim, e por todos que fazem o PMDB.

Nessa fala, ela acrescenta o que apresentava durante seu discurso de campanha, que ao votar em Romero Rodrigues Campina estaria voltando ao passado, a estagnação e ao votar nela Campina seguiria em frente com as ações e mudanças iniciadas por Veneziano.

4. A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA

Goffman (1963) alerta sobre a representação das pessoas em várias situações e eventos, e isso podemos levar para a política, quando candidatos tem que cumprir várias atividades e lidar com várias pessoas, a máscara não pode cair, e nada pode fugir do controle. Tatiana embasa seu discurso na representação do “ser mulher”, guerreira, mãe de família, profissional, técnica, atributos que fizeram parte de sua campanha. Como também a candidata construiu uma imagem pública durante a campanha, e nesse processo, como ensina Weber (2004), é um processo de construção e desconstrução constante. Enquanto Tatiana construía um discurso da sucessora de Veneziano na prefeitura e que daria continuidade as suas ações, a imagem da mãe de família e médica não sobressaiu em relação aos boatos de campanha, de uma mulher que tinha vários relacionamentos, e, posteriormente, passa a ser amante do prefeito. E isso acabou prejudicando a imagem pública que ela tentou construir durante a campanha.

Quanto ao aspecto da imagem pública ao ser questionada sobre como foi construída sua imagem, ela nos diz,

Como eu sou, não me apresentei em nenhum momento diferente, nem tentando mostrar uma coisa que eu não era. Eu sempre fui muito clara, transparente e verdadeira, e se precisasse dar um não eu daria um não, independente de ser um período

político ou não, porque eu não me escondi depois da eleição, todo mundo sabe onde me encontrar, eu não menti pra ninguém, eu não prometi o que não poderia cumprir. Onde os eventos que participei no segundo turno, onde precisei assinar algum documento, eu li e modifiquei esse documento, como eu fiz com o termo de compromisso com o SINTAB, modifiquei o termo todo, porque era impossível de se cumprir o que estava sendo pedido naquele termo de compromisso. Da mesma forma que estive numa solenidade, em uma reunião do Ministério Público, onde o promotor da infância e da juventude fez no primeiro turno com os sete candidatos, um momento de assinatura de um compromisso com o estatuto da criança e do adolescente. Eu li todo o termo, fui criticada pelos outros candidatos, que não queriam se quer ler o termo, queriam assinar por assinar, eu não estava ali pra assinar o que não conhecia, algo que não tinha me detido em item e em todos os itens, porque existindo e existia logicamente a possibilidade da vitória, eu teria que cumprir tudo que assinei durante o período eleitoral. Então, minha conduta sempre foi uma conduta reta, transparente e honesta.

O discurso acima descrito é extremamente interessante porque ele vem carregado de várias adjetivações e subjetividades sobre como a candidata se vê, ou seja, como ela fazia uma reflexão de sua própria imagem. Ela tenta deixar claro que não mudou sua personalidade e jeito de ser em decorrência da campanha, a Tatiana que vimos na campanha é a mesma de antes, e a mesma que será depois. Ela busca cristalizar a imagem da mulher responsável em todos os aspectos, desde assinar um documento, até sua conduta com os eleitores, quanto a não fazer promessas que não poderão ser cumpridas na gestão. Informa que a única mudança feita foi no visual, como podemos identificar na sua fala,

Não, houve alguma coisa relacionada a roupa, o uso mais do blazer, esse tipo de roupa mais formal, usar roupa mais formal, mais ou menos isso, cor de unha, unha mais clara, alguma coisa nesse sentido, mas não, mudar seria muito artificial, todo mundo sabe meu jeito, eu tenho uma conduta duramente a vida toda, então mudar alguém seria uma coisa que iria parecer artificial, e a pessoa que ficou muito próxima de mim no período da eleição, em nenhum momento questionou meu jeito, ela não quis modificar, porque se não eu ia deixar de ser quem eu fui, eu conquistei meu espaço através da minha existência como médica, como aquela pessoa que ia pro rádio reivindicar, ensinar, catequisar a cidade de Campina Grande, sobre a real função do SAMU, pedi pra que não passasse trote, ser incisiva, como sempre fui, se mudasse meu jeito eu iria deixar de ser quem eu era, acho que isso não seria benéfico, a pessoa que fazia o marketing ele também achou que não era por aí não, não adianta você tentar modificar sua essência, sua personalidade, você não consegue, pelo menos eu não consigo.

Ela também nos informa que imagem ela queria que as pessoas construíssem dela durante e pós eleição:

Como uma pessoa que realmente tem interesse de fazer o que é correto, foi o que eu fiz e faço durante toda minha vida, trabalho, trabalho permanentemente em prol das pessoas, eu escolhi ser médica, e quando você escolhe ser médico, pra que você seja um bom médico, tem que se dedicar na plenitude, faço isso há 22 anos, final do ano completo 22 anos de atuação em Campina Grande, e dessa mesma forma me apresentei na política, e me apresento na política, de forma transparente, de forma coerente.

Aproveitamos o espaço para perguntar se houve alguma mudança na construção da imagem,

Não, talvez a minha percepção em relação ao que é política, mas a percepção das pessoas em relação a mim não, porque nunca me apresentei de forma maquiada, de forma diferente do que eu sou. Talvez hoje eu tenha uma visão real do que é política na Paraíba, do que a política em Campina Grande, de todos os instrumentos pequenos que são utilizados, de todas as máculas que tentaram fazer em torno da minha imagem, isso é muito ruim, isso não é bom, não é saudável emocionalmente, não é saudável fisicamente, tanto aconteceu que eu tive não só uma fratura, e sim duas fraturas, quebrei a perna direita e a perna esquerda, chegaram ao cúmulo de dizer que eu não tinha quebrado nada. Eu me tratei até o final de dezembro, só voltei a trabalhar em janeiro, porque eu não tinha condição de trabalhar em virtude das fraturas que eu tive. Mas, a mente dos opositores, e das pessoas de um modo geral, as vezes nem sabe na essência quem é o candidato a, quem é o candidato b, termina se multiplicando em cima de uma maldade, em cima de um invenção, que muitas vezes machuca, chateia, principalmente por você ser uma pessoa reta, honesta, uma pessoa trabalhadora, tudo que eu construí, construí com meu esforço, desde o celular que é meu, o carro que eu ando, a casa que eu moro, tudo isso foi conquistado com meu suor, com meu trabalho, mas no momento que você se expôs, entra na política, todo mundo é jogada na vala comum, então isso é muito ruim, talvez isso tenha me chocado muito, eu não estou acostumada a esse tipo de situação. Mas, a política é isso, infelizmente ainda é isso. Nos países desenvolvidos, de primeiro mundo, se é assim a gente ainda pode chamar, o político ganha pra ser político, ele paga pra ser político, é uma dedicação, é uma forma de colaboração das pessoas. No nosso País, infelizmente, não é assim, aqueles ou a grande parte daqueles que ingressam na política, ingressam com a intenção de benefícios próprios, e em benefícios financeiros também, isso é chocante, isso é desestimulante. Mas, é isso aí, a política ainda é isso na Paraíba, em campina grande, mas o povo precisa entender e mudar.

Mais uma vez ela reforça a ideia de que sempre trabalhou e que conseguiu tudo o que tem devido a sua profissão, e que as pessoas deveriam ter prestado mais atenção na sua conduta. E na verdade, mesmo tendo dificuldade de locomoção na campanha, ao ter uma fratura na perna, as pessoas não deixaram de falar mal sobre sua vida, e os próprios adversários se aproveitaram para desconstruir a sua imagem. E nos coloca que a política é feita dessas situações, e são os eleitores que devem mudar sua percepção sobre a política e votar em melhores opções (LIMA, 2011).

5. HORÁRIO GRATUITO DE PROPAGANDA ELEITORAL

Vários são os espaços utilizados pelos candidatos para se apresentarem e informar sobre os projetos políticos e planos de gestão. O guia eleitoral se torna um importante momento para que os candidatos demonstrem suas principais ideias, opiniões e que possam chamar atenção dos eleitores nas suas propostas, na maneira de falar e se dirigir a elas. Como dedicamos parte de nossas discussões sobre o guia eleitoral da candidata para entender a construção da imagem a partir desse espaço, perguntamos a Tatiana a sua opinião sobre o HGPE,

É importante, importantíssimo isso eu vi durante a campanha no primeiro turno, nós tínhamos um tempo menor, no segundo turno o tempo fica dividido de forma democrática entre os dois candidatos, todos os dias tem guia do candidato, o sacrifício é muito grande no período eleitoral, a agenda pra prefeito, é uma agenda superlotada com gravação de guia diária, o dia tem 24h e o trabalho do candidato tem mais ou menos 22h, o guia nós gravávamos de madrugada, é importante, agora assim eu percebo que as pessoas não se detalham no guia,

não param pra assistir, analisar o que o guia tenta mostrar, muitas vezes o povo está tão cansado de políticos caricatos que não querem sequer na hora do guia ligar a televisão, é um importante espaço para que o candidato demonstre o projeto dele, demonstre quem ele é, porque como sempre falei e falei muito durante a campanha que a população não deve também apenas acreditar no projeto, o meu projeto ele está diretamente interligado a minha vida, o é que eu fiz profissionalmente, qual foi o meu compromisso com o povo, porque todo candidato tem um compromisso com o povo, tem até compromisso que extrapola o possível, as promessas em Campina Grande foram promessas mirabolantes. Do atual prefeito enquanto candidato ele prometeu o que não pode cumprir o que não está cumprindo. Então, o candidato na essência ele é uma pessoa que tem muita atenção, que promete muito, mas o eleitor não deve apenas analisar isso, ele deve analisar o compromisso desse candidato fora do período eleitoral, porque assim ele vai conhecer a essência de qualquer um.

Na sua fala podemos perceber um pouco como é a rotina dos candidatos, quando nos deparamos com materiais de campanha, assistimos os guias eleitorais não temos a noção de como é feito. E a candidata ao afirmar que dedicou parte do seu tempo para cumprir a agenda de sua campanha, deixa claro o esforço e a dedicação que tal atividade exige, e um esforço de construir uma imagem que pode ser prejudicada por vários fatores. Por isso ela atenta que são os eleitores que estão avaliando os candidatos, eles é quem tem a noção de quem é a melhor opção, qual o candidato é o mais responsável e comprometido com a população. Assim ganha o candidato que melhor passar essa mensagem ao eleitor.

6. INTERNET E REDES SOCIAIS

A internet e as redes sociais (LÉVY, 1999) se somam a outros espaços que apresentam e informam sobre os candidatos e ajudam muitíssimo na construção e divulgação de suas imagens públicas. Os internautas demonstram seu apoio a determinados candidatos, criticam os adversários e defendem aqueles que apoiam. Os candidatos utilizam as redes sociais para divulgar atividades de campanha, colocar suas opiniões sobre os adversários e apresentar seus planos de governo. Não foi diferente com Tatiana, que utilizou as redes sociais para reforçar a ideia de que ela sequenciaria as mudanças trazidas por Veneziano, e quais seriam as informações mais interessantes para sua campanha, que também foi divulgado no *site* oficial da candidata. Ao ser questionada sobre a forma de fazer política na Internet, ela assim formulou;

É importante hoje, é um mecanismo importante, é um meio de comunicação importante. Hoje, a gente vê a imprensa, infelizmente amordaçada pelos poderes, principalmente pelos governantes, todo mundo sabe o que passa nesse meio, e hoje as redes sociais, o *twitter*, o *facebook* funcionam exatamente com um jornal, como um espaço democrático de se mostrar a realidade, acho importante, muito importante. E cada vez mais a gente percebe que as pessoas estão aderindo a esse meio de comunicação, isso é um meio de comunicação também, e muito democrático. Só precisa que exista mais respeito na utilização desses meios de comunicação, nas redes sociais principalmente, o desrespeito, ele impera.

A prática de desrespeito que a candidata faz menção em sua fala talvez esteja se referindo aos boatos de campanha que também se fizeram presentes nas redes sociais, como também a montagem

da sua foto e a de Veneziano como crítica a ideia trazida pelo então prefeito de que votar em Tatiana era a mesma coisa que votar nele.

Quanto ao uso das redes sociais, ela acrescenta,

Usava, sempre usei e continuo usando, acho um mecanismo, uma ferramenta importantíssima. Eu, Ave Maria! deixar alguém *twittar* por mim depois começa o muído ali, Deus me livre! Eu sou perfeccionista demais com tudo isso. A não ser uma propaganda, um chamamento, um convite pra um comício, isso era feito pela assessoria, mas qualquer comentário, qualquer coisa que necessitasse um texto, tudo isso era feito por mim, como é feito ainda hoje. Eu que faço, eu que *twitto*, eu que converso, eu faço no *facebook*, muita vezes fica um tempo, um espaço maior pra responder, mas quem responde sou eu.

Ela coloca que era ela que passava todas as informações nas suas redes sociais, que todos os dias eram atualizadas. Então, se quiséssemos encontrar o que era oficial de sua campanha e sobre sua vida podíamos usar as informações postadas por elas, é o que ela nos apresenta em sua fala,

Encontraram tudo, tudo que era feito, toda a programação, tudo isso era divulgado no *twitter* e no *facebook*. Inclusive nós tínhamos um *twitter* oficial, tínhamos um e-mail oficial, nós tínhamos tudo relacionado a rede social.

Quanto ao que é melhor e pior em termos de construção de campanhas dentro e fora das redes sociais, ela assim nos explicou:

O melhor acho que é as redes sociais, a internet é um meio bom de se divulgar. O pior acho que é a falta de consciência cidadã das pessoas ainda, mesmo com todos esses meios, as pessoas não param

pra pensar, dois meses esquecem até em quem foi direcionado o voto, não acompanham a atuação de nenhum dos políticos, isso é muito ruim.

E mais uma vez a candidata coloca nas mãos dos eleitores e cidadãos a responsabilidade ao escolher um candidato não comprometido, e que, enquanto cidadãos, não acompanham a atuação daqueles que elegeram.

7. PERSEGUIÇÕES E DISCRIMINAÇÃO

Como já frisamos o nome de Tatiana foi envolvido no escândalo amoroso que acabou de certa forma desestabilizando a sua imagem, e prejudicou a sua credibilidade frente a alguns eleitores e parte da população da cidade. Aproveitamos essa situação de campanha para questionar sobre as perseguições e acusações durante uma campanha eleitoral;

É isso que já falei, é lamentável, às vezes não se resume nem ao candidato em si, são aqueles apaixonados, aqueles seguidores que inventam, que criticam por criticar. Esquecem que estão desrespeitando um ser humano, estão desrespeitando a eles próprios.

Quanto a ser desrespeitada durante a campanha pelos opositores, ela desabafou:

Já, fui muito, muito, muito perseguida durante essa campanha, sofri todos os tipos de preconceito, de mentira, de mácula, tentaram fazer de tudo pra que minha imagem fosse totalmente desconstruída ou construída de forma diferente, construída com a maldade.

E se ela poderia dar um exemplo de algo que a magoou, ela assim descreveu:

Posso, criaram um vídeo na internet dizendo que eu era macumbeira, nunca fui macumbeira, respeito quem faz opção religiosa por outras religiões, sou católica, nasci católica e continuo. Montaram um vídeo e soltaram no segundo turno dizendo que eu era macumbeira. Isso é o cúmulo, é um desrespeito aqueles que acreditam e são realmente seguidores de outras religiões. Nós tivemos o exemplo de Cássio Cunha Lima que quando foi governador doou uma área enorme nas proximidades de João Pessoa pra Federação de Candomblé, não sei nem qual é o nome. Então, o político tem que ter respeito por todos, mas fizeram isso aí, é um exemplo grosseiro, um exemplo da baixaria. Afora o que tentaram e que ainda tentam fazer no lado pessoal, no lado profissional, tentar denegrir minha imagem profissional, é o cúmulo.

Quando questionada se em algum momento ela se sentiu desrespeitada como mulher política, informa,

Na atuação como política não, porque Graças a Deus sem falsa modéstia eu tenho uma formação técnica muito boa, eu me apresentei de forma superior ao principal concorrente do segundo turno, era visível a diferença em debate, a diferença em entrevista. Então, do ponto de vista técnico, não. Mas, do ponto de vista pessoal sim, o desrespeito, a tentativa de macular a imagem da mulher, da mãe, da profissional, de tudo. Em nenhum momento me senti menor, porque sabia que tecnicamente eu era superior. Eu tinha e tenho certeza que se nós estivéssemos no momento administrando Campina Grande não estaria passando pelo que está passando. A primeira coisa é que eu não ia empregar nenhum parente, nenhum, como também não empreguei. Eu fui secretária de saúde, fui coordenadora do SAMU, não tenho nenhum parente, nenhum amigo que foi empregado por mim, nada, esse é o primeiro passo.

É o que eles estão fazendo, estão na contramão disso daí, tirando os técnicos para colocar os parentes.

Em sua fala destacamos a relação entre política e gênero, como ela mesmo informou ela foi desrespeitada como mulher, mãe e profissional. Tatiana é uma mulher divorciada, e para amenizar tal estatuto apelou para a participação de seu pai, um conhecido médico da cidade, e de seus filhos nos últimos guias eleitorais. Quando analisamos o guia eleitoral do segundo turno, quando o guia de Romero Rodrigues apresentava sua família, esposa e filhos, e ele dizia que tinha sim uma família “de verdade”, o seu objetivo era atingir candidata, que digamos, nesses termos, teria uma “família incompleta”, já que faltava a figura do pai. Tais insinuações foram constantes, até mesmo o marketing político da candidata Daniella Ribeiro, produziu um panfleto e o distribuiu pela cidade que maliciosamente e subliminarmente dizia: “Não vote nele, nem na outra, eu voto é Daniella” Ora, esse “a outra” vem carregado de intenções a desqualificar a candidata, fazendo sobressair e fortalecer a ideia de que ela é “amante de homem casado”, “a outra”, a “destruidora de lares” e tantos outros estereótipos e estigmas que sofre a amante do homem casado. (LIMA, 2014) Como resposta a tantos boatos, Tatiana diz que ela educa e cria seus filhos de forma independente como muitas mulheres no Brasil, para dizer que ele não só estava a discriminando a ela, mas também a boa parte das mulheres brasileira, e isso era um desrespeito.

8. GÊNERO E POLÍTICA

Pensar sobre a participação das mulheres na política é refletir sobre a intercessão entre gênero e política. Para tanto, antes de mais nada, necessário se faz desconstruir à ideia de que a diferença

entre homens e mulheres é algo natural (SCOTT, 1996), e que as mulheres devem pensar primeiro nelas mesmas, numa relação com elas mesmas, e não mais com os homens. É nesse caminho que é nos discursos que se busca diferenciar homens e mulheres, quanto a atributos que se destinam somente as mulheres e outros para os homens, servindo-se de certa essencialidade que constrói a imagem de homens e mulheres. E nosso esforço é perceber essa construção como estratégia de instituição de imagem pública. Assim, questionamos Tatiana se existe diferença entre homens e mulheres como candidatos, ela nos responde,

Não acho, acho que existe a diferença entre caráter, caráter, e responsabilidade independe do sexo, sexo feminino ou sexo masculino, você tem mau caráter feminino, mau caráter masculino, acho que isso não há diferença.

Quanto à competência de governar, ela nos diz,

Não, jamais fazer aqui discriminação de gênero, seria um absurdo, competência é competência, cabe ao gênero feminino e masculino, depende da dedicação de cada um, e do compromisso.

Indagamos também sobre a opinião da candidata no que diz respeito ao crescimento e visibilidade da mulher no espaço da política;

Importantíssimo, a mulher a maioria na população, mas a mulher não tem, não tinha e não tem ainda a mesma ousadia que o homem, acho que a mulher por ser mãe, por ter tanta atribuição doméstica, a fora o que se tem na vida profissional, ela acaba esquecendo um pouco de que ela tem que representar ela própria, quem mulher representa a mulher é a própria mulher, agora a mulher não acredita na mulher, esse também é um problema sério, talvez

pelo pequeno número de mulheres que representam em cargos políticos, em cargos públicos, em grandes empresas também, a mulher sintam mais segurança nos homens, preconceito também.

E se isso de alguma forma refletiu na campanha, responde,

Acho, refletiu, tenho certeza que refletiu, algumas pessoas que independente de ter paixão pelo lado A ou pelo lado B, na hora de escolher entre um candidato homem ou uma candidata mulher, sentem mais segurança na escolha de um candidato homem, acho que isso interfere também ainda, principalmente numa campanha majoritária.

Talvez por termos na história política do Brasil uma recente participação de mulheres, pode explicar a segurança em votar em candidatos do sexo masculino, mas podemos encontrar outras razões que expliquem essa escolha e só com pesquisas futuras podemos encontrar alguma resposta sobre isso. E sobre o eleitor estar preparado para votar numa mulher, ela acrescenta,

Mais ou menos, não tenho tanta certeza não, você veja que em relação à Dilma, Dilma sofreu muito preconceito também, é Presidente, está aí tudo, mas ela sofreu muito preconceito, do ponto de vista pessoal, tanta histórias, tanta coisa, uma mulher competente está aí sequenciando o trabalho de Lula, representando muito bem o País, mas sofreu muito preconceito, é um exemplo muito forte.

A leitura que nossa depoente fez das relações de gênero e da inserção da mulher na disputa por espaços de poder, nos parece bastante aproximada das visões propostas por vários autores tais como: Coelho (2009), Costa (2012) e Pinheiro (2007). De fato, ainda há um longo caminho a ser percorrido pelas mulheres políticas

no sentido de garantia do respeito de seus pares e da sociedade como um todo.

Muitos avanços aconteceram, muito da realidade vivida no Brasil nos primeiros anos do século passado já está superado, mas muito ainda há que se fazer, talvez um primeiro passo seja acabar com o patriarcado que impera a cultura brasileira que cria lugares e pertencimentos distintos para homens e para mulheres.

9. OPINIÕES SOBRE A POLÍTICA

No início de nossa análise sobre a entrevista, destacamos nas falas de Tatiana sua opinião sobre ser político, agora destacamos algumas colocações da candidata sobre a política e os caminhos futuros de sua participação em processos eleitorais. Assim, ela nos informa,

Política é como medicina, é uma doação, um bom político tem que se doar, ele não tem hora, ele não tem vida própria, ele não tem privacidade, o médico também não tem, a gente precisa reconhecer o paciente onde a gente passa, porque o paciente reconhece a gente, mas a gente não reconhecer, o político é da mesma forma, esse contato com as pessoas, isso tudo é muito importante, o que é mais marcante em política depende do ângulo, mas acho que o que é mais marcante na política ou na política que deveria ser aplicada, é isso o espírito de doação, bom político é se doar, política é sacerdócio também, a política feita na sua essência é um sacerdócio também, o que é mais marcante na política é isso.

Quanto à opinião sobre a política Nacional, assim se expressou:

Meio confuso, ainda está se definindo muita coisa, sou uma simpatizante da política da Presidente Dilma, não me arrependo de ter votado nela, votarei de novo se ela for candidata a reeleição, e com certeza será, o Estado da Paraíba vive um momento difícil, um momento de insegurança, a saúde passando por dificuldade, muita coisa tem que melhorar, mas é isso, é o compromisso dos políticos depois de eleito que carece de existir.

E para finalizar nossa análise sobre a entrevista destacamos as falas de Tatiana sobre a política ser um caminho sem volta. E quando questionada ela assim se expressou:

Eu continuo sendo médica, e vou continuar sendo médica, e o meu compromisso com o povo de Campina e da Paraíba continua. Eu não posso, hoje não tenho condição de não representar essas 90 mil pessoas, eu recebo diariamente várias pessoas, a visita de várias pessoas, aqui que chegam e me abraçam, que choram, que sofrem, com a derrota, ainda estão amargando aquele sentimento de derrota, e quem tem que dar força a essas pessoas sou eu, porque graças a Deus tenho fé incondicional em Deus, tenho sim, e em nenhum momento da apuração da eleição eu me abalei, em nenhum momento, eu tinha certeza que Deus estava no comando de tudo, como está, e que tudo tem sua hora, não adianta.

E se ela acha que a política é um caminho sem volta, nos oferece a seguinte reflexão:

É um caminho sem volta, eu não tenho condição mais de deixar de atuar politicamente, deixar de hoje ser oposição, de representar, de ser a voz daquelas pessoas, não tenho, independente de cargo, de eleição, eu tenho esse perfil, eu tenho compromisso, eu sou uma pessoa que sou transparente, eu

levanto a bandeira, eu falo, eu grito, eu defendo, eu busco fazer, então tenho esse perfil, tenho essa característica, eu sempre tive, não foi os oito que participei da gestão de Veneziano, não foi a eleição de outubro passado, nada disso, é a minha personalidade, é o meu jeito, é necessário que as pessoas conheçam.

Tatiana deixa bem claro que o compromisso com a política continua, e que ela não pode deixar de pensar nas pessoas que confiaram nela e votaram durante a campanha. Firma sua situação de oposição à gestão atual, e que vai continuar sendo transparente e defensora da população, denunciando qualquer ato irresponsável do prefeito.

Buscamos aproveitar cada minuto de nossa entrevista e fazer o máximo de perguntas possíveis. Nós conseguimos fazer-lhe 49 indagações que foram respondidas, sabemos que poderíamos ter aproveitado muito mais, mas o espaço o tempo que tivemos disponível não facilitou nossa entrevista, mas nos sentimos com o dever cumprido, por pelo menos ter conseguido falar pessoalmente com ela, e nos oferecesse informações importantes sobre sua participação no processo eleitoral.

10. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nossa proposta nesse *paper* foi tão somente construir algumas reflexões sobre a construção da imagem pública de Tatiana a partir da entrevista que realizamos com a candidata. Por isso o texto se caracteriza como uma narrativa na qual tentamos destacar pontos do diálogo travado, num formato de descrição etnográfica.

Diante de nosso esforço durante a pesquisa, foi possível identificar as estratégias de construção de imagem pública da can-

didata Tatiana Medeiros, destacando os discursos promovidos por ela, e por aqueles que apoiavam sua candidatura. Como também de todos os espaços que disseminavam informações sobre Tatiana na tentativa de positivar sua imagem. Sabemos que mesmo construindo uma imagem pública de mulher, mãe, e profissional, a recepção dos eleitores não podem ser controladas, e eles avaliam a imagem de forma a aderir ou não. Alguns eleitores podem ter sido simpaticizantes as propostas, discursos da candidata e ter destinado os 90 mil votos a candidata, e isso é prova que são muitos os motivos que levam os eleitores a votar em determinadas candidaturas e outras não. Mas como nossa discussão propôs que imagem pública é construção e desconstrução ao mesmo tempo, faz parte de um processo contínuo que nunca se conclui, pois estamos lidando com um momento dinâmico que nos oferece a relação entre cultura e política, entre disputas por imposição de imagens.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BARREIRA, Irllys Alencar Firmo. **Imagens Ritualizadas**: Apresentação de Mulheres em Cenários Eleitorais. São Paulo, Editora Pontes, 2008.

BOURDIEU, Pierre. A representação política: elementos para uma teoria do campo político. In: **O poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006. Cap. VII, p. 163-207.

COELHO, Leila Machado & BAPTISTA, Marisa. A história da inserção política da mulher no Brasil: Uma trajetória do espaço privado ao público. **Psicologia Política**. V. 9, n. 17. 2009.

COSTA, Ana Alice Alcântara. Reflexões acerca do poder, do patriarcado e da cidadania das mulheres. In: FERREIRA, Maria Mary (org.) **Gênero, política e poder**: participação das mulheres nos espaços de poder no Norte e Nordeste. São Luís, EDUFMA, 2012.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Rio de Janeiro: Zahar Editores, Tradução de Mathias Lambert. 1963.

GOMES, Wilson. A Política de Imagem. In: **Transformações da Política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004. p.239-290.

HAROCHE, Claudine. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org). **Memória e (Res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed, Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2004.

LEVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo: Ed. 34, 1999.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia da Política**. EDUEPB, Campina Grande, 2011.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade & ARAÚJO, Josileide Carvalho de. *Pior do que ser é parecer ser – estigmas e relações de gênero. O caso da campanha de Tatiana Medeiros nas Eleições 2012 em Campina Grande – PB*. In: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade (org.) **Interseções entre Política, Mídia e Tecnologia**: novos dizeres, novos fazeres. Campina Grande, EDUFCA, 2014.

MAUSS, Marcel. **Antropologia**. Organizador (da coletânea) Roberto Cardoso de Oliveira; (Tradução Regina Lúcia Moraes, Denise Maldini Meirelles e Ivonne Toscano). São Paulo, Ática, 1979. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 11.

PINHEIRO, Luana Simões. **Vozes Femininas na Política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-constituente. Brasília: Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, 2007.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica. Educação e Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

WEBER, Maria Helena. Imagem Pública. In: RUBIM, Antonio Albino Canelas. **Comunicação e Política. Conceitos e abordagens**. Salvador, EDUFBA, 2004.

GÊNERO E REPRESENTAÇÃO: OS DESAFIOS DAS MULHERES NA POLÍTICA ALAGOANA

Crístenes Fabiane de Araújo Silva

1. INTRODUÇÃO

Este artigo apresenta uma análise de como se configura a inserção de mulheres nos espaços políticos por meio de um breve retrospecto histórico e conceitual sobre as construções dos papéis de gênero e feminismo, tomando como base de análise a representatividade das mulheres nas eleições dos anos de 2010 e 2014 em Alagoas. Este estudo destaca a importância dessas categorias para pensar a participação das mulheres nos espaços de liderança e atuação feminina no Estado, uma vez que a representação da mulher na esfera política apresenta uma transversalidade de gênero e se configura em um tema que vem sendo discutido desde a década de 70 nos espaços sociais, acadêmicos e políticos que buscam trazer à tona a discussão sobre a construção dos papéis de homens e de mulheres na sociedade.

2. A BUSCA PELA ORIGEM DA CONSTRUÇÃO DOS PAPEIS SOCIAIS:

As teorias do patriarcado¹ - organização social centrada na figura masculina - dão ao modo como foi construído o papel da mulher a base para análise da legitimação da discriminação e opressão

¹“organização sexual hierárquica da sociedade tão necessária ao domínio político. Alimenta-se do domínio masculino na estrutura familiar (esfera privada) e na lógica organizacional das instituições políticas (esfera pública) construída a partir de um modelo masculino de dominação (arquétipo viril)”. (COSTA, 2008)

femininas. Nesse sentido, a sociedade patriarcal acaba construindo um modelo normativo de papéis sociais o que reflete nas relações sociais de poder as quais homens e mulheres estão postos na sociedade. Essa ênfase estrutural é destacada no trecho abaixo de uma das sociólogas mais atuantes na teorização do patriarcado:

A identidade social da mulher, assim como a do homem, é construída através da atribuição de distintos papéis que a sociedade espera ver cumprido pelas diferentes categorias de sexo. A sociedade delimita, com bastante precisão, os campos em que pode operar a mulher, da mesma forma como escolhe os terrenos em que pode atuar o homem (SAFFIOTI *apud* MENDES, 2011, p.08).

Fatores impulsionados pelas relações econômicas e sociais que se encontravam em transformação, com o advento da Revolução Industrial, imprimem forte relação entre patriarcado e surgimento do capitalismo que reverbera na organização social e na distribuição de papéis sociais de gênero. Como aponta Muraro (1992, p.62), a partir de Marx e Engels iniciou-se uma discussão acerca da divisão sexual e social do trabalho e das ideias de patriarcado.

Segundo Marx e Engels² (2005) a divisão do trabalho na família é a base para a distribuição da propriedade entre o homem e a mulher, e com o aparecimento da propriedade privada, que para ele se configura como “a grande derrota do sexo feminino”, o papel de homens e mulheres foi sendo definido assim como a posição de senhores e escravas, dominantes e dominados.

Com a divisão do trabalho, na qual todas estas contradições estão dadas e que repousa, por sua vez, na divisão natural do trabalho na família e na separa-

ção da sociedade em diversas famílias opostas umas às outras, dá-se ao mesmo tempo a distribuição, e, com efeito, a distribuição desigual tanto quantitativa quanto qualitativamente, do trabalho e dos seus produtos; ou seja, a propriedade, que já tem seu núcleo, sua primeira forma, na família, embora ainda tosca e latente, é a primeira propriedade (MARX, ENGELS, 1993, p.46).

Michelle Rosaldo sugere em seus estudos de gênero e reflexões sobre o feminismo, que desde os escritos de Simone de Beauvoir, Rich, Shulamith Firestone, os questionamentos partem da indagação sobre a origem da subordinação feminina e construção histórica do que é ser mulher; (...) a busca por origens revela uma crença em verdades últimas e essenciais, uma crença sustentada em parte pela evidência transcultural da difundida desigualdade sexual”. (ROSALDO, 1980, p.16)

Rosaldo (1979), ao utilizar os estudos de Margaret Mead sobre a diversidade dos papéis sexuais bem como as práticas culturais em atividades definidas enquanto masculinas ou femininas, nos esclarece que qualquer que fosse a organização relacionada à origem ou a posse da propriedade e mesmo as organizações entre os sexos, os valores de prestígios estão em grande maioria ligados às atividades masculinas.

Rosaldo ao citar o pensamento de Margareth Mead sugere que a subordinação das mulheres aos homens está em grande parte ligada ao fato da figura feminina estar associada ao cenário doméstico. Um pensamento representado e posto em contraste com a hegemonia masculina, como é percebida nos espaços públicos da vida social:

Uma posição entre “doméstico” e “público” proporcionará a base para uma estrutura necessária. Para identificação e pesquisa do lugar do homem e da

2 MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. A ideologia Alemã, São Paulo. Hucitec, 1993.

mulher nos aspectos psicológicos, culturais, sociais e econômicos da vida humana. [...] a oposição não determina estereótipos culturais ou desigualdades nas valorizações dos sexos, mas antes, subordina-as a sustentar uma identificação muito geral (e para mulheres, frequentemente) das mulheres com a vida doméstica e dos homens com a vida pública (ROSALDO, 1979, p.39-40).

Essa visão de que a separação entre os espaços públicos e domésticos fosse causadora das diferenças e desigualdades entre homens e mulheres na estrutura social, anos depois foi revista por Rosaldo (1979), pelo seu caráter de redução e pouco alcance analítico.

A proposta da autora é revisar a noção de “dominação masculina” como uma prática universal e fixa, sendo preciso levar em conta algumas mudanças visíveis em relação à postura de homens e mulheres no contexto social atual. O que se pode ver nos espaços sociais, antes privilegiados como espaço predominantemente masculinos, é que há uma maior participação de mulheres atuando em cargos de chefia, maior inserção no mercado de trabalho e maior atuação como sujeitos políticos, porém ainda se torna necessário desnaturalizar a noção de papéis sociais cristalizados entre homens e mulheres para alcançar a igualdade de gêneros.

No artigo “O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural”, Rosaldo nos convida a pensar de outra maneira a noção de dominação masculina:

[...] não a percebemos em termos de limitações físicas sobre o que homens e mulheres, podem ou não fazer, mas sim em termos de como as pessoas pensam suas vidas, dos tipos de oportunidades que elas desfrutam, e das maneiras que exercem suas demandas. (ROSALDO, 1980, p.05)

Os entraves pela libertação e emancipação da mulher contra essa opressão e desigualdade provocou questionamento e inquietudes por parte de algumas mulheres precursoras visando igualdade de direitos jurídicos, políticos e econômicos, e reafirmação da mulher enquanto sujeito autônomo e capaz de assumir uma postura de independência frente às muitas ações contra a estrutura que as oprimia.

3. UM BREVE ESBOÇO SOBRE A HISTÓRIA DO MOVIMENTO FEMINISTA E A PARTICIPAÇÃO POLÍTICA COMO BANDEIRA DE LUTA

O feminismo enquanto movimento social surgiu em meio aos ideais Iluministas e das ideias revolucionárias propostas pela Revolução Francesa e pela Revolução Americana. Daí em diante foi tomando forma e acrescentando seus próprios ideais, como os direitos sociais e políticos. Nesse contexto, o movimento ganhou espaço e conquistou mulheres de vários países da Europa, dos EUA e da América Latina no auge das lutas pelo direito ao voto (BARBOSA, 2011).

Em meados do século XIX, a partir da organização das mulheres burguesas e de classe média, denominadas de sufragistas, foi fortalecida a discussão acerca do direito ao voto, do acesso à educação e da atuação destas em determinadas profissões antes predominantemente exercidas por homens, concomitantemente com uma abertura para participação na esfera política. Em 1948 foi iniciado nos Estados Unidos o movimento sufragista com caráter de luta de massa, buscando romper com a exclusão das mulheres da esfera pública. Diferente do que ocorreu no Brasil, uma vez que a busca pelo direito ao voto foi iniciada por mulheres com maior grau de instrução, não se configurando enquanto movimento com características de luta de massa.

O feminismo dos anos 60 traz uma afirmativa: “o pessoal é político”, e traz para o espaço de discussão política as questões até então vistas e tratadas como específicas do privado, sendo ao espaço público, atribuídas questões mais políticas e ao espaço privado questões pessoais.

A noção de “público e privado” como sendo uma das explicações para delimitação de espaços sociais, se vê refletido também na esfera política. A inexpressiva participação de mulheres na política pode ser entendida também nestes termos e se percebe evidenciada em pensamentos de autores como Spencer, que afirma que as “características femininas” como coração brando e sensibilidade não condiziam com as exigências com o campo político suscitava. Spencer afirmava que os corações macios das mulheres iriam destruir todos os interesses egoístas no mundo público, e assim inibiriam a realização (através da competição) de novas formas de excelência e força social. (SPENCER *apud* ROSALDO, 2007)

O movimento de mulheres que emergiu na década de 60, após a segunda guerra mundial, trouxe para o cenário político e para o debate público temas como sexualidade e corpo feminino, e a luta pela igualdade de gênero, que passou a ser colocada enquanto ponto central na luta das mulheres pela cidadania, e como sujeitos de direitos capazes de decidir o que fazer com o seu próprio corpo e ter autonomia sobre as próprias vidas.

A trajetória do movimento feminista no Brasil parte de um cenário de repressão vivido na década de setenta pela Ditadura militar, ligados a outros partidos sociais emergentes, nesse contexto as militantes e mulheres lutavam por seus direitos e melhores condições de vida. O perfil das militantes se configura em diversos perfis de suas personagens, incluindo jornalistas, atrizes, sindicalistas e sua efervescência chega à academia levando debates e produções

acerca da situação da mulher na sociedade e posteriormente aos estudos de gênero.

Sobre a história do movimento sufragista no Brasil, Alves (1985) mostra que a fundação do Partido Republicano Feminino na cidade do Rio de Janeiro em 1910, encabeçada por Deolinda Daltro, teve como objetivo ressuscitar no Congresso Nacional o debate sobre o voto da mulher, que não havia sido retomado desde a Assembleia constituinte de 1981. O percurso realizado pelo movimento sufragista foi longo até a conquista do direito ao voto em todo o mundo. No Brasil este fato demorou décadas, como descreve Bittencourt amparado por relatos de Rodrigues.

No Brasil, a luta pelo sufrágio universal teve início em 1910, com a fundação do Partido Republicano Feminino, no Rio de Janeiro, por Deolinda Daltro, e com a criação da Liga pela Emancipação Intelectual da mulher, por Bertha Lutz, em 1919, transformada em Federação Brasileira pelo Progresso Feminino em 1922. Em 1928, o direito de voto das mulheres é conquistado no Rio Grande do Norte e depois estendido a nove estados brasileiros, até que, em 1932, é incorporado ao Código Eleitoral e, em 1934, à Constituição Brasileira (RODRIGUES, 2003, p.11).

Embora a Proclamação da República tenha ocorrido em 1889, apenas em 1931 no governo de Getúlio Vargas foi concedido o direito de voto às mulheres. Seguindo alguns parâmetros votariam as solteiras, casadas com autorização dos maridos e viúvas com renda própria. No ano seguinte, lança-se decreto de número 21.076, que assegura o voto a pessoas com mais de vinte e um anos sem distinção de sexo. Somente nas eleições para Constituinte de 1933 pela primeira vez as brasileiras puderam efetivamente ter di-

reito ao voto e disputar cargos eletivos, e em 1946 o voto feminino a passou a ser obrigatório.

Em meio ao cenário opressor marcado pela Ditadura Militar, bem como os entraves políticos e sociais na busca de direitos de igualdade, surgiu o movimento feminista no Brasil, um espaço de lutas e reivindicações, em que as mulheres estiveram à frente nos movimentos populares de oposição, criando suas formas próprias de organização, lutando por direitos sociais, justiça econômica e democratização.

A partir dos anos 1970, o movimento feminista inclui em sua bandeira de luta o questionamento dos conjuntos de sinais da sexualidade feminina e também os modelos de comportamento impostos pela sociedade. Como aborda Soares (1994), sobre a presença feminina no espaço político de tensões vividas nesse período.

Foi durante a ditadura militar, quando existiam as torturas a presos políticos, a homens, mulheres e crianças supostamente participantes de movimentos políticos, que o movimento feminista foi capaz de produzir uma série de argumentos iluminando as ligações da violência contra a pessoa e contra as mulheres na esfera doméstica (SOARES, 1994, p. 35).

O movimento de mulheres vem introduzido desde a década de 1980 os estudos de gênero em sua pauta de discussão, ao mesmo tempo em que reivindica na esfera política a criação de políticas públicas com transversalidade de gênero no sentido de garantir a igualdade de gênero, ao passo que dessa forma se consolida o campo de pesquisa que trata sobre mulheres e as questões de gênero.

O conceito de gênero, não se configura apenas como uma categoria descritiva de diferença entre pessoas, ele é utilizado principalmente para pensar as relações de poder entre homens e mu-

lheres. Um engajamento crítico e político que o feminismo suscitou através de debates impulsionando grandes conquistas e transformações sociais, mas também mudanças e posturas e pensamentos das próprias mulheres.

4. GÊNERO COMO UMA CATEGORIA POLÍTICA E DE ANÁLISE DAS RELAÇÕES SOCIAIS

Os estudos de gênero, enquanto instrumento teórico que permite uma abordagem empírica e analítica das relações sociais, privilegiando um apanhado histórico com recortes do século XX até pesquisas recentes, tem avançado em relação aos conceitos acerca do papel da mulher e suas funções na sociedade contemporânea.

Esses estudos mostram que a construção dos gêneros não é fixa, essa se dá através da dinâmica das relações sociais. Além disso, que seres humanos só se constroem como tais em relação com os outros.

Na década de 70, os estudos de gênero ganharam maiores dimensões ao incluir o seu conceito no eixo das discussões feministas, tomando como base de compreensão a composição das identidades sexuais, e em estudos feministas que tinham como objeto principal de pesquisa a mulher, passaram a incluir tendências universais nas discussões relacionadas ao “ser” masculino e feminino com as especificidades históricas e culturais. Como relata Cecília Sardenberg (2004):

O gênero abriu os caminhos para a desconstrução e para a desnaturalização do masculino e feminino. Mas, essa nova problemática também propiciou o surgimento desse ‘fosso’ entre o que elas chamam de feminismo da modernidade e o feminismo da pós-modernidade (SARDENBERG, 2004, p.24).

Este conceito não apresenta uma definição única, sendo compreendido de diversas maneiras por pesquisadores que buscam analisar as desigualdades das relações sociais.

Michelle Rosaldo em sua visão mostra que tal conceito “deve ser então entendido em termos políticos e sociais com referência não a limitações biológicas, mas sim às formas locais e específicas de relações sociais e particularmente de desigualdade social”. (ROSALDO, 1980, p.?).

Os estudos de gênero são uma consequência de análise tomada a partir dos movimentos feministas, como afirma Albano (2006). Em se tratando do Brasil, o termo gênero começou a ser utilizado já no final dos anos 80, com a pretensão de compreender o gênero como constituinte da identidade sexual do indivíduo e não tomar esse termo como significando somente sexualidade.

Guacira Lopes Louro, em sua obra *Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista* 1997, fortalece ainda a ligação entre o movimento feminista e a categoria de análise histórica dos papéis sociais para homens e mulheres:

É através das feministas anglo-saxãs que, gender passa a ser usado como distinto de sex. O grande objetivo seria, então, através da linguagem, isolar compreensões fechadas acerca das distinções biológicas entre homem e mulher enquanto visão completa e acabada do masculino e do feminino e acentuar como o termo gênero, “o caráter fundamentalmente social das distinções baseadas no sexo” (SCOTT *apud* LOURO, 1997, p.21).

A historiadora Joan Scott (1990), grande nome nos estudos sobre gênero, em suas obras defende o caráter relacional das definições de feminino e masculino ao passo em que rejeita a noção de de-

terminismo biológico, destaca que o gênero é uma categoria analítica, tal como raça e classe como provedora da inclusão dos oprimidos na história. Essa compreensão tem possibilitado a análise do significado e da natureza da opressão e a compreensão acadêmica de que as desigualdades dos papéis sociais é algo construído socialmente.

“Gênero”(…),uma categoria social imposta sobre um corpo sexuado.Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade “gênero” tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens (SCOTT,1990, p.75).

O conceito de gênero se destaca assim como uma categoria analítica dessa relação entre homens e mulheres, tendo como base de compreensão a noção que a mulher não é condicionada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas por uma construção histórica e social.

Assim, os diversos conceitos de gênero foram sendo desenvolvidos sempre nesta noção de uma definição de papéis socialmente construídos, tendo como foco as “mulheres”. A partir desse cenário, Judith Butler nos provoca a incluir outros atores analíticos para as questões de gênero e a formação de uma identidade que dá conta do reconhecimento que cada sujeito tem com seu gênero.

Judith Butler nos convida a assumir a “genealogia”, tal como ela por primeiro definiu: a identidade feminina, longe de ser um fato primeiro, é uma interiorização, jamais completamente alcançada, desta oposição binária entre homens e mulheres através do qual o homem fundou seu poder cultural e social sobre a mulher-natureza. (TOURAINÉ, 2007, p.17)

O século XX e seus acontecimentos contribuíram para a emancipação das mulheres, onde estas cada vez mais tomam a palavra e o controle das suas próprias identidades visuais; acentuando o desafio da representação política além da participação de mulheres das mais diversas áreas de trabalhos e espaços sociais hegemonicamente masculinos. A ideia de que a Grande Guerra alterou as relações entre os sexos e contribuiu muito para a emancipação das mulheres que séculos de combates anteriores é muito corrente durante o conflito e no período que imediatamente se lhe segue. Esta ruptura torna-se um lugar comum na literatura e no discurso político.

Discutir acerca da temática mulher no estado de Alagoas nos insere em um campo de trabalho que vem sendo explorado com avidez nos últimos anos e abrangendo diversas esferas tanto sociais quanto políticas, fruto das construções sociais dos movimentos feministas e dos grupos de discussões que tratam da sexualidade e que visam analisar a inserção da mulher nas diferentes práticas e esferas da sociedade.

5. BREVE RELATO DA PARTICIPAÇÃO DE MULHERES NA POLÍTICA ALAGOANA

No Brasil as mulheres são a maioria do eleitorado o que não se reflete na presença feminina nas esferas pública de poder, sejam elas a nível municipal, estadual e federal. Embora possamos ver mais mulheres nos cargos de poder, como é o caso da Presidenta Dilma, poucas das mulheres que se candidatam ao cargo político chegam a ser eleitas, essa tímida representatividade ainda esta ligada condições históricas, culturais e econômicas as quais as mulheres foram subjugadas em relação aos homens na história. A participação da mulher na política além de ser essencial para a

construção da equidade de gênero torna-se importante para legitimação de fortalecimento da democracia no País.

Segundo Pinto e Moritz (2009), a presença da mulher na política institucional no Brasil tem sido bastante tímida, principalmente se for comparada com avanços conquistados na área dos direitos e na sua participação na força de trabalho ativa em praticamente todos os setores³.

Neste cenário fica evidente a importância do debate da questão de gênero, fomentado pelo movimento feminista dentro e fora da esfera acadêmica. Em Alagoas paralelo ao movimento feminista surgem outros movimentos sociais, marcados por uma forte presença das mulheres, como os movimentos sindicais, sanitaristas, movimentos negro, de educação e movimentos pela terra, com bandeiras de lutas ligadas as melhores condições de trabalho e igualdade dentro dos diversos campos de trabalho, seja na área da saúde, da polícia e educação.

Os anos 80 foram marcados por uma abertura política no cenário nacional, em Alagoas observa-se que a atuação feminina na esfera política assumia uma postura crítica ao que se refere à opressão de gênero, partindo da ideia de que as diferenças e desigualdades entre homens e mulheres seriam um empecilho no exercício da cidadania plena das mulheres, sendo necessário analisar a realidade das mulheres e buscar compreender as origens dessa condição de inferiorização, para promover uma transformação na participação feminina nas esferas sociais.

Em Alagoas o movimento de mulheres surge em meados da década de 70, as vertentes de ações políticas entre as ativistas ala-

3 PINTO, Céli e MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira. Eleições municipais em Porto Alegre (2008). In: Revista Brasileira da Ciência Política, n.2, Brasileira, julho-dezembro de 2009, p.67-87.

goanas eram intensas, entre suas principais bandeiras de combate estão à luta pela anistia e pela redemocratização influenciada pelo retorno das exiladas políticas, o movimento tinha uma característica eminentemente feminista. As mulheres participavam das organizações comunitárias, dos partidos políticos, muitas delas além de estar inseridas nessas ações e espaços de luta e reivindicações, assumindo uma postura questionadora da condição de submissão das mulheres a sociedade.

Eram nas comunidades mais carentes, nas associações de bairros que as lideranças femininas se sobressaiam, muitas delas ligadas a igreja católica, influenciadas pela Teologia da Libertação, realizavam trabalhos de assistência social, ações de luta por igualdade de direitos e melhores condições de moradia, saúde e educação. Neste contexto duas mulheres se destacaram com ações para a comunidade e posteriormente em sua atuação na política alagoana, Kátia Born⁴ e Heloísa Helena⁵, entre outras figuras femininas importantes no cenário político do estado.

Míriam Pillar Grossi (2001) nos faz pensar além de como fortalecer a inserção de mulheres na política e nos espaços de poder, quem são essas mulheres, ou mais ainda como devem ser essas mulheres, atentando para a capacitação das mulheres para as disputas eleitorais. Segundo Grossi:

4 Foi a primeira prefeita da capital alagoana, tornando-se a primeira mulher a ter dois mandatos eletivos consecutivos, passando a ocupar lugar de destaque na história da política no estado. Atualmente ocupa o cargo de Secretária do Estado da Mulher, da Cidadania e dos Direitos Humanos de Alagoas, possui sua formação em Odontologia pela Universidade Federal de Alagoas, em 1975. É militante em prol dos direitos das minorias, em defesa do meio ambiente e da mulher.

5 Heloísa Helena é também militante pelos direitos das mulheres e minorias. Sua trajetória política teve início nos anos 90, filiada ao Partido dos Trabalhadores (PT). Em 1992 obteve seu primeiro cargo público, a vice-prefeita de Maceió, numa coligação do partido com o PSB. Dois anos depois, elegeu-se deputada estadual. Em 1998, tornou-se a primeira senadora de Alagoas com 55,92% dos votos válidos.

Procurando influir na quantidade e na qualidade da participação das mulheres na disputa e na prática política, esses esforços contribuem para a construção de novas posturas nos partidos políticos e no eleitorado (GROSSI, 2001, p.170).

Historicamente alguns projetos de lei têm reforçado a garantia de direitos de participação política com uma perspectiva de gênero, como prevê a Lei de Eleições datada de 1997 (Lei nº 9.504/1997), garantindo que as candidaturas terem no mínimo 30% e no máximo 70% de mulheres⁶ na composição do quadro de candidatos de cada partido.

Ao observamos em Alagoas o pleito eleitoral do ano de 2010, foram lançadas quatro candidaturas ao cargo de governador do estado de Alagoas; Teotônio Vilela Brandão Filho (PP/ PSC/ PPS/ DEM/ PSB/ PSDB), Ronaldo Augusto Lessa Santos (PDT/ PT/ PMDB/ PR/ PRP/ PC do B/ PT do B), Fernando Affonso Collier de Mello (PRB/ PTB/ PSL/ PHS/ PMN/ PTC), Mario Agra Junior (PSOL), Tony Cloves Pereira (PCB), Jeferson Piones da Silva (PTN/ PRTB/ PV). Percebe-se que em sua totalidade as candidaturas foram realizadas por homens, tendo como ressalva a candidata Olga Maria Alves Paes, pelo PCB.

Quadro similar se apresenta nas candidaturas ao Senado da República; Benedito de Lira (PP/ PSC/ PPS/ DEM/ PSB/ PSDB), José Renan Vasconcelos Calheiros (PDT/ PT/ PMDB/ PR/ PRP/ PC do B/ PT do B), Heloísa Helena Lima de Moraes (PSOL), Eduardo Bomfim Gomes Ribeiro (PDT/ PT/ PMDB/ PR/ PRP/ PC do B/

6 Em 1997, a Lei das Eleições (Lei nº 9.504/1997) passou a prever a reserva de vagas para a participação feminina nos cargos proporcionais – deputado federal, estadual e distrital e vereador. Em 2009, com a sanção da Lei nº 12.034 (a primeira minirreforma eleitoral), essa participação passou a ser obrigatória. O novo texto, que consta do parágrafo 3º do art. 10 da Lei 9.504, estipula que sejam preenchidas (e não apenas reservadas) “as candidaturas com o mínimo de 30% e o máximo de 70% de cada sexo”.

PT do B), Jose Oliveira Costa (PP/ PSC/ PPS/ DEM/ PSB/ PSDB), Álvaro José do Monte Vasconcelos (PRB/ PTB/ PSL/ PHS/ PMN/ PTC), Paulo Roberto Nunes Calaça (PTN/ PRTB/ PV), Flávio Emílio Arruda Silva (PRB/ PTB/ PSL/ PHS/ PMN/ PTC), Ildelfonso Rebousas Lacerda (PTN/ PRTB/ PV). Nesse cenário foram eleitos os candidatos Benedito de Lira e Renan Calheiros, chamando atenção a única candidata Heloísa Helena que ficou na terceira posição ao final do resultado das eleições.

Nas eleições para deputado federal, dos sessenta e quatro candidatos apenas quatro são mulheres. E dentre elas, conquistaram o cargo apenas as candidatas Célia Maria Barbosa Rocha (PRB/ PTB/ PSL/ PHS/ PMN/ PTC) eleita com 8,8% dos votos e Roseane Cavalcante de Freitas (PDT/ PT/ PMDB/ PR/ PSDC/ PRP/ PC do B/ PT do B) eleita com 6,36% dos votos válidos.

Para delinear um comparativo, usaremos dados de 2014 fornecidos pelo Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas, apontando que de um total de 1.854.465 alagoanos aptos a votar, as mulheres são 970.057, ou seja, 52,3% do eleitorado. Essa disparidade se configura de maneira contrária quando se analisa as candidaturas de mulheres e conseqüentemente a quantidade destas eleitas ao final do pleito.

Os 102 municípios alagoanos elegeram somente 15 prefeitas no último pleito. Na Assembleia Legislativa Estadual (ALE), das 27 cadeiras, apenas duas são ocupadas por mulheres. Na Câmara Municipal de Maceió a diferença é menor, mas ainda é profunda – a Casa de Mário Guimarães tem seis vereadoras e 15 vereadores. (Jornal Gazeta de Alagoas, Julho de 2014)⁷

De acordo com o TSE (Tribunal Superior Eleitoral) em 2010, o número de candidatos homens chega aos 81,576% das can-

⁷ <http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=247748>

didaturas aptas, contra a 18,428% de candidatas mulheres em Alagoas. A distribuição feita por cargo/sexo demonstra que para os cargos de governador, senador, e deputados federal e estadual, o quantitativo de homens é superior ao de mulheres.

| AL | | | | |
|--------------------------------|-----------|------------|---------|-------|
| Cargo | Sexo | Qtde | % | Lista |
| Governador | Masculino | 6 | 100,000 | |
| Subtotal | | 6 | | |
| Vice-Governador | Masculino | 5 | 71,429 | |
| | Feminino | 2 | 28,571 | |
| Subtotal | | 7 | | |
| Senador | Masculino | 9 | 90,000 | |
| | Feminino | 1 | 10,000 | |
| Subtotal | | 10 | | |
| Deputado Federal | Masculino | 64 | 77,108 | |
| | Feminino | 19 | 22,892 | |
| Subtotal | | 83 | | |
| Deputado Estadual | Masculino | 260 | 78,550 | |
| | Feminino | 71 | 21,450 | |
| Subtotal | | 331 | | |
| 1º Suplente Senador | Masculino | 12 | 75,000 | |
| | Feminino | 4 | 25,000 | |
| Subtotal | | 16 | | |
| 2º Suplente Senador | Masculino | 10 | 71,429 | |
| | Feminino | 4 | 28,571 | |
| Subtotal | | 14 | | |
| Subtotal | | 467 | | |
| Total Geral | | 467 | | |
| Exportar dados | | | | |
| 1 - 13 | | | | |

Em comparação a 2014, segundo dados fornecidos pelos TSE (Tribunal Superior Eleitoral) o quadro de candidatos aptos por sexo apresentou um índice de candidaturas de mulheres de 26,48%, um número bem inferior se comparado ao dos homens, com 73,52%, porém um aumento em relação aos números do ano de 2010. Analisando este índice por cargos, verifica-se que em nenhum dos postos disputados o número de candidatos mulheres é maior que o de homens, embora que, para os cargos de deputado federal e deputado estadual, tenha sofrido avanços em relação ao

ano de 2010 para candidaturas de mulheres. O que se pode verificar na tabela abaixo descrita:

| Eleição: Eleições Gerais 2014 - 1º Turno - 05/10/2014 Abrangência: UF - Situação: Todas | | | | |
|--|-----------|------------|--------|-------|
| AL | | | | |
| Cargo | Sexo | Qtde | % | Lista |
| Governador | Masculino | 8 | 100,00 | |
| Subtotal | | 8 | | |
| Vice-governador | Masculino | 7 | 87,50 | |
| | Feminino | 1 | 12,50 | |
| Subtotal | | 8 | | |
| Senador | Masculino | 6 | 85,71 | |
| | Feminino | 1 | 14,29 | |
| Subtotal | | 7 | | |
| Deputado Federal | Masculino | 70 | 70,00 | |
| | Feminino | 30 | 30,00 | |
| Subtotal | | 100 | | |
| Deputado Estadual | Masculino | 187 | 71,37 | |
| | Feminino | 75 | 28,63 | |
| Subtotal | | 262 | | |
| Senador 1º Suplente | Masculino | 6 | 85,71 | |
| | Feminino | 1 | 14,29 | |
| Subtotal | | 7 | | |
| Senador 2º Suplente | Masculino | 7 | 100,00 | |
| Subtotal | | 7 | | |
| Subtotal | | 399 | | |
| Total Geral | | 399 | | |
| Exportar dados | | | | |
| 1 - 12 | | | | |

Uma pesquisa recente de setembro de 2014 realizada pelo DataSenado⁸ intitulada “Mulheres na Política”, analisou uma enquete feita a partir da questão; “*Você prefere votar em homens ou em mulheres?*” A resposta revelou que a maioria do eleitorado brasileiro não adota o sexo do candidato como fator decisivo para votação. Segundo a pesquisa:

⁸ DataSenado é o primeiro serviço de pesquisas do setor público desvinculado de universidades a integrar o banco de dados do CESOP.

O fato de já termos eleito uma mulher para a Presidência da República fortaleceu o contexto favorável à eleição de mais mulheres na política brasileira: para 65% dos entrevistados, a eleição da presidenta influencia o eleitorado a votar em mais mulheres. Essa influência se confirma nas pesquisas eleitorais para presidente: temos duas mulheres entre os três candidatos mais bem cotados. (DATASENADO, 2014)

Diante disso, o que então explicaria as baixas inserção e representatividade das mulheres na política? Para compreender melhor essa questão uma parcela feminina foi convidada a opinar sobre qual o principal motivo que leva uma mulher a não se candidatar para um cargo político.

Para 41% das respondentes, a falta de apoio dos partidos políticos é a principal razão para as mulheres não se candidatarem, seguida da falta de interesse por política (23%) e da dificuldade de concorrer com um homem (19%). Atrelado a esse indicativo ficou evidente segundo tal pesquisa, que para a maioria dos entrevistados que os projetos de lei que buscam conferir maior igualdade entre os sexos têm a aprovação da maioria dos entrevistados.

Diante do exposto, atrelando as categorias de gênero, feminismo e representação política da mulher, aos exemplos das candidaturas femininas em Alagoas nos dois últimos dois pleitos (2010 e 2014), e o esboço da trajetória de duas mulheres que marcaram a presença feminina na política alagoana, podemos compreender alguns pontos que dificultam a inserção da mulher na política. Alguns dos pontos são: superar preconceitos e estereótipos marcados pelo gênero que localizam o cenário político como espaço de “homem”; instigar as próprias mulheres ao interesse pela política; conquistar maior financiamento para suas campanhas; administrar a vida pública e privada simultaneamente.

Questionamentos que se configuram como os maiores desafios apresentados pela baixa inserção da mulher nos espaços de poder.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS:

No decorrer da história foram estabelecidos papéis sociais destinados a homens e mulheres; ao homem o âmbito público da vida social e a mulher o espaço privado doméstico com atribuições a casa e a família, demarcando assim as construções das representações simbólicas do masculino e feminino legitimado pelo o caráter natural das diferenças e desigualdades nas relações sociais. Durante o período demarcado pela revolução industrial, o argumento da diferença biológica ainda persistiu enquanto eixo para a desigualdade entre homens e mulheres.

O trabalho da mulher foi incorporado ao cenário das fábricas e indústrias, sendo a grande maioria têxtil, deixando de ser o espaço doméstico o único local de atuação do trabalho feminino, para isso as mulheres passaram a ter uma dupla jornada de trabalho. Fatos que mudaram a consciência feminina e, consequentemente, suas maneiras de agir, pensar e atuar nos espaços agora transitáveis na sociedade.

Fatores socioculturais, ligados à organização social que tradicionalmente e por séculos foi masculina, onde o papel da mulher na sociedade era limitado a cuidar da casa e da família foram sendo modificados, ainda que de maneira lenta e gradual, o que ajudou a delinear cada vez mais o modelo de sociedade o qual estamos inseridos (evidenciado por um crescente número de mulheres atuantes). As mulheres através dos movimentos sociais e ações organizadas de mulheres enfrentaram a luta pela emancipação,

conquistaram o direito ao voto e à cidadania plena, defenderam a identidade feminina e continuaram a caminhar em busca da superação dos obstáculos culturais, típicos de uma sociedade patriarcal e machista, ampliando seus papéis ainda limitados.

A mulher do século XXI passou de coadjuvante para também assumir um lugar de destaque na sociedade, com novas liberdades, possibilidades e responsabilidades, desde que passou a questionar sua condição inferiorizada, construída como inferior diante da figura masculina em diferentes âmbitos da vida social, penetrando atualmente diversos espaços da sociedade, em ocupação e tarefas cada vez maiores e significativas.

Vale salientar que, as oportunidades encontradas pelas mulheres dentro do espaço social cresceram nas mesmas proporções em que aumentaram seus desafios, e é importante destacar que os obstáculos e os paradigmas sociais e culturais sejam não somente algo a ser superado, mas repensado de maneira que visem uma equidade entre os gêneros.

Embora se perceba uma crescente participação de mulheres que se colocam a disposição para disputas políticas e de poder em cargos políticos e de gestão de governo, ainda se configura em boa parte “personagens” que precisam demonstrar sua competência política não apenas por suas propostas de governos e sim por carregar consigo o requisito de “desqualificação”. A identidade de gênero, mulher e o capital simbólico que isso representa talvez seja ainda a maior disputa política enfrentada.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ALBANO. Ronaldo Matos. **Os estudos sobre gênero ao longo da história**. IV Encontro de Pesquisa em educação da UFPI. GT-16, Piauí. 2006

ALVES, Branca Moreira. PITANGUY, Jaqueline. **O que é feminismo**. Editora Brasiliense, São Paulo, 1985.

BARBOSA, Érika Teline Rocha. BRANDÃO, Rebeca Barros de Almeida. TELECIO, Rafaela Ferreira. **As múltiplas faces do movimento feministas nas décadas de 60 e de 70 o Brasil**. III Seminário Nacional Gênero e Práticas Culturais Olhares Diversos sobre a Diferença. João Pessoa/PB. 2011.

COSTA, Ana Alice. **Gênero, poder e empoderamento das mulheres**. 2008. Disponível em: http://www.adolescencia.org.br/empower/website/2008/imagens/textos_pdf/Empoderamento.pdf

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos feministas**. Ano 9. p.167 – 206. 2º semestre, 2001.

LOURO, Guacira Lopes. **Gênero, sexualidade e educação: uma perspectiva pós-estruturalista**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia Alemã**, São Paulo. Hucitec, 1993.

MENDES, Lucia Maria de Amorim. **Violência Intrafamiliar contra Mulher**. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas – ICS/UFAL: Maceió, 2011.

MOORE, Henrietta. **Compreendendo sexo e gênero**. Do original: Understanding sex and gender, in Tim Ingold (ed.), Companion Encyclopedia of Anthropology. Tradução de Júlio Assis Simões, p. 813-830. Londres: Routledge, 1997.

MURARO, Rose Marie. **A Mulher no Terceiro Milênio**. Editora Rosa dos Tempos., 1992.

PINTO, Céli e MORITZ, Maria Freitas. A tímida presença da mulher na política brasileira. Eleições municipais em Porto Alegre (2008). In: **Revista Brasileira da Ciência Política**, nº2. Brasileira, julho-dezembro de 2009. p.67-87.

SARDENBERG, Cecília M. B. **Estudos Feministas: um esboço crítico**. In: **Célia Gurgel (org.), Teoria e Práxis dos Enfoques de Gênero**. Salvador: REDOR-NEGIF, 2004, pp. 17- 40

RODRIGUES, Almira. Construindo a perspectiva de gênero na legislação e políticas públicas. Caderno 12, Estudos de gênero. **CEFêmea**. Goiânia, p. 9-112. 2003.

ROSALDO, Michele Zimbalist: A Mulher, a Cultura e a Sociedade: uma revisão teórica. In: **A mulher, a cultura e a sociedade**. Tradução de Cila Anker e Rachel Corenstein. Coleção O Mundo Hoje, Vol. 31. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

ROSALDO, Michelle. **O uso e o abuso da antropologia: reflexões sobre o feminismo e o entendimento intercultural**. Publicado originalmente em Signs: Journal Of Women in Culture and Society. Spring, 1980, Vol 5. N.3:389-417. Tradução de Cláudia Fonseca.

SARTI, Cyntia Andersen. O feminismo brasileiro desde os anos 1970: revisitando uma trajetória. In: **Estudos Feministas**. Florianópolis, 12: 264, maio-agosto/2004. p.35-50.

SCOOT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**. v.15. nº2 jul/dez.1990. Tradução da versão em francês. p.71 a 99.

SILVA, Carla da. A desigualdade imposta pelos papéis de homem e mulher: uma possibilidade de construção da igualdade de gênero. **Revista Científica Direito em foco**, 5ª edição. São Paulo: 2012.

SOARES, Vera. **Muitas faces do feminismo no Brasil**. Texto reelaborado de textos anteriores in: SOARES, 1994; DELGADO e SOARES, 1995. Pesquisa e acesso em 02/03/2013 site: <http://www2.fpa.org.br/uploads/vera.pdf>

TOURAINÉ, Alain. **O mundo das mulheres**. Tradução de Francisco Morás. Petrópolis-RJ, Vozes, 2007.

SITES VISITADOS:

<http://www.extralagoas.com.br/noticia/14214/nacional/2014/07/23/aumenta-participacao-das-mulheres-na-politica-brasileira.html> Acessado em 29/08/14

<http://gazetaweb.globo.com/gazetadealagoas/noticia.php?c=247748> Acesso em 29/08/2014

<http://revistaepoca.globo.com/Revista/Epoca/0,,EDG74557-5856-423,00-TRAJETORIA+DA+SENADORA+HELOISA+HELENA.html> Acesso em 29/08/2014

http://www.senado.gov.br/senado/datasenado/release_pesquisa.asp?p=62 Acesso em 13/08/2014

A PRESENÇA DA MULHER NA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE PIANCÓ – PB: INSERÇÃO E PERCEPÇÕES DE PODER

Mariana Cavalcanti Pereira

1. INTRODUÇÃO

A mulher, durante muito tempo no Brasil, foi socializada para ser um sujeito frágil, preparada para o matrimônio, cuidadora do lar e dos filhos, voltada para as coisas consideradas belas e suaves, um corpo limpo, recatado e dependente do seu cônjuge. Um fruto do modelo patriarcal. Criada, assim, para gerar a casa enquanto o seu marido, figura pública por excelência, participava diretamente das grandes decisões políticas, econômicas e intelectuais. Esse foi o mundo, criado pelos homens, para formar um gênero, que submeteu as mulheres ao interesse superior da binaridade homem-mulher e conseqüentemente, da heterossexualidade (TOURAINÉ, 2007, p. 41).

Nesse aspecto de genderização, pautamos nosso trabalho de acordo com o entendimento de Joan Scott (1995, p. 88), ao teorizar a respeito, propondo que o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder e, apesar de não ser o único campo, parece ter sido uma maneira constante de possibilitar a significação do poder no ocidente, nas tradições judaico-cristãs e islâmicas. É a partir dessa ideia que temos uma via possível de compreensão da relação da mulher com a política, observando a dominação que, por muito tempo (e ainda) presente nesse âmbito, a excluiu da vida

pública e não lhe atribuiu direitos de mando, de autoridade, propriedade etc.

À medida em que as mulheres foram tomando alguns espaços, obtendo representatividade social e patamares já não tão distantes dos ocupados pelos homens, concepções do modelo patriarcal muitas vezes rodeavam as lutas travadas por aquelas, engendrando preconceitos e agindo como represálias na conquista de inúmeros direitos, por tanto tempo negados.

Hoje, dispomos de políticas de reconhecimento e redistribuição que têm o caráter de promover a inserção da mulher no campo político. Isto se deu principalmente por meio de cotas eleitorais, instituídas a partir da Lei 9.100, de 1995, que estabeleceu reserva de 20% para as mulheres para as eleições municipais; estas normas foram revisadas pela Lei 9.504 de 1997, a qual ampliou a cota mínima de 20% para 30%, além de estendê-las para os cargos eleitos por voto proporcional no âmbito municipal, estadual e federal, e pela Lei 12.034 de 2009, que altera a Lei 9.504, substituindo a reserva de vaga pelo seu devido preenchimento.

Mesmo com o aparato já conhecido, a temática é controversa e palco para discussões polêmicas, ainda permeadas por estereótipos que impedem a paridade plena de participação. A mulher, enquanto figura política, muitas vezes é vista como aquele ser menos passível de ser corrompido, que adentra no campo em questão com um comprometimento quase maternal, detentor das qualidades femininas já mencionadas, ou até mesmo como marionetes de outros políticos, geralmente homens, em função de sua fragilidade.

A busca pelo poder, pelo *status*, enquanto agente, muitas vezes é ignorado tendo em vista tais aspectos. É nesse sentido, que pretendemos, aqui, demonstrar as percepções dos breves elementos que estamos traçando, em conformidade com as percepções das

parlamentares da Câmara Municipal de Vereadores de Piancó, localizada no sertão paraibano.

2. UM POUCO DA CIDADE E DA CULTURA POLÍTICA LOCAL

Cidade de pequeno porte que mantém ainda hoje muitos traços tipicamente interioranos, antagoniza ao significado do seu nome: Piancó, na sua etimologia, quer dizer “terror, pavor”. O nome dado em homenagem ao cacique da Tribo dos Coremas ali residente à época da colonização do Brasil, por muito tempo fez *jus* à história do município. Piancó, além de possuir uma estratégica localização geográfica, é uma das cidades mais antigas do Nordeste e foi de grande importância política; território onde muitos embates foram travados e palco de acontecimentos sangüinários.

No sertão, assim como em praticamente todo o Brasil, os traços das alianças oligárquicas eram extremamente nítidos, e em conformidade com a história mundial, tratava-se de uma política ocupada majoritariamente por homens. Política esta que ressaltava a cultura patriarcal e machista vigente na época e que, no Brasil, só viria a ser minimamente transformada, após intensas lutas feministas, com o direito ao sufrágio feminino em 1932, em que pese à condição de casada, com autorização do marido e às viúvas e solteiras que detivessem renda própria.

Em 1927, no Rio Grande do Norte, foi sancionada a Lei Estadual nº 660 que conferia o exercício eleitoral sem distinção de sexo, e nesse mesmo ano, votavam as primeiras mulheres na América Latina, na cidade potiguar de Lajes. Em 1929, na mesma cidade, também foi eleita a primeira mulher prefeita da América Latina: Alzira Soriano. Contudo, diante de divergências com o governo Vargas, Alzira deixa sua função, voltando à política somente em

1945 como vereadora de Jardim de Angicos. Sendo assim, o voto a todas as mulheres, sem as restrições supracitadas, só foi totalmente conquistado em 1934, mas ainda era facultativo. Somente em 1946 a obrigatoriedade passou a ser para homens e mulheres.

Em 1933, enfim, a primeira mulher deputada federal do Brasil, é eleita pelo Estado de São Paulo: Carlota Pereira de Queiroz. Já no Estado da Paraíba, a militante do Movimento das Mulheres na Paraíba, Maria Dulce Barbosa, foi a primeira mulher no Estado a ser eleita, passando a atuar como vereadora em Campina Grande no ano de 1947, sendo reeleita por três mandatos consecutivos; também foi eleita primeira prefeita do Estado e terceira do Brasil, em 1963, administrando a cidade de Queimadas. Já em Piancó, município onde realizamos nossa pesquisa, a primeira mulher a ocupar um cargo político, por meio do voto, foi Aurea Vale, eleita vereadora, em 1972.

Percebemos, diante das breves linhas expostas acima, o processo tardio que foi a conquista das mulheres pelos espaços de poder no Brasil, bem como sua atual condição de sub-representação. Se tomarmos como caso para ilustração a cidade de Piancó e a história do acesso das mulheres à Câmara Municipal de Vereadores veremos que, após a primeira mulher ser eleita parlamentar, em 1972, até hoje, apenas por doze vezes mulheres ocuparam as cadeiras daquela casa legislativa.

Do ano de 2005 para cá, notamos um pequeno aumento da presença das mulheres na Câmara Municipal de Piancó, fato este que podemos atribuir em certa medida, a contar do ano de 2009, às cotas eleitorais que visam o preenchimento de um percentual de 30% a 70% de candidaturas para cada sexo, disposição contida na Lei 9.504 de 1997 alterada pela Lei 12.034 de 2009. Assim, constatando essa presença feminina que a passos lentos caminha, mas

que, aos poucos, toma os espaços de poder, procuramos, por meio de entrevistas semi-estruturadas com as Vereadoras em exercício no citado município, identificar elementos que nos mostrem algumas linhas de suas trajetórias, percepções de poder e do ser mulher no âmbito político.

3. TRAJETÓRIA POLÍTICA E PERFIL DE CANDIDATURA

Sair do espaço privado para o público e ocupar um espaço de poder é confrontar um sistema de valores e princípios arraigados, e, portanto, não se constitui uma tarefa fácil e imediata para as mulheres. Inserir-se no campo político e exercer as tarefas que lhe são inerentes traz consigo um leque de caminhos que conduzem até uma representatividade maior do gênero, porém que não necessariamente abandona nuances cristalizadas em torno do ser feminino.

O percurso até chegar à Câmara de Vereadores apresentado pelas parlamentares piancoenses entrevistadas mostra uma considerável convivência com a atividade política, onde puderam conhecer, compreender e eventualmente desenvolver afinidades com o ofício da política. Esse caminho percorrido geralmente é exposto na candidatura, uma vez que pode servir como referência decisiva para os eleitores. As falas abaixo ilustram esse processo de intimidade com a política:

Eu comecei nos bastidores. Aos poucos fui tomando gosto devido o trabalho que exerci durante a atuação de um determinado grupo político. Passei a conhecer muitas pessoas, fui secretária de Ação Social e fui tomando gosto pela política. Nunca tinha passado de fato pela cabeça ser candidata a nada, mas surgiu a oportunidade e me candidatei.

O perfil que procurei passar na minha candidatura foi a minha história de vida: quem eu fui e onde eu cheguei. A infância sofrida, meu trabalho enquanto professora e enquanto secretária de Ação Social, uma área de atuação que senti que era meu lugar por possuir um público vulnerável. (Vereadora Antônia Barbosa – PSB)

Uma das formas menos usuais de inserção da mulher nos espaços de poder tem sido por meio da construção de um histórico pessoal de lutas, de associação a movimentos e organizações populares, sindicais e outras. Ou seja, uma mulher política que antes de adentrar nessa seara já possuía uma participação no espaço público concreta. Essa experiência de inserção na política se diferencia, por exemplo, do depoimento abaixo descrito:

Eu sempre tive a veia política. Meu pai foi político, minha irmã, meu irmão, minha cunhada e meu primo também. Sempre tem alguém da minha família aqui na Casa. A gente sempre passa a candidatura para outro da família, mas eu quebrei com essa tradição e estou no meu segundo mandato e pretendo me candidatar novamente nas próximas eleições. Então, esse histórico político que minha família carrega é muito forte, minha filha inclusive já está começando a se interessar por esse caminho, ela gosta muito de política. (Vereadora Christtiane Almeida – PSD)

Nesse sentido, é possível acionarmos a reflexão de Rabay e Carvalho (2010) ao defenderem que boa parte das mulheres que chegam ao Parlamento no Brasil vem através do “nome de família” e continua, em certa medida, a reproduzir esse mesmo poder, atuando em favor da manutenção desse “nome”. Assim, formam-se verdadeiras oligarquias políticas. Se tal manutenção é constatada,

questionamos, portanto, se há, de fato, uma pauta feminista dessas mulheres que adentram esses espaços de poder.

Percebemos, assim, que o espaço considerado inerentemente masculino também tem se tornado um ambiente que atrai o público feminino, seja por uma convivência ocasional, seja por uma tradição familiar. A afinidade com o mundo político não é atributo exclusivamente masculino; quando as mulheres afirmam esse “gosto” e perseguem os espaços de poder, rompem, em certa medida, com o mito da dominação absoluta (TOURAINÉ, 2007, p.86). A auto-imagem que nossas entrevistadas apresentaram também nos mostra, entretanto, que alguns estereótipos que perpassam a figura feminina constituem-se em elementos relevantes na sua apresentação política, como podemos ver:

Sempre tentei mostrar para o povo durante minha candidatura que eu ia trabalhar, lutar pelos idosos, que é uma classe bastante esquecida. Eu também ia lutar pelos jovens, eu sou mãe, inclusive na minha campanha eu estava grávida, então foi muito difícil por isso também. Também quis mostrar a força da mulher na Câmara, porque a mulher brilha mais, o nosso lado feminino é mais humano, mais sensível. O homem não, ele é mais grosseiro. A mulher sabe contornar muitas situações, então a presença da mulher na Câmara é muito importante por todos esses motivos. (Vereadora Erilene Lacerda – PSDB)

Eu acho muito importante passar para o povo que você tem as qualidades consideradas femininas. As pessoas têm essa confiança em você enquanto mulher justamente por esses atributos. A mulher cumpre mais o que promete. (Vereadora Christtiane Almeida – PSD)

A mulher é sensível, é mais preocupada com os outros, tem mais carinho mesmo no que faz. É importante mostrar, então, quem você é. Na minha

candidatura passei que eu era “a amiga de sempre”, pois sempre trabalhei e ajudei muito as pessoas que conheci, e assim eu quis mostrar que não ia mudar meu comportamento depois de entrar na política. (Vereadora Francisca de Paula – PSD)

Pinheiro (2007, p.189) assevera que as mulheres, ao entrarem em espaços tradicionalmente masculinos, partem de uma condição de “inferioridade simbólica”, fazendo, portanto, com que haja uma certa ressocialização, a fim de naturalizar a condição feminina e aqueles atributos que lhe são relacionados.

Barreira (2008) em pesquisa realizada acerca da construção da imagem política de Luizianne Lins, eleita prefeita de Fortaleza-CE, no ano de 2004, constata diversos elementos que incrementam o jogo simbólico de forças sociais que suscitam aspectos específicos de representação política no espaço público: afirmações em panfletos da candidatura como “mulher vencedora”, “mulher de coragem”, traços físicos da candidata ligados à estética feminina também foram ressaltados na mídia, bem como interpelações feitas a jovens e mulheres. Percebe-se, nesse contexto, uma preocupação estratégica das parlamentares em trazer atributos considerados femininos à representação política, demonstrando uma tentativa de diferenciar o jeito feminino de fazer política do jeito masculino, desse modo é que são ressaltadas, como pudemos observar nos discursos acima, características como maternidade, sensibilidade, entre outras, que por serem supostamente inatas, justificariam uma política mais justa.

A seara dos assuntos sociais também é vista como uma área mais voltada para a atenção feminina. Para elas mesmas, como foi exposto, assuntos do tipo seriam mais valorizados pelo fato da veia maternal, cuidadora e sensível que as mulheres possuem. Segundo Miguel (2001, p.259) os autores que defendem essa “política

do desvelo” ou “pensamento maternal” acreditam que a presença feminina traria uma busca genuína pela paz além de prezar por áreas como amparo social, saúde, educação e meio ambiente. Dessa maneira, notamos a crença da adequação entre tais temas e a atuação da mulher enquanto política presente em todas as entrevistas realizadas.

Além do que expomos ao longo do texto, para ilustrar melhor a temática aqui apresentada, também trazemos, ao fim deste capítulo, as imagens de santinhos das candidatas entrevistadas, distribuídos na última eleição de 2014, realizada em Piancó-PB, frases como “A amiga de sempre”, “A serviço do povo”, “A força da mulher na Câmara” e impressão em formato de coração, podem ser visualizadas. Esses elementos podem nos fazer refletir a respeito de uma certa especificidade no jogo simbólico do processo de representação política dessas mulheres.

4. RELAÇÕES ENTRE OS ESPAÇOS PÚBLICO E PRIVADO

Outro aspecto a ser destacado é a conciliação entre a política e a vida familiar, pois “indica que a “dicotomia entre público e privado” é um ponto central com o qual as mulheres se defrontam no cotidiano, mostrando que estes espaços estão em permanente relação” (GROSSI; MIGUEL, 2001, p.180). Em nossas entrevistas foi destacada essa tensão:

A relação com o lar, com minha família, depois que entrei na política mudou muito. Tenho dois filhos, às vezes um adoce e existem os compromissos políticos. Fim de semana que eu poderia estar com minha família, tenho que ir visitar uma comunidade, ir a uma reunião. Então, você às vezes deixa a família de lado para ir ver o problema dos outros.

Você deixa de resolver os seus problemas para resolver os dos outros. E, para mim, é algo que faço com bastante amor, pois sei desses lados que a política traz. Há esse lado ruim de ter que abdicar algumas vezes da sua relação com a família, mas há o lado bom de poder ajudar muitas outras pessoas. (Vereadora Erilene Lacerda – PSDB)

No começo da candidatura, meus filhos, meu marido e demais familiares ficaram bastante preocupados pelo fato da enorme cobrança que existe no campo, além de que eu já trabalhava muito enquanto professora. Mas com o tempo eles me apoiaram muito, me ajudaram muito, então esse apoio foi fundamental, foi à peça principal da minha candidatura. (Vereadora Antônia Barbosa – PSB)

Em que pesem a cobrança e as eventuais dificuldades de conciliar o público e o privado, um atributo como maternidade e alguns outros que podem se relacionar diretamente com o cuidar do lar, desdobram-se, também, em ferramentas de poder, como é possível compreender no que foi exposto até aqui.

Grossi e Miguel (2001, p. 182-183) afirmam parecer que os homens não foram treinados para suportar o peso de estar ao lado das mulheres políticas, e que ocorrem muitas separações motivadas pela vida política; os maridos têm “que organizar suas vidas em função do tempo das mulheres, posição que é facilmente associada com “passividade”, ou seja, com um atributo desvalorizado do feminino”. Em uma das nossas entrevistas, destacamos um caso que talvez fuja à regra, pois, segundo a vereadora, o papel do seu cônjuge foi e é de extrema importância na sua vida política, como segue:

Quando decidi me candidatar, tive muito receio, eu não venho de uma tradição política, mas o incentivo do meu esposo foi muito importante. No dia da eleição adoeci, fui medicada e tive que ficar de

repouso, e meu esposo dizia sempre que eu não me preocupasse, que estava me ajudando no que fosse necessário. O meu marido é uma figura muito importante para mim nessa minha batalha, pois ele está ao meu lado, me ajudando com tudo enquanto estou ocupada, ele resolve diversas coisas para mim. Sem o apoio dele tudo talvez tudo fosse mais difícil. (Vereadora Erilene Lacerda – PSDB)

A figura “múltipla” que a mulher exerce pode vir imbricada no discurso otimista crente na presença feminina nos espaços de poder, mas que, em certo grau, não deixa de ser reprodução dos preconceitos existentes em torno das competências para o âmbito público. É nesse sentido que Grossi e Miguel também afirmam que essa jornada tripla das mulheres pode ser um fator a dificultar sua entrada na política, posto que o homem muitas vezes está destituído das tarefas domésticas. De acordo com a fala de um dos vereadores:

Ter uma mulher dentro dos espaços de poder é importante porque a mulher tem uma cabeça muito bem estruturada, ela consegue desenvolver várias atividades, diferentemente do homem. A mulher cuida da casa, dos filhos, do marido, trabalha e ainda tem tempo de bater papo com as vizinhas. Ela é uma figura múltipla. (Vereador Pedro Silva – PMDB)

Diante do exposto, podemos interpretar a vinculação entre o espaço privado ainda muito ligado ao ser mulher, no discurso do Vereador. A presença feminina é importante, para ele, devido essa capacidade da mulher em desenvolver múltiplas funções, mas estas, em sua maioria, ligada ao lar, e que o homem não estaria apto a realizar com a precisão que a mulher o faz.

Em contrapartida a este perfil de aceitabilidade, as entrevistadas, de um modo geral, disseram não sentir resistência em

suas candidaturas pelo fato de ser mulher, apesar de acreditarem que haja ainda existe certo receio por parte principalmente dos homens de ter uma mulher em algum posto político ou de autoridade. A convivência no cotidiano das atividades da Câmara e a realização das tarefas políticas também se mostraram, de acordo com os depoimentos, positivas. Segundo as vereadoras, há um trabalho conjunto entre todos, e há um espaço de debate considerável entre homens e mulheres, bem como de pautas feministas.

5. UMA POLÍTICA DESINTERESSADA?

Muitas teorias tentam explicar o termo gênero e o processo de formação de identidade. Para Scott (1995), grande parte dessas teorias cai em um reducionismo ou tendem a reificar o antagonismo sexual como dimensão central do gênero. Esta autora detém o núcleo da sua definição de gênero em dois aspectos: nas relações sociais baseadas nas diferenças percebidas entre os sexos, e que cabem à História saber o nexos existente entre elas; e no gênero como forma primária de dar significações às relações de poder. A política, assim, é uma das áreas na qual o gênero pode ser utilizado para análise histórica; e o gênero, para Scott (1995, p.92):

é uma das referências recorrentes pelas quais o poder político tem sido concebido, legitimado e criticado. Ele não apenas faz referência ao significado da oposição homem/mulher, ele também o estabelece. Para proteger o poder político, a referência deve parecer certa e fixa, fora de toda construção humana, parte da ordem natural ou divina. Desta maneira, a oposição binária e o processo social das relações de gênero tornam-se parte do próprio significado de poder; pôr em questão ou alterar qualquer de seus aspectos ameaça o sistema inteiro.

Pautada na chamada “política do desvelo”, a discussão de gênero, nesse âmbito, se atém à competência feminina para os cargos públicos em decorrência de atributos como maternidade, sensibilidade, generosidade, zelo, em detrimento de adjetivações como agressividade, ganância e empáfia, constantemente naturalizadas como características masculinas. Para este raciocínio, as mulheres seriam capazes de ocupar o poder visualizando muito mais o bem comum do que os homens.

Trata-se, portanto, de uma hierarquização da relação entre masculino e feminino na seara subjetiva, onde se procura vincular o cuidado da coisa pública, até outrora negado de um modo geral às mulheres, com suas qualidades atribuídas à figura feminina. É uma espécie de justificação da presença da mulher na política. Essa “política do cuidado” faz parte das percepções das nossas entrevistadas, de um modo geral, como podemos ver:

Acho que os poderes perseguidos pelas mulheres e pelos homens são diferentes. O homem é mais egoísta, a mulher tem preocupações que o homem não tem, seja em comparação ao homem mais poderoso ou ao mais simples. Acho que se todos os grandes poderes fossem geridos por mulheres, seria muito melhor. (Vereadora Francisca de Paula – PSD)

A acepção do termo poder, para as nossas entrevistadas, se mostrou como uma palavra carregada de sentido negativo e também mais atrelado aos anseios masculinos, entretanto não excluíram a busca por esse poder das aspirações políticas das mulheres:

Eu acho a palavra poder muito forte. Eu às vezes nem lembro que sou vereadora. Eu estou vereadora, na verdade. Eu sou mesmo é professora. Mas eu

noto que essa briga pelo poder e os interesses pessoais existem tanto em homens quanto em mulheres. O campo político pode desvirtuar, mas é algo que vai do discernimento de cada um. (Vereadora Christiane Almeida – PSD)

Olha, o poder é algo que não sobe à cabeça. Continuo a mesma pessoa de sempre. Há sim uma certa vaidade. Ter esse nome de Vereador lhe dá alguma vaidade sim, um *status*. Não deixa de ser um *status*, o Vereador é uma das autoridades da cidade e quer queira ou não, isso implica sim um certo respeito (Vereadora Antônia Barbosa – PSB)

Acho que as mulheres buscam um *status* que o cargo político traz consigo, mas é uma parcela muito pequena, é uma minoria mesmo. O *status* é uma coisa buscada principalmente pelo homem. Até o jeito do homem falar do seu cargo é diferente, eles sempre tentam mostram “quem é que manda aqui”, já a mulher não é assim, o discurso dela é diferente, ela dificilmente faria o mesmo.” (Vereadora Francisca de Paula – PSD)

Eu acho que muitas mulheres têm que tentar os cargos políticos, pois a mulher é diferente. A ganância parte muito dos homens. A mulher é mais sensível para ver as necessidades mais esquecidas do País. Eu quero poder não para aparecer, mas para ajudar. É diferente quando a cidadã que sou ocupa um cargo de vereador, é totalmente diferente quanto o termo “vereador” aparece com o seu nome. Nessa condição, eu acho que vou conseguir fazer mais pela população, por isso vou me candidatar novamente. Inclusive servir de inspiração também, muitas mulheres já me falaram que pensam em seguir meu exemplo. (Vereadora Erilene Lacerda – PSDB)

As falas acima reafirmam o que desenvolvemos até aqui. Sendo assim, notamos que, mesmo que presentes as lutas por *status*, vantagens pessoais e vaidade em decorrência da posição ocu-

pada também nas mulheres, o padrão ainda se encontra na ideia do poder, carregado com suas características consideradas negativas, como atributo masculino, e onde reside, portanto, a aposta de uma política mais desinteressada pautada na atuação feminina, posto que se trata de um gênero considerado mais comprometido e sensível, sobretudo às causas sociais.

No entanto, são visíveis algumas contradições no discurso das parlamentares entrevistadas no que tange a tais aspectos, ora defendem uma questão, ora se “traem” em suas próprias palavras. Percebemos, entretanto, que tais comportamentos podem fazer parte dessa recente tentativa de “ressocialização” citada por Pinheiro (2007) em meio a um ambiente fortemente marcado pela presença masculina.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final deste capítulo, podemos afirmar que o nosso ordenamento jurídico avançou consideravelmente no que diz respeito às cotas eleitorais que visam uma maior inserção da mulher dentro dos espaços de poder, buscando reduzir os efeitos negativos de uma história marcada por exclusão dos espaços públicos da nossa sociedade. Entretanto, ainda que as cotas exerçam um papel significativo nesse feito, encontramos, na cultura arraigada do nosso povo, preconceitos que continuam a permear a figura da mulher enquanto agente na vida social.

A efetivação da paridade entre homens e mulheres nos cargos públicos depende, ainda, em certa medida, de dispositivos legais que abram espaços para a representatividade feminina no mesmo grau que a masculina. Estamos diante, como já foi dito, de uma questão cultural. Mesmo nos casos onde a atividade política

da mulher possui aceitabilidade e até fomento, estes, muitas vezes, estão atrelados aos atributos considerados femininos, tais como, maternidade, sensibilidade, generosidade, dentre outros, os quais, na visão do senso comum, podem concorrer para uma política mais desinteressada, mais comprometida, como nossas entrevistas bem ilustraram.

A breve pesquisa realizada na Câmara de Vereadores de Piancó nos ajudou a identificar esses elementos que perpassam a discussão da “política do desvelo”, mas também nos apresenta alguns pontos interessantes de sutis divergências desse pensamento, atentando ao fato de que as mulheres buscam, assim como os homens, espaços de poder, mesmo que este poder possua percepções diferentes sobre sua acepção.

Muito ainda há de ser problematizado a fim de conceber melhor as nuances que muitas vezes passam despercebidas na conjuntura do pensamento sobre gênero. E é nesse contexto do que foi apresentado que finalizamos nosso texto acreditando na pertinência da reflexão do espaço político como um campo relevante para a discussão sobre gênero e sua influência sobre a história da mulher nos espaços público e privado, bem como das suas lutas em busca de voz e dimensões de atuação e defesa da agenda feminista, além das visões e preconceitos que trazemos no nosso arcabouço cultural e que, portanto, atingem homens e mulheres.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BARREIRA, I. A. F. **Imagens ritualizadas**: apresentação de mulheres em cenários eleitorais. Campinas-SP: Pontes, 2008.
- GROSSI, M. P; MIGUEL, S. M. Transformando a diferença: as mulheres na política. In: **Estudos Feministas**, São Paulo, 2001, p. 167-206.

LACERDA, Y. Elzir Matos. O construtor de Piancó. Cajazeiras, PB, Ideia, 2004.

MIGUEL, L. F. Política de interesses, política do desvelo: representação e “singularidade feminina”. In: **Estudos Feministas**, São Paulo, 2001, pp.253-267.

MORITZ, M. F.; PINTO, C. A tímida presença da mulher na política brasileira: eleições municipais em Porto Alegre. In: **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº 2, Brasília, jul-dez de 2009, pp.61-87.

PINHEIRO, L. S. **Vozes femininas na política**: uma análise sobre mulheres parlamentares no pós-Constituinte. Brasília: Secretaria Especial de Política para as Mulheres, 2007.

RABAY, G; CARVALHO, M. E. P. de. **Mulher e política na Paraíba**. Histórias de vida e luta. João Pessoa, EDUFPB, 2010.

SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: **Educação e Realidade**, nº 20, jul-dez de 1995, p. 71-99.

TOURAINÉ, A. **O mundo das mulheres**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

SITES CONSULTADOS

Direito de voto feminino completa 76 anos no brasil: saiba mais sobre essa conquista. Disponível em < <http://www1.folha.uol.com.br/poder/2008/02/367001-direito-de-voto-feminino-completa-76-anos-no-brasil-saiba-mais-sobre-essa-conquista.shtml>> Acesso em 07-08-2014.

Morre primeira prefeita eleita da PB e vereadora de Campina. Disponível em < <http://expressopb.com/2013/03/historico-morre-a-primeira-mulher-eleita-prefeita-na-paraiba/08-03-13>> Acesso em 07-08-2014.

Os 80 anos do voto de saias no brasil. Disponível em < <http://www.tre-rn.jus.br/institucional/centro-de-memoria/os-80-anos-do-voto-de-saias-no-brasil-tre-rn>> Acesso em 07-08-2014.

SANTOS, S. M. O segundo sexo: registro da candidatura e a subrepresentação política nas eleições de 2010. Disponível em <http://www.osconstitucionalistas.com.br/o-segundo-sexo-registro-de-candidatura-e-a-subrepresentacao-politica-nas-eleicoes-de-2010> Acesso em 07-08-2014.

ANEXO 1 – “SANTINHOS” DAS VEREADORAS ELEITAS NAS ELEIÇÕES 2014 DA CIDADE DE PIANCÓ-PB.



PERCEPÇÕES DO ELEITORADO SOBRE A INSERÇÃO POLÍTICA DAS MULHERES: A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM PÚBLICA DE DILMA ROUSSEFF

Danielle Virgínia Silva Albuquerque

1. INTRODUÇÃO

As Campanhas Eleitorais de 2010 e 2014 apresentaram grande importância para o cenário político brasileiro, particularmente na disputa para o cargo destinado à Presidência da República. Os dois pleitos proporcionaram acontecimentos inéditos para a história política brasileira. Alguns foram: a vitória em segundo turno da primeira mulher Presidenta do Brasil; pela forma como se instituiu a construção da imagem pública dos candidatos em uma acirrada e incansável maratona de construção/desconstrução dessa imagem (GOMES, 2004) marcadas por uma disputa emocionante; Pela reeleição da candidata e atual Presidenta da República e, por último, pelo espaço e papel desempenhados pelas redes e mídias sociais que permitiram uma ampla visibilidade à campanha eleitoral, aos candidatos e aos eleitores.

Considerando que a inserção e participação feminina nos espaços de poder incidiu e ainda incide, de forma gradativa e repleta de barreiras, pois para conquistar esses espaços, ainda masculinizados, a mulher tem que provar diversas vezes que são competentes e aptas ao cargo a que se submete. De acordo com Vincent (1995, p.181) “a ocupação feminina nos espaços de poder dá-se de forma paulatina, através da desnaturalização de papéis histórica-

mente construídos”, partindo dessa afirmação, podemos refletir até que ponto tal ocupação envolve as questões de gênero nessa relação entre cultura e política. Desta forma, podemos perceber que as mulheres que disputam um cargo político tendem a trazer consigo uma “identidade de gênero”, valores femininos que lhes são atribuídos de forma histórica e culturalmente naturalizados tais como: sensibilidade, paciência, maternidade, cuidado etc., e que podem ser manipulados como instrumento de diferenciação das candidaturas femininas em relação às masculinas.

Com base na problemática da inserção da mulher nos espaços de poder, nós observamos, investigamos e analisamos, no período eleitoral (nos meses de junho a outubro de 2014) a percepção dos eleitores na cidade de Campina Grande, Estado da Paraíba, em relação aos valores tradicionais da formação política brasileira a partir o processo de construção da imagem pública da atual Presidente da República Dilma Rousseff nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014. Enfatizando a influência e o papel da mídia e das redes sociais nesse processo de construção e materializando da construção de uma singularidade do ser feminino nas disputas eleitorais.

Segundo (MATOS, PINHEIRO, 2012), Os padrões de tradicionalismo de gênero, por sua vez, é entendido como fenômenos que costumam ser operados por aquilo que a literatura pertinente já cunhou como “masculinidades hegemônicas”, em oposição às “feminilidades subalternas”. No escopo de um modelo binário, tal polaridade tradicional se expressa entre a mulher, cuidadora, dona-de-casa, afetiva, subjetiva e também social e culturalmente responsável pelos filhos e pela união da família, em oposição e contraste ao homem, provedor, chefe da casa, financeiramente responsável pela família.

Para mensurar as dimensões do tradicionalismo e da des-traditionalização nas relações de gênero, foram construídos indicadores que buscassem captar as percepções do eleitorado em Campina Grande - PB sobre o lugar de mulheres e homens nos espaços públicos e nos privados. Seria possível afirmar que o eleitorado nesta cidade tem percepções conservadoras politicamente e também tradicionais no que tange às relações de gênero? Este tipo de percepção e de valores tem afetado nossa dinâmica político-eleitoral? Como? Quais são as principais variáveis que condicionam estes tipos de percepção em nossa sociedade? Como a mídia e as redes sociais influenciam na concepção e percepção desses valores tradicionais ainda presentes em nossa sociedade?

Diante desses questionamentos, apresentamos como objetivo da pesquisa realizada, analisar as diversas percepções do eleitorado sobre valores tradicionais da formação política brasileira, a partir do processo de construção da imagem pública da atual Presidente da República Dilma Rousseff, nas campanhas eleitorais de 2010 e 2014. Portanto, nossa proposta de pesquisa foi realizar um estudo antropológico sobre as diversas percepções do eleitorado entre os meses de Junho a outubro de 2014, ou seja, antes do primeiro turno e entre o primeiro e segundo turnos das eleições em 2014, Com intuito de analisar se os valores tradicionais e conservadores se fazem ainda presentes em na referida cidade e se, tais valores influenciam na opinião pública e adesão ao voto dos eleitores. Procuramos também perceber se o papel da mídia e das redes sociais influenciou na adesão ao voto.

Para a realização de nossa pesquisa, buscamos relacionar diretamente os instrumentos metodológicos com os objetivos que a pesquisa se propõe. Primeiramente, utilizamos algumas referências, em forma de artigos e livros publicados no Brasil referentes

ao tema escolhido e que foram extremamente relevantes e capazes de nos auxiliar durante a elaboração, execução e apresentação dos resultados de nossa pesquisa. Podemos citar os seguintes autores: (GOMES, 2004); (ALVES, 2010); (GROSSI, MIGUEL, 2001); (SCOTT, 1996. Nos servimos ainda de dados estatísticos disponíveis no *site* do TRE – PB (Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba) e do TSE (Tribunal Superior Eleitoral), a fim de entrelaçar esses dados com os dados coletados através das entrevistas.

Por se tratar de uma pesquisa a ser realizada na mesma cidade onde residimos, nos auxiliamos das considerações propostas por Velho (1978), ao abordar que numa pesquisa qualitativa o pesquisador deve ter uma distância mínima de seu objeto, ou seja, o observador deve evitar deformações em seus julgamentos ou conclusões. Pois, para este autor tanto no familiar como no exótico sempre terá informações filtrada por um determinado ponto de vista do observador, sendo percebida de maneira diferenciada. Na posição de pesquisadora devo fazer um distanciamento, abdicar os estereótipos, estranhar o familiar. Devemos considerar que o outro surpreende e não sermos onipotentes achando que sabemos tudo sobre aquele lugar, contudo é preciso primeiramente conhecer dependendo de sua interação.

O que sempre vemos e encontramos pode ser familiar mas não é necessariamente conhecido e o que não vemos e encontramos pode ser exótico mas, até certo ponto, conhecido. No entanto estamos sempre pressupondo familiaridades e exotismos como fontes de conhecimento ou desconhecimento, respectivamente. (VELHO, 1978, p.39)

De acordo ainda com (OLIVEIRA, 1998) o trabalho antropológico é produzido a partir do caráter constitutivo do “olhar, do

ouvir e do escrever”, elaborando assim, o conhecimento que é próprio das Ciências Sociais. Desta forma, questões epistemológicas condicionam a investigação empírica tanto quanto na construção do texto, resultando na pesquisa. A pesquisa também se realizou através de um trabalho de campo, onde buscamos informantes/eleitores, para realização de entrevistas abertas e semi-estruturadas, num universo de 10 eleitores de Campina Grande – PB, entre eles 06 homens e 04 mulheres (escolhidos por zonas eleitorais, idade, escolaridade e classe social). O intento desta pesquisa foi, enfim, o de analisar os discursos que formam o universo cultural desses eleitores para perceber como os eleitores de Campina Grande – PB apreendem a inserção feminina nos espaços de poder.

Utilizamos os métodos e técnicas da pesquisa qualitativa, pois para nosso intento, apenas o trabalho quantitativo não seria suficiente para analisarmos questões como representações, significados, valores e crenças, correspondendo às particularidades que cercam esse universo.

É importante ressaltar que tivemos um pouco de resistência da parte dos informantes, pois muitos não queriam falar sobre o voto, com receio de apontar para determinado candidato, como enfatiza Lima (2011, p.85) “muitos informantes se sentem violados em seu segredo, incomodados em conversar sobre o voto como se necessariamente devesse nos informar em quem votaram ou pretendesse votar”. Tivemos então que explicar reiteradas vezes aos nossos informantes que não haveria necessidade, nem exigência alguma para que eles nos informasse em quem votaram.

Durante a realização das entrevistas, buscamos manter a sequência sugerida no roteiro semiestruturado de entrevista, previamente elaborado, acrescentando-se ou desdobrando-se algumas questões para obter uma explicação maior das respostas fornecidas.

Utilizamos uma linguagem simples e direta para que o informante compreendesse com clareza o que estava sendo perguntado.

1. CONSERVADORISMO POLÍTICO E RELAÇÕES DE GÊNERO

O conservadorismo é identificado às ideias e atitudes que visam à manutenção do *status quo* e do presente sistema político, contrapondo-se às forças inovadoras. O pensamento conservador, em suas origens, expressa a alternativa aos avanços promovidos por certa percepção da modernidade, especialmente ao(s) pensamento(s) progressista(s), que pode(m) variar no tempo e no seu conteúdo. Em relação ao conservadorismo político, de acordo com Matos, Pinheiro (2012, p.53):

refere-se a uma tendência ideológica e a um tipo de percepção/sensibilidade/visão de mundo que pode variar grandemente: desde o apoliticismo e a rejeição a qualquer prática reivindicatória (apatia política) até a aprovação expressa de comportamentos, atitudes e percepções que não apenas são extremamente rejeitadores de qualquer mudança na arena do *status quo*, mas também incitariam a discriminação, a intolerância e o preconceito contra alternativas de mudança ou contra experiências da diferença.

Assim, ao mencionar as relações de gêneros tradicionais são imaginadas relações assimétricas, verticalizadas e hierárquicas de poder entre homens e mulheres, em que o homem domina e a mulher é subalternizada. Essas noções construídas e perpetuadas pelo patriarcado que convencionou suas bases na dominação e na hegemonia social e política estabelecida é cristalizada como tradicionalmente masculina.

Os estereótipos ou estigmas relacionados a estas relações seriam, assim, uma manifestação do tradicionalismo de gênero, raça e sexualidade que estariam relacionados a um conjunto muito arraigado de crenças sobre os atributos pessoais “mais adequados” social, política e culturalmente a homens e mulheres, brancos e negros, homo e heterossexuais, sejam estas crenças individuais ou compartilhadas. Geralmente, esses estereótipos e estigmas são fortemente associados a relações vividas, experimentadas de um modo historicamente tradicional.

Ainda de acordo com (MATOS, PINHEIRO 2012), Os padrões de tradicionalismo de gênero, por sua vez, é entendido como fenômenos que costumam ser operados por aquilo que a literatura pertinente já cunhou como “masculinidades hegemônicas”, em oposição às “feminilidades subalternas”. No escopo de um modelo binário, tal polaridade tradicional se expressa entre a mulher, cuidadora, dona-de-casa, afetiva, subjetiva e também social e culturalmente responsável pelos filhos e pela união da família, em oposição e contraste ao homem, provedor, chefe da casa, financeiramente responsável pela família.

Considerando que a inserção feminina na política, no Brasil ocorreu de forma gradativa, com muita luta e com algumas conquistas. Ao longo desse percurso houve momentos de avanços e retrocessos em relação à emancipação feminina. Contudo, podemos perceber que um dos motivos, aos quais dificultava essa emancipação feminina foram alguns valores de ordem tradicionais e conservadores que se fazia e ainda se faz presente em nossa sociedade. Mesmo diante da modernidade, na era da internet, ainda percebemos que muitos valores desta ordem ainda imperam no imaginário popular, principalmente no que tange as relações de gênero, e o papel exercido por homens e mulheres.

De acordo com Scott (1992, p.14) ao definir o conceito de relações de gênero como o instrumento adequado para entender a condição de desigualdade das mulheres, é preciso considerar a necessidade de “tratar do sujeito individual tanto quanto da organização social e articular a natureza das suas inter-relações, pois ambos têm uma importância crucial para compreender como funciona o gênero e como se dá a mudança”.

2. PERCEPÇÕES DOS ELEITORES EM RELAÇÃO À INSERÇÃO FEMININA NOS ESPAÇOS DE PODER

Sem dúvida alguma, um importante passo para a conquista das mulheres na política foi à indicação do Presidente Lula para sucessão presidencial. Não obstante, quando analisamos o poder executivo e legislativo, a participação feminina continua vivenciando uma situação de sub-representação. Segundo os dados do TSE, em 2014 a população feminina brasileira é de 74.459.424, representando 52,13%, do eleitorado, enquanto os homens estão na faixa de 68.247.598, equivalente a 47,79% dos eleitores.¹ Contraditoriamente, podemos citar os dados estatísticos das eleições municipais de 2012, onde apenas 13,3% dos vereadores eleitos são do sexo feminino.

Se tomarmos como exemplo o resultado das Eleições 2010², no primeiro turno, para Presidente do Brasil, na cidade de Campina Grande, o candidato José Serra recebeu o maior número de votos 91.227 correspondente à (43%) dos votos válidos, a candidata Marina Silva ficou em segundo lugar com 61.044 (28,77%) dos

1 Brasil. Tribunal Superior Eleitoral. Dados estatísticos: eleições 2014. – Brasília: Tribunal Superior Eleitoral, 2014.

2 Dados do TRE PB – Tribunal Regional Eleitoral da Paraíba. www.tre_pb.jus.br em 01/02/2015.

votos válidos e a candidata Dilma Rousseff ficou em terceiro lugar com 57.841 (27,26%) dos votos válidos. No segundo turno, o quadro não se modificou tanto, apresentando em primeiro lugar o candidato José Serra com 128.010, correspondendo a (60,21%) dos votos válidos contra a candidata do PT, Dilma Rousseff com 84.611 ou (39,79%) dos votos. Outro importante fator a ser percebido diz respeito a intenções de voto, a candidata Dilma Rousseff manteve melhor desempenho no eleitorado masculino do que no feminino. Já José Serra e Marina Silva apresentaram melhor resultado entre as mulheres. Esta diferença foi responsável pela existência do segundo turno nas eleições presidenciais de 2010, da mesma forma como tinha ocorrido nas eleições de 2002 e 2006 (ALVES, 2010). Contudo, cabe frisar que registro de que a candidata do PT venceu as eleições tanto entre os homens quanto entre as mulheres, mas com uma margem maior entre os primeiros. No entanto, nas eleições 2010, no Brasil, podem ser classificadas como as eleições mais femininas na história do Brasil. O número de mulheres candidatas a deputadas estaduais e federais bateu todos os recordes históricos. Também não existem indicações de que as mulheres, em bloco, tenham apresentado um voto mais conservador. As duas candidaturas femininas, que concorreram com os sete homens ao cargo de Presidente da República, tiveram dois terços dos votos no primeiro turno, mostrando que o eleitorado, em sua maioria, não discrimina as mulheres e que a maior parte do eleitorado feminino votou em uma mulher para a Presidência.

Nas eleições de 2014 (primeiro turno), na Paraíba, para o cargo de Presidente da República, o primeiro lugar foi ocupado pela candidata Dilma Rousseff com 1.166.632 correspondente a (55,61%) dos votos válidos; O candidato Aécio Neves apresentou 490.516 votos (23,38%) e a candidata Marina Silva, recebeu

393.390 ou (18,75%) dos votos válidos. No segundo turno, na Paraíba, os resultados finais foram os seguintes: Dilma Rousseff alcançou o primeiro lugar com 1.380.988, correspondente a 64,26% dos votos válidos contra seu adversário Aécio Neves com 767.916 que corresponde à 35,75% dos votos válidos.

Diferentemente deste resultado, Campina Grande, uma das principais cidades da Paraíba, a segunda mais populosa do Estado, depois da capital, João Pessoa, apresentou um resultado diferente, se comparado ao do Estado, acima descrito, nas últimas eleições para a Presidência da República. Os resultados eleições de 2014 (1º turno) foram: Aécio Neves foi o candidato que apresentou o melhor desempenho, adquirindo 84.577 ou (39,46%) dos votos, a candidata Dilma Rousseff ficou em segundo lugar, com 68.809 ou (32,10%) dos votos válidos e Marina Silva ocupou o terceiro lugar, com 51.629 ou (24,09%) dos votos válidos. No segundo turno o candidato Aécio Neves ocupou a primeira colocação apresentando 130.502 ou (58,02%) dos votos válidos. Dilma Rousseff, em segundo lugar apresentou 94.423 ou (41,98%) dos votos válidos. Mediante os dados estatísticos apresentados acerca das candidaturas para a Presidência da República, podemos perceber, mesmo que a candidata Dilma tenha obtido vitória no Nordeste e na maioria das cidades Paraibanas, em Campina Grande houve uma preferência pelo candidato Aécio Neves.

Considerando, a prática do voto como parte integrante da cultura e que essa escolha envolve uma “grande teia de forças e significados” que extrapolam o domínio do “tempo da política” (Lima, 2011, p. 82). Em outras palavras, o voto não é composto apenas no ato de votar, pois, nos períodos que antecedem e que sucedem esse exercício democrático esta envolvido por subjetividades, as quais

podem estar conectadas com questões políticas, sociais, religiosas midiáticas e econômicas.

Em nossa pesquisa sobre a percepção dos eleitores, em Campina Grande, sobre a inserção das mulheres na política a partir da construção da imagem pública de Dilma Rousseff, procuramos compreender como algumas questões voltadas para a discussão da diferenciação de gênero, abrangendo assim as particularidades que envolvem o sexo feminino invadiram e invadem esse campo político através da adesão ao voto.

Como já foi salientado páginas atrás, a realização das entrevistas foi marcada por uma resistência dos informantes, pois muitos temiam em discorrer sobre o voto com receio de que deveriam nos informar em quem haviam votado ou de terem que falar de tal ou qual candidato, tendo que tomar posições contra ou a favor. Assim, procuramos analisar, através da fala dos eleitores como se processa a inserção da mulher na política. Questionados sobre o significado do voto assim se manifestaram:

Bem, pra mim a importância do voto é uma forma de que nós eleitores temos de mostrar pra que realmente serve, nós mesmos no dia da votação, porque, tipo assim é um direito nosso, mas que infelizmente só é válido até o dia, porque depois que votamos, infelizmente, a nossa importância passa naquele momento, mas se não existisse nós, pra votarmos nenhum candidato seria eleito. (Informante 3, sexo masculino, 27 anos, estudante de graduação)

Para a informante 1, um dos elementos considerados para a escolha de seus candidatos esta relacionado a questão da “Lei da ficha limpa”³:

³ Ficha Limpa ou Lei Complementar nº. 135 de 2010 é uma legislação brasileira que foi emendada à Lei das Condições de Inelegibilidade ou Lei Complementar nº. 64 de

Eu procuro ver assim, as obras que ela já realizou em outros cargos, o histórico assim perante a justiça, e a questão assim, que atualmente tá muito evidente a questão de ser ficha suja ou não. (Informante 1, sexo feminino, 23 anos, farmacêutica).

Ainda em relação à Lei da Ficha Limpa, na opinião dos nossos eleitores:

eu não entendo, ainda não entendi a lei da ficha limpa, onde tem vários candidatos ai que são condenados e podem se candidatar, então pra mim a lei da ficha limpa ainda não funciona e não sei se chegará a funcionar um dia. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, Historiador)

Ao entrevistar nossos informantes, pudemos perceber que ainda perdura uma visão tradicionalista e machista na forma de perceber a política; ou seja, a política é pensada como um ambiente e uma ocupação do masculino;

O homem tem mais sabedoria pra governar. A mulher, eu acho que, não é desprezando o lado dela. Mas elas às vezes não têm atitude pra agir as coisas, já o homem não tá sempre no campo correndo atrás de uma coisa, atrás de outra. (Informante 5, sexo masculino, 42 anos, porteiro)

Mesmo sendo mulher, a dona-de-casa também concorda com a afirmação de que os homens são mais preparados para assumirem cargos públicos. Isso mostra que a concepção de “lugares de mulheres e de homens”, e de “público e privado” em nossa sociedade são concepções historicamente e culturalmente construídas;

1990, originada de um projeto de lei de iniciativa popular idealizado pelo Juiz Márlon Reis entre outros juristas que reuniu cerca de 1,6 milhão de assinaturas com o objetivo de aumentar a idoneidade dos candidatos.

Eu acho que o homem sabe mais, mas às vezes as mulheres são muito inteligentes também. Tem muita gente que não gosta de mulher falando, mas eu não digo nada não, porque se a pessoa tem aquele saber, aquela intenção se fazer e de ser da certo também, né? (Informante 6, sexo feminino, 60 anos, dona-de-casa).

Já para este informante:

Veja só. Se o homem, só o homem manda é do jeito que é, imagina com mulher no meio?(...) você pode ser muito sabida, inteligente e tudo, se não tiver um homem que sempre de uma ajudazinha, ela fica na retaguarda, já o homem não, eu acredito que o homem tem uma força moral maior. É desse jeito, eu entendo assim, você não vê que tem muita mulher que é autoritária né, mas quando o homem deixa ela ser muito autoritária. E toda e qualquer mulher o marido tem mais autoridade que a mulher. (Informante 7, sexo masculino, 63 anos, mecânico)

A partir da fala dos informantes acima descritas, fica evidente a associação entre a idéia de natureza presa a idéia de cultura; ou seja, é como se naturalmente o homem estivesse mais apto ao espaço público por suas características “naturais” do que as mulheres, que estariam mais aptas ao espaço privado e aos cuidados com a casa, os filhos, o marido. Tais visões naturalizam o ser homem e o ser mulher e não leva em consideração, que tais construções, longe de serem construções naturais, são construções sociais. Por isso, precisam ser problematizadas, analisadas pelo social, e não pelo biológico.

O depoimento abaixo toca nessa reflexão que estamos tentando construir, ou seja, ao fazer menção a candidatura e conse-

quente vitória de Dilma Rousseff o que entra em cena não é a sua capacidade e características pessoais, mas o fato dela ter sido indicada pelo então Presidente Lula e o bom governo que ele realizou;

Eu acredito que se ela fosse de outro partido, do partido do PSOL, do PMDB ela não seria. Ela foi porque Lula já estava eleito, já ia acabar o tempo do mandato de Lula, ela entrou. É tanto que Lula disse se Dilma fosse eleita os projetos dele iria continuar da mesma forma, então o povo como já esta acomodado com esse mandato de Lula com bolsa não sei o que, bolsa família, bolsa cidadão. (Informante 3, sexo masculino, 27 anos, estudante de graduação em física)

E em relação à autonomia de Dilma, o mesmo informante acrescenta:

Mas infelizmente é eu acredito que, não todos, mas uma boa parte da população brasileira sabe que quem comanda o Brasil não é Dilma é Lula e isso é bem claro. Que daqui quando terminar esse próximo mandato dela agora no poder, Lula vai se reeleger novamente.

A visão exposta acima trabalha com a idéia de que Dilma é uma extensão de Lula, não tendo, portanto, autonomia, nem competência para governar. Outro ponto que mereceu críticas, por parte de alguns informantes, principalmente na campanha eleitoral de 2010, esta relacionado à falta de experiência política de Dilma Rousseff.

Pra mim, como agente não tem nenhum histórico em relação a sua vida pública, pra mim o que levou ela a vencer foi o próprio lulismo a credibilidade do governo Lula. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, Historiador)

Todos os nossos informantes relacionaram a vitória da candidata Dilma Rousseff, em 2010, ao apoio do Presidente Lula. Na referida eleição, a candidata do PT teve apoio do Presidente Lula, que gozava de alto índice de popularidade, principalmente, entre a população de mais baixa renda do País. Durante a campanha eleitoral, defenderam nossos informantes, que o ex-Presidente conseguiu transferir grande parte deste prestígio para a sua candidata e ex-ministra:

Nesse caso em específico e independente de ser mulher o que fez Dilma chegar no poder foi a indicação de Lula, foi Lula estar do lado dela, assim não relaciono com a questão de ser mulher, mas se tivesse indicado um homem também sem história política, como ela era, eu atribuiria vencer a eleição também pela indicação do Lula. (Informante 1, sexo feminino, 23 anos, farmacêutica)

Diante disto podemos afirmar que houve sim, uma importante conquista com a inédita vitória de uma mulher para presidente do Brasil, No entanto, podemos questionar: será que em 2010 o povo elegeu uma mulher, pelas suas qualidades que foram apresentadas em campanha? Ou o povo apenas votou na candidata de Lula, independente de suas qualidades e atributos de gênero?

Ao serem indagados coo pensam a questão de gênero, principalmente no que diz respeito a autonomia, aos direitos e a competência de homens e mulheres, recebemos os seguintes depoimentos:

A mulher precisa de sua independência. A mulher precisa amadurecer psicologicamente, mentalmente e isso acontece e um dos pilares pra isso acontecer é a vida profissional. Daí eu defendo demais que a mulher tenha seu ambiente de trabalho, venha ter seu ambiente profissional, assim como o seu ambiente social também. As mulheres casadas pre-

cisam ter seus amigos, suas amigas, é sempre respeitando os limites da mesma forma que o homem. A mesma questão é que, agora o cabeça financeiro da casa eu acredito que seja o homem. Quem tem que manter, que perder os cabelos preocupado com a saúde financeira do lar é o homem, mas a mulher tem que ser a parte auxiliadora do homem na parte financeira também. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, historiador)

Seguindo esse mesmo pensamento,

A mulher ela tem que ser mãe e esposa e dona de casa. Apesar, por exemplo, se ela tem um emprego extra, o emprego extra é o que eu digo é o trabalho “fora de casa”, ela trabalha pra conseguir seu próprio dinheiro com seu próprio suor pra comprar suas coisas tal, porque muitas vezes acontece. Numa casa trabalha o casal, mas ali sabemos que por, pela nossa vivência que o País tem hoje em dia é o que o homem trabalha pra sustentar a casa e se a mulher realmente trabalha divide poucas contas com ele e como a gente sabe que mulher é uma tipo de ser humano que gosta de beleza, gosta de suas coisas pessoais, roupas íntimas, e tudo mais ela trabalha pra si também. (...) mas em si se ela opta trabalhar fora ela tem que ser mãe, mulher e dona de casa. (Informante 3, sexo masculino, 27 anos, estudante de graduação em física)

Tais visões, como as descritas acima, novamente denotam e reproduzem a idéia de que existem lugares para homens e lugares para as mulheres; que existem aptidões para o trabalho fora de casa, para a educação dos filhos, para os afazeres domésticos que são definidos e marcados por um recorte biológico, portanto, natural. Esquecem-se esses informantes, que tanto as atividades públicas quanto as realizadas no espaço da casa não tem absolutamente

nenhuma relação com o biológico, mas são resultado de processos culturais e de disputas de poder que definem o que é ser homem e o que é ser mulher.

Sabemos que atualmente muitas mulheres estão envolvidas no mercado de trabalho, e muitas, que até possivelmente ganhem mais eu o marido, por exemplo, frequentemente vão encarar o seu trabalho como uma ajuda, uma complementação ao orçamento doméstico, raciocínio comum, se pensarmos o ponto de vista masculino, como visto nos dois últimos depoimentos acima descritos.

A desigualdade de acesso ao poder político vem sendo historicamente justificada pela imposição da divisão natural/sexual do trabalho, onde para as mulheres tem-se relegado o papel de subalternidade no contexto privado e no público, mesmo depois de sua inserção na esfera pública.

A mulher será moldada sob a condição de mãe e de esposa, seguindo-se daí atividades de gestão da casa, do filho e do marido, enquanto o homem será visto como o pai e o marido, provedor das necessidades da família, daí ser considerado o chefe. Esse par mantém idealizada uma relação que determina o comando e a subordinação, distanciando-se primeiro através dos costumes, em seguida, formalizando-se e institucionalizando-se em práticas que podem ou não ser realizadas por um ou por outro. Por exemplo, o trato com os alimentos, com as crianças, com a limpeza da casa (as tarefas domésticas) diz-se que são próprias da mulher, enquanto que o homem é livre para as decisões, para o controle, assumindo a autoridade de chefe, no lar. No trabalho, a divisão sexual vai garantir a desvalorização do trabalho doméstico da mulher e seu afastamento do processo produtivo social, conferindo ao homem o monopólio do mercado de mão-de-obra, excluindo as mulheres de áreas qualificadas, sinto-

mas da deterioração da formação profissional desse gênero. (ÁLVARES, 1997, p.3)

Nessa esfera pública “culturalmente masculina”, a mulher continua reproduzindo esse papel feminino socialmente imposto, evidenciando o jogo político de poder e a representação de interesse, onde a modernização serve para mascarar o conservadorismo das relações patriarcais que ainda se mantêm no cenário político-social. Podemos perceber essas desigualdades ao indagar aos nossos eleitores se existem diferenças entre homens e mulheres quanto atuam no âmbito da política:

Que eu acredito assim o homem na política ele tem uma linha de raciocínio que ele age. Se colocar aquele projeto ele vai chegar pra resolver e a mulher ela procura mais aquele detalhe, na linha de pensamento dela se aquilo vai ser coerente ou se não vai, se o povo vai fazer aquilo ali. O homem quer chegar e resolver. A mulher não ela vai colocar o pensamento dela e vai procurar de alguma forma saber se aquilo vai dar certo ou não. Como se diz o toque feminino, aqueles detalhes. (Informante 3, sexo masculino, 27 anos, Estudante de graduação).

A mulher é mais sensível ao justo, ao que é correto, no geral, mas claro que existe pontos específicos, tem pessoas que o nome faço questão de falar e porque pra mim representa um índice negativo de mulher na política é a Martha Suplicy. Eu acho aquela mulher sem noção, eu acho aquela mulher sem escrúpulo, ou menor juízo ou senso de nada. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, historiador)

Novamente o que observamos é a naturalização do “ser feminino”; o uso da noção “toque feminino” demonstra tal naturalização. É interessante que ao fazer menção a atuação política masculina, o político homem é apontado como alguém que já está

desde sempre, preparado para atuação no espaço da política, “ele vai chegar pra resolver”, enquanto que a mulher não, ela vai acionar o “toque feminino” e deter-se nos detalhes, no estudo “minucioso” do projeto, etc. Essa visão também idealiza a mulher, tomando-a como alguém que é cuidadosa em excesso, revisionista por natureza. Ora, ao classificar, padronizar e universalizar a ação de homens e mulheres perde-se a possibilidade da multiplicidade e da diferença, portanto, não existe um só jeito de ser homem e/ou de ser mulher, mas estamos sempre acionando as dualidades de gênero e os universalismos para classificar os gêneros e ai quem não se encaixa em tais classificações, viram um ser abjeto, nos termos de Butler (2003).

Essas discussões acerca das dificuldades e desigualdade entre as candidaturas femininas são abordadas por Grossi e Miguel (2001) que, entre os vários empecilhos que se colocam desfavoráveis às mulheres um deles seria conciliar a vida pública com o âmbito familiar, pois:

seja pela resistência dos maridos, seja pela forma de lidar com questões domésticas, como filhos e cuidados com a casa, não há dúvida de que a presença das mulheres nas câmaras municipais, estaduais e federais, transforma as relações de gênero em diferentes instancias, não apenas no campo da política, mas também no campo das relações familiares e afetivas. (GROSSI, MIGUEL 2001, p.191)

Para nosso informante:

Por um lado ajuda por outro atrapalha, porque ela não vai ficar, olhe não adianta ninguém porque ela vai se preocupar mais com o trabalho ou ficar mais preocupada com a casa e os filhos de que com o trabalho, ai mistura tudo e pronto fica um pouco desorientada, do mesmo jeito e na política, a mulher

não só se liga naquele trabalho, o homem não. Muitas vezes ela está trabalhando e pensando na casa e nos filhos. (Informante 7, sexo masculino, 63 anos, mecânico)

Diante um contexto de dificuldades e obstáculos, podemos citar outro fator atribuído à singularidade do feminino que é o reconhecimento da sensibilidade, assim, de acordo com Ferreira (2001) a mulher é estereotipada como um ser fraco, sensível, delicado, doce, submisso e, portanto despreparada para a política. Pois a ideia que se tem é de que o perfil do político deva ser a de um indivíduo racional, frio, inteligente, dominador e com personalidade forte de modo que tenha capacidade de liderança (perfil atribuído ao ser masculino). Todo esse discurso tende a justificar a sub-representação das mulheres na política como algo natural ou biologicamente condicionado. Partindo dessa problemática podemos perceber que esses papéis são, na verdade, representações que a sociedade incorpora sobre o que é ser mulher e o que é ser homem.

No quesito que abordamos sobre o governo de Dilma, ressaltamos a opinião e se eles conhecem algumas medidas que fazem parte de seu governo; sobressaíram nas falas discursos favoráveis e outros contrários ao Programa Bolsa Família, e tal Programa foi o mais acionado pelos informantes e como principal ação de seu governo:

Eu nem sou tão a favor nem tão contra Dilma, mas dos piores para os piores, eu acredito que ela fez muito ainda. Assim, pelo menos olhou pro pobre, é, todos que estão lá sempre vai ter problema independente de ser homem ou mulher e pra mim eu gostei do governo dela. (...) É muita gente crítica que o bolsa família é uma coisa que é dada para o pessoal ficar em casa, não querem fazer nada, se enchem de filhos, mas pelo outro lado deveria ter uma instituição que fosse e olhasse quem realmente necessita porque tem muita gente que faz do bolsa

família, usa pra coisas erradas, mas tem muita gente que realmente necessita desse dinheiro, é uma ajuda grande. (Informante 2, sexo feminino, 38 anos, doméstica, beneficiária do bolsa família)

Em concordância com o depoimento acima citado:

Foi muito bom, quer dizer, tá sendo, ajudou muita gente aí, principalmente as mulheres, também que precisa, ajudou com essa bolsa família, o pessoal carente precisa. (Informante 5, sexo masculino, 42 anos, Porteiro)

Diferentemente, esses informantes:

Eu acredito que o próprio governo de Dilma ao invés de ter criado essas bolsa família, bolsa cidadão, bolsa não sei o que, isso na minha opinião deixa o povo brasileiro acomodado e muito preguiçoso. O povo brasileiro já não gosta de trabalhar e tendo mais esses auxílios. (Informante 3, sexo masculino, 27 anos, estudante de graduação)

Porem eu não concordo com essas bolsas todas criadas pelo PT e Dilma queira quer não foi sucessora de Lula, e também carregou consigo os escândalos que agente sempre vê na mídia e acho que o PT, como um todo foi muito omissos em dizer que não sabia de nada e dizer que as demissões não partiram deles, enfim. (Informante 1 - Feminino. 23 anos, farmacêutica)

Ainda em relação primeiro governo de Dilma,

Considero o governo dela como um bom governo, não chega perto ainda do que foi o governo Lula, defendo muito este governo, embora tenha o mensalão que já existia, era uma atitude que já existia antes e o erro dele foi continuar no mesmo barco não curar e acabar com aquilo, mas gerou uma prática rotineira que acabou sendo denunciado, mas

fora isso, mas o governo de Dilma não chega ainda é muito próximo do que foi o governo Lula em termo social e no termo de economia principalmente. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, historiador)

Partindo das informações compostas nestes depoimentos, podemos afirmar que o governo de Dilma Rousseff está muito ligado as suas ações de governo e principalmente as ações que se referem às questões sociais. As pessoas que aprovam essas ações como, bolsa família, entre outras, são justamente aquelas mais carentes e que usufruem do benefício e, conseqüentemente as que não necessitam de tais auxílios, tendem a ter uma visão negativa de tais programas.

Outro ponto explorado em nossa pesquisa foi sobre a visibilidade das candidaturas femininas, a partir dos adjetivos atribuídos a imagem pública de Dilma Rousseff. Sobre tal tema, um de nossos informantes assim se pronunciou:

Talvez oportunista, talvez, não sei se o termo seria esse, mas sendo coerente com que falei, seria oportunista pela oportunidade e chance, a transferência que ela teve aproveitamento do lulismo. (...) eu não vejo outro adjetivo assim por não conhecer a trajetória política dela, não ter nenhum antecedente político nenhuma outra historia política. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, historiador)

A repercussão da imagem pública de Dilma Rousseff aparece, para os nossos informantes, além do de “oportunista”, através de adjetivos voltados para a imagem masculinizada de mulher dura, rígida, corrupta, além de homoafetiva;

Acho que dois adjetivos. Dilma é muito assim rígida, durona né? E corrupta é o que abrange, ela carregou pra si esse peso, questão de equipe, de es-

colher mal a equipe, porque é tudo num é só ela também, tem muita gente por traz disso, de tudo, não é só ela a culpada, mas é corrupta, é ela que está no poder e realmente a Presidenta. (Informante 1, sexo feminino, 23 anos, farmacêutica)

Pra mim, a primeira palavra que vem é sapatona. É o adjetivo que lembro em relação à Dilma. (Informante 8, sexo masculino, 25 anos, fisioterapeuta)

Entre os adjetivos que constroem uma imagem positivada de Dilma, podemos destacar, dentre todos os nossos informantes, apenas duas, abaixo transcritas:

Valente, pessoa guerreira, trabalhadeira né? (Informante 9, sexo masculino, 17 anos, estudante do ensino médio)

Eu acho que ela é povão, povão, sabe. Ela pode ter seus defeitos como qualquer ser humano tem. Quem entrar lá no poder todos eles vão acertar e vão errar, tem a mesma capacidade, então pra mim ela é povão eu gosto. Guerreira. (Informante 2, sexo feminino, 38 anos, doméstica)

Constatamos também muitas contradições nas falas dos nossos informantes, Todos sem exceção, afirmaram que apoiam a mulher na política, que já votaram em candidatas e que confiam em seus planos políticos. Mas, no entanto, nas questões relacionadas à administração e governo. Se quem governa melhor o homem ou a mulher? E outras questões que abordam a autonomia da mulher, infelizmente, ainda há uma visível rejeição em relação às candidaturas femininas.

No depoimento abaixo o informante responde se para ele existe algum problema de mulher ser da política:

Não. Acho que não porque acho que não vai precisar ter uma diferença de gênero aí, eu acho que tanto o homem como a mulher tem essa capacidade de estar no poder e representar a população. (Informante 8, sexo masculino, 25 anos, fisioterapeuta)

Neste ponto o mesmo informante afirma que já votou em uma mulher, no entanto o mesmo reconhece que existe discriminação contra as mulheres no Brasil.

Já votei sim em mulheres e acredito que não todos os eleitores, eu acredito que ainda existe nessa sociedade brasileira essa questão de machismo, ainda a própria questão do patriarcalismo ainda existe no Brasil, então eu acredito que alguns eleitores da nossa sociedade ainda não estão preparados para votar em mulheres. Até porque existe o preconceito como forma de justificar isso. O preconceito contra a mulher no poder. (Informante 8, sexo masculino, 25 anos, fisioterapeuta).

Por sua vez, outro informante afirma votar mulheres e que confia em seus projetos políticos, mas ao mesmo tempo, ele faz menção sobre a ausência das mulheres nas campanhas eleitorais na condição de candidatas, e também atribui a qualidade, como sensível a figura feminina como atributo positivo na esfera política. Contraditoriamente ele induz a presença destas candidaturas para o cargo de Deputado Estadual e, no entanto, faz uma crítica a posição política dessas candidatas através de um discurso preconceituoso e generalizante;

Só não voto mais em mulher, já votei e continuo votando, só não voto mais porque não tem. Não tem nenhuma candidata para Senador, por exemplo, só para Deputado Estadual que não tenho definido o que é e em quem votaria. (...) já procurei

as mulheres, mas elas tem um pensamento meio complicado, que defendem idéia ou ideologias de um grupo específico acho que tem que pensar mais abrangente, acho que não votaria mais por falta de opção mesmo, mas já votei e não me arrependi de ter votado. Votaria sim, como já disse mulher tem mais sensibilidade. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, historiador)

Outra importante questão abordada nos depoimentos coligidos é em relação à Lei de Cotas;

Eu acho importante que a mulher esteja se inserindo nesta esfera da sociedade, agora que é não acredito que deveria existir uma cota pra isso, mas se existe eu acredito que é justamente pelo fato da mulher estar lutando a favor e espero que um dia possa estar contando 50% de um lado e de outro. (Informante 8, sexo masculino, 25 anos, fisioterapeuta)

Assim, para esse informante:

Eu defendo e concordo se houver uma data de vencimento da lei de cotas, eu defendo isso aí como estimulante, mas vamos dizer que isso daqui a uns 30 anos se acabe, vamos colocar 10 anos, são duas eleições apenas, então 20 anos essa lei acabe, aí eu concordo porque seria um incentivo pra mudar esse quadro cultural que a gente tem, mas se for uma lei perpetua eu não concordaria. Porque é como se fosse obrigando e todo obrigado não faz parte de uma democracia. Uma lei pra estimular o amadurecimento da cultura política no Brasil pode, mas se for algo permanente eu não concordo não. (Informante 4, sexo masculino, 28 anos, historiador)

Outra questão levantada em nossa pesquisa é em relação ao partido político, pois, a maioria dos eleitores afirmaram não consi-

derar ou não conhecer o partido no momento da decisão do voto. Abaixo alguns depoimentos:

Não levo em consideração o partido não. Sei quais são, mas realmente a origem, porque tem gente que sabe tudo isso, quais são os ideais partidários, isso eu não sei não. (Informante 1, sexo feminino, 23 anos, farmacêutica)

Não. Procuo saber não, voto por votar mesmo, por gostar do candidato (Informante 9, sexo masculino, 17 anos, estudante)

Não. O partido não importa. (Informante 2, sexo feminino, 38 anos, doméstica)

Não prevaleço muito pela questão de partido e sim, como falei anteriormente, a linha de raciocínio e o que ele prevalece para o povo. (Informante 3, sexo masculino, 27 anos, estudante de graduação)

Há muito que o partido não é um elemento a ser privilegiado nas disputas eleitorais pelo eleitor. Vota-se em *personas* políticas e não em seus partidos. Talvez por isso se explique esse desinteresse dos eleitores entrevistados em destacar o partido como um elemento central para a escolha do candidato.

Nossa pesquisa enfim, apresentou algumas questões relevantes que cercam nossa sociedade. Fatores como relações de gênero, tradicionalismo e conservadorismo político, entre outros, foram enfatizados em nossa pesquisa. A partir disso, podemos analisar os depoimentos transcritos da seguinte forma:

- Ainda perpassa em nossa sociedade uma tendência à reprodução dos valores tradicionais e conservadores, principalmente entre os informantes do sexo masculino, independente de sua religião, escolaridade e idade;

- Há uma construção histórica em ser mulher e ser homens, definindo e diferenciando assim os papéis para ambos os sexos, sendo percebido, sobretudo, nos discursos das pessoas com mais idade e de ambos os sexos;
- A partir da construção da Imagem Pública de Dilma Rousseff, a Primeira Presidenta do Brasil, a maioria dos nossos informantes apresentaram alguns atributos (qualidades) negativos veiculados pela mídia, indicando a popularidade desta candidata. É importante ressaltar que as propostas e o governo em si, de Dilma Rousseff é melhor aceito pelas pessoas de menor escolaridade, e das classes sociais mais baixas;
- A pesquisa também nos proporcionou fazer um levantamento sobre o voto e os motivos pelos quais os eleitores aderem a determinados candidatos. Todos os nossos informantes afirmaram a importância do sufrágio universal, falaram sobre democracia, indicando uma tendência principalmente do voto pelo carisma, seguido pela trajetória pessoal e política como elementos a considerar ao escolher seus candidatos;
- Que o papel dos meios de comunicação é bem considerado e influencia a maioria dos entrevistados, independente de sexo, idade, classe social e escolaridade;
- Os informantes consideraram que um fator essencial para Dilma Rousseff chegar a Presidência da República foi o apoio de Lula, pois todos, com exceção de apenas uma informante afirmou que Dilma chegou lá pela sua competência;
- Foi perceptível a contradição na opinião de alguns de nossos informantes, pois ao mesmo tempo em que afirmaram

que votariam e apoiariam as mulheres na política, no entanto, nas entrelinhas foi percebido discursos arraigados de valores machistas e preconceituosos em relação a mulher e inserção política;

É importante ressaltar que trabalhar com a cultura e, sobretudo com a cultura política é considerarmos os valores, as representações como elementos mutáveis e que se reconfiguram a cada “tempo da política” e a cada processo eleitoral, com o aparecimento de novos atores políticos e novas estratégias de *marketing*, assim como nada é fixo na cultura, na política também não o é.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos sobre a inserção da mulher na política foram marcados por uma complexa significância acerca de visões com aspectos tradicionais e machistas que diferenciam lugares de mulheres e lugares de homens em nossa sociedade. Alguns depoimentos foram marcados e cheios de contradições. Exaltando o “ser mulher”, positivando, e apoiando as mulheres se inserirem na vida política, no entanto, nas entrelinhas, seus valores e suas opiniões se conflitavam com uma série de construções culturais repleta de estereótipos sobre a mulher e seu ingresso na vida política.

A campanha eleitoral brasileira de 2010, apesar de termos eleito a primeira mulher na nossa história para a Presidência da República do País, foi uma campanha eivada de denúncias, apresentação de documentos, debates inflamados nos meios de comunicação e, sobretudo, nas redes sociais. A Presença de acusações recíprocas de candidatos/as que foram convidados a ter que debater temas considerados como polêmicos, tais como: aborto, união civil entre pessoas do mesmo sexo, direitos humanos, etc., deu o tom da dis-

puta eleitoral. Boa parte desses discursos apresentou uma renovada abordagem extremamente conservadora e religiosa feita, através do voto, pelo eleitorado brasileiro (PIERUCCI, 2011).

A política torna-se um jogo de aparências, onde o político se vê obrigado a manter a encenação do personagem que aceitou encarnar, pois ao mudar sua “marca” o político perderia a identificação que ele construiu com seu público que de outra forma seria incapaz de reconhecê-lo. Vale lembrar que a teatralidade também está presente nos espaços de interação da vida cotidiana, assim como demonstrou Goffman (2005) ao perceber que o jogo e a manipulação sobre a imagem de si próprio está presente no comportamento do ‘homem comum’, seja nas relações de trabalho ou no protocolo dos ‘rituais sociais’ em ambientes específicos, tal qual a academia ou os salões sociais ou o mundo dos negócios. “Quando um indivíduo se apresenta diante de outros, consciente ou inconscientemente projeta uma definição da situação, da qual uma parte importante é o conceito de si mesmo” (GOFFMAN, 2005. p. 221).

Neste jogo de aparências se estende até a forma de se fazer e perceber a política no cotidiano. Tomando como contribuição à análise antropológica sobre a relação entre cultura e política, buscamos compreender esse campo através das “elaborações coletivas construídas cotidianamente” (MAGALHÃES, 1998, p.17). A política, ao ser percebida como parte integrante da cultura, demonstra que não é estática e que há mudanças, redefinições e recomposições contínuas que movem as ações e as relações entre indivíduos. Assim, cada representação construída em torno de um acontecimento ou de uma figura política pode assumir diferentes significados de acordo com a percepção de quem recebe esta mensagem. A política é observada desta maneira com um enfoque subjetivo, numa perspectiva cultural.

Por fim, nesse artigo, exploramos os discursos dos nossos informantes para analisarmos as questões de gênero na política em tempo de acirramento eleitoral. A inserção política de mulheres, a partir da campanha eleitoral de Dilma Rousseff está sendo percebida pelos nossos eleitores, de forma contraditória e conflituosa, pois ao afirmar apoiar e votar em mulheres candidatas, ao mesmo tempo, a maioria, ainda, defende um pensamento voltado para o tradicionalismo e o conservadorismo ao se referir as questões de gênero na política.

Desta forma, este trabalho antropológico, por se tratar de um debate acerca da cultura política em nossa sociedade, está sujeito a ressignificações e novas reflexões, pois a cada eleição surgem novos mecanismos, novos atores e principalmente novas opiniões públicas e percepções do eleitorado político no Brasil.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ÁLVARES, Maria Luiza Miranda. **As Mulheres, os espaços “masculino e feminino” e a relação entre gêneros**. Belém, 1997.

ALVES, J. E. D. **Mulheres jogam as eleições para o segundo turno em 2010**. O Pensador Selvagem, Florianópolis, 03/10/2010.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Mary. Mulher e Política no Maranhão. In : In: ÁLVARES, Maria Luiza Miranda; FERREIRA, Mary; SANTOS, Eunice Ferreira dos. (Org.). **Os Poderes e os Saberes das Mulheres: a construção de Gênero**. São Luiz: EDUFMA. Núcleo Interdisciplinar de Estudos e Pesquisas Mulher, Cidadania e Relações de Gênero; Salvador: REDOR: 2001 p. 103-122.

GOFFMAN, C. **A representação do eu na vida cotidiana**. Petrópolis-RJ, Vozes, 2005.

GOMES, Wilson. **Transformações da política na era da comunicação de massa**. São Paulo, Paulus, 2004.

GROSSI, Míriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: as mulheres na política**. In: Estudos Feministas. Ano 9, 2001.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **Ensaio de Antropologia Política**. Campina Grande. EDUEPB, 2011.

MAGALHÃES, N. A política na antropologia e na cultura. In: **O povo sabe votar: uma visão antropológica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1998. Cap. 1, p. 17-31.

MATOS, Marlise. PINHEIRO, Marina Brito. Dilemas do conservadorismo Político e do tradicionalismo de gênero no processo eleitoral de 2010: o eleitorado brasileiro e suas percepções. In: **Mulheres nas Eleições 2010**. José Eustáquio Diniz Alves; Céli Regina Jardim Pinto; Fátima Jordão (Org.). São Paulo: ABCP/Secretaria de Políticas para as Mulheres, 2012.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso. **O Trabalho de Antropólogo: Olhar, Ouvir e Escrever**. In: O Trabalho do Antropólogo. UNESP p.17-35.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil de análise histórica**. Educação e Sociedade. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

VELHO, Gilberto. Observando o familiar. In: NUNES, Edson O. **A Aventura Sociológica**. Rio de Janeiro, Zahar, 1978.

ESTIGMA, MISOGINIA E RESSENTIMENTO DIRIGIDOS A PRESIDENTA DILMA ROUSSEFF

Elizabeth Christina de Andrade Lima

1. INTRODUÇÃO

Passada a euforia da vitória pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, nas Eleições 2014, em uma campanha marcada por denúncias, desaforos e desrespeitos por parte dos candidatos que protagonizaram uma das campanhas mais vorazes e desconstrutivas para a democracia brasileira (quem não se recorda do “leviana” tantas vezes propalado pelo candidato Aécio Neves? E dos embates diretos realizados entre os candidatos por ocasião dos vários debates transmitidos ao vivo para o prazer ou tristeza do telespectador?) um fato nos chamou sobremaneira a atenção: a forte presença da mídia escrita, televisiva e do *ciberespaço* na tentativa de desconstrução da então eleita Presidenta Dilma Rousseff.

Fizemos questão de na semana seguinte a posse da Presidenta Dilma Rousseff pesquisar sobre a edição da capa de algumas das revistas semanais brasileiras, porque acreditávamos que ao modo da primeira vitória, em 2010, ela seria ovacionada e sua vitória comemorada pelo aspecto histórico que tal fato representava, pois novamente marcava-se o seu protagonismo: a primeira mulher reeleita à Presidência do Brasil.

Para nossa decepção, nada disso ocorrera; só a Revista *Veja* trouxe a Presidenta na capa e ainda assim com a intenção muito

clara de destacar os desafios que ela teria que enfrentar, somada a uma grande parcela de dúvida, se de fato, ela conseguiria tal feito. As demais revistas: *Isto É*, *Época*, *Carta Capital* sequer fizeram menção a tal fato em suas capas; dedicaram não mais que uma ou duas páginas para noticiar tal fato histórico e escolheram, em seus editoriais, tratar de outros temas e assim, literalmente, implodiram qualquer possibilidade de destaque a esse fato histórico para a cultura política brasileira.

A partir dessa realidade de verdadeira invisibilidade da mídia para com a figura da recém eleita Presidenta e observando principalmente a propagação de um discurso marcado pela misoginia e pela exacerbação de práticas e discursos de ódio, este artigo objetiva propor a confluência entre três temas: gênero, política e mídia. Embora saibamos que existe toda uma tradição de trabalhos acadêmicos para cada um dos pares de temas (tais como: estudos sobre gênero e política, sobre política e mídia, sobre gênero e mídia), a interseção das três temáticas ainda é campo pouco estudado no Brasil.

Acreditamos que propor tal interseção, tomando como caso para análise, a visibilidade ou invisibilidade midiática da Presidenta Dilma Rousseff é extremamente interessante na medida em que a visibilidade nos meios de comunicação de massa é um fator fundamental na produção de capital político nas sociedades contemporâneas. Em outras palavras, como defendem Miguel e Biroli (s/d, p.05) a mídia pode e deve ser pensada como uma esfera de representação. “Como um espaço privilegiado de difusão de representações do mundo social e que, por isso mesmo, se estabelece como momento de uma representação especificamente política.”

Observamos por parte da mídia uma tentativa extremamente competente de desconstruir, por parte da primeira, a imagem pública positiva da Presidenta. O que lemos, ainda durante a campanha presidencial, e continuamos lendo, é uma enxurrada de

críticas ao seu governo e uma tentativa mordaz de associar à sua imagem a escândalos de corrupção, à ineficiência administrativa, a incompetência para governar o Brasil.

Além da mídia escrita temos acompanhado em outros *mass media*, igualmente, uma verdadeira escala crescente de discursos e práticas que tentam desqualificar a Presidenta. Sejam nas redes sociais, como o *Facebook* em páginas que se intitulam: “Dilma Sapatao”⁴, “Dilma Vadia”⁵, *Impeachment* da “maldita” Dilma⁶, entre uma centena de outras páginas do *Facebook* que estimulam o ódio contra a Presidenta e contra o PT, seja no formato de manifestações públicas, protestos contra a Presidenta – pedidos de *impeachment*, orquestrados e ocorridos no Brasil por manifestações de grupos que se auto intitulam de “Revoltados *on-line*”, “Vem pra rua”, “Movimento Brasil Livre” (MBL) e o “SOS Militares” – vemos se repetir o discurso de repúdio e misoginia a ela dirigidos.

Nunca se viu e se leu tantas manifestações de desrespeito a uma figura pública. Mal a Presidenta assumiu o governo as manifestações não cessam de acontecer, em forma de palavras, altamente violentas, tais como: “Dilma vai tomar no cú”, “Dilma biscatona véia”, “Vai pra Cuba comunista de merda”, “Vaca”, “Vagabunda”, entre outros adjetivos, a Presidenta se vê isolada no poder e desprotegida por uma saraivada de críticas, acusações e expressões de ódio que a cada dia, ganham maior destaque e visibilidade midiática.

Nosso intento, pois, é propor algumas reflexões sobre os variados discursos de ódio e misoginia construídos nas redes sociais,

4 <https://www.facebook.com/pages/Dilma-Sapatao/1393692150893618?fref=ts> (Acesso em 31/05/2015).

5 <https://www.facebook.com/pages/DILMA-VADIA/390752141045603?fref=ts> (Acesso em 31/05/2015).

6 <https://www.facebook.com/pages/Impeachment-da-maldita-Dilma/877477795597879> (Acesso em 31/05/2015).

nos *blogs*, revistas semanais, jornais e textos diversos sobre a Presidenta Dilma Rousseff tentando entender como o discurso do ódio, aliado ao ressentimento, tem promovido uma leva de expressões e práticas altamente violentas a figura da mulher e da estadista.

2. UM POUCO DA BIOGRAFIA DE DILMA ROUSSEFF

Para contextualizar tanto a campanha de ódio dirigida a Presidenta Dilma quanto a construção política de sua imagem, propomos uma rápida digressão para de forma breve, apresentar a sua biografia, baseada nas obras de Amaral (2011) e Caldeira (2011):

Primeira mulher a se tornar Presidente da República do Brasil, Dilma Vana Rousseff nasceu em 14 de dezembro de 1947, na cidade de Belo Horizonte (MG). É filha do imigrante búlgaro Pedro Rousseff e da professora Dilma Jane da Silva, nascida em Resende (RJ). O casal teve três filhos: Igor, Dilma e Zana.

A filha do meio iniciou os estudos no tradicional Colégio Nossa Senhora de Sion e cursou o ensino médio no Colégio Estadual Central, então centro da efervescência estudantil da capital mineira. Aos 16 anos, Dilma dá início à vida política, integrando organizações de combate ao regime militar.

Em 1969, conhece o advogado gaúcho Carlos Franklin Paixão de Araújo. Juntos, sofrem com a perseguição da Justiça Militar. Condenada por “subversão”, Dilma passa quase três anos, de 1970 a 1972, no presídio Tiradentes, na capital paulista.

Livre da prisão muda-se para Porto Alegre em 1973. Retoma os estudos na Universidade Federal do Rio Grande do Sul após fazer novo vestibular. Em 1975, Dilma começa a trabalhar como estagiária na Fundação de Economia e Estatística (FEE),

órgão do governo gaúcho. No ano seguinte, dá à luz a filha do casal, Paula Rousseff Araújo.

Dedica-se, em 1979, à campanha pela Anistia, durante o processo de abertura política comandada pelos militares, ainda no poder. Com o marido Carlos Araújo, ajuda a fundar o Partido Democrático Trabalhista (PDT) no Rio Grande do Sul. Trabalhou na assessoria da bancada estadual do partido entre 1980 e 1985. Em 1986, o então prefeito da capital gaúcha, Alceu Collares, escolhe Dilma para ocupar o cargo de Secretária da Fazenda.

Com a volta da democracia ao Brasil, Dilma, então diretora-geral da Câmara Municipal de Porto Alegre, participa da campanha de Leonel Brizola ao Palácio do Planalto em 1989, ano da primeira eleição presidencial direta após a ditadura militar. No segundo turno, Dilma vai às ruas defender o então candidato Luiz Inácio Lula da Silva, do Partido dos Trabalhadores (PT).

No início da década de 1990, retorna à Fundação de Economia e Estatística do Rio Grande do Sul, agora como presidente da instituição. Em 1993, com a eleição de Alceu Collares para o governo do Rio Grande do Sul, torna-se Secretária de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul.

Em 1998, inicia o curso de doutorado em Economia na Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), mas, já envolvida na campanha sucessória do governo gaúcho, não chega a defender tese. A aliança entre PDT e PT elege Olívio Dutra governador e Dilma ocupa, mais uma vez, a Secretaria de Energia, Minas e Comunicação do Rio Grande do Sul. Dois anos depois, filia-se ao PT.

O trabalho realizado no governo gaúcho chamou a atenção de Luiz Inácio Lula da Silva, já que o Rio Grande do Sul foi uma das poucas unidades da federação que não sofreram com o racionamento de energia em 2001.

Em 2002 Dilma é convidada a participar da equipe de transição entre os governos de Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e Lula (2003-2010). Depois, com a posse de Lula, torna-se ministra de Minas e Energia.

Entre 2003 e 2005 comanda profunda reformulação no setor com a criação do chamado marco regulatório (leis, regulamentos e normas técnicas) para as práticas em Minas e Energia. Além disso, preside o Conselho de Administração da Petrobrás, introduz o biodiesel na matriz energética brasileira e cria o programa Luz para Todos.

Lula escolhe Dilma para ocupar a chefia da Casa Civil e coordenar o trabalho de todo ministério em 2005. A ministra assume a direção de programas estratégicos como o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e o programa de habitação popular Minha Casa, Minha Vida. Coordenou ainda a Comissão Intermistrial encarregada de definir as regras para a exploração das recém-descobertas reservas de petróleo na camada pré-sal e integrou a Junta Orçamentária do Governo, que se reúne mensalmente para avaliar a liberação de recursos para obras.

Em março de 2010 Dilma e Lula lançam a segunda fase do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 2), que amplia as metas da primeira versão do programa. No dia 03 de abril do mesmo ano, Dilma deixa o Governo Federal para se candidatar à Presidência. Em 13 de junho o PT oficializa a candidatura da ex-ministra.

No segundo turno das eleições, realizado em 31 de outubro de 2010, aos 63 anos de idade, Dilma Rousseff é eleita a primeira mulher Presidenta da República Federativa do Brasil, com quase 56 milhões de votos. E em 2014, também no segundo turno, Dilma torna-se Presidente pela segunda vez, com pouco mais de 54 milhões de votos.

Como alguém com uma história pública respeitável, como a de Dilma, igual à de tantos outros parlamentares e estadistas brasileiros, vê abruptamente, numa questão de meses, seu nome ser enlameado, chacoalhado em expressões de ojeriza, ódio, repúdio e até repugnância?

Como essa senhora, mãe, avó, a primeira Presidenta na História do Brasil se sente ao ser insultada publicamente e através das redes sociais pondo-se em questão a sua conduta como mulher, a sua orientação sexual, os seus princípios morais, civis e éticos? Como se sente ao contrário de ser tratada como a Sra. Presidenta do Brasil ser chamada de piranha, de vadia? O jornalista Alexandre Ribondi, ao escrever o texto intitulado: “O bullying diário contra a Presidenta Dilma Rousseff”, no dia 01 de julho de 2015 e postado nas redes sociais⁷ assim se expressou sobre o desrespeito e escárnio dirigido a Presidenta:

Podemos até nos perguntar se ela consegue dormir, que calmante tarja preta ela toma, se sofre de treme-deira e suores. Eu teria tudo isso, porque uma coisa é fato: a imprensa e a elite brasileiras, enlouquecidas com a possibilidade de o governo de Dilma continuar levando o Brasil para o bom caminho e, com isso, firmar a plataforma eleitoral de Lula na próxima eleição não têm mais pudor em difamar, atacar moralmente e psicologicamente, mentir, inventar. Isso tem nome e certamente não é jornalismo nem oposição. Isso é *bullying*.

Como ela tem suportado tamanha pressão, não conseguiremos responder no espaço desse *paper*, mas o que tem sido feito para desconstruí-la como estadista e como tal desconstrução passa

⁷http://www.jornaldoromario.com.br/artigos/371-o-bullying-diario-contra-a-presidenta-dilma-rousseff?fb_action_ids=1143755168974997&fb_action_types=og.comments (Acesso em 02/07/2015).

por um recorte de gênero alimentado por discursos e práticas misóginas, tentaremos responder nas páginas que se seguem.

3. AS CAMPANHAS DE DILMA EM 2010 E 2014

A partir de 2010 a história política brasileira sofreu alguns marcos significativos e transformadores. Os mais expressivos são: a primeira vez que uma mulher ganhou as eleições presidenciais no País. A vitória de Dilma Vanna Rousseff (PT), no segundo turno, sobre o candidato José Serra (PSDB), trouxe para o debate político nacional a importância de se discutir a presença feminina no mundo da política e a utilização massificada da internet por parte dos candidatos e seus eleitores. Através das mídias sociais os postulantes aos cargos eletivos experimentaram um mundo de possibilidades para a conquista de votos e os eleitores tiveram a oportunidade de interagir e acompanhar as campanhas eleitorais de uma forma bem mais expressiva.

Essa interação se deu por meio do chamado *ciberespaço* – representado pelas mídias sociais como *blogs*, canais de vídeos e redes sociais. O *ciberespaço* aponta Lévy (1999, p.224), “é um ambiente comunitário, transversal e recíproco”, onde em tese, todos os sujeitos conectados estariam em potencial equilíbrio na relação, podendo exercer simultaneamente os papéis de ‘emissor’ e ‘receptor’ das informações em circulação na rede. Dito de outro modo, trata-se de um modelo dialógico, possibilitando o surgimento de um espaço propício para o que Lévy chama de ‘interação geral’ a partir da interconexão e da criação de comunidades virtuais.

As eleições de 2010 tornaram-se emblemáticas por apresentarem fatos inéditos, como já foi posto anteriormente. O uso do *ciberespaço* para a realização das campanhas eleitorais e a vitória de

Dilma Rousseff abriu um leque imenso de possibilidades de análises a respeito da cultura política brasileira. Através da análise desses espaços virtuais, utilizados para realização de campanhas políticas, podemos perceber como se deu a construção e desconstrução das imagens públicas dos candidatos ao longo de todo processo eleitoral. Podemos ainda analisar a forma como as candidaturas femininas foram abordadas nesses espaços, ou melhor, *ciberespaços*, e como as questões de gênero estavam colocadas nessa dinâmica política no mundo virtual.

Assim como nas eleições de 2010, o processo eleitoral em 2014 contou com candidaturas femininas para os cargos eletivos em todas as esferas executivas e legislativas, mas o destaque maior foi para as candidaturas femininas que concorriam ao cargo de Presidente da República. O ano de 2014 também foi marcado pelo uso da internet para fins eleitorais. Porém de uma maneira muito mais enfática. Com a democratização da internet o acesso maior a aparelhos tecnológicos que permitem com maior facilidade o uso da rede, os brasileiros fizeram dessa eleição, a eleição virtual. Debates, discussões acaloradas, brigas entre candidatos, piadas sobre os postulantes, estiveram em alta durante o período eleitoral. Se por um lado, o uso da internet nesse período de campanhas eleitorais, trouxe o eleitor para perto da política cotidiana, por outro lado instaurou um clima de disputas e rivalidades, fazendo com que os usuários da rede se dividissem entre oposição e governistas.

Diante desse quadro as questões relacionadas ao gênero dos candidatos e candidatas também foram colocados em pauta. A imagem da mulher na política foi questionada, debatida, defendida, construída e desconstruída a partir das diferentes colocações tanto dos concorrentes quanto dos usuários dessas mídias.

Assim um importante aspecto que devemos pontuar diz respeito às relações de gênero presentes nas disputas eleitorais. Visto que tratamos aqui de elementos da candidatura de uma mulher, nossa análise também se volta para os aspectos referentes às singularidades do feminino presentes ou não nos discursos e ações que envolvem a imagem da postulante Dilma Rousseff. Adotamos o conceito proposto por Joan Scott (1990), em que a autora discorre sobre gênero afirmando que este refere-se a um sistema de relações de poder baseadas num conjunto de qualidades, papéis, identidades e comportamentos opostos atribuídos a mulheres e homens. Gênero, seguindo a explicação de Scott, difere de Sexo, visto que esse último refere-se às diferenças biológicas, enquanto que o segundo diz respeito às diferenças sociais, culturais dentro de um contexto histórico.

Quando acionamos a categoria gênero dentro do universo político, devemos salientar que a construção dos discursos e imagens por parte dos atores políticos depende da forma como se dão as relações sociais entre homens e mulheres. As diferenças na maneira como os atores agem dentro da esfera política diz muito sobre as expectativas da sociedade a respeito dos papéis sociais de mulheres e homens.

As eleições representam um ambiente propício para a análise da construção social desses papéis sociais, visto que em espaços de disputa de poder ficam mais evidentes as diferenças culturais, sociais e políticas que norteiam as relações de gênero.

É nesse sentido que analisamos a candidatura de Dilma Rousseff que se utilizou dos novos recursos midiáticos, o chamado *ciberespaço*, para construir sua imagem política dentro do contexto de espetáculo que se tornou o evento eleitoral no Brasil. O *marketing* da petista foi extremamente competente na forma como utilizaram as redes sociais para aproximar a Presidente candidata

do seu eleitorado. Um exemplo bastante pertinente é a apropriação de um *blog* de humor chamado “Dilma Bolada” que teve um papel importante na sua vitória. Um personagem que ajudou a criar uma narrativa cativante em torno da candidata, o que foi muito importante na eleição. *Blogs* como a Dilma Bolada, que usa do humor para apoiar e criticar o governo, mostrou como a internet pode ser uma aliada na construção do político tornando as eleições um processo cada vez mais perto atores políticos envolvidos.

Diferente de outras campanhas femininas que retratam a mulher com certa delicadeza, Dilma é representada pela força e coragem. Porém ao mesmo tempo podemos perceber elementos comuns em discursos que apelam para singularidades do feminino, como, por exemplo, imagens mostrando-a enquanto mãe, avó e dona de casa. Toda sua campanha foi pautada nesses dois eixos: a imagem de uma mulher forte ao lado da figura maternal. Essa ambivalência é comum quando se trata da construção de candidaturas femininas, visto que uma das características desse fenômeno político-social é justamente a utilização de discursos que destaquem as qualidades tidas como femininas, o lado maternal, o cuidado, o zelo. Mas também reforçam a idéia da mulher forte, capacitada, aquela que sabe cuidar do seu lar, a chefe da família. E talvez tenha sido e continue a ser essa ambiguidade, essa falta de uma definição mais clara para o eleitor de “quem é essa mulher”, que incomoda tanto. Numa sociedade marcada pelo patriarcado e pelo machismo, pessoas como Dilma Rousseff incomodam porque ela parece ser mais um ser “anômalo”, que não cabe tão facilmente em nosso sistema de classificação e significação social. Daí por que certos termos para adjetivá-la, tais como: “mulher macho”, “gerentona”, “sapatão”, “aquela mulher” etc.

Durante toda a campanha especialmente de 2014, os discursos acerca da imagem de Dilma enquanto política sofreu pequenas e grandes mudanças, sejam por parte do próprio *marketing* dela, sejam pelos eleitores que estavam envolvidos nessa disputa eleitoral. No primeiro turno havia mais duas mulheres concorrendo ao pleito. Marina Silva (PSB) e Luciana Genro (PSOL). Por esse motivo a campanha de Dilma num primeiro momento demonstrou de maneira tímida o uso do discurso de gênero pautado nas singularidades do feminino. Seu programa estava mais voltado para questões do seu governo, as mudanças, segundo o partido, trazidas pelo governo do PT. O uso do *slogan* “Muda Mais” deixa bem claro a intenção do *marketing* em convencer o eleitorado de que com Dilma, o País continuaria a mudar para melhor. A imagem da mulher forte e guerreira aparecem com mais ênfase nessa etapa da campanha, ganha ênfase a imagem da Dilma “coração valente”, um misto de mulher sensível ao mesmo tempo em que corajosa.

Quando a disputa passa para o segundo turno o cenário muda completamente. Dessa vez a candidata concorre ao pleito ao lado de um homem, Aécio Neves (PSDB). Nesse momento o uso do *ciberespaço* como meio para efetivação das campanhas ganham um tom mais conflituoso e as diferenças de gênero passam a ser o plano de fundo para os discursos apresentados. A campanha de Aécio Neves foi pautada, todo tempo, na desconstrução da imagem de Dilma. A intenção do candidato era questionar a capacidade da atual Presidente em governar o País. Para isso, o postulante usou tanto o programa eleitoral televisionado, quanto seus espaços virtuais nas redes sociais. A eleição nesse momento passa a ter um caráter de polarização das ideias. De um lado um homem, representante da direita conservadora e, do outro lado uma mulher, tida como guerrilheira e representante da esquerda. Esse cenário políti-

co torna-se palco de uma disputa acirrada, marcada por diferenças ideológicas, raciais, regionais, políticas, sociais e de gênero.

O *marketing* político da petista soube lidar positivamente com os vários momentos da eleição. Um exemplo foi o uso de uma parte emblemática de sua história para criar o *jingle* “Coração Valente” que se tornou a marca da candidata nas eleições de 2014.

Coração Valente

(Anderson Freire)

Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente.
 Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente
 Você nunca desviou o olhar do sofrimento do povo
 Por isso, eu te quero outra vez
 Por isso, eu te quero de novo
 Você nunca vacilou em lutar em favor da gente
 Por isso eu tô juntinho, do seu lado
 Com você e Lula pra seguir em frente
 Mulher de mãos limpas (tô com você)
 Mulher de mãos livres (tô com você)
 Mulher de mãos firmes vamos viver uma nova esperança
 Com muito mais futuro e muito mais mudança
 Dilma, coração valente, força brasileira, garra desta gente
 Dilma, coração valente, nada nos segura pra seguir em frente
 O que ta bom, vai continuar
 O que não tá, a gente vai melhorar Coração valente.

O *jingle* produzido pela equipe do publicitário João Santana, rapidamente tomou conta das redes sociais e foi muito bem aceito por seus seguidores. Nesta canção podemos perceber vários aspectos importantes na forma como os *marketeiros* tentaram conduzir a propaganda eleitoral para reeleição da postulante. A ima-

gem de Dilma jovem com o título coração valente remete a uma mulher forte, que lutou pela democracia e que possui a força para continuar governando um País continental como o Brasil. A sensibilidade e o cuidado da mulher são representados nessa canção. Reforçando a idéia de que a mulher política deve ser a representação materna, em que o cuidado é uma qualidade que faz da mulher o diferencial na hora de escolher em quem votar.

A estratégia do *marketing* político foi apresentar uma candidata que transita entre os caminhos da masculinidade e da feminilidade na construção do seu perfil político. Uma candidata que ao mesmo tempo em que mostra um lado maternal, também mostra força e racionalidade, características vistas como masculinas. A imagem de Dilma jovem lutando contra a ditadura é contraposta com a imagem de Dilma mãe e avó. A candidata se utiliza do discurso baseado na singularidade de feminino, porém não se apresenta como uma mulher insistentemente “feminina”. Essa dicotomia presente no perfil político de Dilma se dá por sua imagem externa e sua imagem interna. Esteticamente falando, Dilma é uma mulher fora dos padrões de beleza da nossa cultura. O corte de cabelo, a voz e o próprio corpo da candidata estão fora desse padrão exigido pela sociedade. Esses aspectos não deveriam ser levados em conta em uma disputa eleitoral, porém como afirma Bourdieu (1998), os espaços sociais são dinamizados pelo tipo de dominação vigente, no caso da nossa sociedade se trata da dominação masculina. Desse modo a política é vista pela perspectiva masculina, portanto a construção da figura feminina na política passa pela ótica masculina e pela forma como os homens enxergam as mulheres.

Para quebrar com essa visão masculinizada da imagem física de Dilma Roussef, foi preciso introduzir em seu discurso o papel de mãe e avó. Na campanha de 2014 a candidata é vista através

de vídeos no *Youtube*, postagem em redes sociais, falando e evidenciando a sua família, a sua casa. Um exemplo disso é que no primeiro vídeo da campanha a postulante aparece cozinhando em sua casa, enquanto fala sobre o seu governo e suas pretensões como governante, demonstrando o que se espera de uma mulher política numa sociedade machista como a nossa. Dilma constrói sua imagem na referida campanha a partir de aspectos singulares do ser feminino, porém ainda possui uma caracterização masculinizada, seja por sua aparência física, seja por se apresentar como uma candidata extremamente racional e emocionalmente controlada.

3. A ZONA CINZENTA DOS SENTIMENTOS

Putá, piranha, vadia, vagabunda, quenga, rameira, devassa, rapariga, biscate, piriguete. Quando um homem odeia uma mulher – e quando uma mulher odeia uma mulher também – a culpa é sempre da devassidão sexual. Outro dia um amigo, revoltado com o aumento do IOF, proferiu: “Brother, essa Dilma é uma piranha”. Não sou fã da Dilma. Mas fiquei mal. Brother: a Dilma não é uma piranha. A Dilma tem muitos defeitos. Mas certamente nenhum deles diz respeito à sua intensa vida sexual. Não que eu saiba. E mesmo que ela fosse uma piranha. Isso é defeito? O fato dela ter dado pra meio Planalto faria dela uma pessoa pior? (...) Baranga, tilanga, canhão, dragão, tribufu, jaburu, mocreia. Nenhum dos xingamentos estéticos tem equivalente masculino. Nunca vi ninguém dizendo que o Lula é feio: “O Lula foi um bom presidente, mas no segundo mandato embarangou.” Percebam que ele é gordinho, tem nariz adunco e orelhas de abano. Se fosse mulher, tava frito. Mas é homem. Não nasceu pra ser atraente. Nasceu pra mandar. Ele é xingado. Mas de outras coisas. Filho da puta, filho de rapariga, corno, chifrudo. Até quando a gente quer bater no ho-

mem, é na mulher que a gente bate. A maior ofensa que se pode fazer a um homem não é um ataque a ele, mas à mãe – filho da puta – ou à esposa – corno. Nos dois casos, ele sai ileso: calhou de ser filho ou de casar com uma mulher da vida. (...) ⁸

(...) Na noite do último 8 de março, Dia Internacional da Mulher, fui surpreendido por um ensurdecedor barulho de panelas sendo batidas na minha vizinhança, em um bairro da zona nobre do Rio de Janeiro. Era a reação a um pronunciamento televisivo da Presidente da República. O protesto, legítimo como qualquer protesto deve ser, vinha acompanhado de gritos, majoritariamente masculinos, de “vaca” e “piranha”. Quase duzentos anos depois de Joana Angélica ter sido massacrada na Bahia por se interpor em um conflito político “de homens”, a sociedade brasileira ainda admite, inclusive dentro do Parlamento, que mulheres em função pública sejam estigmatizadas pelo fato de serem mulheres. O aprendizado político, enquanto aprendizado para a vida, requer a percepção de que a participação no espaço público é um direito das mulheres. Tanto em tempos de guerra quanto em tempos de paz. ⁹

Propositadamente tomamos de empréstimo os dois discursos acima descritos porque acreditamos que eles expressam muito bem o dilema, para não dizer o drama, da sociedade brasileira quando a questão é a disputa por espaços de poder, particularmente o político e o seu recorte de gênero.

O nosso intento nesse *paper* esta sendo construir a idéia de que Dilma tem sido sucessivas vezes exposta a toda sorte de práti-

⁸Artigo publicado originariamente no Jornal Folha de São Paulo, escrito por Gregório Duviver. <http://www1.folha.uol.com.br/paywall/login-colunista.shtml?http://www1.folha.uol.com.br/colunas/gregorioduvivier/2014/01/1393513-xingamento.shtml> (Acesso em 28/05/2015).

⁹ Texto escrito por Rodrigo Elias para apresentar a Revista de História da Biblioteca Nacional, edição de junho de 2015 com o tema: Mulheres em Conflito.

cas de ódio, de misoginia e de expressões de desrespeito pelo fato de ser mulher, o que se questiona nas frases de efeito propaladas por vozes ou escritas por mentes e mãos raivosas não é absolutamente o seu governo e as ações de seu governo, mas ela enquanto *persona* feminina, enquanto mulher que “ousa” ocupar um espaço que não é “legitimamente seu” é um espaço que ela usurpou, mesmo tendo sido, paradoxalmente, eleita pelo voto popular.

A inserção da mulher no mundo da política é um desafio, sobretudo em países como o Brasil, onde o sistema patriarcal define em grande medida os papéis sociais que homens e mulheres devem assumir seja culturalmente, socialmente ou politicamente. A divisão sexual do trabalho se mostra como um dos grandes empecilhos que fazem com que muitas mulheres sejam privadas de vivenciar o mundo político. Boa parte das pessoas do sexo feminino convive com o fato de ter que lidar com a dupla (até tripla) jornada de trabalho, um fator de peso que acaba por desestimular centenas de mulheres na busca por uma carreira política.

Apesar de o Brasil contar com uma política de cotas de gênero nos partidos, o que podemos observar é o baixo percentual de mulheres ocupando cargos eletivos em todas as esferas do poder público. Segundo o TSE apenas 10% das pessoas que ocupam cargos eletivos no Congresso Nacional, por exemplo, são do sexo feminino. É certo que esse número vem aumentando; segundo os dados do TSE o número de mulheres em disputa por algum cargo nas Eleições Gerais do ano de 2014 foi 46,5% maior do que no último pleito, em 2010, no entanto poucas foram as que conseguiram eleger-se, de tal sorte que podemos facilmente aferir a situação de sub-representação da mulher na política seja na esfera legislativa, seja na executiva, bastando consultar os dados do Supremo Tribunal Eleitoral.

Além dos poucos avanços na efetiva participação feminina nos espaços de poder, a política brasileira sofreu algumas mudanças importantes que podem nos indicar uma transformação, ainda que tímida, nas relações dos brasileiros com sua própria cultura política, entre elas destacam-se a utilização da internet como ferramenta para ampliação das campanhas eleitorais e como espaço para o estreitamento dos laços sociais entre candidatos e eleitores através do mundo virtual. Esses dois fatores, a princípio, podem parecer elementos não pertencentes ao mesmo conjunto. Porém o estudo da utilização da internet como ferramenta política pode nos auxiliar na análise da construção e desconstrução das imagens públicas das mulheres que decidem enfrentar o sistema patriarcal e vivenciar de diversas formas a vida política.

O ódio como uma espécie de motor das manifestações contra a Presidenta Dilma nas ruas e nas redes sociais não é novidade para quem acompanha todo esse movimento, mas merece algumas reflexões sobre as razões de tamanha expressão. Obviamente as estruturas de comunicação, particularmente a internet, trataram de dar visibilidade a tal sentimento munido de toda uma expressão de ressentimento. A zona cinzenta a qual fazemos menção é exatamente o espaço entre o ódio e o amor marcado por uma liminaridade, por um interstício que batizamos de expressão de ressentimento.

Ao buscar as possíveis razões para exacerbação de tais ressentimentos nutridos por expressões de ódio dirigidos a Presidenta, obviamente entrecortados por uma relação de gênero que busca inferiorizar o feminino e enaltecer o masculino, cremos que um outro elemento analítico pode entrar em cena para justificar tais sentimentos: a campanha de 2014 foi marcada, como já expressamos páginas atrás, por uma forte disputa entre os candidatos, onde de tudo aconteceu: desrespeitos, insinuações e boatos de todas as

partes (VILLA, 2014). A polarização entre esquerda e direita no Brasil, entre os ideais conservadores e os de justiça social fizeram o Brasil se dividir de uma forma bastante otimista quanto à vitória de seu candidato e bastante violenta quanto ao seu opositor.

Ao serem computados os votos e oficialmente ser comunicado a vitória, pela segunda vez da Presidenta Dilma Rousseff, o processo eleitoral não cessou, ele continuou a existir nos discursos inflamados da oposição representado principalmente pelo PSDB, partido que disputou com o PT o segundo turno das eleições e protagonizado pelo candidato derrotado à presidência, Aécio Neves, que de forma até insana, e pouco republicana, criou e continua a criar entre os seus simpatizantes um clima de inconformismo pela vitória da Presidenta e de ódio por saber que ela por mais quatro anos, de forma democrática, foi eleita para governar o País.

Iniciam-se pós-eleição todo um conjunto de manifestações inclusive pró-*impeachment* da Presidenta eleita, milhares de pessoas em todo o Brasil, marcam, principalmente via redes sociais, manifestações para criticar o governo da Presidenta. Em algumas dessas manifestações era possível ler cartazes com frases tais como: “Dilma biscatona veia”; “Bolsa Família é coisa de vagabundo”; “Vai pra Cuba, comunista de merda”.

Para o filósofo Pablo Ortellado, o crescimento de um novo conservadorismo, que tem no ódio e nós acrescentaríamos, no ressentimento, sua orientação política, estaria subvertendo valores. Neste sentido,

A moral deixa de estar subordinada à política e passa a subordinar a política.¹⁰

10 Citação de Pablo Ortellado descrita pelo jornalista Igor Carvalho na matéria intitulada: Da despolitização ao ódio. Revista Caros Amigos. Um país em disputa: esquerda e direita vão às ruas. Ano XIX, n.217, p.30, 2015.

Para o citado filósofo, o atual cenário de manifestações e insatisfação política o que levou a Presidenta a ostentar a maior queda de sua popularidade, cerca de 60% de rejeição ao seu governo, em decorrência de medidas impopulares que teve que tomar como forma de realizar o ajuste fiscal das contas no Brasil, produz duas consequências:

Primeiro, temas morais como aborto, casamento gay, drogas e maioridade penal, que eram temas menores, ganham enorme proeminência, eles pulam para frente e para o centro do debate. Depois, temas mais tradicionais como a política econômica e a social passam a ser inseridos no debate moral de forma punitiva. Então, o ‘Bolsa Família’ passa a ser errado, mas por quê? Não é por que ele é ineficaz, isso seria o discurso liberal antigo. O discurso conservador de hoje não discute a eficácia, ele discute moralmente, ou seja, o Estado está auxiliando pessoas que não trabalham, que não estudam, que não merecem receber o dinheiro que estão recebendo.¹¹

Nestes termos, vemos claramente delinear-se nessa multiplicidade de discursos conservadores e contrários ao governo da Presidenta uma forte expressão de ressentimento marcado pela ameaça e medo de perder ou não poder reconquistar o *status quo*:

Um *profundo ressentimento* pode surgir (...) entre os membros da maioria, sobretudo entre aqueles que têm a impressão de que seu *status* está ameaçado, que creem ter perdido valor, que não se sentem mais em segurança. Esse ressentimento surge quando um grupo marginal socialmente inferior, desprezado e estigmatizado, está a ponto de exigir a igualdade não somente legal, mas também social; quando seus membros começam a ocupar, na sociedade majoritária, posições antes inacessíveis a eles. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 336)

11 Id.ib.

Ensina-nos Voltaire que “as mágoas secretas são ainda mais cruéis do que as misérias públicas” (VOLTAIRE, 1990, p.95). O que se observa é uma luta pela ocupação de espaços de poder marcados por uma espécie de crise hierárquica, que parece estar “bagunçando” e redefinindo a antiga estrutura e estratificação social brasileira. Os governos de Lula e Dilma permitiram essa “dança das cadeiras” e o processo de empoderamento das classes populares que ascendem da “classe d” para a “classe c” incomoda por demais a elite secular conservadora do Brasil, acostumada a não se sentir ameaçada em sua posição e suas benesses:

Um grupo marginal desprezado, estigmatizado e relativamente impotente, enquanto seus membros se contentarem com as fileiras inferiores que, segundo a concepção dos grupos estabelecidos, é equivalente a seu grupo, e enquanto se comportarem conforme seu status inferior, como seres subordinados e submissos (...). Mas eles sentem como uma humilhação insuportável ter que entrar em concorrência com membros de um grupo marginal desprezado. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 336)

É importante destacar que o cenário de praticas misóginas sofridas pela Presidenta não são redutíveis, exclusivamente, a uma violenta luta de espaços de poder masculino e feminino, numa sociedade marcadamente patriarcal, o que está em jogo e em disputa igualmente é uma luta de classes, que acaba subsumida naquela, porém não é menos importante. O ressentimento que nutre e atravessa, até o presente momento, o governo Dilma, não é apenas uma “luta dos sexos”, é também uma “luta de classes” numa sociedade marcada pela desigualdade social e práticas hierárquicas que tentam, todo o tempo, classificar e demarcar os lugares dos ricos e dos pobres, dos burgueses e dos proletários. As práticas de ressen-

timento passam pelo inconformismo das elites seculares no Brasil de assistir a ascensão e o empoderamento das classes populares e se expressam, de forma contundente, naquela que seria uma das responsáveis por este novo quadro: a Presidenta Dilma. O grupo político opositor ao atual governo da Presidenta representa os interesses dessa elite ressentida e inconformada de ver seus espaços de atuação pública, cultural, social e econômica ser subsumidos por uma classe em ascensão, de tal sorte que a elite no Brasil aciona o ressentimento como “uma resposta inconsciente, efeito longínquo de uma angústia ignorada, recalcada, ligada ao sentimento ameaçador de uma negação da existência.” (HAROCHE, 2004, p. 336). E ainda:

Esse reconhecimento limitado, levemente humilhante, devia ser gerador de frustração e de ressentimento que levaria, veremos, a um verdadeiro ódio, não tanto em relação às elites dirigentes, mas em direção àqueles que, refugiando-se na cultura humanista, podiam subtrair-se àquela identificação humilhante. O ressentimento se desenvolve a partir da impossível dominação das classes médias humanistas, liberais, pela outra parte das classes médias, as nacionalistas, que não suportavam que iguais a elas pudessem subtrair-se, escapar aos mecanismos de poder. Esta subtração desencadeia então processos, reações de raiva, de crueldade e de sadismo. (HAROCHE, 2004, p. 337-338)

Elias ao analisar sobre a origem do processo que provoca o ressentimento “a partir da emergência progressiva de uma decepção, uma desilusão, uma amargura, uma frustração rastejante” (ELIAS apud HAROCHE, 2004, p.338) nos ajuda a refletir sobre a *persona* Dilma Rousseff, ela parece ser – por ser mulher, por ser apoiada por Lula, por ser petista etc – o “bode expiatório” que permitirá à elite destilar o seu ódio a tudo que os “inferiores” estão os obrigando a

ver e conviver: a insuportável ascensão e, principalmente, empoderamento, dos “inferiores”, ou seja, das “classes populares”;

E é precisamente este ponto que nos parece decisivo: esse processo se exprimirá não em relação a seus superiores, mas sob a forma de desprezo, de raiva odiosa, obstinada e sistemática ao inferior, ao fraco, ao marginal em relação às hierarquias sociais e políticas, aos estranhos à nação. Como membros da classe média inferior humanista, os judeus serão vítimas privilegiadas desse ressentimento. Dessa forma, o que devia provocar a raiva dos nazistas é o fato de não conseguirem dominar as classes médias inferiores em *status* e poder, uma vez que as classes humanistas, liberais, subtraíam-se aos mecanismos de poder. (HAROCHE, 2004, p. 338)

Nestes termos, podemos por analogia, defender que baseadas na citação acima descrita, Dilma, da mesma maneira que os judeus é a representante do “inferior”, e ela mesma é a “inferior”, por ser mulher. A mulher que se mete num campo que não é seu, ela é a “inconveniente”, que está no lugar errado e na hora errada.

Ao propormos a noção de ressentimento, a partir de Elias, para pensar as atuais manifestações de ódio dirigidas a Dilma Rousseff por meio dos encontros públicos ocorridos tanto na Copa das Confederações, em 2013, como nas Manifestações de rua, em 2014, bem como o escárnio em forma de charges, sátiras e comicidade produzidas para desconstruir a sua imagem pública, em obras como as de Terra (2014) e Fiuza (2014), se justificam as expressões, emanadas por parte da população brasileira, que tentam ganhar “ares” de coletividade, de vontade e ação coletiva;

A coletividade aparecia como sagrada, superior aos indivíduos em questão: emoções ligadas à coletividade possuíam um caráter enigmático e obscuro,

exterior e acima dos indivíduos. (ELIAS *apud* HAROCHE, 2004, p. 338)

Tais manifestações públicas contra Dilma, ao estarem “acima dos indivíduos” e serem uma encenação da coletividade, criam, nos termos de Mauss (1979) uma expressão coletiva e obrigatória dos sentimentos, neste sentido;

Não só o choro, mas toda uma série de expressões orais de sentimentos não são fenômenos exclusivamente psicológicos ou fisiológicos, mas sim fenômenos sociais, marcados por manifestações não-espontâneas e de mais perfeita obrigação. (MAUSS, 1979, p.1147)

As *performances* de ódio, os gestos de empunhar cartazes, escritos em caixa alta, que expressam palavras de ordem contra as ações administrativas e a vida privada da Presidenta, as palavras, formando frases de efeitos no *ciberespaço* para igualmente a desqualificar, são, antes de qualquer coisa, “ação simbólica” que ganha aderência na relação direta com que são adotados por uma determinada coletividade.

Mas todas as expressões coletivas, simultâneas, de valor moral e de força obrigatória dos sentimentos do indivíduo e do grupo, são mais que meras manifestações, são sinais de expressões entendidas, quer dizer, são linguagem. Os gritos são como frases e palavras. É preciso emití-los, mas é preciso só porque todo o grupo os entende. É mais que uma manifestação dos próprios sentimentos, é um modo de manifestá-los aos outros, pois assim é preciso fazer. Manifesta-se a si, exprimindo aos outros, por conta dos outros. É essencialmente uma ação simbólica. (MAUSS, 1979, p.153)

Muitos dos que participam alimentando o discurso do ódio e do ressentimento contra a Presidenta Dilma, parecem agir com a obstinação de quem, movido pela dor, espera por meio da expressão do ressentimento, minorar suas mazelas;

Participando da fabricação de um ego grandioso, esta proporcionava assim um engrandecimento do ego fantasioso para indivíduos frustrados, amargos e inferiorizados. Nascidos dele, ou pelo menos associados ao nacionalismo, as emoções e os sentimentos coletivos seriam – na medida em que são intensos – fontes de orgulho, de sustentação emocional, assim como fontes de frustração e de humilhação; logo, a longo prazo, são geradores de ressentimento. (HAROCHE, 2004, p. 339)

As expressões de ressentimento contra a Presidenta Dilma, todo um discurso mais especificamente de misoginia passam a seguir, a ser melhor descritos e analisados, com a intenção de enfatizar que a misoginia, unida ao ódio de classe e aos discursos e práticas da oposição que perdeu as Eleições em 2014 protagonizado por seu principal personagem Aécio Neves, do PSDB, permitem a junção interpretativa que propusemos no início desse *paper*: pensar a interseção entre Gênero, Política e Mídia.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS: E AGORA, DILMA? “DECIFRAS-ME OU TE DEVORO”

No jogo de abertura da Copa do Mundo, realizado no Brasil, em junho de 2014, a Presidenta Dilma ao ser anunciada no Estádio, recebeu de parte da “torcida” um sonoro “vai tomar no cú”. Tal xingamento não é somente uma demonstração isolada de misoginia; desde que assumiu a presidência, Dilma tem sido alvo de

todo tipo de manifestação preconceituosa, que vão desde as críticas ao seu guarda-roupa ou cabelo e passam por formas pouco educadas de se referir a uma chefe de Estado. Ademais, Carla Rodrigues em seu texto, “a difícil tarefa de reagir a misoginia”, acrescenta:

São de uso comum expressões como “a mulher”, “a dona”, “a patroa”, modos naturalizados de se referir às mulheres como donas de casa, e forma de reduzir a importância da figura da Presidente da República. E não apenas entre os pouco escolarizados, como o porteiro que um dia desses dizia que estava tudo uma grande bagunça porque tinha uma mulher na presidência, mas também em episódios recentes em que um economista fez uma palestra pública para uma plateia majoritariamente feminina durante a qual só se referia à Dilma como “a mulher”.¹²

Assim que seu nome foi cotado para a disputa eleitoral, no ano de 2010, diversas críticas foram feitas pela imprensa a respeito de seu possível “temperamento forte”. A polêmica de que até mesmo Ministros teriam se queixado ao Presidente Lula quando esta era Ministra da Casa Civil, reforçou a representação de “mandona”. Para dirimir essas avaliações sobre o seu “jeito de ser” a candidata assim se expressou em seu *blog*:

Eu faço o seguinte: não exijo de ninguém o que eu não dou... Numa equipe, cada um tem de fazer o seu papel. Se me cabe fazer a coordenação, eu cobro prazo, realização e também presto contas... Isso é princípio elementar de trabalho em grupo.¹³

12 <http://www.diariocentrodomundo.com.br/dilma-argua-muda-mais/> (Acesso em 19/06/2014).

13 <http://blogdadilma.blog.br/> (Acesso em 24/12/2012).

Ao ser entrevistada pelo Jornal “The Washington Post”, no dia 25 de junho de 2015, a Presidenta Dilma Rousseff afirmou crer que muito do que tem sofrido em termos de críticas ao seu governo, passa por um recorte e preconceito de gênero, ao ser indagada pelo seu estilo de “*micromanager*”, ou seja, de chefe controladora ou centralizadora, ela assim se manifestou:

“Alguma vez você já ouviu alguém dizer que um presidente do sexo masculino coloca o dedo em tudo? Eu nunca ouvi falar disso”, comparou. “Eu acredito que há um pouco de preconceito sexual ou um viés de gênero. Sou descrita como uma mulher dura e forte que coloca o nariz em tudo e estou cercada de homens meigos”, contestou.¹⁴

Ainda a respeito de seu suposto “gênio forte” e das especulações acerca de sua vida amorosa, algo bastante vasculhado por seus adversários, Dilma asseverou durante a campanha de 2010:

O preconceito no Brasil é uma coisa engraçada. Por exemplo, você estava falando dessa mulher dura, mandona. Você já viu algum homem ser chamado de mandão e durão? Eu fico sempre intrigada por que os homens são sempre meigos, bonzinhos, delicados. Outro dia, o Paulo Bernardo (ministro do Planejamento) ria muito porque ele falou que é o meigo-mor. Eu nunca vi, no Brasil inteiro, dizer que havia um homem duro. Outra coisa que achei interessante foi à investigação da minha vida amorosa. Cheguei à conclusão de que sou a única pessoa que tem vida amorosa no País.¹⁵

14 <http://www.brasil247.com/pt/247/poder/186526/Dilma-diz-que-cr%C3%ADticas-a-ela-t%C3%AAm-%E2%80%9Cpreconceito-sexual%E2%80%9D.htm> (Acesso em 27/06/2015)

15 Trecho de entrevista de Dilma postado no “Blog da Dilma”, <http://blogdadilma.blog.br/> (Acesso em 27/04/2010).

Nunca é demais lembrarmos que vivemos em uma sociedade patriarcal, e portanto, essencialmente *falocêntrica*, ou seja, cingida pela superioridade masculina. O patriarcado exacerba a ideia de que mulheres, seus corpos e mentes são moldados por falos ou homens, moldados por sua vida sexual. Mulheres então são julgadas, independentemente de terem muitas relações sexuais com machos ou não se relacionarem com eles. A mulher que na disputa por espaços de poder, particularmente no ambiente da política, ousa ser incisiva ou ter pulso forte; a mulher que reivindica seu espaço num meio masculinizado como a política, sofre tentativas de silenciamento. Um exemplo recente que retrata muito bem essa tentativa de silenciamento foi protagonizado pela Deputada Federal Jandira Feghali (PCdoB) que durante discussão das medidas provisórias 664 e 665, em maio de 2015, foi agredida fisicamente pelo Deputado Federal Roberto Freyre (PPS) e verbalmente, pelo também Deputado Federal Alberto Fraga (DEM) que, em uma atitude extremamente machista e com a intenção completa em desqualificá-la afirmou diante de todo o Congresso Nacional: “a mulher que participa da política como homem e fala como homem também tem que apanhar como homem”. Outro exemplo disso é como várias pessoas que são oposição ao PT chamam tanto Lula quanto Dilma de “ladrões”, mas, não sem coincidência, somente Dilma tem sua sexualidade questionada (talvez por não se encaixar no modelo de feminilidade exigido para as mulheres, por ser uma mulher divorciada ou por ser, novamente, uma liderança com poucos traços do que se espera de uma mulher patriarcal em qualquer espaço; a docilidade, a gentileza e a necessidade de agradar a todos sobre o que se espera de uma mulher) ou é duramente chamada de “mulher macho” ou de “masculina”, não por se assemelhar com indivíduos da classe masculina e da forma como eles pensam e agem

social e politicamente, mas sim por ousar não se enquadrar no que a feminilidade exige de indivíduos femininos.

Um tema impactante que congestionou as redes sociais durante a campanha de 2010 da Presidenta Dilma foi a sua orientação sexual. Sendo uma mulher sozinha e divorciada, acabou por ser “alvo fácil” para se colocar a sua condição heterossexual em dúvida. Foi postado na rede a mensagem de que Dilma Rousseff teria mantido uma relação homoafetiva estável como uma moça chamada Verônica, que havia trabalhado em sua casa como doméstica, e de que estaria entrando na Justiça para exigir o pagamento de uma pensão.

Sobre esse tema e na tentativa de desconstruir esse “boato”, Sandra de Andrade, postou o seguinte comentário:

Há em circulação um email sobre uma amante lésbica de Dilma Rousseff, que pede pensão à candidata na Justiça. É fácil provar a falsidade deste email. Na “pseudo-matéria”, a suposta amante de Dilma é defendida pelo advogado Celso Langoni Filho. Como todos sabem, após terminar o curso de direito, todo bacharel deve fazer o Exame da Ordem dos Advogados do Brasil. Apenas com a aprovação neste exame é que alguém é considerado um advogado de fato. Aos aprovados, é dada a carteirinha do advogado com um número, que fica registrado em um arquivo nacional. O que eu fiz foi bem simples, acessei o arquivo nacional da OAB e procurei o “Dr. Celso Langoni Filho” para uma entrevista. Veja o resultado: não existe um advogado chamado Celso Langoni Filho.¹⁶

Novamente nos deparamos com outra espécie de “tema tabu” na cultura brasileira. Schwartzberg (1978), afirma que uma das pré-condições para alguém ser um estadista é este ter uma fa-

16 Blog da Dilma – <http://blogdadilma.blog.br/> (Acesso em 24/12/2012).

mília – cônjuge, filhos, além de animais de estimação. Só que esta família deve ser composta por um homem e uma mulher e jamais por dois homens ou duas mulheres. A “carta da manga” dos opositores e simpatizantes a outras candidaturas apostam nessa notícia acreditando no desgaste da imagem pública de Dilma Rousseff. No Brasil o “atestado de heterossexualidade” é outra condição para o indivíduo pleitear um cargo da envergadura da Presidência da República; é como se a orientação sexual interferisse diretamente na capacidade ou no direito do cidadão em assumir certos cargos ou como se não fosse lícito fazer certas escolhas.

Apesar dos avanços, do ponto de vista do Direito, na garantia dos homoafetivos, como a recente aprovação e regulamentação do direito civil da união entre pessoas do mesmo sexo e da tramitação de um projeto de lei no Congresso Nacional que busca definir como crime a prática da homofobia, a sociedade brasileira ainda está bastante longe do respeito à diversidade sexual. O preconceito campeia as relações homoafetivas e a prática da homofobia é mais comum do que podemos imaginar;

a situação de mulheres que ousam amar outras mulheres e, acima de tudo, que se recusam a servir emocional e sexualmente à classe masculina, é ainda mais delicada e precária. Toda mulher que ousa fugir da lógica da heterossexualidade compulsiva, toda mulher que não existe em função do prazer masculino (e que não faz parte dele voluntariamente também) é marginalizada. Para piorar, existe algo ainda mais cruel que essas mulheres sofrem, e isto é o isolamento, tanto social, quanto emocional e político. Mulheres não-lésbicas são ensinadas a se distanciarem de mulheres lésbicas a todo custo, bem como são ensinadas a se distanciar dos estereótipos atribuídos à lesbianidade (e o fazem, logicamente,

jogando para debaixo do ônibus mulheres lésbicas e suas existências).¹⁷

Assim quando brasileiros usam o termo *sapatão* (bem como outros termos que façam referência à lesbianidade de forma ofensiva) para se referir a uma mulher que faz parte da política, independentemente da sexualidade da mesma, como a então candidata e agora Presidenta Dilma, que tantas vezes já ouviu ou falou-se dela com esse tema, isso se faz com um único objetivo: fazer com que mulheres sintam-se impulsionadas a se distanciar desta mulher ao invés de apoiá-la e de lutar com e por ela.

Outro acontecimento marcante de prática de misoginia dirigido a Presidenta Dilma Rousseff ocorreu no dia 08 de março de 2015, Dia Internacional da Mulher. A Presidenta, em cadeia nacional de rádio e televisão, discursa para os brasileiros e para as mulheres em seu dia e recebe concomitantemente um “panelaço” ocorrido em várias cidades brasileiras. Posteriormente observou-se que tal “panelaço” ocorrera preferencialmente em áreas nobres das cidades como uma forma de retaliação a Presidenta e de uma série de expressões de ressentimentos guardados desde a época da campanha eleitoral, como já salientado páginas atrás.

Não obstante o que nos chamou atenção não foi o “panelaço” em si, costume já existente, por exemplo, no País vizinho, Argentina, onde a população costuma ir as ruas para realizar “panelaços” para reivindicar diversas melhorias em seu País, mas os adjetivos utilizados para agredir a Presidenta, tais como “vaca”, “vagabunda”, “sapatão”. Tais demonstrações de ódio gerou, entre tantas outras coisas, uma profunda exibição de ressentimento por parte daqueles que absolutamente parecem não se conformar que Dilma

¹⁷ <https://radicalista.wordpress.com/tag/misoginia/> (Acesso em 24/04/2015).

venceu pelo voto de maneira livre e democrática. Além de tudo, como assevera o blogueiro Leonardo Sakamoto,

é preciso muita coragem para gritar a plenos pulmões que alguém é “vaca” da janela do apartamento, com todos os vizinhos e os transeuntes na rua olhando. Coragem ou a certeza de que nada vai acontecer. Porque talvez a pessoa saiba que vivemos em uma sociedade misógina, que premia esse tipo de comportamento. Uma sociedade que é incapaz de fazer críticas ou demonstrar insatisfação e indignação sem apelar para questões de gênero. Chamar de “vaca” não é fazer uma análise da honestidade e competência de alguém que ocupa um cargo público e sim uma forma machista de depreciar uma mulher simplesmente por ser mulher. De colocá-la no seu “devido lugar”, que é fora da política institucional.¹⁸

A violência simbólica que está por trás do uso do termo “vaca”, como explicitado acima, não é nada mais nada menos do que um desejo e intenção expressas de desconstrução do “outro”, de desqualificar o seu lugar social, como indevido, como um não-lugar. Como não sendo o ambiente da política, particularmente da presidência do Brasil, o lugar adequado para a mulher, porque ela nada mais é que uma “vaca”. Nada mais misógino e machista que isso. Acrescenta ainda o citado blogueiro:

O significado de “vaca” que os ignóbeis usam não remete aos simpáticos ruminantes. Se assim fosse, seria apenas especismo da minha parte reclamar da comparação. Mas o termo, neste caso, quer rotular através de uma crítica moral sobre um comportamento sexual atrelado a um gênero. Tanto que a

18 <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-chamar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/> (Acesso em 08/03/2015).

versão masculina (“touro”) não é depreciativo, pelo contrário. (...) Fico imaginando se alguns dos marmanjos e mesmo das mulheres que gritaram “vaca” da janela de casa, celebraram com suas mães, esposa e amigas, algumas horas antes, o Dia Internacional das Mulheres, comemorado neste 8 de março.¹⁹

Quaisquer xingamentos à Dilma diminuem ou reduzem a condição da Presidenta pelo fato de ela ter nascido mulher, este é que é o problema e não o “paneleço” em si, no entanto, a própria escolha de uma panela para protestar contra a Presidenta nos parece algo bastante emblemático;

Por que utilizar justamente uma *panela* para protestar contra a primeira presidenta mulher eleita em nosso País? Certamente há objetos muito mais eficazes para se fazer barulho, então qual a razão da escolha das panelas? Cogitar de coincidência parece pouco verossímil, sobretudo em se tratando de uma sociedade notadamente misógina e patriarcal como é o caso da nossa. A intenção por trás do objeto escolhido é, sem dúvida, construir esta óbvia alegoria machista que visa introjetar subliminarmente a mensagem de que o lugar de Dilma é na cozinha, e não no Palácio do Planalto.²⁰

Nestes termos, então, tanto o objeto panela, quanto os adjetivos “vaca”, “vagabunda” são a expressão de uma prática violentamente misógina e igualmente de ódio e de ressentimento dirigidos a Presidenta. Destruí-la, desconstruí-la como mulher e como estadista parece ser a condição para aplinar o ressentimento do ódio sentido por ela ter sido eleita.

19 <http://blogdosakamoto.blogosfera.uol.com.br/2015/03/08/e-preciso-coragem-para-chamar-uma-mulher-de-vaca-da-janela-do-predio/> (Acesso em 08/03/2015)

20 <http://politicaecronicas.blogspot.com.br/2014/10/mulheres-na-politica-e-misoginia.html> (Acesso em 09/03/2015).

Como se não bastassem todas as práticas de misoginia dirigidas a Dilma Rousseff em forma de cartazes expostos em manifestações, em frases altamente violentas, postadas em diferentes redes sociais, em vídeos no *Youtub*, montagens de imagens, charges etc, fomos surpreendidas com a circulação pelas redes sociais de imagens de montagens feitas com o rosto da Presidenta em que ela aparece de pernas abertas. Tais adesivos, segundo a montagem realizada, foram colados na entrada do tanque de gasolina dos carros, que quando abastecidos, passam a idéia de que a bomba de gasolina penetra sexualmente a figura montada da Presidenta. Tais adesivos foram colocados a venda no *site* de compras “Mercado Livre”, mas diante do repúdio dos internautas, foram, no mesmo dia, retirados do ar.

Em algumas notas de repúdio de movimentos organizados em defesa dos direitos das mulheres foi possível lermos discursos tais como os elencados abaixo:

A liberdade de expressão tem limites regulados em lei. Qualquer tentativa de protestar contra o aumento do combustível ou contra a chefe do Executivo brasileiro ultrapassou os direitos de imagem, e passou a configurar afirmação de violência contra a mulher. A imagem da mulher no adesivo, remetem a mensagem de uma violência sexual, o que por si é uma expressão inadmissível de suportar diante do atentado a dignidade sexual que convivemos cotidianamente. Além disso, a mulher em questão é a Presidenta da República, o que reforça a violência sexista que enfrenta a mulher na política. As mulheres brasileiras se sentem ofendidas, desrespeitadas. Expressões como essa não retratam o exercício de democracia. É escárnio, deboche, é violência contra a mulher!²¹

²¹<http://portal.ptns.org.br/2015/07/nota-de-repudio-movimento-de-mulheres-repudia-adesivos-com-mensagem-sexista-e-uso-da-imagem-da-presidenta/> (Acesso em 02/07/2015).

A aposta no escárnio, no deboche e na violência contra a mulher expondo a Presidenta Dilma a esse verdadeiro “vexame”, a essa situação ridícula e extremante misógina, parece ter um fim bastante estratégico do ponto de vista do senso comum e dos setores mais conservadores da sociedade brasileira: desconstruir o feminismo porque ele é uma força que põe em perigo e pode desestabilizar a dominação masculina e a ordem do patriarcado presente em nossa cultura, na sociedade e na política.

A presidenta Dilma incomoda porque, por ser mulher, ela abala a ordem estabelecida que é baseada na dominação masculina. Os discursos de misoginia dirigidos a ela, como alguns dos que reproduzimos nesse *paper*, intencionam abalar o feminismo, personificado na primeira mulher eleita Presidenta do Brasil.

Para a filósofa Marcia Tiburi, em entrevista concedida a *Revista Cult*, n.199:

O feminismo nasce como crítica do patriarcado, da dominação masculina, sem se esgotar na crítica. Como ética, o feminismo corresponde à formação de subjetividades capazes de incluir o outro. Como política, o objetivo do feminismo é produzir uma sociedade que supere os sistemas de privilégios, inclua todas as pessoas e defenda o vasto espectro da alteridade e da diversidade: corpo, natureza e cultura. Por isso, o feminismo combate preconceitos e ressentimentos, mas não pelo simples prazer de combater. Seu combate visa abrir espaço à expressão criadora do novo. O novo que o feminismo busca é a construção social inclusiva, que acolhe o dissenso e mantém o diálogo.²²

Se a sociedade alcançasse essa percepção, se os valores do patriarcado e da dominação masculina fossem deixados de lado, se

²² <http://www.geledes.org.br/etico-politica-feminista/#ixzz3f3xNr212> (Acesso em 05/07/2015).

verdadeiramente a sociedade brasileira revisse esses valores e em seu lugar adotasse a diversidade e a multiplicidade culturais onde não mais tivesse espaço a dominação de gênero, de raça, de classe, de ideologia etc, Dilma Rousseff, por sua representação de primeira mulher eleita Presidenta do Brasil e por sua biografia pessoal e pública, bem poderia ser o ícone, o arquétipo de uma nova sociedade; talvez por isso ela incomode tanto, por que ela desestabiliza, ela conflitua, ela põe em xeque a ordem estabelecida. Por isso ela é uma “vaca”, uma “vadia”, um “bode expiatório” para aqueles e aquelas que pretendem continuar no mesmo, na ordem do sempre que enquadra e classifica, violentamente, os lugares do ser homem e do ser mulher.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMARAL, Ricardo Batista. **A vida quer é coragem**. A trajetória de Dilma Rousseff, a primeira presidenta do Brasil. Rio de Janeiro, Sextante, 2011.
- BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1998.
- CALDEIRA, Helder. **A 1ª Presidenta**. Niterói, RJ: Faces, 2011.
- FIUZA, Guilherme. **Não é a Mamãe**. Para entender a era Dilma. Rio de Janeiro, Editora Record, 2014.
- HAROCHE, Claudine. Elementos para uma Antropologia Política do Ressentimento: laços emocionais e processos políticos. In: BRESCIANI, Stella & NAXARA, Márcia (org). **Memória e (Res)sentimento**. Indagações sobre uma questão sensível. 2ª ed, Campinas – SP, Editora da Unicamp, 2004.
- LÉVY, Pierre. **Cibercultura**. São Paulo, Edições 34, 1999.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. Interseções entre cultura, mídia e política: o uso das redes sociais na campanha de Dilma Rousseff em 2010. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v.43, n.1, jan/jun, 2012, p.94-111.

_____. **Ensaio de Antropologia da Política**. EDUEPB, Campina Grande, 2011.

LIMA, Elizabeth Christina de Andrade & ARAÚJO, Josileide Carvalho de. Pior do que ser é parecer ser – estigmas e relações de gênero. O caso da campanha de Tatiana Medeiros nas Eleições 2012 em Campina Grande – PB. In: LIMA, Elizabeth Christina de Andrade (org.) **Interseções entre Política, Mídia e Tecnologia: novos dizeres, novos fazeres**. Campina Grande, EDUFCEG, 2014.

MAUSS, Marcel. **Antropologia**. Organizador (da coletânea) Roberto Cardoso de Oliveira; (Tradução Regina Lúcia Moraes, Denise Maldi Meirelles e Ivonne Toscano). São Paulo, Ática, 1979. Coleção Grandes Cientistas Sociais, 11.

MIGUEL, Luis Felipe & BIROLI, Flávia. **Gênero e Política na mídia brasileira**. http://www.mulheres.gov.br/assuntos/poder-e-participacao-politica/referencias/genero-e-midia/g_nero_e_pol_tica_na_m_dia.pdf. Acesso em 28/05/2015.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação e Sociedade**. Porto Alegre, v. 20, n.2, p. 71-99, jun./dez, 1996.

SCHWARTZENBERG, Roger-Gérard. **O Estado Espetáculo**. Rio de Janeiro, Difel, 1978.

TERRA, Renato. **Diário da Dilma**: A seção da revista Piauí que satiriza a agenda da presidente. São Paulo, Companhia das Letras, 2014.

VILLA, Marco Antonio. **Um País Partido**. 2014: a eleição mais suja da História. São Paulo, LeYa, 2014.

VOLTAIRE. **Cândido**, 20 (trad. M. E. Galvão G. Pereira). São Paulo, 1990.

SOBRE OS AUTORES:

Juliana Nunes Pereira - Doutoranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Membro do Grupo de Pesquisa Trabalho Desenvolvimento e Políticas Públicas/UFCEG-CNPq e assistente de pesquisa no Grupo de Estudos de Gênero da Universidade Estadual da Paraíba/UEPB-CNPq. Desenvolve pesquisas relacionadas as desigualdades de gênero, políticas públicas e transformações no mundo do trabalho.

Shopia Padilha Menezes - Mestre e Doutoranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, cuja proposta de Tese é fazer um possível encontro entre arte, linguagem, teoria *queer* e antropologia.

Magnólia Ramos de Oliveira - Graduada em Psicologia pela Universidade Estadual da Paraíba, especialista em Psicopedagogia pela Faculdades Integradas de Patos, atualmente é mestranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande com pesquisa em Campina Grande com temática voltada ao luto, urbanização e religiosidade.

Pollyanne Rachel Fernandes Maciel - Doutoranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais (PPGCS) da Universidade Federal de Campina Grande (UFCEG). É mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande e possui graduação em Ciências Sociais pela Universida-

de Federal de Campina Grande (2012) e em Administração pela Universidade Estadual da Paraíba (2010). Está vinculada à linha de pesquisa Cultura e Identidades e é integrante do grupo de pesquisa Sociologia da Religião da UFCG. Tem experiência na área de Sociologia e Antropologia em Geral, com ênfase nos seguintes temas: Religião, Gênero, Igreja Católica, Pentecostalismo, Conversão, Relações de Poder e Mudança.

Cosma Ribeiro de Almeida - Graduada em Comunicação Social – Habilitação em Jornalismo – pela Universidade Estadual da Paraíba – UEPB. Mestre em Sociologia pela Universidade Federal da Paraíba – UFPB. Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais na Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas políticas e do Laboratório de Estudos de Cultura, Mídia e Política – LECMIPO. Desenvolve pesquisas sobre os seguintes temas: Imagem Pública Midiática; Cultura, Mídia e Política; Representação Política; Cotidiano da política; Gênero e Política.

Leandra Bento da Silva - Graduada em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestre e doutoranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG.

Alessandra da Silva - Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG e Graduada em Serviço Social pela Universidade Norte do Paraná- UNOPAR. Mestranda

em Ciências Sociais pelo PPGCS - Universidade Federal de Campina Grande - UFCG.

Tatiana Salles - Mestre em Ciências Sociais e vem desenvolvendo pesquisas em torno da questão da identidade do indivíduo moderno e as implicações no gênero e na *performance* dos atores sociais. A autora concentra os seus esforços de análise nas dinâmicas advindas de conjunturas globalizadas, onde as identidades são concebidas e mostram-se cada vez mais difusas e até mesmo contraditórias, devido à influência de outros cenários e culturas. Também desenvolve pesquisas nas áreas de gênero, juventude e geração.

Milane Costa - Licenciada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Alagoas, em 2013 ingressou no Mestrado e, atualmente, é doutoranda - ambos em Ciências Sociais, pela Universidade Federal de Campina Grande - trabalhando com o tema das masculinidades no campo da moda, numa análise sobre a relação entre gênero e trabalho. Em sua pesquisa de doutorado tem se dedicado à análise das masculinidades e de como as diferentes formas de representação do masculino aparecem inscritas nas roupas, nos corpos e na performance de modelos em desfiles de moda.

Camilla de Almeida Silva – Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), e mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Desenvolve pesquisas relacionadas a temáticas da sociologia do trabalho e relações de gênero.

Melânia Nóbrega Pereira de Farias - Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, a autora possui graduação em Ciências Sociais pela Universidade Federal da Paraíba (2001) e mestrado em Antropologia pela Universidade Federal de Pernambuco (2004). Desde 2005 é professora efetiva da Universidade Estadual da Paraíba. Tem experiência na área de Antropologia atuando principalmente nos seguintes temas: etnicidade, questão racial brasileira, movimentos negros politicamente organizados, processos de construção da identidade negra, etnicidade e educação, etnicidade e linguagem. Atualmente tem como objeto de estudo em sua tese de doutorado analisar como os (as) estudantes auto-reconhecidamente negros (as), ingressos na UEPB através do Sistema de Cotas Sociais, constroem sua identidade étnico-racial através do processo de inclusão destes (as) neste tipo de Política Afirmativa e de suas trajetórias.

Virginia Palmeira Moreira - Graduiu-se em História na Universidade Federal de Campina Grande. É mestre em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande, onde também está cursando o Doutorado.

Ana Paula Guedes do Nascimento Costa - Graduada em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande com área de concentração em Antropologia. Foi bolsista PIBIC entre os períodos de 2010 e 2014. Mestranda do Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande. Desenvolve pesquisas de campo e bibliográficas sobre os seguintes temas: Cultura, Mídia, Política, Gênero e Imagem Pública. Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática

e Práticas políticas e do Laboratório de Estudos de Cultura, Mídia e Política – LECMIPO.

Josileide Carvalho de Araújo - Graduada em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestre e doutoranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas políticas e do Laboratório de Estudos de Cultura, Mídia e Política – LECMIPO.

Crísthenes Fabiane de Araújo Silva – Mestranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Campina Grande PPGCS/UFCG, Cientista Social com habilitação em bacharelado e licenciatura pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal de Alagoas ICS/UFAL. Possui experiência docente em Sociologia, Filosofia, Ética e Cidadania, atuando em cursos técnicos, profissionalizantes e no ensino médio. Trabalhos e pesquisas desenvolvidos na área de educação, feminismo, gênero, sexualidade e práticas culturais, temas que dialogam com a pesquisa de campo e seus desafios na área das ciências humanas e sociais.

Mariana Cavalcanti Pereira - Doutoranda em Ciências Sociais vinculada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Campina Grande (PPGCS/UFCG). Mestre em Ciências Sociais (PPGCS/UFCG) Graduada em Direito pela Universidade Estadual da Paraíba (2014). Atualmente participa dos Grupos de Pesquisa: Sociabilidades e Conflitos Contemporâneos (CNPq/UFCG) e Direito, Tecnologia e Realidade Social: parado-

xos, desafios e alternativas (CNPq/UEPB). Tem interesse nos estudos de sociabilidades, juventude, conflitos e violência.

Danielle Virgínia Silva Albuquerque - Graduada em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, pela Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Mestranda em Ciências Sociais junto ao Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Campina Grande – UFCG. Membro do Grupo de Pesquisa Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas políticas e do Laboratório de Estudos de Cultura, Mídia e Política – LECMIPO.

Elizabeth Christina de Andrade Lima - Possui Bacharelado em Ciências Sociais, com área de concentração em Antropologia, pela Universidade Federal da Paraíba (1986), Mestrado em Sociologia Rural pela Universidade Federal da Paraíba (1992) e Doutorado em Sociologia, na linha de pesquisa Sociologia da Cultura, pela Universidade Federal do Ceará (2001). Atualmente é professora de Antropologia, Associado IV, na Universidade Federal de Campina Grande. Desenvolve pesquisas nas seguintes áreas: Gênero e Política, Cultura e Política, Voto e Comportamento Eleitoral, com ênfase em estudos de antropologia da política, a mulher e a disputa por espaços de poder, cotidiano da política, política no ciberespaço. É credenciada nos Programas de Pós-Graduação em Ciências Sociais e História da UFCG, orienta alunos do doutorado e do mestrado. É líder do Grupo de Pesquisa: Antropologia da Política, Cultura Midiática e Práticas Políticas e Coordenadora do Laboratório de Estudos sobre Cultura, Mídia e Política - LECMIPO, além de Membro do Laboratório de Pesquisas em Política e Cultura - LEPEC.

Formato *15x21 cm*
Tipologia *Minion Pro*
Nº de Pág. *514*

